

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

**CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO NA
CITRICULTURA NO ESTADO DE SERGIPE**

ADELLI CARLA SILVA NASCIMENTO DE ANDRADE

São Cristóvão, 2019

**CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO NA
CITRICULTURA NO ESTADO DE SERGIPE**

ADELLI CARLA SILVA NASCIMENTO DE ANDRADE

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Celso Donizete Locatel

São Cristóvão, 2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A553c Andrade, Adelli Carla Silva Nascimento de
 Circuito espacial da produção e círculos de cooperação na citricultura
 no estado de Sergipe / Adelli Carla Silva Nascimento de Andrade;
 orientador Celso Donizete Locatel. – São Cristóvão, SE, 2019.
 246 f. : il.

 Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe,
 2019.

 1. Geografia agrícola. 2. Economia agrícola. 3. Espaço em economia. 4.
 Capital – Economia. 5. Frutas cítricas – Cultivo – Sergipe. 6. Frutas cítricas
 – Indústria – Sergipe. 7. Camponeses. I. Locatel, Celso Donizete, orient. II.
 Título.

CDU 911.3:63(813.7)

ADELLI CARLA SILVA NASCIMENTO DE ANDRADE

CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO NA
CITRICULTURA NO ESTADO DE SERGIPE

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Celso Donizete Locatel
Orientador e presidente da Banca

Prof. Dr. Vilomar Sandes Sampaio
2º Examinador

Profa. Dra. Andrecksá Viana Oliveira Sampaio
3ª Examinadora

Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos
4ª Examinadora

Profa. Dra. Marleide Maria Santos Sérgio
5ª Examinadora

São Cristóvão, 2019

À minha mãe, por todo amor
Ao meu filho, por cada sorriso
Ao meu esposo, por não soltar minha mão.

AGRADECIMENTOS

A certeza de que nunca estamos sós nos impulsiona a prosseguir, mesmo que o trabalho seja solitário, as horas de leitura sejam em uma sala sozinha, o texto seja melhor escrito no silêncio total, inúmeras pessoas contribuem para que aquele momento seja seu, e isso traz força. Energia positiva, boas vibrações, torcida, quanta gente boa tenho por perto... Obrigada, Deus! Por tudo e todos, por me permitir chegar até aqui e me fortalecer em momentos de fraqueza.

Obrigada à minha mãe, a pessoa que vibra mais que eu com minhas conquistas, a primeira a me dizer sempre e em qualquer situação: Vai dar certo! E faz com que dê mesmo. Tirou férias para me ajudar quando o bebê nasceu, ficou com ele dias inteiros enquanto viajava para estudar, e sempre está disponível. É a personificação do amor, é avó e mãe com açúcar, nunca vou conseguir te agradecer o suficiente, nem a Deus por ter me apresentado com essa mãe!

Ricardo, meu amor, meu companheiro, parceiro e cúmplice. Meu maior incentivador, graças a ele tive coragem para fazer a seleção. Organiza tudo, mesmo de longe, para que as viagens sejam mais confortáveis, parceiro de trabalho de campo, paciente, tranquilo, cheio de amor e boas energias. Se eu não resolvo, choro, corro, ligo... Ele sempre resolve! Que sorte a minha desse encontro, de viver esse amor. Te amo!

Benício, meu sonho realizado. O carinho no olhar e as mãozinhas sempre acolhedoras, me fizeram esquecer o cansaço das noites mal dormidas, sua presença me fez ter disciplina... Eu precisava não parar, estudar todos os dias, principalmente por saber que teria dias que não daria para te deixar. E assim fizemos! Conseguimos! Não deixei de estudar, nem de ser mãe presente! Obrigada por existir em minha vida, meu Ben!

Meus irmãos, nossa união e torcida mútua nos faz prosseguir, lutar juntos e festejar a vitória uns dos outros como se fossem nossas próprias, é maravilhoso contar com a torcida e apoio de vocês três, e saber que teremos tantas outras comemorações pela frente. Amo-os demais! Assim como, toda a família, que são sinônimos de alegria e festa, e jamais nos deixa fraquejar. O amor e o orgulho nos olhos do meu pai, dos meus avós, tios e primos, são sempre uma mola propulsora. Eu amo cada um de vocês! Obrigada tia Semira por ter cedido sua casa para que eu pudesse estudar, e principalmente, por chegar contando mil histórias que aliviava o peso das manhãs cheias de letras.

Amigos são anjos, mas os meus foram ainda mais caprichados! Gleise, eu não lembro da minha vida sem que ela estivesse ali. Sinto uma saudade grande por não vê-la

mais todos os dias. Muito obrigada por ser tão presente, mesmo longe, e participar da minha vida, ouvir minhas histórias e áudios gigantes, obrigada por partilhar comigo seu conhecimento, sua família amada e ser tão generosa. Amo você, seus filhos, seus irmãos, seus pais e Laercio, um amigo sempre preocupado e disposto a ajudar. Vocês são muito especiais!

Amigos para todas as horas, para viajar, estudar, gargalhar, orar, torcer, ouvir, aconselhar, apoiar, sempre dispostos a oferecer o ombro, a mão estendida, Vilomar e Andrecks! Um casal incrível, sensacional, com um astral melhor impossível. Obrigada sempre e por tudo. Déa, com sua sabedoria vinda de Deus, acolhe e acalma, corrige e organiza, excelente didática, tem alma de professora, eu sempre aprendo. Vila, vive tudo tão intensamente que nos leva a fazer isso junto, obrigada pelos momentos de grandes risadas, pelos pratos deliciosos e por me mostrar o lado menos romântico do campo. Vocês são o que o mundo precisa! E ainda tem filhos fantásticos, muito obrigada Lara pela correção do inglês e espanhol, você inspira todas as mulheres que se aproximam de você!

Minha companheira Ítala, que viveu e sofreu comigo dia após dia, cada nova disciplina, prova, apresentação de trabalho, com quem eu conto para desabafar, para me atualizar no calendário e para sorrir, sem você a caminhada seria mais árdua, obrigada, amiga! E obrigada a Edvane, meu tio querido, que me acompanhou em campo e fez tudo mais leve com suas histórias divertidas.

Meu orientador, Celso Locatel, por quem eu tenho uma admiração gigante! Me espelho em sua coragem, força, organização e inteligência. Jamais vou esquecer da acolhida que tivemos (Gleise e eu) quando pensamos em iniciar a pesquisa científica, dei uma pausa nos estudos depois do mestrado, e no primeiro e-mail de tentativa de retornar, recebi como resposta que “a universidade precisava de pessoas humanas como eu”. Antes daquele momento eu ainda estava em dúvida se voltaria ou não, mas sua resposta só me deu a opção: seguir em frente! Você abre portas, é espelho, é partilha. A universidade precisa de pessoas como você!

Josefa Lisboa, eu não teria saído do lugar não fossem os puxões de orelha na qualificação, tudo que pensei em fazer na tese e fiz, veio a partir daquela manhã, obrigada! Obrigada também por sempre me salvar das enrascadas, por ser uma mãezona e entender o que é ser uma!

Obrigada aos camponeses, a cada entrevista me sentia feliz escutando-os, e um pouco triste em pensar que talvez não mais os encontre. Eu gostaria muito que a realidade

fosse outra, que conseguissem viver bem, sem passar nenhuma necessidade, que o Estado desse maior apoio. Obrigada aos trabalhadores da indústria que me receberam e concederam as entrevistas.

Ao PPGeo e todos os professores que compartilham seus conhecimentos e foram muito importantes para o meu crescimento profissional, pessoal e para interpretação do espaço geográfico. E a todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que, muitas vezes, devido a grande desigualdade, não estudam numa universidade pública, e as sustentam com muito suor, obrigada!

RESUMO

A presente tese teve como objetivo analisar a dinâmica espacial da produção de laranja em Sergipe, bem como, compreender a situação periférica do estado em relação à região Sudeste do país que lidera a produção. Embora Sergipe se configure como periferia do circuito, a citricultura representa muito para os municípios, mesmo diante do quadro de crise desde a década de 1990. Os principais municípios produtores da laranja em Sergipe são Lagarto, Riachão do Dantas, Arauá, Boquim, Cristinápolis, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Tomar do Geru, Umbaúba, Estância, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Itaporanga D'Ajuda. Para tanto, foi considerado tanto as indústrias de congelamento de sucos, como a base da sua produção (laranja), que envolve toda a complexidade da questão agrária no estado e no país, assim como, os círculos de cooperação, que entrelaçam cada uma das fases dos circuitos espaciais da produção, não esquecendo o camponês inserido nesse processo do mercado de *commodities*. No estado de Sergipe, o pequeno produtor não tem visto saídas para superar a crise, a maior plantação é da indústria, e grande parte das laranjas utilizadas para a produção do suco vem de outros estados, desse modo, muitos camponeses estão deixando de planta-la, ou seguem cultivando-a junto a outros plantios, além de buscarem outros modos de reproduzirem-se socialmente, contudo, embora modificados pelo tempo, mantêm o modo de vida campesina, a relação com a terra, a maneira peculiar de contornar seus desafios em tempos de crise e a garra para superar os obstáculos. São resilientes, fortes e estão sempre buscando alternativas para a sua reprodução e permanência na terra.

Palavras-chaves: Circuito espacial produtivo. Círculos de cooperação. Citricultura.

ABSTRACT

The present thesis aimed to analyze the spatial dynamics of orange production in Sergipe, as well as to understand the state's peripheral situation in relation to the southeast region of Brazil leads the production. Although Sergipe is set up as the periphery of the circuit, the citrus production represents much for the municipalities, even before the crisis faced since the decade of 1990. The main municipalities that produces oranges in Sergipe are Lagarto, Riachão do Dantas, Arauá, Boquim, Cristinápolis, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Tomar do Geru, Umbaúba, Estância, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy and Itaporanga D'Ajuda. For this purpose, it was considered both the industries of freezing of juices, as the basis of their production (orange), which involves all the complexity of the agrarian issue in the state and in the country, as well as the circles of cooperation, which interweave each one of the phases of spatial circuits of production, not forgetting the peasant inserted in this process of the commodity market. In the state of Sergipe, the small producer has not seen the way out to overcome the crisis, the largest plantation is of the industry, and a considerable part of the oranges used for the production of juice comes from other states. In this way, many peasants are giving up the plantation of it, or are continuing to cultivate it together with other plantations, in addition to seeking other ways to reproduce socially. However, although modified by time, they keep the peasant way of life, the relationship with the land, the peculiar way of circumventing their challenges in times of crisis and the tenacity to overcome obstacles. They are resilient, strong and are always seeking alternatives for their reproduction and permanence on the land.

Keywords: Productive space circuit. Cooperation circles. Citrus production.

RESUMEN

La presente tesis pretende analizar la dinámica espacial de la producción de naranjas en Sergipe, así como entender la situación periférica del estado en relación con la región sudeste del país, ya que lidera la producción. Aunque Sergipe se establece como la periferia del circuito, la citricultura representa mucho para los municipios, incluso frente a la crisis desde la década de 1990. Los principales municipios productores de naranjas en Sergipe son Lagarto, Riachão do Dantas, Arauá, Boquim, Cristinápolis, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Tomar do Geru, Umbaúba, Estância, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy y Itaporanga D'ajuda. Para ello, se consideró tanto la industria de la congelación de los jugos, como la base de su producción (naranja), que involucra toda la complejidad de la cuestión agraria en el estado y en el país, así como los círculos de cooperación, que entrelazan cada una de las fases de Circuitos espaciales de producción, sin olvidar al campesino insertado en este proceso del mercado de *commodities*. En el estado de Sergipe, el pequeño productor no ha visto salidas para superar la crisis, la plantación más grande es de la industria, y gran parte de las naranjas utilizadas para la producción de jugo provienen de otros Estados, por lo que muchos campesinos están dejando de plantarlo, o continúan cultivando junto con otras plantaciones, además de buscar otras formas de reproducirse socialmente. Sin embargo, aunque modificadas por el tiempo, mantienen la forma de vida campesina, la relación con la tierra, la peculiar forma de eludir sus desafíos en tiempos de crisis y las ganas para superar los obstáculos. Son resistentes, fuertes e siempre buscando alternativas para su reproducción y permanencia en la tierra.

Palabras clave: Circuito de espacio productivo. Círculos de cooperación. Citricultura.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Fotografia do pomar acometido pela mosca negra	101
Figura 02 - Sergipe: Quantidade de laranja produzida em toneladas (T), 2004, 2012, 2016.....	147
Figura 03 - Consumo de laranja em países emergentes e desenvolvidos (mil toneladas), 2003-2016.....	149
Figura 04 - Consumo Global de suco de laranja (toneladas por mil), 2007-2016..	150
Figura 05 – Gráfico do mercado mundial de bebidas industrializadas, 2009.....	151
Figura 06 - Fotografia do Substrato e da fibra de côco.....	159
Figura 07 - Fotografia de pés de limão retirados do tubo de ensaio.....	160
Figura 08 - Fotografias das etapas do processo de enxertia.....	161
Figura 09 - Fotografia do material utilizado no preparo do fertilizante para mudas em estufa.....	162
Figura 10 – Sergipe: plantação consorciada de laranja (1) e milho (2), 2018.....	215

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Sergipe: Municípios citricultores, 2018.....	23
Mapa 2 - Brasil: produção em toneladas por estados, 2017.....	115
Mapa 3 - Bahia e Sergipe: Área de Produção de Laranja (ha).....	119
Mapa 4 - Brasil: exportação do FCOJ (suco concentrado congelado)	127
Mapa 5 - Brasil: exportação do NFC (suco não concentrado).	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Sergipe: População urbana e rural dos municípios citricultores, 2010	24
Tabela 02 - Brasil: rendimento médio – quilograma por hectare (1970/2017)	114
Tabela 03 - Área colhida, produção e rendimento de citros dos dez países mais produtores, 2003	125
Tabela 04 - Citricultura Regional: Área destinada à colheita e colhida, quantidade produzida, rendimento médio, valor da produção, 2017	129
Tabela 05 - Sergipe: Quantidade produzida, valor da produção e rendimento – 2016	133
Tabela 06 - Sergipe: quantidade produzida da lavoura permanente em toneladas, 2009 – 2017	134
Tabela 07 - Sergipe: área destinada à colheita – hectares, 2008 - 2017	134
Tabela 08 - Sergipe: Área colhida e quantidade produzida, 1960 a 2017	136
Tabela 09 - Sergipe: Área colhida e quantidade produzida dos ‘novos’ municípios citricultores, 2010 e 2017	139
Tabela 10 - Gastos na produção de 3.000 mudas em viveiros telados, Sergipe, 2018	163
Tabela 11 - Brasil: Número de estabelecimentos por Módulo Fiscal com titularidade particular, 2016	201
Tabela 12- Estrutura Fundiária de Sergipe – 2010	202
Tabela 13 - Centro sul de Sergipe – Tipos de trabalho no campo	213
Tabela 14 - Quantidade produzida em toneladas nos 14 municípios citricultores de Sergipe, 1974 a 2017	216

LISTA DE SIGLAS

ABECITRUS – Associação Brasileira de Exportadores de Citrus

ALCA – Acordo de livre Comércio das Américas

ASCISE – Associação dos Citricultores de Sergipe

BANESE – Banco do Estado de Sergipe

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CAI – Complexo Agroindustrial

CEASAS – Centrais de Abastecimentos

CNC – Conselho Nacional de Cooperativismo

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COAMO – Agroindustrial Cooperativa

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COHIDRO – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e irrigação de Sergipe

CODISE – Companhia de Desenvolvimento Econômica de Sergipe

CONTAG – Confederação Nacional

COOPERTREZE – Cooperativa da Colônia Treze

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DTT – Divisão Territorial do Trabalho

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

DEAGRO – Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

EUA – Estados Unidos da América

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

FAFEN – Fábrica de fertilizantes Nitrogenados

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura Alimentar

FEAP – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste

FUNDECITRUS – Fundo de Defesa da Citricultura

FCOJ – *Frozen Concetrated Orange Juice* (Suco de Laranja Concentrado Congelado)

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade* (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)

GEF – Fundo Global para o Desenvolvimento

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ISO - *International Organization for Standardization* (Organização Internacional para Padronização)

IEC – Imposto Especial sobre Consumo

IFS – Instituto Federal de Sergipe

IICA – Instituição Interamericano de Cooperação para Agricultura

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto Territorial Rural

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDIC – Ministério da Indústria e Comércio Exterior

MF – Módulo Fiscal

MPT – Ministério Público do Trabalho

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MODEAGRO – Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais

MODERINFRA – Programa de Incentivo à Irrigação e Armazenagem

NAFTA - *North American Free Trade Agreement* (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio)

NFC – Not From Concentrate (Suco de Laranja Pasteurizado)

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

OMC – Organização Mundial do Comércio

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAM – Produção Agrícola Municipal

PNAD – Pesquisa nacional por Amostragem de Domicílio

PIB – Produto Interno Bruto

PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de valor à produção Agropecuária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONESE – Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe

PRONAMP – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PGPAF – Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar

SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural

SEBRAE – Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SEDETEC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico do Comércio e Tecnologia

SBPE – Sistema Brasileiro de poupança e Empréstimo

SLCC – Suco de Laranja Concentrado Congelado

SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCD – Termo de Compromisso de Desempenho

UDR – União Democrática Ruralista

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UE – União Europeia

UEP – Unidade de Execução de Pesquisa e Desenvolvimento

USDOC – Departamento do Comércio dos Estados Unidos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELO CAPITAL.....	27
2.1 Modo de produção capitalista e o Estado.....	27
2.2 Desenvolvimento do capital e monopolização do território	32
2.2.1 O novo imperialismo.....	35
2.2.2 O ir e vir incessante do capital.....	38
2.2.3 O poderio das grandes empresas	42
2.3 O local, o global e a interdependência dos lugares.....	46
2.4 Circuito Espacial Produtivo e a produção do Espaço	53
2.5 Divisão Internacional e Territorial do Trabalho	63
3 APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELAS EMPRESAS NO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO CITRÍCOLA EM SERGIPE	67
3.1 Normatização e padronização no modo de produzir	68
3.1.1 Mudança das normas. É necessário adaptar-se?	75
3.2 Organização Mundial do Comércio e o Mercado de Suco de Laranja	79
3.3 Internacionalização da agricultura e a citricultura em Sergipe	90
3.4 A técnica e a tecnologia na produção de citros.....	94
3.4.1 Mudanças nos rumos na produção de laranja.....	102
4 PERIODIZAÇÃO DA CITRICULTURA NO ESTADO DE SERGIPE	109
4.1 Histórico da citricultura	109
4.2 Origem e evolução da citricultura em Sergipe.....	116
4.3 Territorialização das empresas de suco de laranja na Flórida, em São Paulo e em Sergipe	120
4.4 A expansão e a espacialidade da citricultura em Sergipe.....	135
4.5 Crise na citricultura sergipana.....	140
4.6 Diminuição do consumo da laranja e a entrada de outros produtos no mercado.....	148

5 A MATERIALIDADE DO CIRCUITO PRODUTIVO DA LARANJA EM SERGIPE.....	152
5.1 A produção de laranja.....	153
5.2 A técnica e o processo de modificação genética da laranja	157
5.3 A laranja na indústria	164
5.4 Os círculos de cooperação e os agentes hegemônicos.....	166
5.4.1 O crédito rural	173
5.4.2 As Cooperativas	178
5.5 As redes de circulação	183
5.6 A comercialização	187
5.7 Os Circuitos Complementares.....	190
5.8 Os subprodutos da laranja.....	193
 6 REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPESSINA NO CIRCUITO CITRICULTOR.....	 195
6.1 Estrutura Fundiária: um impasse à livre produção do camponês.....	195
6.2 A sujeição do trabalho ao capital	203
6.3 Estratégias de reprodução social	209
6.4 Vida campestina	217
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 223
 REFERÊNCIAS	 228
 APÊNDICE.....	 239

1 INTRODUÇÃO

O circuito espacial produtivo é composto por produção, distribuição, troca e consumo, estes devem ser entendidos como uma unidade no seu interior e agem em conjunto durante todo o processo produtivo. Desde o início da produção é feita a distribuição das funções dos trabalhadores (os que irão lidar com a terra, com a colheita, que farão a circulação, etc.), assim como também a troca e o compartilhamento de saberes entre os operários e/ou camponeses, além de, também ainda no processo inicial, se dá o consumo: da terra, das ferramentas, da mão de obra. Até o produto chegar ao consumidor final todas as etapas estão em conjunto, inclusive, os consumidores são produzidos através das propagandas.

As etapas do processo produtivo ficaram cada vez mais distantes com a mundialização da produção, para que o circuito aconteça de forma mais harmônica e contribua para elevar os ganhos do capital, os círculos de cooperação agem no sentido de facilitar a interligação entre os lugares, estes podem ser: as empresas que fazem análise do solo e pesquisas para tornar os pomares mais resistentes e produtivos, que participam da circulação da produção, que melhoram a infraestrutura, entre outros.

O objeto de estudo desta tese, o circuito espacial produtivo da citricultura, está inserido no mercado mundial e, para consolidar laranja enquanto *commodity*, o espaço geográfico no Brasil, assim como em Sergipe, fora transformado, ora pelo Estado, ora pelas empresas que fabricam o suco para a exportação.

A laranja está presente no Brasil há mais de quatro séculos, entretanto, o grande impulso que viria a torná-la uma *commodity* se deu a partir de 1920, quando no interior de São Paulo começou a se estruturar o cinturão citrícola. O primeiro esboço de uma indústria processadora de suco iniciou nas proximidades da cidade de Limeira e os primeiros embarques do suco de laranja tiveram como destino a Argentina, a Inglaterra e outros países europeus. Mais tarde, em 1959, instalou-se a primeira fábrica de sucos no Brasil (CITRUSBR, 2011).

A região do chamado cinturão citrícola tornou-se uma grande concentração de terras voltadas para a produção da laranja, com investimentos em mecanização e insumos, bem como, vários institutos de pesquisa voltados para a melhoria dos laranjais, do aumento da produção, da qualidade das frutas e do combate e prevenção as pragas. Todo esse empenho, aliado ao capital agrário e todos os benefícios do Estado para com o agronegócio, além das questões climáticas envolvendo os Estados Unidos, grande

concorrente, fizeram do Brasil o maior produtor e exportador do suco de laranja do mundo.

Neves (2010) afirma que a evolução tecnológica contribuiu muito para o aumento da produção de laranja, pois permitiu um número maior de árvores por hectares. Há alguns anos em 1 hectare plantava-se 250 árvores, hoje ultrapassa 880 árvores, a irrigação também colaborou para os bons resultados na lavoura, a necessidade hídrica varia de 900 a 1.200 mm de água por ano.

No estado de Sergipe, a laranja teve impulso econômico com a efervescência desenvolvimentista que ocorria no Brasil na década de 1970, com o apoio do Estado, através de créditos concedidos aos trabalhadores rurais e o aumento da tecnologia, os citros passaram a ser o principal produto da região centro-sul sergipana. Contudo, as benfeitorias não foram para todos do campo, além de ter ocasionado o aumento do preço da terra, fazendo com que parte desses camponeses migrassem para o litoral norte baiano.

A redução do apoio estatal, pragas, pomares velhos e falta de assistência, resultaram na instauração de uma crise na citricultura do estado, na década de 1990, que perdura até os dias atuais, mesmo com tentativas de revitalização com projetos do governo. Entretanto, a laranja ainda é de grande importância econômica para Sergipe, e o suco aqui produzido contribui para a balança comercial.

Nesse contexto, a análise referente à produção – distribuição – troca – consumo, possibilita uma visualização de forma integral das etapas que envolvem o circuito espacial produtivo, tanto referente ao camponês, quanto às feiras que vendem os produtos *in natura*, às indústrias de suco concentrado, ao atravessador e ao consumidor (nacional ou internacional) demonstrando o movimento existente no espaço geográfico.

Muitos estudos são desenvolvidos com base na complexidade e dinamismo do espaço, de maneira a compreender as relações existentes entre fixos e fluxos, assim como, entender o entrelaçamento entre o meio rural e o meio urbano, a indústria, a agroindústria, a agricultura, a produção local e circulação mundial. Sendo assim, análises que envolvem a dinâmica espacial são necessárias, pois explicitam as transformações e o movimento existente no mesmo, e estas são melhores compreendidas quando se considera os diferentes períodos históricos, tanto no meio urbano, quanto no meio rural.

Desse modo, é sabido também que o capital apresenta-se das mais variadas formas para apropriar-se da produção, seja pela territorialização no meio, monopolização da produção e da circulação dos produtos, seja mantendo o atraso para sustentar o mais moderno, ou através da reestruturação produtiva da indústria, no qual a sua base assenta-

se no distanciamento geográfico das etapas que compõem a produção, todavia, a efetivação da produção, só é possível, graças aos círculos de cooperação que aproximam esses lugares.

Na tentativa de entender a complexidade da citricultura diante do quadro observado no estado de Sergipe e da multiescalaridade desse circuito produtivo, surgiram algumas questões que foram confrontadas no decorrer desta tese, tais como:

- 1- Quais são os agentes envolvidos no circuito espacial da produção e seus círculos de cooperação, além das formas de uso e organização do território a partir desse circuito?
- 2- Qual a função que o citricultor, o atravessador, a indústria e o Estado exercem em relação a produção, distribuição, troca e consumo?
- 3- Como a implantação da indústria da laranja repercutiu na relação do camponês com o trabalho? E quais os impactos nas relações de trabalhos (agrícolas e não-agrícolas) camponesa?
- 4- Quais as dificuldades enfrentadas pelo grande contingente de citricultores camponeses que subsistem sob a lógica do mercado capitalista?

Diante das questões levantadas, o objetivo geral desta tese é analisar a dinâmica do circuito espacial de produção de laranja no estado de Sergipe, levando em consideração a junção existente entre produção, distribuição, troca e consumo e os níveis de organização dos círculos de cooperação.

Para atingir tal objetivo, fez-se necessário a elaboração dos seguintes objetivos específicos:

- ✓ Apresentar os agentes envolvidos no circuito espacial da produção citrícola e seus círculos de cooperação, assim como, a organização territorial;
- ✓ Verificar a circulação da produção da laranja sob o viés do citricultor, do atravessador, do Estado e da indústria;
- ✓ Caracterizar os impactos sociais, espaciais e econômicos da produção de laranja nos municípios citricultores sergipanos, no âmbito das relações de trabalho e da renda;
- ✓ Compreender a relação do citricultor camponês com a indústria, assim como, as transformações ocorridas em seu cotidiano.

O foco da análise pretendida é a teoria dos circuitos espaciais e o amálgama existente entre as suas fases, que está alicerçada em Marx (2011). Castillo e Frederico (2010) que analisam sobre a diferença entre os círculos de cooperação (fluxos imateriais

que garantem níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente) e os circuitos espaciais produtivos (fluxos materiais que encadeiam as instâncias geográficas separadas: produção, circulação, distribuição e consumo).

Para a análise do espaço produzido pelo capital, seu ir e vir incessante, bem como, desenvolvimento, territorialização e monopolização, seja com o apoio estatal ou a retirada do Estado e a soberania das grandes empresas, com o respaldo da Organização Mundial do Comércio, foram analisados autores como Chesnais (1996), Oliveira (2012), Harvey (2005, 2014), Mesquita (2003), Antas Junior (2005), dentre outros.

O circuito espacial da laranja foi estudado dentro do contexto da mobilidade do capital, levando em consideração a fluidez do espaço geográfico e os atores envolvidos nessa trama. Desse modo, fez-se necessário compreender a produção na Flórida, em São Paulo, na Bahia e em Sergipe, para tanto, buscou-se teses e dissertações voltadas para tal temática como Santos (2009), Pereira, (2002), Oliveira (2007), Santana (2013), além de se fazer primordial nesta análise entender o camponês inserido neste circuito, que embora transformado pelas mudanças técnicas associadas ao mercado de *commodity*, estes resistem e se reinventam para conseguir a reprodução social, para tanto utilizou-se de autores como Shanin (2008), Martins (1995), Marques (2008).

O referencial teórico foi construído pelo viés da análise crítica, no intuito de melhor explicar as diferenciações existentes em todas as instâncias do processo de produção. Neste sentido, partiu-se do princípio que o desenvolvimento do capitalismo no campo e sua territorialização, através da tecnologia, trouxe uma exclusão social ainda maior para os pequenos e médios produtores rurais e maiores lucros para os detentores do capital, posto que os avanços tecnológicos não abrangem todos de forma homogênea, ocasionando um maior distanciamento entre a produção de laranja de Sergipe e da Bahia, em relação a produção paulista.

O objeto de estudo foi analisado de forma a desvendar os espaços de dissimulação criados pelo capital junto ao Estado. Estes passam a ideia de que a modernização agrícola, o crescimento do trabalho assalariado no campo e o crédito rural, trouxeram apenas benefícios ao camponês, aumentando a renda destes. Todavia, tem aumentado o nível de exploração do trabalhador que, para obter renda necessária para manter-se no campo e garantir a reprodução, tem que acumular trabalhos não-agrícolas e/ou agrícolas nas terras de terceiros.

O conceito de território não foi explicitamente discutido nesta tese, contudo, não há como passar despercebido pelo conflito no mercado entre as empresas, principalmente

na Flórida e em São Paulo, bem como, as cooperações existentes entre os agentes hegemônicos da produção da laranja (Estado, atravessadores, camponeses, agente corporativos), que permitem a compreensão da ação e retirada do Estado associado à territorialização e a monopolização do capital no circuito espacial citricultor em Sergipe.

O território exprime em seu contexto histórico a questão agrária concentradora existente em nosso país, portanto não é apenas importante estudar o território consolidado, mas compreender os processos históricos que ocorreram e ocorrem, para entender a territorialização e/ou a monopolização da produção por determinado grupo, pessoas ou empresas, pois, embora o cerne da apropriação de um território e o poder sobre o mesmo sejam por questões econômicas, é um ato político por excelência, segundo Moraes (2000). O território é um produto histórico da relação sociedade x natureza, e o Estado tem papel fundamental de regulador entre as classes.

Para melhor compreensão por meio dos números, seja para a produção, o plantio, o uso de máquinas, os tamanhos das propriedades, o uso de tecnologia, o preparo do solo, as exportações, o tipo de solo e os problemas e desafios enfrentados no Brasil e em Sergipe, os dados secundários foram coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA), Secretaria de Agricultura (SEAGRI), Associação Nacional de Exportadores de Sucos Cítricos (CITRUSBR), Secretaria de Comércio e Exportação (SECEX), além das empresas produtoras do suco.

A delimitação territorial do objeto de estudo se fez necessária, para que se possa avaliar com maior detalhamento como está organizado o meio rural sergipano, não abstendo-se do todo, analisou-se como as variáveis que engendram a organização espacial do campo em sua totalidade refletem neste meio, ocorrendo também o inverso, numa relação dialética.

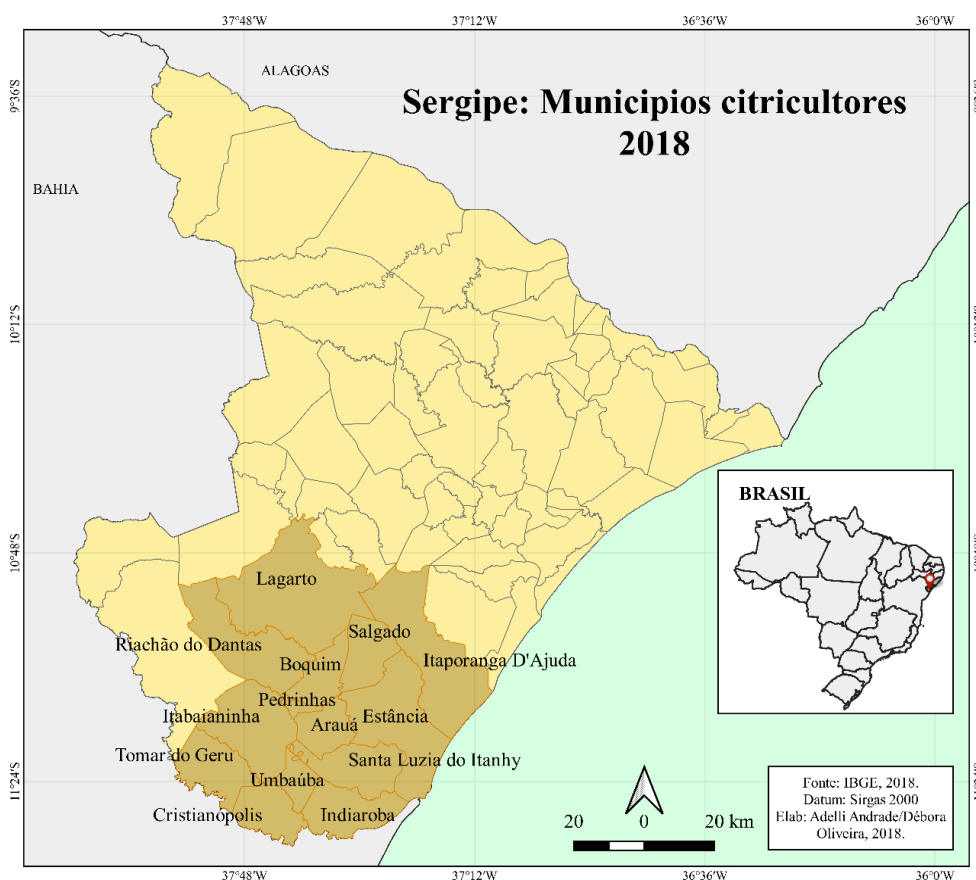
A análise do empírico também foi feita com dados primários, através da observação direta, além da elaboração de um roteiro de entrevistas com questões abertas, e questionários (Apêndice), no intuito de analisar o circuito espacial da produção da laranja, os círculos de cooperação, assim como, as transformações ocorridas no espaço e as relações de trabalho da população dos municípios do centro-sul sergipano. Foram realizadas 40 entrevistas junto aos camponeses, 4 entrevistas com os trabalhadores da indústria, e 3 com os trabalhadores dos viveiros de mudas.

A partir destas, fez-se necessário uma análise das respostas dos camponeses, dos trabalhadores da indústria e dos viveiros de mudas, dos vendedores nas feiras-livres, e

proprietários de casas agropecuárias. Buscou-se contemplar as questões que se referem ao circuito produtivo da laranja, como aos círculos de cooperação, para entender a atuação do Estado neste meio, através da facilidade (ou não) do crédito para insumos, e compreender a atuação desse agente hegemônico, seja na assistência, seja na concessão do uso e ocupação do solo.

O Brasil é maior produtor mundial de laranja e o principal exportador do suco congelado e que em termos de produção, São Paulo está na liderança, seguido do Paraná, Minas Gerais, Bahia e Sergipe, embora estes dois últimos estejam muito atrás em relação ao primeiro. Observando os dados desse circuito produtivo, constata-se que a citricultura tem grande representatividade para os estados em questão. Sendo assim, como recorte empírico serão considerados os principais municípios produtores da laranja em Sergipe, que são: Lagarto, Riachão, Arauá, Boquim, Cristinópolis, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Tomar do Geru, Umbaúba, Estância, Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy e Itaporanga D'Ajuda (Mapa 1).

Mapa 1 – Sergipe: Municípios citrícultores, 2018



Fonte: IBGE, 2018

Os 14 municípios da região centro-sul do estado apresentam considerável população rural (Tabela 01) e, portanto, elevada dinâmica agrícola. Além do plantio da laranja, concentram-se também no da mandioca, milho, acerola, côco, amendoim, banana, entre outros.

Tabela 01 – Sergipe: População Urbana e Rural dos municípios citricultores, 2010

Municípios	População urbana	População rural	Total
Boquim	15.994	19.539	25.533
Lagarto	48.867	45.994	94.861
Estância	54.760	9.649	64.409
Itabaianinha	19.409	19.501	38.910
Indiaroba	5.585	10.246	15.831
Umbaúba	13.923	8.511	22.434
Itaporanga	11.869	18.550	30.419
D'Ajuda			
Riachão do Dantas	4.872	14.514	19.386
Salgado	6.694	12.671	19.365
Santa Luzia do Itanhy	2.915	10.054	12.969
Araúá	4.487	6.391	10.878
Cristinápolis	8.336	8.183	16.519
Pedrinhas	6.471	2.362	8.833
Tomar do Geru	4.812	8.043	12.855
Sergipe	1.520.366	547.651	2.068.017

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

É possível perceber que a maioria dos municípios (9 entre os 14) apresentam a população rural superior a urbana, destaque para Riachão do Dantas (74,8%) e Santa Luzia do Itanhy (58%). E dentre os que a população urbana é maior, Cristinápolis apresenta a percentagem de população rural de 49,5%, e Lagarto 48,4%, Estância é o único que apresenta a população urbana em grande evidência com 85% desta.

Os municípios analisados vivenciaram o auge da citricultura nos anos 1980, tiveram suas terras com elevada especulação, e hoje convivem com a crise. Segundo Lopes (2009), esse processo que vem passando a citricultura sergipana acarretou na reconcentração da terra, simultaneamente há um processo de fragmentação das propriedades pequenas e médias na região citrícola.

Tem-se assim, por um lado, o aumento do número de pequenos produtores e por outro, o crescimento dos grandes citricultores. Desse modo, os camponeses médios, que

sempre foram tidos como o carro-chefe da citricultura de Sergipe, vêm perdendo representatividade, num processo de descapitalização e empobrecimento. Os camponeses médios se desfazem de parte de suas terras e passam a integrar a categoria de minifundiários, ou seja, mais vulneráveis aos fatores adversos trazidos pela crise (LOPES, 2009).

Portanto, é de suma importância um estudo a respeito de toda a dinâmica que envolve a atividade citrícola em Sergipe, tanto a respeito das áreas de produção, das indústrias de processamento e congelamento de sucos, sobre a base da sua produção (laranja), que envolve toda a complexidade da questão agrícola no estado e no país, quanto com os círculos de cooperação, que entrelaçam cada uma das fases dos circuitos espaciais da produção.

Além da introdução e considerações finais, a tese está dividida em 5 capítulos: No segundo capítulo intitulado: A apropriação do espaço pelo capital é discutido a intervenção dos agentes hegemônicos do modo de produção capitalista aliados ao Estado, na produção do espaço geográfico. As idas e vindas do capital na busca por maior lucro, ora territorializando, ora monopolizando a produção. Reflete-se também o novo imperialismo que leva a acumulação por espoliação, aumentando os níveis de exploração no trabalho, este faz crescer o poderio das grandes empresas, a interdependência dos lugares, e com a produção envolvendo diversos países do mundo, destaca-se a unicidade do circuito produtivo, levando em consideração a importância das redes, para interligar os pontos no espaço, bem como, as Divisões Internacional e Territorial do Trabalho.

O terceiro capítulo: Apropriação do espaço pelas empresas no circuito espacial de produção citrícola em Sergipe, analisa sobre a forma como o Estado tornou-se mínimo, com o advento do neoliberalismo e as grandes empresas maximizaram suas ações com regras e controle no espaço, transformando-o e estabelecendo padrões produtivos que facilitam suas instalações em diversos países. Uma das formas de organizar o comércio mundial é através da OMC, que faz mediações nas interrelações comerciais entre os países.

O quarto capítulo: Periodização da citricultura no estado de Sergipe e aborda sobre o histórico da laranja desde sua origem, o período que era apenas plantada nos quintais e como chegou a ser transformada em *commodity* expandindo a plantação do fruto, assim como, da territorialização e espacialização das empresas na Flórida e no Brasil. Discorre desde a ascensão até a crise da citricultura no estado de Sergipe, e também sobre a entrada de novos produtos em substituição ao suco de laranja no mundo.

O quinto capítulo: A materialidade do circuito produtivo da laranja em Sergipe, trata-se acerca da produção da *commodity*, das técnicas utilizadas nos viveiros de mudas com o processo de modificação genética dos frutos, como os círculos de cooperação (o crédito dos bancos, o Estado e as cooperativas) contribuem para o bom funcionamento do circuito para o capital. Aborda-se desde o preparo da terra, as redes de circulação, a comercialização, o consumo, até os subprodutos da laranja. Pretendeu-se mostrar o movimento espacial através do circuito da laranja e dos circuitos complementares.

O sexto capítulo: Reprodução social campesina no circuito citricultor, o qual retrata sobre o camponês inserido no modo de produção capitalista, como este resiste e sobrevive as crises. Analisa-se sobre a estrutura fundiária do Brasil, a sujeição do trabalho ao capital e as estratégias que o homem se utiliza para reproduzir-se socialmente, seja através da dinâmica agrícola, seja com o trabalho acessório, e permanecer camponeses no seu modo de vida.

2 APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELO CAPITAL

O espaço geográfico é composto por lugares contrastantes que ora atrai capital, ora repele, todavia, a transformação deste se dá por meio da ação conjunta existente entre todos os lugares, tenham estes níveis satisfatórios de produção ou não, pois, direta ou indiretamente, mesmo os lugares que apresentam infraestrutura pouco desenvolvida, está inserido de alguma forma no contexto da produção, seja por meio de fornecimento de matéria-prima, de mão-de-obra barata ou de consumidores.

A liberação de créditos públicos e investimentos em infraestrutura não dependem somente do aval do Estado, mas também, da percepção do capitalista ao enxergar a possibilidade de extrair lucros em determinado lugar e instalar sua empresa, contudo, se outra região torna-se mais atrativa, o capital migra e leva consigo todo o investimento feito na região anterior, desse modo, o espaço é regulado pelos interesses de quem pretende acumular, todavia, mesmo os lugares com pouca atratividade ou os ‘abandonados’ pelo capital, participam do circuito da produção.

O presente capítulo discorre sobre o modo de produção capitalista e o Estado; a territorialização do capital; o novo imperialismo; o ir e vir incessante do capital; o poderio das grandes empresas; a interdependência dos lugares; o circuito espacial produtivo e a produção do espaço levando em consideração a unicidade - produção, distribuição, troca, consumo. Apresenta também os caminhos percorridos para a acumulação e a Divisão Internacional e Territorial do Trabalho.

2.1 Modo de produção capitalista e o Estado

O modo de produção capitalista e o Estado não estão associados de forma aleatória e acidental, para que o capitalismo crescesse e desenvolvesse ao longo da história, foi/é necessário o apoio estatal que serviu de base para as emergências das relações sociais capitalistas, como por exemplo, liberar o capital a juros mais baixos, perdoar a dívida, proporcionar pré-requisitos necessários na forma de capital imobilizado (sistema de transportes, portos, aeroportos).

Segundo Harvey (2005), o Estado não se constitui enquanto um conjunto de instituições passivas na história, mas ao contrário, este é ativo e resultado de processos históricos e a base para o desenvolvimento capitalista. Há poucos aspectos da produção que não estejam profundamente afetados por políticas do Estado, mas tal fato não é

recente, as formas e o modo de funcionamento é que mudaram, conforme o amadurecimento do capitalismo, tendo em vista que,

A burguesia em ascensão, contou com a ajuda do Estado para regulamentar os salários, prolongar as jornadas de trabalho e manter o operário numa relação de dependência [...]. As dívidas do Estado, cuja origem encontramos na Idade Média, toma conta de toda a Europa. A dívida pública dá o verdadeiro caráter a Era capitalista. E torna-se um dos fatores mais poderosos da acumulação primitiva. O sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar operários independentes, de capitalizar os meios nacionais de produção e de subsistência, de abreviar pela força a transição do antigo ao moderno modo de produção. É do tesouro público que os industriais tiram, boa parte das vezes, seu capital primitivo (MARX, 1985, p. 179, 187).

“Os impeditivos a expansão do capital, são corrigidos por meio dos seus expedientes de ajuste e de sua estrutura totalizadora de comando político: O Estado (isso pode gerar retrocessos históricos)” (PERPETUA, 2013, p. 60). O Estado deve garantir a propriedade privada da terra, dos instrumentos de trabalho, a mão de obra, “o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário” (HARVEY, 2005, p. 84).

O Estado se organiza para apoiar a relação básica entre capital e trabalho, caso contrário, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo. O Estado burguês é veículo de opressão à classe trabalhadora, a mesma que o mantém e que trabalha para sustentá-lo, na maioria das vezes, é desfavorecida pelo mesmo.

Segundo Harvey (2005) a ideia de que o capitalismo se desenvolveu sem o Estado é um mito, até porque, a classe dirigente domina inclusive as opiniões de uma época, fazendo com que seus conceitos de liberdade e igualdade sejam aceitos por todos, como se não tivesse por trás qualquer interesse de classe. As ideias são produzidas e distribuídas para todos os trabalhadores, desse modo, os que estão a frente do poder, regulam pensamentos, ideias e são os primeiros a fazer o discurso sobre justiça eterna e direitos iguais.

O Estado neoliberal mostra a todo o tempo os dois lados da moeda, por um lado mostra-se atuante, presente nas mais variadas áreas, desde o domínio na produção de ideias aos incentivos fiscais, melhorias em infraestruturas, financiamentos, e que, por outro lado, desponta, cada vez mais, um Estado mínimo, que escancara as portas ao mercado e ao setor privado.

Vários países tiveram suas economias comprometidas com o neoliberalismo. Mesmo diante de toda a propaganda a favor dessa proposta, segundo Boron (1999), muitos países desenvolvidos continuaram tendo Estados grandes e ricos, que regulam e organizam o mercado, arrecadam impostos e que acabam promovendo formas sutis de protecionismos e subsídios, e que convivem também, com *déficits* fiscais muito elevados.

Ainda para Boron (1999), o triunfo do neoliberalismo foi mais ideológico e cultural que econômico e a vitória assenta-se sobre as derrotas populares, que são:

- Mercantilização dos direitos como saúde, educação, seguridade.
- Satanização do Estado, que criou na população a ideia de que o Estado é mau e ineficiente, e que o mercado é bom e eficiente.
- Criação de um senso comum neoliberal, de uma nova sensibilidade e mentalidade que penetraram muito profundamente no chão das crenças populares.
- Convencimento das elites políticas de que não existe outra alternativa.

A exacerbação do mercado e minimização do Estado tornaram-se naturais, e o setor público, muitas vezes, é associado a mortes nos corredores dos hospitais, a escolas depredadas, falta de professores e de merenda escolar, obras superfaturadas e muita corrupção.

“Os dolorosos e cruéis processos foram naturalizados, e é rejeitado como ilusórias fantasias todo discurso que se atreva a dizer que a sociedade pode se organizar de outra maneira” (BORON, 1999, p.174). Nesse contexto, grande parte da riqueza é concentrada nas mãos de uma minoria¹, os trabalhadores cada vez são mais explorados, além de muitos subempregados ou desempregados. Os dados do Pnad (2017) corroboram com essa afirmação, pois mostram que o desemprego no Brasil no primeiro trimestre é de 13,7% e atinge 14,2 milhões de trabalhadores. Nesse sentido, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2018), a taxa de desemprego global está estabilizada, contudo, o desemprego e os *déficits* de trabalho considerados decentes, permanecerão a níveis elevados em muitas partes do mundo, desse modo, as saídas para um novo caminho de menor desigualdade, cada dia parece mais distante, ou uma mera ilusão.

Neste sentido,

¹ A desigualdade na distribuição de renda aumenta a cada grande crise do capital, na de 2008 resultou em 1% da população mundial possuem tanto quanto o 99% restante, desse modo, 0,7% da população monopoliza 45,2% da riqueza total e os 10% mais ricos têm 88% dos ativos totais (FARIZA, 2015).

Eleições livres e periódicas, direitos e liberdades individuais, são, apesar de sua indubitável importância, formas políticas cujo funcionamento e eficácia específica não bastam para eclipsar, muito menos dissolver, a estrutura antidemocrática da sociedade capitalista. O resultado é uma ditadura de fato dos capitalistas sobre os assalariados, quaisquer que sejam as formas sociais e políticas – como a democracia – das quais ela se reveste e debaixo das quais se oculta (BORON, 1999, p.175).

A sociedade capitalista de mercado e a democracia apresentam um antagonismo que é base. A democracia é o poder de baixo para cima, do povo para o povo, porém no mercado a organização do poder é de cima pra baixo, dos detentores do capital para a classe trabalhadora, e não tem a intenção de tornar a sociedade mais igualitária, posto que é dessa desigualdade que a riqueza é crescente, através da exploração do trabalhador. “As empresas transnacionais e as gigantescas firmas que dominam os mercados transformaram-se em protagonistas privilegiados de nossas débeis democracias” (BORON, 1999, p. 204). Desse modo, Nogueira acrescenta,

O Brasil atual caminha entre a miséria colonial e miséria neoliberal, entre o subemprego tradicional e o desemprego estrutural, ainda não resolveu a questão da terra, mas apresenta altos índices de agricultura capitalizada e de agrobusiness (NOGUEIRA, 2006, p. 14).

Para Santos (2004) o Estado se apresenta como grande aliado da modernização, e financia, abertamente, ou não, as grandes firmas. Esse financiamento dado às corporações e monopólios, se dá em detrimento ao apoio a população, contudo, a maioria dos países subdesenvolvidos têm dificuldades internas de crédito e recorrem ao externo, facilitando a entrada de estrangeiros no país, porém, desse modo, o Estado se vê cada vez mais dependente das grandes empresas internacionais e seu poder de decisão torna-se mínimo dentro do próprio território.

A entrada de crédito estrangeiro acontece, principalmente, pela postura que países como o Brasil precisam adotar para entrar e manter-se na “modernização”. É necessário o aumento da exportação de bens manufaturados e o aumento da demanda interna de bens de capital. Para que o crescimento das exportações aconteça, é preciso investimento em infraestrutura, que demanda pelo aumento de bens de capital, entretanto, essa política tem um custo para o país. Diante disso, Santos (2004, p. 165) afirma que “as indústrias são desnacionalizadas, as estruturas monopolísticas tendem a se afirmar mais, porém, as empresas do centro se reservam certos domínios da produção, nos quais freiam o desenvolvimento local”.

Para atrair empresas multinacionais para os países, o Estado concede alguns ‘incentivos’, dentre eles o investimento em infraestrutura, desse modo, financia empresas estrangeiras, “mesmo se o investimento é privado, o Estado se vê na obrigação de seguir a tendência imposta pelos interesses particulares, seja para ligar a rede privada à rede nacional, seja pelas despesas de manutenção” (SANTOS, 2004, p. 169).

Em países subdesenvolvidos capitalistas o Estado encontra-se voltado aos interesses do capital, ora parece ter sido totalmente reduzido e aparentemente sem poder de decisão, nestes o setor público é malvisto, pouco cuidado, o que faz com que a população torne-se descrente a respeito deste e sedentas do privado. Ao mesmo tempo em que aparece poderoso, e este poder do Estado está justamente em apoiar o privado, como por exemplo, o poderio dado aos monopólios de “estabelecer os preços administrados, o que representa um atentado direto ao interesse público e retarda a expansão econômica do país” (SANTOS, 2004, p. 175), além de aumentar impostos indiretos o que “transfere para a população, principalmente as camadas menos favorecidas, as cargas que deveriam pesar sobre as grandes firmas” (Ibid., p. 174).

“A intervenção do Estado na economia pode ser feita através de investimentos, tanto na indústria privada, quanto na criação de indústrias de base nacional com capitais públicos” (SANTOS, 2004, p. 166), neste sentido, o mesmo dá o impulso à industrialização, porém, financiando com fundos públicos a indústria privada, nacional ou estrangeira, sendo assim,

Indubitavelmente, a ideologia do crescimento entra como uma parte importante nas decisões de investimento dos poderes públicos. A necessidade sentida por uma equipe governamental de preparar o terreno para a chegada de novas indústrias é, no final, aceita pelo povo como um comportamento inteiramente razoável. Sobretudo porque a maior parte das pessoas são tranquilizadas pelos famosos índices de aumento do produto nacional, mas as consequências dessa evolução dos gastos públicos, graves no plano econômico, igualmente o são no plano social, pois também tende a se reduzir o que resta ao Estado para a realização dos investimentos humanos. Isso também tem repercussões no plano da organização do espaço (SANTOS, 2004, p. 172).

As intervenções estatais e todos os investimentos feitos, tanto em infraestrutura, quanto em isenções de impostos, ou empréstimos para as empresas, não são sequer questionadas pela população, que aceitam como algo benéfico ao país (ou região), pois aumenta o Produto Interno Bruto (PIB), o número de empregos e movimentam todos os circuitos da economia, tanto inferior quanto superior, todavia, não são levados em

consideração o que deixa de ser investido no setor social para favorecer donos de grandes indústrias, tornando mais fácil o acesso para a territorialização e/ou monopolização do capital.

2.2 Desenvolvimento do capital e monopolização do território

Na Europa, ao contrário do que ocorreu nos países subdesenvolvidos, a revolução agrícola precedeu a revolução industrial. Mesmo as relações de produção capitalistas surgindo primeiro no meio rural, encontra muita resistência no modo de produção feudal e migra para as novas ocupações existentes na vida urbana e nestas permanecem, abandonando, de certo modo, o rural, “após a primeira, ou mesmo, a segunda guerra mundial, a agricultura europeia dá um ‘salto’ com a generalização dos fertilizantes químicos; em resumo, industrializa-se” (AMIN, 1977, p. 21).

“O capital assume o poder na sociedade a partir do século XVI – não como uma excrescência da sociedade feudal, mas como uma força que se opõe à alternativa libertadora socializante das massas populares” (VERGOPOULOS, 1977, p. 46). O modo de produção capitalista sempre esteve alicerçado sobre a desigualdade. É preciso uma grande massa de desfavorecidos sedentos por alimentação, moradia, e que esteja pronta a ser explorada para tentar sair da condição de miserável. Por isso, não é possível para o capital compactuar com uma alternativa que liberte as classes populares.

Antes de chegar ao século XX, quando se tem a industrialização propriamente dita, a agricultura passou por algumas transformações, a exemplo a propriedade privada da terra, que exerceu uma função essencial ao desenvolvimento do capitalismo, tanto na Europa quanto no Brasil (com a chamada Lei de Terras), tendo a terra como mercadoria, uma grande população migra para a cidade favorecendo a indústria com a mão de obra do proletário.

O processo de territorialização do capital no campo brasileiro é marcado por um grande antagonismo, a modernização da agricultura aprofundou as desigualdades existentes tanto no campo quanto na cidade. A tecnologia facilitou o trabalho do homem, aumentou a produção e a produtividade, contudo, também trouxe consigo o desemprego, a expropriação, a terceirização. A modernização agrícola, onde foi implantada, trouxe para o trabalhador rural a proletarianização, fazendo com que muitos passassem a trabalhar não como assalariados permanentes, com as garantias trabalhistas, mas como diaristas, aumentando o nível de exploração da força de trabalho existente neste meio.

Antunes (1999) assegura que assalariados, subproletarizados, camponeses, posseiros, autônomos, estão sempre refazendo o desenho da classe trabalhadora no campo. Assim, extrapolam os limites do que é ser cortador de cana numa safra, servente de pedreiro durante a entre safra, metalúrgico em outra parte do ano, em temporadas ser ocupante de terra, segurança, motorista, catador de papel, camelô, etc.

Na busca incessante por novos espaços de acumulação, o capital encontra na máquina (tecnologia) uma aliada, une a indústria e a agricultura e tem-se a agroindustrialização, através desta, diminui o número de empregos no campo e aumenta a concorrência desleal entre agroindústrias e o trabalho camponês. O capital busca também na terceirização da produção, bem como, na relocação industrial, meios que possibilitem a sujeição da agricultura ao capital. As grandes empresas “atuam, simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária” (OLIVEIRA, 2012, p.8).

Os que permanecem no campo lutam de forma incansável para reproduzirem-se socialmente, tornando-se, indireta, ou diretamente, trabalhadores para o capital, mesmo que este não seja territorializado, através, por exemplo, da compra da terra pelos grandes latifundiários e da mecanização da mesma, ainda assim,

Conserva a propriedade formal da terra, conserva a aparência de um produtor comerciante que oferece produtos no mercado, mas na verdade é um vendedor da força de trabalho, e sua venda é disfarçada. Assim, o camponês é reduzido, de fato, à condição do trabalhador a domicílio (AMIN, 1977, p. 29).

O camponês não é livre para produzir, e depois vender o excedente, este apresenta uma condição próxima à do proletário. Amin (1977, p. 32) assegura que “esta intervenção no processo produtivo indica claramente que o capital não é a soma de capitais individuais; é mais do que isso: é global, antes de ser individualizado”.

No final do século XX deu-se a consolidação do processo de mundialização do capitalismo monopolista com o respaldo principal do neoliberalismo, e, sobretudo, com as associações entre as empresas monopolistas internacionais com empresas nacionais, que transformaram ambas em empresas mundiais (OLIVEIRA, 2012).

Segundo Oliveira (2012) o domínio e expansão das empresas envolvem movimento mundial de capital, produção capitalista mundializada e ações internacionais dos governos. Portanto, para que houvesse a ampliação necessária à espacialização do capital, ao entrelaçamento entre empresas internacionais e nacionais, bem como, a

aproximação entre os governos, foi primordial, gerar-se as bases da produção internacional com o controle da força de trabalho dos mercados e de matérias-primas nacionais.

As mudanças ocorreram e ocorrem, em todos os aspectos, a agricultura, antes baseada no campesinato, agora, sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de *commodities*, nas bolsas de mercadorias e de futuro, e nos monopólios mundiais (OLIVEIRA, 2012).

Portanto, não são apenas a concentração de terras e a territorialização que contribuem para a ampliação do capital, ainda nas relações tidas como não capitalistas. Por não assalariar, por haver apenas o trabalho familiar, e poucos recursos para investir em insumos para a produção, o capital se apropria da circulação dos produtos, deixando, muitas vezes, o camponês sem saída, a mercê ora do atravessador, ora da indústria que compra sua produção, não podendo sequer estabelecer o valor a ser pago por estes, tendo, desse modo, a monopolização.

Segundo Oliveira (2012) a monopolização do território ocorre quando a empresa de comercialização ou processamento industrial não produz no campo, mas ainda assim controla, através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas do campo. A subordinação do camponês ao capital, associada, principalmente, as dívidas contraídas junto ao banco, leva o mesmo a deixar de produzir a policultura, e passa a produzir monocultura para a indústria, assim,

O endividar-se do camponês é uma situação normal na agricultura contemporânea, baseada na exploração direta. O agricultor, para financiar seus investimentos, sempre crescentes devido aos cortes nos preços, apela para um fluxo contínuo de crédito agrícola. O crédito e as dívidas constituem, na realidade, o mecanismo que faz trabalhar ainda mais os membros da célula familiar (VERGOPOULOS, 1977, p. 119).

Neste sentido, os créditos que deveriam trazer melhores condições de vida ao camponês, aumenta a exploração do trabalho, pois, se por um lado é preciso investimentos na terra para manter-se no campo e reproduzir-se, por outro, também é necessário cada vez mais dinheiro para saldar a dívida, e os preços do produto do campesinato, sempre muito baixo, não conseguem tal façanha, o débito crescente e acumulado, resulta em total subordinação ao capital.

A subordinação ao capital se dá pelo receio de perder a terra e assim, só lhes restam duas saídas: ou se adapta e produz o que gera lucro para o capital, a monocultura

para a indústria, por exemplo, ou é obrigado a vender a terra e migrar para a cidade, pois a produção familiar dos alimentos e venda do excedente, na maioria das vezes, não permite a reprodução social do homem.

Contraditoriamente, segundo Vergopoulos (1977, p. 47) “o capital e o Estado zelam pela consolidação do campesinato”. Portanto, ao mesmo tempo em que estes parecem querer o fim do campesinato, com a modernização do campo, a proliferação de *commodities* e, até mesmo, a manutenção de terras improdutivas, também se mostram a favor da continuidade do homem no campo, seja para manter a mão de obra em tempos de safra, seja para manter baixos os salários nas cidades (pois o camponês mantém baixos os preços do que produz para a cesta básica dos cidadãos), percebe-se que esse sujeito resiste, mesmo diante das grandes crises.

Neste sentido, é notório que o capital territorializado aumenta sua possibilidade de acumulação. Com a aquisição da terra, obtém-se lucros de diversas maneiras, seja com a renda da terra com latifúndios improdutivos, ou por meio da especulação imobiliária, assim como, utilizando a terra para o plantio de culturas exportáveis, fazendo aquisição de alta tecnologia, máquinas de última geração, sementes geneticamente modificadas e correções no solo. Entretanto, ainda que não haja a territorialização, o capital monopoliza a circulação da produção através da subordinação de terceiros, em especial os camponeses, mantendo, desse modo, níveis satisfatórios de lucratividade. E a crescente expansão capitalista abre novos espaços para um novo imperialismo.

2.2.1 O novo imperialismo

A atual configuração do mundo apresenta-se com uma série de incertezas para que a expansão do capital seja mantida, que o mesmo adentre todas as regiões sem nenhum empecilho, e apenas o bônus esteja nas mãos dos capitalistas, ainda que para isso seja necessário, ora financiar o regime ditatorial, ora invadir países para democratizá-lo, desse modo, determinado país hoje aliado, amanhã inimigo, tudo depende do ponto de vista da expansão capitalista.

Segundo Harvey (2014), ao longo da história houve/há muitos tipos diferentes de império (romano, otomano, chinês imperial, russo, soviético, austro-húngaro, napoleônico, britânico, francês etc.), porém, cada um com diferentes posturas políticas, econômicas, administrativas, diferentes olhares sobre como implantar, ativamente e altivamente, o poderio imperial.

Com o discurso da liberdade total, os Estados Unidos se lançam rumo ao grande império dos séculos XX e XXI, principalmente depois da Segunda Guerra, concedendo empréstimos aos países devastados (oferecendo o ‘ombro amigo’ aos países europeus e ao Japão), firmando pactos e acordos de livre comércio com México e Canadá, e desejos de Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Com a liberdade de mercado, os países ficam livres para comercializar, fazer fusões de empresas, e com isso, crescer a economia, aumentar a produtividade. A população, em especial dos países pobres, segue também ‘livre’, porém essa liberdade é sinônimo de falta de proteção do Estado, dos direitos trabalhistas, inclusive, do direito de alimentar-se, de ter terra, um teto, um trabalho digno. A liberdade do capital em países subdesenvolvidos aprisionou o homem, e o tornou refém de um sistema que cada vez mais mostra a face da miserabilidade, logo,

Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos mediante fusões e aquisições, a promoção de níveis de encargos da dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, há prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos, a dilapidação de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo (HARVEY, 2014, p. 123).

Segundo Harvey (2014, p.119) para que o motor da acumulação se mantenha, “escândalos financeiros e especulações fraudulentas tem que eventualmente se repetir”. Assim, para manter a acumulação ampliada são necessários roubos, fraudes, desvios, que resultam em um número cada vez maior de pessoas não assistidas pelo poder público, de pouco ou nenhum investimento na educação e saúde, um número maior de desempregados, sem teto, sem terra, é a chamada acumulação por espoliação.

O motor do capital é mantido ativo às custas da mercadificação e privatização da terra, com a consequente expulsão violenta dos camponeses, dos processos coloniais, neocoloniais e imperiais de acumulação de ativos, assim como, do trabalho escravo, da fome, da falta de expectativa e de esperança, e “o Estado, com seu monopólio de violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos” (HARVEY, 2014, p. 121).

É necessário para o capital que ocorram desvalorizações para, posteriormente, (re) valorizar, a exemplo, a expulsão de pessoas de seus empregos, criando um exército de reserva, é um caso típico de valiosos ativos que são retirados de circulação e

desvalorizados, ficam esvaziados e adormecidos, esperando que o capital faça novo uso deles dando nova vida a acumulação. Essas desvalorizações costumam destruir o bem-estar social, e “uma das principais funções das intervenções do Estado e as instituições internacionais é orquestrar desvalorizações para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral” (HARVEY, 2014, p. 126).

Segundo Harvey (2014) para que ocorressem a abertura de novos territórios, a acumulação por espoliação e as formas capitalistas de comportamento de mercado, era preciso, além da financialização e do comércio mais livre, uma postura radicalmente distinta da maneira como o poder do Estado devia se desenvolver. O surgimento da teoria neoliberal junto a política de privatização somou uma grande parcela do tom geral dessa transição de mercado.

Harvey (2014, p. 135) diz que “a acumulação primitiva abre caminho à reprodução expandida, e a acumulação por espoliação faz ruir e destrói um caminho já aberto”. A acumulação primitiva, embora tenha em seu alicerce muito sangue e suor de trabalho escravo, representaria uma espécie de esperança de construção do novo futuro para o trabalhador, como exemplo, a industrialização de um país apresenta ônus ao trabalhador, mas traz a esperança de trabalho e melhores condições do mesmo, todavia, a acumulação por espoliação destrói essa esperança, pois, no país que fora industrializado, os trabalhadores são postos para fora com o intuito de desvalorizar ativos e valorizar mais adiante, para expandir a acumulação capitalista.

O capital cria consumidores, e para mantê-los como tais, cria empregos, contraditoriamente, cria o desemprego, para gerar futuros ativos e lucrar mais, esse vaivém do capital, os mandos e desmandos sem limites e sem fronteiras, são apoiados pelos Estados, pois “a acumulação de capital requer a acumulação interminável de poder político” (HARVEY, 2014, p. 117), e este possibilita o vaivém, e o ir e vir incessante daquele.

Na produção da laranja, o capital criou a necessidade do consumo do suco nos Estados Unidos, com o discurso da importância da primeira refeição e da vitamina C. Contudo, em decorrência de fatores climáticos, a Flórida não conseguiu manter-se como único abastecedor do país, logo o Brasil entrou na disputa como forte fornecedor de suco concentrado. Mas, para que isso ocorresse, e os estados brasileiros se transformassem nos principais exportadores de suco de laranja para os EUA, houve algumas intervenções políticas.

O destaque destas intervenções no estado de Sergipe está associado, principalmente, a questão do crédito concedido a alguns produtores em detrimento de outros, que acirrou a concorrência desleal, fazendo com que muitos citricultores, em especial os camponeses, abandonassem o plantio da laranja, e mais ainda, na destruição de plantações inteiras, com o aval do Estado, por não se enquadrarem ao modelo de revitalização implantado.

2.2.2 O ir e vir incessante do capital

O alcance do capital por todo o planeta, o seu ir e vir, suas explorações aos recursos econômicos, humanos e naturais, cada vez mais se mostra sem fronteiras, muros, ou cercas que separem o capital do seu principal objetivo que é obter lucro. Foram, sobretudo, “as políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento das conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde a década de 1980, sob o impulso dos governos Teatcher e Reagan” (CHESNAIS, 1996, p. 34) que impulsionaram essa liberdade desenfreada do capital.

Sindicatos e associações em prol dos trabalhadores, em busca dos direitos sociais, além do pleno emprego com o estado de bem-estar social, eram impasses para a expansão do capital. A revolução conservadora de 1970 foi um grande passo para o livre acesso do capital, liberdade que não desfrutava desde 1914, “o capital não teria podido alcançar seus objetivos sem o sucesso da ‘revolução conservadora’ do final da década de 1970” (CHESNAIS, 1996, p. 24).

Neste sentido, as políticas neoliberais que se desenvolveram a partir dos anos 1980 apresentaram como objetivo base, esfacular as organizações sindicais e todas as instituições e relações sociais que seriam entraves à lógica da mundialização do capital, pois, as instituições garantiam aos assalariados meios de defesa contra seus empregadores e, graças ao pleno emprego, uma assistência social para a maioria da população.

Um dos primeiros passos para o grande alcance do capital pelo mundo se deu após a Segunda Guerra Mundial, com a necessidade de empréstimos vindos dos Estados Unidos para a reconstrução da Europa Ocidental e Japão. O ‘apoio’ financeiro dado aos países que estavam totalmente debilitados depois de quatro anos de guerra, como também, ao Japão, fragilizado, principalmente, depois de ter tido duas cidades devastadas pelas bombas nucleares (Hiroshima e Nagasaki, que não por acaso, foram destruídas pelos mesmos que estavam ‘estendendo a mão’), deram o pontapé inicial para os futuros e

lucrativos empréstimos que seguiriam na segunda metade do século XX e segue pelo século XXI.

Posteriormente, passaram a ser determinadas as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais desenvolvidos, e em especial, dos desenvolvidos para os subdesenvolvidos. Segue alguns exemplos dessas ações que visavam estabelecer regras noutros países, para governar as relações monetárias entre as nações: o acordo *Bretton Woods*, a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Mundial, além do surgimento também da Organização das Nações Unidas (ONU) que fora criada com o intuito de promover a cooperação internacional, entre outros.

Além do surgimento de vários acordos, bancos e fundos para conceder empréstimos, com o discurso de levar o desenvolvimento para o país credor, surgiram também os blocos econômicos, que tinham a intenção de fortalecer os países participantes e fazer frente de força perante o mercado mundial, bem como, internacionalizar a economia dos países, assim,

Os empréstimos concedidos aos governos dos países, têm que ser aprovados pelo conselho do FMI formado pelos representantes dos países doadores dos recursos. Para conceder esse empréstimo, porém, o FMI faz exigências, que geralmente incluem reformas nas economias dos países. Principalmente depois da reunião que ficou conhecida como Consensus de Washington, esse programa de reformas passou a incluir ajuste fiscal, fim de subsídios para produtos agrícolas e combustível, e privatização de companhias estatais não lucrativas, medidas consideradas impopulares (OLIVEIRA, 2012, p.4).

Os países que obtêm os empréstimos são ‘levados’ a adaptarem-se às normas e regras impostas pelo capital, pois para tornar-se mundial, é necessário que todos estejam enquadrados, seguindo as mesmas regras e compreendendo, acima de tudo, os que mandam, os que obedecem, os que lucram e disponibilizam matéria-prima, mão de obra barata, e desse modo,

o FMI e Banco Mundial implementaram o Washington Consensus que está na base dos planos de estabilização e ajustamento das economias dos países que estavam ou estão endividados internacionalmente, de modo a adaptá-los à nova realidade do capitalismo mundial. Resumidamente, ele prevê a estabilização da economia (combate à inflação); realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação do mercado, liberalização financeira e comercial); e retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento. O Plano Real no Brasil é na sua totalidade o próprio

Washington Consensus. É pois assim, que surgiram também, os mercados comuns e as comunidades econômicas que passaram a compor o cenário do comércio mundial. NAFTA, UE, Mercosul, etc. são múltiplos exemplos da nova organização do capitalismo monopolista mundializado que agora pode no limite, até praticante prescindir do Estado Nacional. Aliás, no novo acordo de tarifas da Organização Mundial do Comércio - OMC - pretende-se que todas as barreiras alfandegárias sejam removidas, enfim, que o mundo seja finalmente, a “pátria” única do capital (OLIVEIRA, 2012, p.5).

Neste sentido, o mundo se transformará numa grande nação sem fronteiras, muros ou cercas, com nenhum impedimento para a expansão do capital, todos numa mesma sintonia, a do desenvolvimento desigual e combinado², trabalhando juntos para que não haja limites para o crescimento das empresas oligopolistas, e nem para a crescente desigualdade.

A mundialização do capital consolida uma aliança entre empresas e Estados, segundo Oliveira (2012) as empresas precisam do Estado para mundializar o capital, e o Estado precisa das empresas mundializadas para garantir sua legitimidade, e dessa forma é consolidada a fase monopolista do capitalismo. Ainda para Oliveira (2012, p. 6) “o mercado da multinacional não é somente o dos países industrializados; a mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial”.

A industrialização, os avanços tecnológicos e o capital, não são pertencentes a determinado lugar, nem lugares são escolhidos para se desenvolverem em detrimento de outros, o trio supracitado, está em todos os lugares, seguindo as empresas multinacionais, tornando firme o alicerce do capitalismo monopolista, e migrando, sempre que encontrarem melhores condições para obter lucros e explorar.

A atual condição vitoriosa do capital, conseqüentemente, do mercado, não seria possível se não houvesse intervenção política, principalmente vindas dos países mais poderosos do mundo, pois as condições desenfreadas de que necessita o capital para se expandir, são provenientes de aberturas políticas, ou melhor, da articulação entre o político e o econômico, que apresentam as ferramentas necessárias para a expansão do capital e o triunfo do mercado.

Se por um lado a mundialização do capital se dá pela total liberdade que este possui de adentrar a maioria dos países, por outro, esta só é possível pela privação de

² Neil Smith 1988.

liberdade desses mesmos países. O Estado deixa de estar à frente, conduzindo o país de forma livre, independente e centrado em seu próprio desenvolvimento, criando suas próprias políticas, para estar cada vez mais diminuído diante das empresas oligopolistas, que ditam as regras, neste sentido,

Sem a intervenção política ativa dos governos Teatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação das políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à liberdade deles se expandirem à vontade e explorarem onde lhes for conveniente (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Aliado a liberalização do comércio e as desregulamentações e privatizações, estão as novas tecnologias, que permitem o enxugamento das grandes indústrias, segundo Chesnais (1996, p. 35) “cada passo dado na introdução da automatização contemporânea, baseadas nos microprocessadores, foi uma oportunidade para destruir as formas anteriores de relações contratuais”.

O *lean production* (sem gorduras de pessoal), o sistema toyotista de terceirização e o *just in time* que evita o acúmulo de produtos, foram meios que elevaram os lucros capitalistas e na mesma proporção, ou em maior, a exploração do trabalhador. Pois com o desemprego gerado pelo enxugamento das indústrias, principalmente em países subdesenvolvidos, aumentou em muito o número de miseráveis dispostos a trabalhar no que surgir, independentemente da quantidade de horas trabalhadas, do salário e da segurança no trabalho.

A terceirização é muito útil às grandes empresas, pois estes lançam seus pedidos às empresas de terceiros, têm seus pedidos atendidos e com baixo custo, porém o ônus da precariedade dos contratos, dos baixos salários, da insegurança e da semiescravidão não recai sobre seus ombros, mas sobre os dos trabalhadores, que culpam a empresa que fora terceirizada, ficando para os grandes grupos apenas o bônus do lucro de uma produção barateada.

O fato de não ter prateleiras lotadas com produtos a serem vendidos também em muito facilitou o aumento do lucro, com o “tempo certo” de produzir, através de pedidos emitidos por empresas, fez com que os capitalistas não tivessem seus capitais aprisionados nas mercadorias. O *just in time*, porém, é um meio arriscado, pois o

capitalista depende dos produtos que ainda serão produzidos, e caso tenha greves, seja dos operários, seja dos fornecedores, não há produção.

E embora o desemprego estrutural tenha, de certa forma, trazido uma nuvem de incertezas sobre quem precisa de quem, pois o trabalhador sedento de um emprego não enxerga que só seu trabalho gera a riqueza e sente-se totalmente nas mãos do capitalista, as greves mostram uma esperança, um fôlego para a luta, e deixa nítido que se não há trabalho, não há produção, não há lucro.

O vaivém do capital traz e leva os tempos gloriosos, levam e deixam crises, Sergipe se apresentou como o segundo maior produtor do país em 1980, decaiu, perdendo esse posto para o estado vizinho a partir de 1990, e caindo ainda para o quarto maior produtor em 2016, ficando atrás de Minas Gerais, hoje é o quinto colocado em produção, segundo os dados do IBGE (2017).

A ausência de proteção do Estado para com o camponês é ainda mais sentida em tempos de crise e aumenta a insegurança no campo, pois ao diminuir a produção de laranja, pelos mais diversos motivos, o trabalhador não se percebe enquanto elo forte do circuito, pelo contrário, pois além de a indústria também ter plantações, o investimento e crescimento de outros estados suprem o que este deixou de produzir.

2.2.3 O poderio das grandes empresas

Embora a riqueza seja gerada através do trabalho, sua distribuição é comandada pela esfera financeira, e está muito distante do trabalhador a parcela justa que lhes caberia. A concentração de riquezas hoje está associada também à concentração e fusão de empresas, e, cada dia mais um número menor de firmas dominam o ramo mundial em suas produções (automobilísticas, petroleiras, sucos, cervejarias, etc.).

Com a pretensão de não ter concorrentes, ou pelos menos diminuir ao máximo o número destes, são feitas fusões entre grandes empresas, que não necessariamente fazem parte de um mesmo ramo, por exemplo, empresas de agrotóxicos podem pertencer ao mesmo grupo de empresas de remédios como assegura Michalet,

A empresa tenderá a sair do seu setor de origem e diversificar-se em modalidades totalmente originais. Sua nova força reside em sua capacidade de montar operações complexas, que irão exigir a combinação de operadores vindos de horizontes muito diferentes: empresas industriais, firmas de engenharia, bancos internacionais,

organismos multilaterais de financiamento. (MICHALET, 1985, apud, CHESNAIS, 1996, p. 77).

A ‘nova’ empresa (vem tomando essa forma desde a década de 1980), passa a investir em vários setores, ainda que muito distantes do que seria sua produção original, “o primordial não é o tipo de organização, ou as estratégias de produção e tecnologia, mas a natureza e formas de relações que estabelece com outras empresas” (CHESNAIS, 1996, p.77).

Através das relações que são estabelecidas com outras empresas, as firmas (ou o capital) tentam ultrapassar os riscos decorrentes do mercado mundial, os investidores estão como acionistas das empresas, enquanto estas lhes conferem altos lucros, caso contrário, migram. São os chamados rentistas, muito comuns no atual mercado de capital mundializado. “O grupo multinacional tem que ser altamente rentável, e é observado de perto pelos detentores de carteiras de ações, essa rentabilidade não pode mais ser só baseada na produção e comercialização, precisa basear também nas suas relações com outras empresas” (CHESNAIS, 1996, p.78).

O ir e vir do capital é uma das grandes características da sua mundialização, como a capacidade de investir em um setor que aumente seus lucros e cessar o investimento quando não for mais conveniente para o aumento da renda. É o chamado vaivém do capital, e segundo Chesnais (1996, p. 81), “um dos atributos ideais do capital é a mobilidade, a recusa a se prender a determinadas modalidades de comprometimento setorial ou geográfico, bem como, capacidade de se soltar, de desinvestir tanto quanto de investir”.

Contudo, não são apenas grandes empresas que se fundem, várias empresas menores, que serviam de base para firmas maiores, também são fundidas no intuito de dominação do mercado, portanto, “a multiplicação das participações minoritárias de companhias coligadas, das participações em cascata e, sobretudo, de numerosos acordos de terceirização e de cooperação inter-empresas, que levaram ao surgimento das empresas-redes” (CHESNAIS, 1996, p.78).

As comercializações à distância apresentam, de certa forma, riscos para as empresas, a ausência do chamado *face to face*, cria uma atmosfera de insegurança, seja pela falta de confiança no pagamento, ou na devolução da mercadoria em caso de inadimplência, seja com os preços que não poderiam ser discutidos para entrar num acordo, e a própria falta de contato entre vendedores e compradores, que deram impulso

às transnacionais, sendo assim, “a luta contra os custos de transação gera as multinacionais” (CHESNAIS, 1996, p.84).

Para Bathelt (2011) embora as tecnologias de informação e comunicação tenham fornecido oportunidades de conhecimento e comercialização à distância, a literatura continua a enfatizar os benefícios decorrentes da proximidade geográfica entre agentes e empresas, dando ênfase a forma como os aspectos da interação *face to face* permitem a transferência de complexos, mensagens e o estímulo da confiança em condições de incerteza.

Ainda para o autor, as tecnologias de comunicação estão associadas a deficiências técnicas, e observa que, em muitos casos técnicos, são encontradas dificuldades, incluindo a qualidade da exibição visual ou do áudio, que afetam interatividade à distância negativamente. E, conclui que as empresas e as redes mais capazes de usar ambas as opções (face a face e a distância) provavelmente desenvolverão um alto grau de flexibilidade e competitividade, tendo mais possibilidades de lucros.

E, embora haja uma tendência dessas dificuldades desaparecerem com maior avanço tecnológico, as grandes empresas atualmente se fundem, e comercializam internamente. Desse modo, a interação é feita dentro de um mesmo grupo havendo uma maior integração, e menores riscos. Forma-se os chamados oligopólios, Chesnais ressalta que,

Se as quatro maiores companhias, na produção, vendas e faturamento de um setor ou uma categoria de produtos, detinham, em conjunto, menos de 25% do mercado, reinava uma situação de concorrência imperfeita. Se as quatro companhias mais importantes detivessem mais de 25% do mercado, estava-se de acordo em dizer que começava a haver uma situação de oligopólio. Entre 25% e 50%, tal oligopólio era caracterizado como fraco e instável; além desse ponto, era considerado cristalizado e constituído de forma duradoura (CHESNAIS, 1996, p. 93)

Para se constituir o que o mercado chama de oligopólio cristalizado e constituído de forma duradoura é necessária uma grande concentração de capital, de produção, de comercialização e mais contribuição do trabalhador, posto que muitas das fusões são feitas com a participação do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e fundos de pensão dos trabalhadores.

As empresas também convertem a ciência como fator de dominação e monopolização, e combatem fortemente argumentos e pesquisas críticas, o que antes era

limitado pela igreja ou pelo Estado, hoje são as empresas que interferem, além de determinar e influenciar as leis que regem os Estados, sendo assim,

É necessário destacar que muitos desses processos de fusões, associações e aquisições foram feitas com a participação do BNDES e dos fundos de pensão dos trabalhadores das estatais brasileiras. Aliás, os fundos de pensões dos empregados das estatais têm se tornado proprietários de parte das ações de muitas empresas no Brasil, revelando sua dimensão capitalista. Ou seja, esta parte do proletariado tem interesse direto na lógica capitalista de produção desses empreendimentos onde são acionistas, às vezes, até tornando-se majoritários como é o caso da Vale (OLIVEIRA, 2012, p.10).

Os fundos de pensão têm como objetivo possibilitar uma aposentadoria complementar ao trabalhador. Os valores dos benefícios são aplicados pela entidade que administra o fundo, esses podem ser descontados em folha do salário do trabalhador para receber mais tarde quando aposentar. Follador (2015), especialista em previdência explica que o montante do capital investido pelos trabalhadores chega a 750 bilhões de dólares no Brasil e 36 trilhões de dólares no mundo. As empresas investem esse capital numa diversidade de investimentos como em fusões de empresas, imóveis, ações, rendas fixas, infraestruturas como portos, aeroportos, hidrelétricas e até shopping center.

Cerca de 2/3 da economia norte americana é propriedade de fundo de pensão, assim, segundo o economista Peter Drucker citado por Follador (2015), o capital americano é mais socializado que o que foi o capital socialista, pois este foi estatizado e nos EUA, os trabalhadores, ainda que assalariados, podem ser acionistas de empresas, e possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Afirmo Follador (2015) que o fundo de pensão não tem fins lucrativos, como ocorre com a previdência privada de bancos, e compram, financiam, constroem, com o CNPJ daquela entidade que o trabalhador é parte integrante fundamental (FOLLADOR, 2015).

Entretanto, essa é mais uma maneira de aumentar o lucro, por um lado, através dos juros e rendimentos do montante considerável de capital investido, por outro lado, as empresas ‘fidelizam’ os trabalhadores, agora chamados de colaboradores, que passam a ser acionistas, têm um incentivo a mais para continuarem totalmente dedicados às empresas, que tanto necessitam de trabalhadores criativos, que invistam, contribuam e colaborem para a expansão e acúmulo do capital desta.

Em se tratando de fusões, “no setor de suco concentrado de laranja cabe destacar a antiga aliança da Cutrale com a Coca Cola, fazendo com que ela assumisse plantas

industriais da multinacional na Flórida nos Estados Unidos” (OLIVEIRA, 2012, p.10). Pode-se destacar também, segundo o autor, a fusão entre a Citrosuco do grupo Fischer (que antes da fusão era a segunda maior exportadora de suco de laranja do mundo) e a Citrovida do grupo Votorantin (que era a terceira) e que fora aprovada em dezembro de 2011, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Com a aprovação da fusão, superaram a Cutrale, tradicional líder nas exportações de suco de laranja do Brasil, e se transformaram no maior exportador global.

As negociações de grandes empresas, fusões, reestruturações, e todas as novas e velhas formas de garantir maior lucro, embora tentem demonstrar benefícios e vantagens para o trabalhador, estes se concentram apenas nas mãos dos capitalistas, para o trabalhador recai o inverso. Dois meses após a aprovação da fusão, a Citrovida fechou uma de suas unidades em Matão/SP, deixando desempregados 173 trabalhadores, segundo Oliveira (2012).

As vantagens das fusões vão para a grande empresa, pois a centralização da produção em mãos de poucos permite estabelecer preços, normas, regras para a produção e, principalmente, a concentração de riquezas, constantemente pequenas e médias empresas são engolidas pelas grandes, que comandam boa parte da produção mundial.

As centenas de marcas que encontram-se nas prateleiras são pertencentes a poucos grupos, ainda que o consumidor compre variadas marcas, o lucro é direcionado para os mesmos grupos. Esse protagonismo em relação a produção influi em vários outros setores, até mesmo no comportamento e dietas da população. Frequentemente, marcas famosas patrocinam eventos na área da saúde, investem muito em propagandas, e ‘convencem’ a todos de que o alimento industrializado é bom e nutritivo, a exemplo, maternidades que introduzem o leite artificial ainda no berçário, outro exemplo, a Nestlé que patrocina eventos internacionais de nutrição infantil, entre outros.

2.3 O local, o global e a interdependência dos lugares

O avanço da técnica e da tecnologia fez com que o espaço passasse a ser analisado com outros olhares, devido à grande fluidez presente neste, principalmente, com a ligação do local ao global. O movimento incessante de mercadorias, de informações, de pessoas e de capital, adicionou às análises dos geógrafos o estudo em rede, contudo, esta não é um fenômeno novo, porém, “antes tinha uma rede organizando o espaço, mas não um espaço organizado em rede” (MOREIRA, 2007, p. 58). Nesse sentido, “o circuito espacial

de produção abarca as diferentes etapas do processo produtivo, articulando dialeticamente o lugar e o mundo” (CASTILLO e FREDERICO, 2010, p. 464), ou seja, incorpora os elementos fixos presentes nos lugares, as redes que os conectam, assim como os fluxos que se estabelecem entre eles.

A linha demarcatória entre as fronteiras territoriais é, aparentemente, diluída com o processo de globalização, dando a sensação de homogeneidade espacial, os costumes, as vestes, a alimentação estão cada dia mais parecidos em todos os lugares, como uma tendência a ser seguida. *Fast food*, marcas de refrigerante, de tênis, de jeans, dentre outros, que se espalham pelo planeta, principalmente, tendo a internet como aliada no processo de exposições e propaganda.

Desse modo, segundo Moreira (2007, p. 59) “a distância perde seu sentido físico diante do novo conteúdo social do espaço” e a ideia do termo globalização enquanto aldeia global, termo que dá a impressão dos lugares cada vez mais próximos e homogêneos, ganha força. A distância física não é mais empecilho e o local se comunica com o global e na maioria das vezes não tem relação nenhuma com a localidade vizinha, entrando em declínio a teoria de pólos de crescimento de Perroux³ (forma piramidal).

A teoria de Perroux coloca a indústria motriz⁴ como principal geradora de um pólo de crescimento, a antiga organização matriz e filiais. Contudo, atualmente as empresas se apresentam conectadas através de redes, e com tendência a apresentarem uma divisão do trabalho mais flexível, a exemplo da flexibilização nos contratos de trabalho, e da terceirização. Outro fator é que a hierarquia era concebida de acordo com a área de influência (local, regional, nacional), entretanto, hoje o local pode desenvolver vínculos muito mais consistentes com o global que com o regional (LENCIONI, 2006).

Portanto, ainda para Lencioni (2006, p. 70) “a densidade dos fluxos de comunicação faz com que alguns lugares se tornem próximos a outros mais distantes, enquanto lugares vizinhos podem conhecer poucas relações entre si”, e acrescenta que a rapidez dos transportes e capacidade de fluidez das redes, fazem com que as cidades que estão no meio do caminho entre o ponto de partida e de chegada, tornem-se invisíveis, como se o indivíduo entrasse num túnel e as paisagens passassem despercebidas.

³ Teoria de Perroux - enfatiza o efeito de dominação exercido pela grande empresa capaz de inovação, e a interdependência setorial como fator de localização das firmas, por consequência, de desenvolvimento regional.

⁴ Principal geradora de um pólo de crescimento, que tem capacidade de incrementar o desenvolvimento de outras indústrias, e irradiar no território o crescimento econômico (LENCIONI, 2006, p.68).

Em contrapartida, lugares muito distantes podem apresentar estreitas relações, principalmente, em decorrência do desenvolvimento das redes de informação e comunicação, através dos cabos de fibra ótica e são chamados, por Lencioni (2006), de proximidade relativa.

Moreira (2007, p. 60) afirma que “é o lugar que dá o tom da diferenciação do espaço” considerando o lugar a partir de dois grandes autores Santos (1996) e Tuan (1983) o primeiro diz que o lugar é um agregado de relações internas e externas (horizontais e verticais) e o segundo diz que lugar é identidade, sentido de pertencimento. “Esses conceitos não se anulam, podem ser vistos como dois ângulos distintos de olhar sobre o mesmo espaço do homem no tempo do mundo globalizado” (MOREIRA, 2007, p. 60).

Castillo e Frederico (2010, p. 469) afirmam que para ampliar os circuitos espaciais é necessário “uma logística eficiente, envolvendo um número maior de regiões e agentes, e torna necessária a proliferação de normas que facilitem e racionalizem a circulação das mercadorias”.

Neste sentido, com a mundialização, fez-se necessário estabelecer normas em escala mundial. A comercialização feita entre todos os continentes necessitam de regras, e essas são estabelecidas para monitorar e, de certa forma, padronizar a produção em todos os países, por isso são feitos certificações de qualidade de produtos e serviços e a conversão de alguns produtos em *commodities*, que são de grande importância no mercado internacional.

Se o lugar, enquanto único no espaço é o que dá o tom da diferenciação, e esse mesmo sofre influências externas (globais) e internas (fruto da história e cultura locais), não faz sentido falar no mundo como aldeia global, ou na total homogeneização dos espaços. Portanto, ao mesmo tempo em que a ligação em rede homogeneiza os espaços, a história e a dinâmica endógena de cada lugar resguarda suas características particulares.

“Lugares ou segmentos inteiros podem ser incluídos, ou ao contrário, excluídos, dos arranjos espaciais, a depender de como os interesses se aliam e organizem o acesso do lugar às informações da rede” (MOREIRA, 2007, p. 61). Sendo assim, não ocorre todo o tempo uma disputa entre localidades ou entre regiões, não há região escolhida para ser periférica e a escolhida para ter ascensão, mas o capital, utilizando-se dos mais variados macetes para ampliar sua reprodução, ora torna uma região importante, ora ela se deprime, mas sempre segundo seus interesses e a atratividade da região em determinado momento.

A atração de capital, seja em forma de investimentos estruturais como asfaltos, portos, aeroportos, seja investimentos em forma de diminuição dos impostos, ou a própria isenção, são trazidos para a região para promover a acumulação de capital da empresa, não para promover o desenvolvimento da região (que é o que deveria ser considerado a *priori*).

Para que uma empresa se instale em determinado lugar deve ser analisado, segundo Amaral Filho (2010), a quantidade máxima de incentivos ofertadas, volume do investimento, quantidade de emprego direto a ser gerado pelo projeto, setores e cadeias produtivas, localização geográfica, impactos interindustriais e intersetoriais gerados pelas compras de insumos e serviços, responsabilidade social da empresa. O incentivo fiscal deve ser analisado, não pode ser determinado na camaradagem ou simplesmente como forma de continuar dando força ao capital. Deve ser estudado e obedecida algumas regras como a concorrência fiscal estabelecida entre as localidades ou estados; a relação entre os custos relativos; e a relação custo-benefício.

O mesmo autor ressalta que se houver cuidado nas análises e cumprimento das regras estabelecidas tanto pela empresa, quanto pela região que irá sediá-la, há possibilidades de uma região deprimida ascender e se igualar a outra região. E acrescenta que “não se trata de penalizar a lógica de mercado e a eficiência que lhe é peculiar, apresentada por certa região polarizadora, mas de promover a sua difusão para outras regiões potencialmente candidatas” (AMARAL FILHO 2010, p.12).

O autor ainda argumenta que no mundo das firmas, quando há um desequilíbrio na correlação de forças entre estas, o Estado é convidado a intervir, procurando evitar a formação de estruturas oligopolistas ou de monopólio, promovendo divisões no controle do capital. No mundo das regiões o Estado intervém, mas com o propósito de redistribuir a força de atração das regiões, o que significa corrigir as desigualdades regionais, e afirma:

De toda maneira, a eficácia da escolha do projeto dependerá em grande parte dos objetivos fixados pelo governo em relação ao que pretende desenvolver para a economia local, pretensão essa que pode variar de uma estratégia que visa a densidade industrial ou simplesmente a expansão da oferta de emprego, ou a combinação das duas. No caso da densidade industrial, o dilema passa a ser o tipo de atividade ou de indústria a ser privilegiado. Neste caso, é comum perguntar o que seria mais razoável: apoiar uma indústria nascente, uma indústria já existente, ou simplesmente uma atividade ou indústria inexistente? (AMARAL FILHO, 2010, p. 23).

Compreende-se, no entanto, que todas as empresas hoje, ainda que instaladas em determinado lugar com o intuito do desenvolvimento regional, está em rede com o mercado mundial, e a rede é o auge do caráter desigual e combinado⁵, pois, a fluidez espacial (migração entre territórios “opacos” e “luminosos” tanto de pessoas, mercadorias e capital) junto ao traço marcante do modo capitalista de produção, que é a desigualdade, posto que só o trabalho gera riqueza e é necessário que existam trabalhadores explorados para ampliar as riquezas dos detentores do capital, culmina numa “dimensão espacial que se consubstancia no processo de regionalização, ou seja, de diferenciação de áreas” (BAGGIO, 2008, p. 43).

“Para entrarem em rede, os países lugarizam-se mediante a organização regional, só depois saem em voo livre pela verticalidade” (MOREIRA, 2007, p. 62), ou seja, para abarcar o mercado mundial e lançar-se nas relações exógenas, os países, lugares ou regiões, mantêm-se fortemente ligados às suas singularidades, pois o mercado exige o diferente, novos produtos a serem comercializados, é necessário um mergulho em sua particularidade, para então alçar voos rumo ao global.

E é nessa relação que a cultura é mercantilizada, o diferente no espaço mundial transforma-se em atratividade, como por exemplo, a tranquilidade e o bucólico do campo vendido através dos hotéis fazenda, assim, segundo Baggio (2008, p. 43) “desde o início a lógica espacial do capitalismo objetiva-se territorialmente de forma seletiva e pluralística conferindo diferenciação entre os lugares que participam da globalização”.

As redes se constituem como forças produtivas fundamentais de uma economia cada vez mais mundializada, elas expressam as relações de circulação do capital, que evidencia uma das dimensões do espaço como meio (mediação necessária à reprodução do capital) não como lugar (LENCIONI, 2006). Desse modo, o espaço garante a fluidez, o ritmo frenético das empresas em busca de incentivos fiscais, das pessoas buscando melhores condições de vida, das informações (principal matéria-prima do espaço rede), do capital, das mercadorias.

Segundo Baggio (2008, p. 44) “sob a lógica do capital, os mecanismos de diferenciação de áreas se tornam mais evidentes precipitando a formação de regiões desigualmente desenvolvidas, porém articuladas entre si [...] a diferenciação opera como um componente fundamental à oxigenação da economia de mercado, pois requer diversificação e inovação permanentes”, posto que para o capitalismo não é viável apenas

⁵ (SMITH, 1988).

produzir produtos, mas há também a produção de consumidores, e para continuar a produção a todo vapor, é necessário diversificar, pois a competição e competitividade implica diferenciação e criatividade.

O trabalho intelectual e criativo cria uma série de ativos não materiais ou intangíveis, como invenções técnicas, *know-how*, marcas, desenhos, criações literárias e artísticas. Discute-se o papel desses ativos, resultantes da inovação, expressão e criatividade, como uma fonte não física de geração de valor. Assim, o capitalismo atual estaria cada vez mais relacionado à capacidade de produzir e controlar estes intangíveis (LIMA, 2006) e acrescenta:

No final do século XX, discutiu-se a importância das “indústrias criativas”, que representariam atividades econômicas que colocam a criatividade como um elemento essencial em seu processo produtivo. As atividades criativas não são, necessariamente, novas, mas adquiriram uma maior importância econômica e social com o surgimento da sociedade do conhecimento. São as indústrias da música, do audiovisual, do design, do software, da moda, da fotografia e de outros segmentos que lidam com conteúdos simbólicos. Esses segmentos se constituíram em um componente cada vez mais relevante, na economia contemporânea, por contribuírem para o desenvolvimento econômico e, também, como veículos de identidade cultural das nações (LIMA, 2006, p. 2).

De acordo com Harvey (2004), tem-se observado que as empresas que concorrem nos mercados mundiais, geram, de um lado, produtos mundializados, mas necessitam oferecer produtos com singularidade, para enfrentar os concorrentes mundiais. Daí passa-se a observar que os valores simbólicos dos bens articulados com afirmações culturais não são um atributo geralmente universal.

O mercado exige o novo, o criativo, o diferente, para atrair cada vez mais consumidores, e, dialeticamente, o singular, pertencente a determinado lugar, ao ser transformado em mercadoria, seja a paisagem, os costumes, a culinária, entre outros, tornam-se mundializados.

Outro fator observado no modo de produção capitalista é o modo como o individualismo é enaltecido, o profissional criativo recebe muitos prêmios por contribuir para o aumento dos lucros da empresa, reforçando a ideia de esfacelamento do coletivo, além da insegurança no trabalho, caso o trabalhador não esteja apto, ou criativo o suficiente.

E nisso se configura no que Smith (1988) chamou de vaivém do capital, este migra para o local, empresa ou região que ofereça maior lucro, incentivo fiscal, com mão de

obra mais barata, mercado consumidor acessível, e quando determinado lugar atinge o desenvolvimento necessário, e a taxa de lucro começa a cair, aquela área antes desenvolvida entra em decadência, o capital migra de novo e o subdesenvolvida começa a crescer, economicamente falando. Nesse sentido, uma área desenvolvida transforma-se em subdesenvolvida, e noutro momento pode se (re) desenvolver.

Tem-se como exemplo nas grandes cidades a diferenciação dos bairros, o centro há um tempo era local de moradia da população mais abastada, posteriormente, com o aumento populacional, do número de lojas, de fábricas, fez com que a população migrasse para a área suburbana, desvalorizando o centro enquanto morada, mas (re) desenvolvendo enquanto comércio.

Segundo Smith (1988, p. 212), “numa perspectiva mais geográfica, Marx observou que o capital cresce enormemente num lugar, numa única mão, porque foi, em outros lugares, retirado de muitas mãos”. Isso explica também o porquê de haver “superacumulação do capital em um pólo, e superacumulação de trabalho em outro” (SMITH, 1988, p. 213).

Portanto, não há uma região deprimida e outra super valorizada pelo capital de forma constante e fixa, a região que num determinado momento é enaltecida, desenvolvida, com um número maior de empregos, estabilidade econômica, noutro momento passa ao subdesenvolvimento, com um número grande de desemprego, instabilidade, inflação, porque, quando passa a apresentar lucro menor, o capital migra, e leva ao desenvolvimento desigual, porém combinado, por isso, segundo Smith (1988, p. 193) “na medida em que uma solução começa a ter resultado, ela cava sua própria cova”.

A região citricultora do estado de Sergipe vivenciou o vaivém do capital, com períodos de ascensão e crise, todavia, as altas quantias que circulavam e que fora reduzida não tem relação com um “querer” do próprio capital, mas na incansável busca do lucro. Migrar para o estado vizinho ou para o Sudeste, ou para qualquer outra região, tem relação apenas com o lucro. Contudo, mesmo com o incessante movimento do capital, o circuito espacial precisa ser completo, para a expansão capitalista e produção do espaço.

E mesmo diante do atual quadro de crise, a produção de laranja contribui para o aumento do Produto Interno Bruto no estado, assim como, ainda tem muitos trabalhadores nesse ramo, contribuindo para o circuito da *commodity*, com a exportação, em especial para a Holanda, como também, as exigências no plantio vindas do exterior são sentidas no estado, como o plantio de mudas selecionadas, que tenham frutos com mais líquidos para a produção do suco, bem como, com o controle de pragas.

2.4 Circuito Espacial Produtivo e a produção do Espaço

O divórcio entre o trabalhador, os meios de produção e a terra, tornou o homem um assalariado dependente do capitalista, tal fato ajudou a impor uma disciplina no trabalho necessária ao capitalismo, que “consegue, por tentativa e erro, descobrir os elos mais frágeis das forças contrárias à acumulação ininterrupta, e se aproveita desses elos para abrir campo novo para a burguesia cumprir sua missão: a acumulação de capital” (HARVEY, 2005, p. 71).

A chamada acumulação primitiva, segundo Marx (1985), não ocorreu de forma poética, ocorreu às custas de muito sangue e suor. O processo de separação do homem dos seus meios de produção, que resultou no assalariamento, dando a ideia de liberdade foi resultado de várias transformações no espaço, e em diferentes modos de produção, de diferentes sociedades.

No feudalismo, o camponês retirava da terra tudo o que precisava, mas esta tinha um dono, o Senhor Feudal, e era preciso trabalhar exaustivamente para suprir as necessidades da família do proprietário da terra, e de sua família. A sociedade capitalista surgiu no bojo da sociedade feudal, e para que esta fosse suplantada, os camponeses foram expulsos das terras, e passaram a vagar pelas ruas das cidades, sem casas, famintos, proprietários apenas da sua força de trabalho.

Desse modo, entende-se que a dissociação homem-meios de produção transforma a força de trabalho em uma mercadoria, dando a ilusão de liberdade, de que o mesmo poderá vendê-la a quem e onde quiser, todavia, o que há são substituições de exploração, em alguns casos, por uma ainda mais severa. E assim, um contingente grande de pessoas são “lançadas” à própria sorte no mercado, como proletários, futuros empregados da rede privada, privados de tudo.

A indústria não absorveu, nem absorve, todos os que foram expropriados, para que haja ampliação do capital, inocentes são massacrados, crianças são exploradas até se esgotarem, morrem, suicidam-se; operários trabalham durante todo o dia, outros durante toda a noite, para aumentarem os lucros capitalistas (MARX, 1985). Portanto,

A mobilidade espacial, tanto do capital, quanto da força de trabalho, não é apenas um efeito da dinâmica da acumulação sempre ampliada do capital, mas também um fator imprescindível para que ela ocorra [...] é causa e consequência ao mesmo tempo” (PERPETUA, 2013, p. 61).

Para Vergopoulos (1977) a acumulação primitiva é a referência as exterioridades, é uma lógica externa às leis econômicas, e não interna à reprodução. Caso haja abstração

dos processos extra econômicos, o sistema atual do capital desmorona, o modo de produção só se apresenta como tal porque pressupõe toda uma série de atividades extra econômicas (ideologia, Estado, tribunais, exército, polícia, instituições, sindicatos, etc.). A acumulação primitiva não pertence apenas a pré-história, ou à história do capitalismo, mas é também um pressuposto indispensável à recondução cotidiana atual do sistema.

Sendo assim, a acumulação primitiva do capital não ficou nos tempos remotos das primeiras fábricas inglesas, acontece também na atualidade para que ocorra a reprodução ampliada do capital, e essa acumulação não faz parte da produção em si, mas de todos os círculos de cooperação que contribuem para que haja a concentração de capitais.

Nesse sentido, compreende-se todo o desenrolar da dinâmica espacial que desembocaram na atualidade, os caminhos percorridos pelo capital que tinham/tem sempre por finalidade sua ampliação. No livro *Grundrisse*, Marx (2011) analisa várias sociedades e modos de produção, no intuito de compreender as bases comuns e incomuns existentes nos modos de produção anteriores ao capitalismo, desse modo, explica quais os meios que podem levar à revolução, com a derrocada do mesmo, e o surgimento de uma nova sociedade comunista.

Na introdução dos *Grundrisse*, que o próprio Marx entende como uma antecipação aos fatos, o autor discorre a respeito do circuito de produção, e afirma que em todas as etapas de produção existem pontos que convergem ou divergem, independente da época da história em que estão inseridos, os pontos convergentes são chamados determinações universais. Analisar cada época sem um encadeamento histórico e sem essas determinações universais, corre-se o risco de cair na cilada da ilusão de que o indivíduo consegue, sem estar em sociedade, o trabalho, e que existem pontos de partida para cortes no tempo.

A produção fornece ao consumo tanto o material quanto o objeto, assim sendo, cria consumo, cria necessidades para que haja procura por determinados produtos, a produção produz o consumo, “não apenas o objeto, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente,” desse modo, “a produção cria consumidores” e portanto, não cria somente o “objeto para o sujeito, mas um sujeito para o objeto” (MARX, 2011, p. 47). E ainda:

O consumo produz a produção duplamente: 1) na medida em que apenas no consumo o produto devém efetivamente produto. 2) Na medida em que o consumo cria a necessidade de nova produção [...] O consumo cria o estímulo da produção [...] O consumo põe idealmente o

objeto da produção como imagem interior, como necessidade, como impulso e como finalidade [...] O consumo reproduz a necessidade (MARX, 2011, p. 46-47).

Para Marx (2011, p. 47) “a produção produz consumo na medida em que: 1) cria o material para o consumo; 2) determina o modo do consumo; 3) gera como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos primeiramente como objetos”. Marx apresenta a todo momento o entrelaçamento existente entre as fases do circuito de produção, em que um é imediatamente o outro, dentro da lógica capitalista é insustentável a produção sem a totalidade do circuito. “A produção, objeto externo do consumo, o consumo, objeto representado da produção; cada um não é apenas imediatamente o outro, nem apenas medeia, mas cada qual cria o outro a medida que se realiza” (MARX, 2011, p. 48).

Para manter o modo de produção capitalista é preciso produzir, e além de todo o consumo existente na produção (mão de obra, matéria-prima, terra), o produto “acabado” somente estará finalizado após o consumo final, no entanto, se não houver necessidade, ou não for criada necessidade para o uso do mesmo no mercado, não faz sentido sua produção.

Desse modo, além da produção do objeto, é preciso a produção de um sujeito que tenha necessidade por tais objetos, por exemplo, a chamada ditadura da beleza, em que para estar dentro dos padrões impostos mundialmente como o das mulheres mais belas, consome-se determinados alimentos, produtos para pele, cabelos e dentes, além de determinadas marcas de roupa, sapatos, criam-se valores em cima dos objetos, transformando através da propaganda, objetos supérfluos, em objetos de extrema necessidade. Santos (2004) diz que muitas vezes para satisfazer os interesses de alguns grupos, sociedades inteiras são chamadas a colaborar. Muitas vezes ‘colaboram’ com trabalho escravo para o aumento da produção-consumo, e conseqüentemente, do acúmulo de capital.

“A acumulação de capital é uma questão geográfica, sem a expansão geográfica, a reorganização espacial e o desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político” (HARVEY, 2005, p. 40). E somente cessando o funcionalismo do modo de produção capitalista (entendendo suas bases) e mostrando aos proletários como desmontá-la para se efetuar a revolução, é que é possível uma nova sociedade e um novo modo de produção (MARX, 2011).

Segundo Sobral (2008), Marx critica os proudhonistas⁶ por não abrirem mão de seus pilares mercadoria e dinheiro, e embora sejam a favor de uma sociedade socialista. Dentro do pensamento proudhonista há, no máximo, uma defesa à reforma do capitalismo, com a eliminação da diferenciação de valores (valor específico (preço) e valor médio), contudo, o capital precisa dessa diferença para existir, não é possível obter interesses e ganhos de forma igualitária para todos os participantes do sistema.

O capitalismo tem como alicerce a sociedade de classes, neste, o proletariado trabalha em prol do lucro de uma minoria, a exploração do trabalhador para a extração do mais valor é um dos grandes pilares do funcionamento do sistema, por isso, para Marx (2011) apenas uma reforma no modo de produção, não seria suficiente para obter uma sociedade justa e sem distinção de classes.

Marx (2011) afirma que o proletariado precisa compreender o modo capitalista, pois sua incompreensão levaria a uma práxis incorreta, entretanto, segundo Sobral (2008) os proudhonistas e economistas, além de defensores da sociedade socialista, pregam que há uma necessidade em modificar a troca e a distribuição, pois o consumo é individual e a produção é geral, porém, para Marx (2011) o particular é a produção, ela que deve ser alterada, dessa maneira:

Não seria necessário deter-se na investigação das condições de produção, pois elas são universais; é o que defendem economistas políticos e proudhonistas. A produção é a generalidade, a marca comum que atravessa as eras históricas de forma mais ou menos eficaz. Marx discorda deste argumento: para ele a raiz da compreensão do capitalismo está no exame da produção. Nela se mostra a particularidade que diferencia as formas sociais. Marx inverte o método e as conclusões, pois na produção é que se revela o segredo de uma sociedade. A produção passa a desempenhar a direção da distribuição social. (SOBRAL, 2008, p.63 – 64).

Ao contrário do que os economistas e proudhonistas defendiam, a produção não é generalidade, é particular. Estes acreditavam que para haver uma reforma no modo capitalista de produção e a diferenciação entre classes fosse alterada, trazendo, desse modo, uma nova sociedade, seria primordial alterações na troca e na distribuição, mantendo sem mudanças a produção e o consumo. Entretanto, Marx (2011) diz que é a produção que precisa ser alterada, pois, somente através das mudanças nesta, é que pode

⁶ Seguidores do filósofo político e econômico francês Pierre-Joseph Proudhon, este é considerado um dos mais influentes teóricos e escritores do anarquismo, sendo também o primeiro a se autoproclamar anarquista.

ter uma nova sociedade, distante do funcionamento do que vivencia-se hoje. Sobral acrescenta:

A particularidade a ser investigada é a produção: o que ela possui de diferente em relação aos modos de produzir anteriores. Percebemos neste tema a conexão entre o conjunto dos cadernos que compõem os *Grundrisse*. Marx precisava desvelar a produção nas formas anteriores ao capital e no próprio capitalismo para permitir que fossem compreendidas as ações a serem tomadas para eliminar a sociedade dominada pelo capital, instaurando a sociedade comunista (SOBRAL, 2008, p. 64).

Uma produção antecede a outra e todas consomem para produzir, por isso, era preciso desvela-la para compreender na íntegra o funcionamento do modo de produção capitalista, e, entender que esta faz parte do todo, é apreender o circuito produtivo em sua unicidade. Segundo Santos (1997, p. 61) “o circuito espacial, nos faz ver a indivisibilidade do espaço, em função do trabalho comum entre as diversas instâncias da produção”.

É nítido, portanto, que o circuito produtivo deve ser entendido enquanto uma unidade, com distintos elementos em seu interior. Sendo assim, a produção é imediatamente consumo, pois o indivíduo que desenvolve suas capacidades de produzir, também as despende, as consome no ato da produção, assim como ocorre com os meios de produção que são usados e desgastados.

Por outro lado, ainda segundo Marx (2011), o consumo também é imediatamente produção, somente neste o produto recebe o seu último acabamento, pois se algo é produzido, uma roupa, por exemplo, e ninguém veste, foi inútil produzi-la. Sem produção, nenhum consumo, mas também, sem este, aquela não existe. E cada um é imediatamente seu contrário. A produção não pode ser limitada ao processo de produzir simplesmente de forma separada, ela, na verdade, faz parte do todo que é o circuito produtivo, e, por isso, está totalmente atrelada também à circulação de mercadorias. Conforme assevera Sobral,

A identidade de produção e consumo significaria a impossibilidade das crises, um tema debatido por Malthus e Ricardo. Marx apresenta este como um tópico central da teoria das crises. A “lei de Say” não admitia que houvesse uma crise de superprodução, já que tudo o que é produzido gera consumo. Os socialistas buscavam promover alterações na distribuição para regularizar a relação entre produção e consumo, não enxergando que os problemas recorrentes das crises capitalistas pudessem advir da inter-relação destas esferas: produção e consumo. Marx procura demonstrar que estes campos produziriam a permanente tensão do capitalismo; a tensão entre superprodução e subconsumo (SOBRAL, 2008, p.68).

Muitas manifestações de crise (desemprego, subemprego, falta de oportunidade de investimentos), podem remontar a superacumulação, entretanto, as crises possuem uma função importante, pois propõem algum tipo de racionalidade ao sistema, porém, estas não são ordenadas, nem acontecem de forma lógica, elas servem de freios para a produção, todavia, trazem consigo um alto custo social (falências, inflações, queda dos salários, desemprego) (HARVEY, 2005).

As crises não são exclusivamente catastróficas ao trabalhador, estas podem servir de impulso para grandes mudanças no cenário político, social e econômico, são exemplos, a primavera Árabe⁷, o movimento abolicionista⁸, o fim do regime socialista⁹ no leste europeu, entre outros. A postura dos trabalhadores diante das crises, é que irão modificar o modo como estas serão conduzidas, ou resolvidas. Pode-se renovar as condições apropriadas para acumulação (para continuar a sustentar o capitalismo) ou, o que pensou Marx (2011), pode o proletariado revolucionar e acontecerá a derrocada do modo de produção capitalista e o surgimento de um outro modo de produção.

Ainda sobre o consumo, este, erroneamente sempre foi visto como um fim em si mesmo, como o pilar do capitalismo, que apresenta a sociedade do consumo; enquanto houver este, não haverá superacumulação, nem superprodução, nem crise, pensavam os economistas, desse modo,

O consumo aparece como a razão da existência social, a justificação dos esforços, ou no argumento de Smith, o pagamento pelo lazer perdido. O consumo irá se tornar a marca da sociedade capitalista. Desligado da compreensão dos fundamentos da produção torna-se uma esfera pessoal, onde o indivíduo assume as feições “naturais” do egoísmo hobbesiano, ou a superioridade racional do cidadão iluminista. O indivíduo que só em sociedade pode isolar-se é o indivíduo do consumo privado, da justificativa da propriedade privada dos meios de produção. A produção é somente a forma de expressão da potência criadora individual (SOBRAL, 2008 p. 64-65).

E é baseado nessa premissa, que economistas veem o consumo como uma parte separada do circuito de produção, por toda a ênfase dada ao mais valor como fruto do consumismo exacerbado, através dos vários pares de sapato, dos carros de luxo, da infinidade de eletroeletrônicos, entre tantas outras coisas, justificando-o como a

⁷ Eclodiu em 2011, países envolvidos Egito, Tunísia, Líbia, Síria, Iêmem e Barein.

⁸ Segunda metade do século XIX, no Brasil.

⁹ Em 1989, países do Leste europeu.

recompensa por tanto trabalho, do lazer perdido, sem, contudo, levar em consideração, o consumo da mão de obra no momento da produção, da terra, dos meios de produção, do tempo no ato da troca, da distribuição.

“A distribuição também é um produto da produção” (MARX, 2011, p.15), contudo, aparece como se fosse uma lei social anterior àquela, pois, o indivíduo está destinado ao trabalho assalariado, posto que não possui capital, nem propriedade privada da terra. Desse modo, a distribuição de trabalho, ou do lugar que este irá ocupar na produção, é feita antes mesmo do início da produção, entretanto, ainda que o indivíduo esteja destinado ao trabalho assalariado, esse ‘destino’ é resultado da produção, pois, trabalho assalariado e capital são agentes de produção autônomos. Neste contexto, Marx adverte,

Na concepção mais superficial, a distribuição aparece como distribuição dos produtos, e, assim, como mais afastada [da] produção e quase autônoma em relação a ela. Mas antes de ser distribuição dos produtos, a distribuição é: 1) distribuição dos instrumentos de produção, e 2) distribuição dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção, o que constitui uma determinação ulterior da mesma relação [...] A distribuição dos produtos, é manifestamente apenas resultado dessa distribuição que está incluída no próprio processo de produção e determina a articulação da produção (MARX, 2011, p. 51).

Desse modo, considerar a produção apartada da distribuição, ou ainda, a distribuição por ela mesma, independente, é uma abstração vazia. A distribuição, seja de produtos, ou de trabalho assalariado, é, “originalmente um momento constitutivo da produção” (MARX, 2011, p. 51) ou seja, a distribuição é um produto da produção.

Marx (2011) afirma que a própria troca é um ato contido no processo de produção, esta pode ser entendida como troca de atividades e capacidades; troca de produtos, na medida em que é meio para a fabricação do produto acabado, destinado ao consumo imediato, contudo,

de início, o capital tem a tendência de submeter cada momento da própria produção à troca, e de abolir a produção de valores de uso imediato que não entram na troca [...] Naturalmente, toda produção direcionada ao valor de uso imediato reduz tanto o número dos trocadores quanto a soma dos valores de troca que são lançados na circulação e, sobretudo, a produção dos valores excedentes. Daí a tendência do capital 1) de ampliar continuamente a periferia da circulação; 2) de transformá-la em todos os pontos em produção executada pelo capital (MARX, 2011, p. 332).

Desse modo, para o capital, o aumento da circulação do produto e a extensão do raio do processo de troca, resulta em maiores lucros, portanto, o que é produzido e consumido imediatamente, como é o caso da produção de alimentos pelo campesinato, é pouco atrativo para o capital, que se encarrega de transformar, por exemplo, a matéria-prima (laranja) em *commodity*, base para o suco que será exportado, ampliando a periferia da circulação.

Sendo assim, “sem a troca, a produção de capital enquanto tal não existiria; pois a valorização não existe sem troca. Sem a troca, tratar-se-ia unicamente da mensuração do valor de uso produzido, tratar-se-ia exclusivamente do valor de uso” (MARX, 2011, p. 367). Assim, a movimentação do produto na troca, na circulação, é que agrega valor à mercadoria.

O autor ainda afirma que “o capital como produção baseada no trabalho assalariado, pressupõe a circulação como condição necessária e momento de todo o movimento” (MARX, 2011, p. 330). Segundo Harvey (2005, p. 49) “a circulação possui o movimento físico real das mercadorias da produção ao consumo, e o custo real ligado ao tempo consumido e às mediações sociais necessárias para que a mercadoria encontre seu usuário final”.

Os gastos da circulação (troca) podem diminuir com investimentos em transportes mais rápidos e aperfeiçoados, “a indústria do transporte e da comunicação é diretamente produtora de valor” (HARVEY, 2005, p. 49), pois, o produto agrega mais valor no processo de circulação, contudo, o ato de trazer o produto ao mercado, pertence ao próprio processo de produção.

Do ponto de vista da produção enquanto totalidade, considerando-se que um produto está acabado quando está no mercado pronto para o consumo, é preciso vencer as fronteiras, superar as barreiras espaciais, encurtar o espaço-tempo, para que haja uma acumulação cada vez maior, por isso para o bom funcionamento do circuito espacial associado ao acúmulo de capital, são necessários investimentos em transportes e meios de circulação.

Quanto maior é o tempo de giro do capital, maior a chance de diminuir o mais valor, e esperar que uma produção finalize, para reiniciar outra, resulta em perda de tempo e capital, neste sentido, o sistema de crédito¹⁰ possibilita a expansão do mercado, por

¹⁰ O sistema de crédito acelera o circuito do capital, suprimindo, de certo modo, a relação espaço-tempo, este torna a circulação monetária mais eficiente, facilitando o fluxo do capital, principalmente com o

meio do estabelecimento da continuidade, onde antes não existia. Esse sistema pode compensar a necessidade de anular o espaço pelo tempo (HARVEY, 2005).

Atualmente, a mundialização da economia e a espacialidade dos circuitos de produção por todo o globo, aumentou de forma considerável os fluxos materiais e imateriais, porém, segundo Castillo e Frederico (2010, p. 462) “não seria possível sem uma base geográfica constituída por uma esfera material e uma esfera normativa na escala mundial”.

O avanço da tecnologia nos transportes e na comunicação foram a base para que os circuitos de produção se desenvolvessem e resultassem nos moldes atuais, pois possibilitaram um maior fluxo de informação entre os lugares distantes da matéria-prima, da produção propriamente dita, do mercado consumidor, bem como, um maior acesso as informações do mercado mundial, das cotações na bolsa de valores, além de mais agilidade e segurança na entrega dos produtos, seja por via marítima, aérea ou rodoviária.

Entretanto, com o intuito de obter maior controle sobre a matéria-prima, ou a produção vinda de lugares muito distantes, fez-se necessário a criação da base normativa, que apresenta-se como um conjunto de normas para “regular, técnica e politicamente, os mercados internacionalizados, através de padronizações produtivas, certificações de qualidade de produtos e serviços, conversão de alguns bens em *commodities*” (CASTILLO e FREDERICO, 2010, p. 462). E ainda,

A expansão dos circuitos espaciais produtivos torna mais complexa a gestão e o ordenamento dos fluxos materiais e imateriais, fazendo das grandes corporações os agentes privilegiados da articulação entre os lugares, ou seja, da unificação das diversas etapas, geograficamente segmentadas, da produção. A logística, compreendida como a manifestação hegemônica da circulação no período histórico atual, torna-se prioridade de agentes públicos e estratégia de grandes empresas para conferir fluidez e racionalidade aos circuitos espaciais produtivos, passando a ser uma das mais contundentes expressões geográficas da globalização, imprescindível para a realização da produção em escala mundial (CASTILLO e FREDERICO, 2010, p. 462).

As etapas do processo produtivo estão cada vez mais dispersas pelo globo, mas para que haja um bom funcionamento do mesmo é necessário articulação entre estas, e para tal, existem os círculos de cooperação, que permitem conexão entre as diversas

comércio a longas distâncias. Facilita na aquisição de mercadorias de alto valor como imóveis, enquanto o governo pode proporcionar bens públicos para financiar a dívida (HARVEY, 2013).

etapas espalhadas e articula diversos agentes e lugares. Essa articulação é cada vez mais densa, e torna-se possível pelas “políticas das empresas, sobretudo as grandes, através da modernização e da expansão das redes técnicas de informação, portadoras de ordens, mensagens, capitais” (CASTILLO e FREDERICO, 2010 p. 464).

Os círculos de cooperação, que unem as etapas da produção, podem ser, segundo Castillo e Frederico (2010, p. 465) “entre as empresas; entre empresas e poderes públicos locais, regionais e nacionais; entre empresas, associações e instituições etc. É necessário, portanto, analisar as especificidades dos círculos de cooperação estabelecidos e as respectivas escalas de poder dos diferentes agentes”. Sendo assim, acrescentam:

Os círculos de cooperação transcendem o território brasileiro, envolvendo uma diversidade de Estados, empresas e agentes financeiros internacionais. As relações estabelecidas entre os diversos agentes vão desde a pavimentação de rodovias, transporte e armazenamento dos grãos, até o financiamento agrícola e aplicações financeiras em Bolsas de Valores nos Estados Unidos e Europa. A maneira como cada agente se insere no circuito espacial produtivo e a forma como constitui suas relações revelam uma hierarquia. Aqueles que conseguem controlar a circulação, colocando a produção em movimento, são os que detêm o poder. Poderíamos acrescentar que, no circuito espacial produtivo da soja, em áreas consolidadas da fronteira agrícola moderna, as regiões mais competitivas (incluindo o campo e a cidade) são reféns dos mercados internacionais e vulneráveis à lógica global das *commodities* (CASTILLO e FREDERICO, 2010, p. 470).

Desse modo, partindo da premissa de que o maior acúmulo de capital provém da circulação, os agentes que a controlam detêm o poder, mas não só economicamente falando, acabam ‘suprindo’ uma lacuna deixada pelo Estado com a política neoliberal, e dominam várias instâncias (política, ideológica, educacional) dentro de um país.

Assim, os circuitos espaciais de produção são a compreensão do todo, produção, distribuição, troca e consumo, tanto da produção dos produtos, quanto das transformações ocorridas no espaço para que a produção acontecesse; e os círculos de cooperação são a comunicação, as ordens, as informações que articula e organiza essa produção dispersa.

Compreende-se, portanto, que o cerne do capitalismo está na produção, mas não nesta por ela mesma, na produção que produz enquanto consome, enquanto troca e distribui, que é também imediatamente produção e o seu contrário. Portanto, o ponto central do capitalismo é o circuito de produção como um todo, que funciona em espiral, não numa linha reta, não há equilíbrio entre as partes que formam o todo, mas o capital se utiliza de diversas ‘saídas’ para manter-se firme, mesmo diante da crise estrutural.

2.5 Divisão Internacional e Territorial do Trabalho

Ainda, para a compreensão do circuito espacial de produção citrícola em Sergipe, se faz necessário considerar a Divisão Internacional, assim como a Divisão Territorial do Trabalho.

A Divisão Internacional do Trabalho não é recente, remonta ao advento do capitalismo, quando a divisão entre colônia e colonizados ficou bem definida, para a então acumulação do capital por parte dos que detinham o poder. Ficou mais clara e complexa atualmente com o mundo, dialeticamente, fragmentado e unido em seu processo de produção. Portanto,

O desenvolvimento das atividades econômicas não se dá de maneira uniforme entre os diversos ramos e seus setores. Esse desenvolvimento desigual, não é meramente fruto da reprodução de uma situação histórica presente nos primórdios da definição do modo de produção capitalista. Resulta de determinações, que interferem no processo de acumulação do capital, e guardam aspectos, ora especificamente mais técnicos, ora mais econômicos ou político-econômicos. E ainda, de todas as formas de desigualdade que opõem exploradores e explorados, dominantes e dominados e, em particular, a burguesia e o proletariado (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1980, p. 21).

Ao mesmo tempo em que a produção se espalha pelos continentes, em busca da extração do mais-valor através da mão-de-obra barata, da proximidade da matéria-prima, da facilidade da isenção de impostos e das leis ambientais e trabalhistas mais frágeis, tem ocorrido, desde o início do século XXI, aumento significativo nos Investimentos Diretos no Exterior (IDE), contraditoriamente, não houve aumento na participação dos países de economia mais frágeis na economia mundial e a grande participação nesta continua sendo dos países tidos como centrais.

Mesmo as empresas tendo se espalhado pelos continentes, impulsionadas por facilidades, muitas vezes, apresentadas pelo Estado, tal façanha não provocou uma melhor distribuição da renda pelo mundo, pelo contrário, aumentou a concentração, pois, reduziu a demanda interna das economias dos países subdesenvolvidos. E mesmo diante de todas as regalias oferecidas pelo Estado, a exemplo as isenções de impostos, não há garantias de que a empresa permaneça naquele país por muito tempo, podem migrar para outros que apresentem maiores bônus. Neste sentido, ficam cada vez mais limitadas as ações do Estado com políticas protecionistas para o país.

É sabido que, a Divisão Internacional do Trabalho, a grosso modo, impõe aos países de economia mais fragilizada o trabalho mais desgastante, insalubre, poluidor, intenso, de baixo coeficiente tecnológico, que necessite apenas de maior quantidade de mão-de-obra, pois a qualificação profissional, a produção de grande valor agregado, geralmente na área da informação, da biotecnologia, da alta concentração de capitais e de ciência, fica com as nações mais desenvolvidas. E mesmo com a qualificação profissional dos países mais pobres, os salários pagos são muito discrepantes. De acordo com Goldenstein e Seabra (1980) “A divisão é econômica, mas com dimensão política, quando se considera diferenças de valor da força de trabalho da mesma qualidade de um lugar para o outro”.

Os países subdesenvolvidos têm uma porcentagem grande nas ocupações internas (seja na indústria, seja na agricultura) expostas à concorrência global. Em decorrência disso, uma crise no mercado mundial abala toda a estrutura interna, pois há uma grande dependência, seja nas exportações, seja nas empresas transnacionais que se instalam no país. Os países ricos também possuem suas ocupações expostas à concorrência internacional, mas em porcentagem muito menor, suas economias sofrem os efeitos de uma crise mundial, mas não com tanta intensidade quanto nos países subdesenvolvidos.

Os *superávits* comerciais do Brasil são fundamentais e de grande valia, mas são altamente concentrados em *commodities* ainda e o mínimo das nossas exportações advém do setor de alta tecnologia. Para ‘romper’ com o que está posto pela DIT, são necessários muitos investimentos em tecnologia, pesquisa e ciência dentro do próprio país (e não vinda de outros países), além dos investimentos nas universidades e nos grandes centros de pesquisa, situação não observada no contexto pós 2016 no Brasil.

A partir de meados do século XX, a agricultura brasileira passou por muitas mudanças, dando espaço a uma agricultura da tecnologia e informação, em que passou a ser necessário muito capital para investir na terra, nos meios de produção e até nas sementes, que passaram a ser modificadas geneticamente.

As modificações ocorridas no campo levaram ao aumento da produção, da produtividade do trabalho e no acúmulo de capitais, pois as modificações na base técnica, com grande “substituição de insumos naturais produzidos em escala industrial é um dos vetores desta transformação e afeta radicalmente as forças produtivas do setor, por propiciar maior controle do ciclo biológico das plantas e dos animais” (ELIAS, 2002, p. 12).

Ainda segundo Elias (2002), a reestruturação produtiva no meio rural do Brasil, pode ser dividida em três momentos: a priori com a intensificação do uso de insumos artificiais (fertilizantes, agrotóxicos, corretivos, bem como, tratores, arados e colheitadeiras); seguindo com o processo de industrialização da agricultura, tanto como indústria, enquanto fornecedora de insumos modernos, quanto a própria agroindústria; e levando a um processo de integração de capitais, a partir da centralização de capitais industriais, bancários, agrários, de expansão de sociedades anônimas e cooperativas agrícolas.

Dessa forma, o capital se territorializa, o meio rural apresenta-se mecanizado e voltado para as grandes empresas. A concentração de terras improdutivas para a acumulação de capital dá vez a acumulação de terras produtivas, mecanizadas, que produzem muito para exportar.

No entanto, a reestruturação produtiva não trouxe tecnologia e informação de forma homogênea para o país, tampouco se apresentou uniforme na região tida como concentradora de tecnologia (centro-sul), pelo contrário, foi conduzida de forma seletiva, excluindo a maioria da população rural, resultando em um país ainda mais desigual e muito distante da emancipação e igualdade social.

Afirmam Locatel e Lima (2016) que a reestruturação produtiva é resultado da busca incansável por superação das crises cíclicas do capital, e através desta, o espaço é modificado, ocasionando uma nova Divisão Territorial do Trabalho, havendo, na maioria das vezes, a realocação das empresas para áreas mais vantajosas em termos de competitividade, de consumo, de condições mais favoráveis de produção (principalmente o baixo custo). Antes, a procura para a instalação da empresa era pelos grandes centros consumidores de países periféricos, hoje, as vantagens dos terrenos mais baratos para construção da sede empresarial, proximidade da matéria-prima, fluxo mais rápido sem o trânsito das grandes cidades, e mão de obra barata, fizeram do campo área de grande atratividade.

Considerando, porém, a Divisão Territorial do Trabalho, pode-se ainda citar a região da Amazônia e o Nordeste, em que o meio técnico-científico-informacional aparece como manchas. No Nordeste, a estrutura fundiária é concentrada, no uso extensivo da terra e na baixa capitalização, com predominância de não-assalariados e semiassalariados, sujeitos a várias formas de dependência, com baixo grau de integração técnica. Contudo, deve-se lembrar que existem vários nordestes, o que reforça a realidade dialética da região, denotando subespaços dinâmicos e focos de resistência, onde, em

pleno sertão, há plantio irrigado, frutas para exportação e produção de *commodities* (ELIAS, 2002). A autora complementa,

várias áreas do Nordeste passaram a participar dos circuitos espaciais globalizados de produção agrícola. O sul dos estados do Maranhão e do Piauí foi invadido pela produção de grãos, especialmente, a soja, enquanto o vale do Açu, no Rio Grande do Norte, transformou-se no principal produtor de melão do país, e, mais recentemente, de banana (ELIAS, 2002, p. 19).

Dentro de cada país, as desigualdades nas relações entre os ramos de produção e seus diferentes graus de composição orgânica do capital se manifestam com disparidades territoriais, de forma contraditória e combinada, no sentido de que “o intercâmbio penaliza os ramos com menor composição orgânica e, conseqüentemente, os territórios onde eles dominam, a estrutura da economia produtiva” (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1980, p. 23). Desse modo, compreende-se que a divisão, seja esta Territorial, Regional, ou Internacional, traz em si as bases da exploração e de toda a contradição do capital, cada vez mais as ‘partes’ do circuito são mundializadas. Espalha-se pelo mundo a produção-distribuição-troca-consumo e as normas e regras que serão utilizadas no circuito espacial são ditadas por grandes empresas detentoras do capital com respaldo do Estado.

A produção de laranja em Sergipe é também um braço desse circuito espacial mundializado, faz parte do todo e contribui com a exportação, principalmente, para a Europa. Seu histórico citricultor, com as regras impostas pelas empresas e pelo Estado, fez com que Sergipe se mantivesse entre os primeiros produtores do país, embora tenha perdido duas posições, contudo, não mais com a produção liderada pelos camponeses, e sim pelos donos de indústrias e de terras do estado vizinho, a Bahia.

3 APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELAS EMPRESAS NO CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO CITRÍCOLA EM SERGIPE E O ESTADO MÍNIMO

O Direito Internacional que há pouco tempo limitava-se a intervir em países em guerra, atualmente, abarca questões diversas como as sociais, políticas, culturais e econômicas. As normas e leis que regem um país são internas ou externas? E a soberania estatal ainda existe? “Na sociedade mundial, o processo de integração chegou a um estágio tal que não há mais de se distinguir as políticas interna e externa de um Estado, pois possuem implicações mútuas” (LOPES, 2002, p 82).

A mundialização do capital intensificou, segundo Lopes (2002), uma sociedade que é construída a partir da economia, da técnica, da ciência e da comunicação, sendo assim, a evolução da tecnologia em prol do avanço da economia, do mercado, do comércio, é também o evoluir e caminhar da sociedade, pois permite maior produção em menores terras, plantações mais resistentes a pragas e o trabalho, na maioria das vezes, é feito pela máquina. Seria o fim da mão de obra pesada, o fim da fome (pela quantidade produzida), caso o capitalista não visasse apenas o lucro.

Com a reestruturação produtiva, a produção aumenta e é transformada em *commodity*, contudo, o produto que é exportado, falta no prato do brasileiro, o trabalho morto (máquina) poupa o trabalho vivo (homem) e aumenta o desemprego estrutural. E as regras estabelecidas para a seleção dos melhores produtos, não só não inclui todos os camponeses (com a liberação do crédito) como não permite, muitas vezes, que este continue fazendo o que sempre fez, por ser considerado atrasado, e produtos ‘desqualificados’ precisam ser extintos.

No estado de Sergipe, a falta de créditos para investir na plantação, como irrigação, acompanhamentos técnicos, pesquisas voltadas para o solo, tipo de porta-enxerto, mudas mais resistentes, entre outros, assim como, a proliferação de doenças, frutos com pouca qualidade e concorrência desleal com a indústria fez com que muitos camponeses deixassem de plantar a laranja.

O presente capítulo está dividido em quatro partes que tratam das normas mundiais estabelecidas pelas empresas e a minimização do Estado, a Organização Mundial do Comércio que tem como intuito principal abrir as fronteiras comerciais dos países, a internacionalização da agricultura, a técnica e a tecnologia, e as mudanças nos rumos da produção de laranja.

3.1 Normatização e padronização no modo de produzir

Com a mundialização do capital fez-se necessário estabelecer normas em escala mundial, pois o capital se espacializou por todos os continentes e, conseqüentemente, a comercialização internacional se intensificou ainda mais. As regras são estabelecidas para monitorar e, de certa forma, padronizar a produção em todos os países, por isso são feitas certificações de qualidade de produtos e serviços e a conversão de alguns produtos em *commodities*, que são de grande importância no mercado internacional.

Lopes (2002) afirma que diante do contexto da atual tendência globalizante do comércio e das relações internacionais deste, a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) tornou-se muito necessária, posto que esta é responsável pelo estabelecimento de um sistema jurídico multilateral e de regulação das atividades comerciais mundiais. Sendo assim, o autor completa:

as primeiras medidas internacionais rumo a uma cooperação econômica de proporções mundiais remontam ao período pós-guerra com o surgimento de três instituições internacionais: o Fundo Monetário Internacional, com o objetivo de auxiliar a estabilização das taxas de câmbio e, assim, desencorajar restrições ao comércio; o Banco Internacional, igualmente chamado de Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, prestando-se a fornecer capital necessário à reconstrução econômica dos países; e a Organização Internacional de Comércio, almejando a promoção de um novo regime jurídico para o comércio mundial. Esta se mostrou a primeira tentativa de estabelecimento de um sistema jurídico multilateral de comércio, o qual foi concretizado, em parâmetros amplos, com a criação da OMC (LOPES, 2002, p 79).

Todavia, Antas Júnior (2005, p. 167) assegura que “a criação dos Estados nacionais respondeu em grande parte às necessidades de controle, produção e organização que somente um poder público seria capaz de assumir”. E complementa que a soberania do Estado, seu controle e limites dados no território, em muito contribuiu para o crescimento da nação, ou o seu ‘progresso’. Contudo, após Segunda Guerra Mundial, e a consolidação de um Sistema Internacional formado por grandes e poderosas instituições (ONU, FMI, OMC, Banco Mundial, entre outros) junto ao crescimento das multinacionais e a disseminação da alta tecnologia, aliada, principalmente, a informação e comunicação, fizeram com que os territórios não tivessem mais limites fronteiriços, e inicia-se a ampliação de suas escalas de ações.

Entretanto, Lopes (2002) assegura que no atual momento de mundialização econômica é fundamental compreender a atuação do Estado, tanto em âmbito interno, quanto externo, sobretudo entender que estes são intimamente dependentes, posto que, na sociedade mundializada há a integração de regulamentações, leis e normas. No entanto, tais diferenciações, podem ser observadas, internamente com o surgimento do chamado Estado Mínimo ou Liberal, que acarretou numa maior abertura para o setor privado, e externamente com:

a formação de uma sociedade internacional cada vez mais integrada por meio da extensão progressiva do objeto do Direito Internacional, que, se, outrora, limitava-se, basicamente, a regular matérias relacionadas à guerra, hodiernamente abrange questões das mais diversas ordens (econômicas, políticas, sociais, culturais etc.) (LOPES, 2002 p. 81).

Neves (2000) corrobora com a afirmação de que a sociedade tem se tornado cada vez mais integrada internacionalmente, e a mundialização resulta, e é também resultado, da intensificação desta sociedade construída a partir da economia, com ênfase na alta tecnologia, na ciência e na troca de informações, além das fronteiras dos estados.

O espaço passou a organizar-se em redes que ultrapassam as fronteiras nacionais, dando abertura ao surgimento de novos centros de poder. A mundialização atinge a todos, porém, “a bem poucos seja dado opinar, participar e, portanto, constituir tais centros de poder” (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 161), em sua maioria, os que opinam e detém o poder, são os que fazem parte das instâncias privadas, em lugar da esfera pública, que noutro momento controlara os limites empresariais.

“Se há uma nova configuração territorial, e novas formas de produzir o território, há também novas formas de constituição do direito” (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 162). Nesse sentido, são reelaboradas normas, formas jurídicas e as leis, como a Lei da arbitragem¹¹, com o intuito de ampliarem as demandas das grandes empresas e aumentar

¹¹ A arbitragem é meio alternativo de solução de conflitos sobre direitos patrimoniais e disponíveis. No Brasil, com a implementação da Lei nº [9.307/1996](#), a arbitragem passa a ser uma alternativa independente da jurisdição estatal, tendo em vista que o Estado tem se tornado um meio cada vez mais ineficiente e demorado para garantir a resolução de conflitos (OLIVEIRA, 2015). Diante disso, salta aos olhos a primeira afronta à nossa Carta Magna, uma vez que é certo que ao Poder Judiciário, órgão de soberania nacional, cabe especialmente a função precípua de aplicação do direito aos casos concretos que lhe foram submetidos — função jurisdicional — que foi confiada pela Constituição Federal aos juízes nela expressamente especificados [...] Sendo a jurisdição manifestação da soberania, portanto monopólio do Estado por excelência, é lógico que o reconhecimento da arbitragem como atividade jurisdicional está em contradição com este monopólio; afinal, com a nova lei da arbitragem pretende-se, nada mais nada menos, do que a *privatização da justiça*, trazendo à tona uma inconcebível e atentatória forma de exercício da jurisdição por agentes privados, resultando daí a sua flagrante inconstitucionalidade, por violação do

seus lucros. Essa mais recente forma organizacional do espaço com o apoio do Direito, em muito contribui para as fusões de empresas e as formações de oligopólios, desse modo:

[...] as redes corporativas viabilizadas por satélites disponibilizam integralmente um território de proporções continentais para os grandes capitais. São descontínuas, flexíveis e obedientes às estratégias das empresas, que podem desconectar um ponto e conectar outro da noite para o dia sem deixar vestígios, desorganizando e reorganizando os lugares segundo a lógica do mercado” (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 168-169).

E é essa flexibilidade e total ausência de barreiras que o capital busca para ampliar-se, sem as amarras de um Estado soberano, sem a preocupação de cumprir acordos, de manter empregados, de gerar um bem estar na sociedade e moldar a produção, as normas, a organização como um todo, segundo sua lógica de desenvolvimento sem tanta responsabilidade social.

As transações comerciais do mercado, atualmente, retiram do Estado a soberania e o monopólio de regular o território, contudo, além da prática comercial, a hegemonia do Estado é ainda mais ameaçada em se tratando da tendência à intervenção jurídica em favor dos novos atores hegemônicos. Empresas especializadas em Direito econômico são capazes de criar leis, ou contornar as leis de determinados países, em favor das empresas transnacionais.

Porém, uma grande barreira aos conglomerados internacionais são as diferentes leis e formas de regulações dos territórios que são específicos aos países, pois isso gera um entrave à homogeneização nas formas de comercializar, de implantar indústrias, de pagamentos, ou não, de impostos, entre outros. Os sistemas dos países da América Latina estão baseados no código civil, a América do Norte está baseada nas jurisdições do *common law* (direito comum).

O Brasil tem a maioria das leis classificadas e que não foram desenvolvidas por interpretações judiciais. Diferente das jurisdições do *common law* (Austrália, Canadá, Reino Unido e EUA), em que os tribunais geralmente interpretam estritamente o código civil e limitam a influência no desenvolvimento de políticas públicas. Na União Europeia, coexistem dois distintos modelos de Direito, mas o Direito comunitário tem que contemplar a todos. Com o intuito de proteger os Estados frente à ação das grandes

princípio do Estado democrático de direito, consagrado no artigo 1º de nossa Constituição e regra mestra de nosso sistema jurídico [...] (MESQUITA, 2003, p. 195).

empresas transnacionais existem muitas regulamentações relativas às fusões, que procuram preservar o papel do Estado em suas funções contemporâneas básicas. Diferente do Mercosul, que não passa de um tratado no qual se apresentam somente facilidades para a ação das empresas e que não existe uma legislação comunitária como a da União Europeia.

No Brasil, o Estado investe o dinheiro público para favorecer as instalações de empresas, este prepara o terreno para que àquelas possam se instalar e terem infraestrutura suficiente para seu bom funcionamento, tem prevalecido os acordos entre estas (as empresas) e o poder local, em detrimento do poder Federal. Um sistema fechado e centrado na ação governamental tem perdido cada vez mais a capacidade de regular o território e cresce, em lugar do poderio estatal, várias organizações internacionais no intuito de regular os espaços de acordo com a capacidade de ação global.

A concentração de capital favorece a homogeneização da produção em todos os aspectos desta, pois a fusão de empresas cria oligopólios, e um número reduzido de corporações representa um elevado número de empresas de variados tipos de serviços participando do circuito como um todo, posto que estão envolvidos desde a compra da terra e subordinação do camponês, até a propaganda para aumentar o consumo final do produto.

As fusões de empresas facilitam as transações comerciais que, a partir delas, são feitas dentro de uma só (ou de poucas) corporação(ões), ou seja, as transações são feitas dentro da própria empresa, desse modo, ou os acordos são feitos entre si, ou as empresas subordinam os que não fazem parte diretamente do seu núcleo fundido, como é o caso dos trabalhadores autônomos, camponeses, etc.

Segundo Antas Júnior (2005) as empresas associam o controle da contabilidade à assessoria jurídica para tentar obter um grau elevado de assertividade ao fundir-se, uma vez que, embora o controle das finanças seja altamente importante para que não haja redução nos lucros, o serviço jurídico tem por objetivo gerir as fusões das multinacionais para alcançar de modo satisfatório todas as imposições feitas no lugar em que está sendo instalada a empresa. Além disso, as exigências feitas entre as empresas a serem fundidas, levando em consideração as prerrogativas jurídicas de cada modelo de Direito visam promover a eficácia das corporações e ‘driblar’ a morosidade de cada fração do território relacionado ao poder judiciário. E ainda:

O desenvolvimento jurídico alcançado por essas empresas atinge elevado grau de sofisticação, tornando as tentativas do Estado em regulá-las muitas vezes ineficazes. Além de usufruírem dos benefícios legais que os Estados promovem para suas economias nacionais, elas têm poder de transformação da própria Constituição através de *lobbies* bastante elaborados e são, portanto, uma fonte de criação de leis, posto que os regimes democráticos, por definição, permitem essa prática (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 183).

O poderio econômico das empresas se estende para o campo político e o Estado passa de regulador do território a regulado por empresas, assume a função de mais um associado. Entretanto, ao ‘assumir’ o poder político, ainda que dentro da ‘lei’, as grandes corporações tendem a impor acordos vantajosos apenas para seu grupo, não associa o bem-estar da população ao crescimento da empresa.

Neste sentido, é comum o não cumprimento das vantagens oferecidas no processo de instalação das empresas, como o período de permanência no local, o número de empregos com carteira assinada mantido por anos, vantagens trabalhistas, pagamento de impostos. Na maioria das vezes, quando outro lugar aparenta mais vantajoso para o acúmulo de capital, há migração, deixando para trás centenas de desempregados e toda uma estrutura montada com o dinheiro público, que ficará sem funcionalidade.

Como mencionado, o sistema dos Estados Unidos é baseado na *common law* em que os direitos não são pré-determinados pelas leis escritas antecipadamente, como nosso sistema, que segue um conjunto de leis elaboradas por um legislativo, aprovadas por um congresso, executada pelo Estado (que lhes é atribuído governar e administrar os interesses públicos, cumprindo as ordenações legais) e aplicadas segundo interpretações do judiciário, na *common law* o direito se desenvolve por meio das decisões judiciais baseadas no que deu certo anteriormente, representa a lei dos tribunais (SILVEIRA, 1962).

Sendo assim, no Direito Comum as sentenças judiciais aplicadas nos tribunais anteriores viram regras para os julgamentos futuros, as leis podem ser aplicadas por um juiz ou pelo júri, e todos os cidadãos, independente de seus cargos, devem ser julgados segundo os mesmos preceitos. Antas Júnior (2005) afirma que a *common law* abre ainda mais as possibilidades de as empresas moldarem o espaço à sua maneira, pois há maior flexibilidade nas leis, que não são pré-determinadas, há uma tendência desse sistema se espalhar pelo mundo, posto que grande parte das empresas tem origem estadunidense.

Entretanto, embora as grandes empresas do Direito tenham crescido na mesma proporção que as multinacionais cresciam e se espalhavam mundo a fora, os lugares para

os quais essas empresas emigram não são facilmente moldados segundo os interesses do capital, e simplesmente, da noite para o dia, apresentam sistemas e Leis diferentes do anterior, cada lugar tem sua particularidade, e o confronto cultural, histórico, social e econômico, enraizados no lugar e trazidos pelas empresas, geram atritos, que precisam ser ajustados ao longo do processo.

Esses ajustes são feitos de modo a subordinar o trabalhador ao capital para, posteriormente, o espaço ser transformado e se ajustar às ações que serão propostas pelas empresas. O camponês que permanece em sua terra, mas sem condições de reprodução social e contrai dívidas junto ao banco para adquirir insumos para viabilizar o plantio.

A continuidade na terra, principalmente em países com Estrutura Fundiária altamente concentradora como o Brasil, significa resistência do campesinato, que mesmo diante de forças contrárias à sua permanência, segue na luta diária pela sobrevivência, o que não impede o desenvolvimento do capital no campo, inclusive com a internacionalização da produção, nem a crescente concentração de terras, pois o capital se utiliza de diversos mecanismos para se expandir, mesmo diante de relações não capitalistas.

Dentre esses mecanismos para a expansão, existe um muito utilizado pelas empresas, que poderia simplesmente ser mais um aliado para a defesa dos interesses em geral (população, sindicatos, empresas), mas que devido a fragilidade política, essa prática se transformou numa maneira que as empresas encontraram de persuadir o executivo e/ou o legislativo, em prol de benefícios. O *lobby*, quando utilizado com democracia, transparência e ética, é a representatividade da voz do povo, mas aliado à corrupção e aos jogos empresariais nada mais é que abuso do poder.

Portanto, mesmo o sistema brasileiro sendo o romano-germânico, que existem competências distintas e rígidas entre o julgar e o legislar, que as leis estão escritas e são pré-determinadas, as alianças políticas, as propinas e a corrupção, abrem brechas para favorecer grupos específicos, que inclusive, no Brasil, esses grupos têm assento e grande representatividade no parlamento, como é o caso da bancada ruralista, que tem poder político desde antes da proclamação da república, sendo estes, inclusive, os impulsionadores da proclamação em 1889 (LOCATEL e LIMA, 2016).

Desde a proclamação da república, os ruralistas tiveram voz e foram ouvidos, em defesa dos privilégios dos grandes proprietários de terra, sejam estas produtivas ou improdutivas. Em 1985 foi criada a União Democrática Ruralista (UDR) em oposição ao

Movimento Sem Terra (MST), aos grupos de esquerda e à Pastoral da Terra, esta defendeu na Constituinte,

o monopólio absoluto da propriedade; a insuscetibilidade da desapropriação de propriedades consideradas produtivas; considerou o aumento da tributação das terras um instrumento claramente punitivo e arbitrário; além de ter sido contra a fixação de limites para a propriedade rural (LOCATEL e LIMA, 2016, p. 68).

A estratégia utilizada pelos ruralistas para manter os elevados privilégios é através do financiamento de campanhas milionárias para eleger Deputados Federais, Senadores e Deputados Estaduais, afirmam Locatel e Lima (2016) que a Sucocitrico (Cutrale) fez doações de R\$ 1.960.000,00 para campanhas de parlamentares em 2010, e a quantia de R\$ 6.565.000,00, para campanha de candidatos do Estado de São Paulo no ano de 2014.

Desse modo, mesmo diante da redução da soberania estatal, Santos (1998) alega que o Estado não está fragilizado, mas que é sim uma fortaleza no tocante ao serviço de uma economia desumana, totalmente aquém do social. Para o referido autor, o Estado decide retirar-se das suas funções básicas sociais, e abre espaço para as empresas governarem o território.

As grandes empresas, afirma Santos (1998), quando instaladas em determinado lugar, chegam com suas normas rígidas, que são duplicadas, posto que as técnicas também são normas. Cada técnica propõe uma maneira particular de comportamento e altera as condições de relacionamento dentro de cada comunidade e essas normas, na maioria das vezes, são aceitas pacificamente, pois são trazidas pelas “salvadoras da pátria” (muitas vezes, é dessa forma que empresas são vistas ao se instalarem em determinado lugar).

No estado de Sergipe, as mudanças no plantio foram estabelecidas no início da década de 1980, quando era necessário um uso maior de insumos para seguir produzindo para as indústrias de suco, com o programa de revitalização da citricultura (início dos anos 2000) e a obrigação da padronização das mudas produzidas em ambientes telados, ficou ainda mais nítido a imposição das mudanças, condição para que os camponeses continuassem a produzir laranjas.

Portanto, apresenta-se no cenário mundial a política dos lugares feita pelas grandes empresas, e essas trazem consigo mudanças de relações econômicas, sociais, culturais e orçamentárias. Para que uma empresa se instale são necessárias mudanças grandes no território, exige do poder público um reequilíbrio no orçamento para servir a estas. Santos (1998) diz que quando se impõe uma técnica, cria-se a necessidade de várias

outras técnicas, sem as quais àquela não funcionaria bem, sendo assim, além do investimento elevado, há também inúmeras normas vindas com todas essas técnicas.

Todavia, os gastos públicos com a preparação para a instalação da empresa, e as transformações ocorridas no espaço para o bom funcionamento empresarial, não são suficientes para a fixação das mesmas, estas seguem migrantes, mudam-se para onde o lucro for maior, abandonam o local quando não for mais vantajoso e buscam sempre outros lugares para se instalarem novamente, desse modo, afirma Santos:

As empresas do Século XX, vagabundas que são, não no sentido moral, mas vagabundas por não poderem ficar permanentes em lugar nenhum, no sentido de serem turistas, trabalham com a arma da chantagem frente ao Governo, chantagem que exercem para se instalarem, deste modo, o chamado poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado. Na medida em que aceitamos esse nexo das grandes empresas, estamos instalando a semente da ingovernabilidade; este é um fenômeno que, no Brasil, atinge uma dimensão ainda não medida (SANTOS, 1998, p. 01).

A competitividade, a busca incessante por maiores lucros, por acúmulo de capital, as fusões de empresas que destroem outras menos fortes, a instalação de agroindústrias, concentração de terras, enfim, a relação social fragilizada do capital para com a população, leva a destruição de culturas, ao distanciamento de famílias, à falta de esperança de dias melhores, ao desemprego estrutural, à separação do homem de sua terra, leva à incerteza.

O ideal de vida da humanidade, não está associado a essa competição nada saudável, a ganância das grandes empresas para acumular capital resultou em atrocidades que a história conta e ainda hoje presencia-se, como o trabalho escravo, o infantil, entre outras tantas barbaridades. Santos (1998, p.01) diz que “a competitividade é um fator de desagregação e de ingovernabilidade”, viver num espaço gerenciado por empresas competitivas que visam apenas o lucro sem nenhuma responsabilidade de ordem humana torna difícil um futuro mais justo.

3.1.1 Mudança das normas. É necessário adaptar-se?

Com a crescente reestruturação produtiva dos lugares, o aumento de fluxos materiais e informacionais e a distância cada vez maior entre o local que produz e o do consumo, torna-se mais complexa a distribuição espacial das atividades econômicas e a

articulação entre as etapas, em diferentes lugares da produção (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

A comercialização no mercado internacional tomou conta de todos os espaços, tanto urbano, quanto rural. Em relação a agricultura, esta passa a ser caracterizada como mundializada, pois é conduzida por leis de caráter planetário, o que leva a um aumento considerável da quantidade de insumos e, conseqüentemente, no aumento da produção agrícola. Segundo Santos (2008), o campo modernizado mostra-se mais à expansão do capitalismo que propriamente as cidades, e cita estas como o “campo da resistência” e as áreas agrícolas como o “campo da vulnerabilidade”.

Na agricultura mundializada fez-se necessário o processo de homogeneização nos modos de plantar, colher, utilizar os insumos, transportar, armazenar, empacotar, comercializar, e se traduz num engessamento das formas de trabalho, do modo de lidar com o meio, que ceifa o camponês do que lhe é peculiar que é a criatividade, tornando muitas vezes, os trabalhadores do campo como “servos da gleba ao atender a essas necessidades totalmente sistematizada do mercado” (SANTOS, 2008, p. 88). Sendo assim Antas Júnior completa:

Uma coisa é a hegemonia de um determinado capitalismo controlado por um conjunto de nações cuja estrutura é formada por uma concepção de norma e de arranjo normativo; outra, são as relações sociais que configuram uma espessura da solidariedade orgânica cujos preceitos morais provenientes de outra secularidade conferem objetivos muito distintos ao trabalho, às técnicas e às normas (ANTAS JÚNIOR, 2005, p.20).

Essa sistematização não é viável, pois, mesmo que os produtos se assemelhem e que os proprietários das terras tenham em comum a subordinação ao mercado distante, cada área tem a sua especificidade, seja por questões fundiárias, técnicas ou operacionais que antes existiam, seja pelo modo de lidar com a terra, pelas relações de trabalho, enfim, há em cada área uma heterogeneidade que lhes é própria e que se complementa às demais, a homogeneização do meio o torna mais vulnerável.

Ao mesmo tempo em que homogeneiza a produção, fragmenta os espaços. É necessária uma compartimentação, não uma fragmentação, pois diante dessa, cada espaço responde por si, reproduzindo, de acordo com Santos (2008): os egoísmos. O que poderia explicar algumas regiões se configurar como periferia na produção de determinadas

commodities em relação às regiões que concentram maior produção, a exemplo da laranja no Sudeste e no Nordeste do Brasil e afirma:

Ao menos em um primeiro momento e sob o impulso da competitividade globalizadora, produzem-se egoísmos locais ou regionais exacerbados, justificados pela necessidade de defesa das condições de sobrevivência regional, mesmo que isso tenha que se dá as custas da integridade nacional. Esse caldo de cultura pode levar a quebra da solidariedade nacional e conduzir a uma fragmentação do território e da sociedade (SANTOS, 2008, p. 94).

Pode-se inferir que a informação é um elo importante entre a ciência, a técnica e os lugares. Por meio da tecnologia, é possível alçar muitos voos, ou seja, plantar mais em uma área menor, irrigar, aumentar a produção. No entanto, a tecnologia não está em todos os espaços na mesma proporção, não é homogênea, apesar de poder ser sentida em todos os lugares, assim,

Os avanços alcançados no atual período, onde a sobreposição espaço-tempo permite o acesso instantâneo ao acontecer do mundo, inaugura um período de grandes possibilidades que são utilizadas sem parcimônia pelas grandes empresas, garantindo às mesmas um poder jamais visto nos períodos anteriores. Isso porque a junção técnica-ciência-informação abre possibilidades para o conhecimento do espaço geográfico como nunca se viu antes. Esta realidade permite às empresas conhecer e obter informações sobre as melhores áreas que servirão à reprodução do capital e, conseqüentemente, à sua reprodução (SANTOS, 2013, p.54).

Portanto, a mundialização serviu para a acumulação dos capitais das grandes empresas, que através da tecnologia, da informação e do acesso mais facilitado aos países menos desenvolvidos, puderam expandir cada vez mais suas negociações, suas áreas de atuação e, conseqüentemente, seus lucros. Ao contrário do que ocorrera com a comunidade local, que em muitos casos levou à migração dos trabalhadores rurais, sobretudo, com a fragmentação do espaço. Como é o caso das migrações de camponeses citricultores sergipanos que migraram para o estado da Bahia, ou tiveram que mudar o tipo de cultura, ou trabalho.

Essa fragmentação, que não é apenas local, mas planetária, mostra o quanto o mundo pode ser uma grande fábrica mundial, apresentando a dialética do circuito espacial, pois, ao passo em que as etapas da produção estão em partes distantes do planeta, Santos (1997, p.61) diz que o “circuito espacial nos faz aprender a indivisibilidade do

espaço, em função do trabalho comum entre as diversas instâncias da produção”. E o elo entre as etapas da produção são os círculos de cooperação.

Santos (1994) aborda a divisão do processo produtivo no espaço, como circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação, definindo que as diversas etapas do processo produtivo, desde a sua origem até o consumo final, vão ser configuradas por estes circuitos e círculos em uma cadeia logística de circulação dos fluxos materiais e imateriais. Pela cooperação, é possível observar as obras que são realizadas ligando ou atendendo grandes extensões do território, portanto,

O circuito espacial não é uma totalidade fechada, pois mantém relação de dependência e complementaridade, tanto com círculos de cooperação, quanto com outros circuitos produtivos e todo um conjunto de elementos que servem para alimentá-lo, com investimentos, apoio técnico científico, informações, insumos etc. (BOTELHO, 2010, p.51).

Para tanto, deve-se compreender o circuito espacial não como um processo linear, muito menos estático, mas como uma dinâmica processual de elementos e agentes em constante movimento, que segue uma proposta ativa de funcionamento e regem suas participações em vários seguimentos, articulando-se com outros circuitos produtivos e integrando-se a outras dinâmicas, portanto não devem se apresentar sendo regido por leis de mercados que levam à homogeneidade.

É necessário compreender os aspectos técnicos e normativos das indústrias, os circuitos espaciais da produção que são os fluxos materiais e o encadeamento da produção, distribuição, troca, consumo, como também, os círculos de cooperação no espaço que está relacionado a comunicação, a transferência de capitais, ordens e informações, pois estas organizam e articulam os agentes dispersos pelo espaço geográfico em escala mundial, e desse modo, precisa-se também, apreender a importância do camponês e do trabalhador em geral, dentro da sua heterogeneidade.

Chesnais (1996) analisa sobre a civilização da mundialização e mostra a tendência a homogeneização, pois o mundo se organiza cada vez mais com o intuito de padronizar as mercadorias. As telenovelas, os filmes, as músicas e as propagandas dos produtos são espalhados e copiados em escala planetária como nunca antes imaginado, com o apoio das novas tecnologias de telecomunicações.

A persuasão midiática seguiu por todo o século XX, com a exaltação da cultura americana, as cores da bandeira dos EUA presentes em desenhos animados, em especial

se estes fossem super-heróis, ou pelo menos, espertos, safos, e saíssem na frente, as grandes marcas de roupas, maquiagens e tênis sendo usados pelas grandes atrizes e atores de filmes hollywoodianos, “a dominação do imaginário individual e coletivo, leva Valladão (1993) a dizer que o século XXI será americano” (CHESNAIS, 1996, p. 41).

É notório que o século XXI é guiado pela palavra de ordem dos grandes capitalistas: a produtividade. No entanto, é visível desequilíbrio social. E as terras são utilizadas mais para as *commodities* que para a produção de alimentos, as terras urbanas mais usadas para especulação que para moradia, os alimentos, consequentemente, ficando escassos nas mesas de muitos cidadãos, inclusive dos países ricos, e outros tantos passando fome por todos os cantos do mundo, além de aumentar cada dia mais o número de sem-teto. Sendo assim, Chesnais assegura:

O balanço não é muito animador, mas é preciso descrever a situação como ela é. Não se trata aqui de enfeitá-la, para melhor declará-la irreversível e assim obrigar a sociedade que só resta a fazer é adaptar-se. Pelo contrário, não é preciso submeter-se à ordem tal como é, e sim procurar compreendê-la e discutir sobre ela, para eventualmente esboçar caminhos diferentes dos que nos foram impostos (CHESNAIS, 1996, p. 43).

Neste mesmo contexto de não aceitação ao que vem sendo imposto pelo capital, Marx (2011) apresenta na íntegra como funciona o modo de produção capitalista, para que os operários pudessem compreendê-lo, e dessa maneira apresentar caminhos diferentes ao que estariam seguindo. Pois, para o autor, a compreensão do cerne do capitalismo, associado a busca por dias melhores, e a ação coletiva, liberta o homem de adaptar-se à imposições. Embora as Organizações Internacionais, em especial a Organização Mundial do Comércio, posicionem-se sempre a favor do estabelecimento de normas ‘iguais’ para todos.

3.2 Organização Mundial do Comércio e o Mercado de Suco de Laranja

Organizar o comércio internacional não é das tarefas mais simples, principalmente, levando em consideração o conjunto de regras, a política e a busca por vantagens de cada país. Chegar a um acordo entre países e não facilitar para um determinado, mesmo sendo hegemônico, tirar vantagens, é o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC), pelo menos, teoricamente.

Para a formação da OMC houve um longo caminho de buscas por regras gerais multilaterais, com o intuito de não gerar custos de administração e perda de eficiência em regras bilaterais e fosse assegurado a melhor maneira de participação de todos os países membros, contudo, as regras não estão finalizadas, e a cada encontro, para a definição dos rumos do mercado internacional, fica em aberto futuros projetos de mudanças.

A Organização Mundial do Comércio sucedeu o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade – GATT) esta foi uma instituição criada após a Segunda Guerra Mundial com a intenção de promover a não discriminação no comércio entre os países, com a visão de que o comércio aberto seria crucial para a estabilidade econômica e a paz. A OMC é resultado, principalmente, da rodada Uruguai (1986). Essas rodadas definem normas para os anos posteriores. Durante o período do GATT foram realizadas 8 Rodadas de Negociações, posteriormente, com a OMC, foi lançada a Rodada Doha, com o objetivo de ser a Rodada do Desenvolvimento (Quadro 1).

QUADRO 1: Resumo das Rodadas de Negociação na história do sistema multilateral de comércio

Rodada	Período	Países participantes	Temas cobertos
Genebra	1947	23	Tarifas
Annecy	1949	13	Tarifas
Torquay	1950-1951	38	Tarifas
Genebra	1955-1956	26	Tarifas
Dillon	1960-1961	26	Tarifas
Kennedy	1964-1967	62	Tarifas e antidumping
Tóquio	1973-1979	102	Tarifas, Medidas não tarifárias, Cláusula de Habilitação.
Uruguai	1986-1993	123	Tarifas, Agricultura, Serviços, Propriedade Intelectual, Medidas de Investimento, novo marco jurídico, OMC.
Doha	2001	149	Tarifas, Agricultura, Serviços, Facilitação de Comércio, Solução de Controvérsias, Regras.

Fonte: Ministério da Indústria, comércio exterior e serviços.

Desde 1947, primeira rodada de negociações, aumentou muito o número de participantes, deu um salto de 23 para 149 países, assim como, foram ampliados os temas discutidos, no início apenas as tarifas estavam em pauta. Somente a partir da Rodada Uruguai os interesses sobre agricultura e propriedade intelectual entraram nos temas discutidos, a OMC é resultado principalmente dessa rodada. Na Rodada de Doha entra a solução de controvérsias, onde os países podem recorrer seus direitos.

Os resultados da Rodada Uruguai foram muito importantes em todas as áreas, segundo Horvath Junior (2010), pois, além da liberalização dos produtos industriais, estabeleceu acordos para as novas áreas como serviços e propriedade intelectual, ampliando a parcela do comércio internacional e nacional, que seriam submetidas a regras multilaterais. Houve um aperfeiçoamento dos regulamentos e normas técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias, imposição de medidas *antidumping* e direitos compensatórios.

A solução de controvérsias passou por uma mudança significativa, pois no sistema anterior (GATT) assentava-se sobre o consenso de todos os Estados-membros quanto à aplicação da decisão tomada para dirimir a situação conflituosa, o que comprometia o andamento dos resultados (os países perdedores eram seus próprios juízes) e fora substituído por um mecanismo quase judicial, com dois níveis de adjudicação e decisões (LOPES, 2002).

Para Lopes (2002) mesmo a Solução de Controvérsias apresentando uma grande mudança quanto ao voto unânime para as sanções, não superou o problema da efetividade destas, pois, ao invés de tomar medidas quanto a retaliação de condutas ilícitas, e uma possível expulsão da OMC, deixa a cargo do país vencedor as medidas sancionatórias para com o país sucumbente, o que se mostra inócuo, em face de uma possível existência de superioridade econômica da parte vencida sobre a vencedora. Entretanto a falta de determinação da OMC a respeito dos rumos a serem tomados pode acarretar em tomada de medidas unilaterais, quanto ao prolongamento da discussão de lides na organização. Assim,

Caso a parte vencida negue-se a atender à decisão prolatada em sede da OMC, a parte vencedora poderá legitimamente suspender as concessões comerciais do Estado vencido como forma de retaliação e compensação. Ocorre, entretanto, que, em face da complexidade da sociedade internacional, em que convivem países de níveis socioeconômicos os mais diversos, tal sanção pode não produzir qualquer efeito, não sendo, inclusive, capaz de prejudicar a situação econômica do Estado que aplica a sanção. Observe-se, hipoteticamente, uma sanção de tal tipo aplicada pela Etiópia frente aos Estados Unidos: estes não sentiriam qualquer consequência dessa sanção, enquanto aquele teria graves problemas econômicos em razão de sua legítima conduta de retaliação (LOPES, 2002, p. 93).

Na Rodada Uruguai também se discutiu respeito das regras sobre os Direitos trabalhistas e o meio ambiente, contudo, o primeiro foi rejeitado e apenas a respeito do meio ambiente é que foi criado o comitê sobre comércio e meio ambiente, todavia, Lopes (2002) diz que na Solução de Controvérsias a participação de especialistas em questões

comerciais como painelistas é unânime, e a participação de especialistas de outras áreas nos painéis, como ambientalistas, por exemplo, que tornariam mais provável a defesa de outras esferas sociais, tais como o meio ambiente e os padrões de vida, inexistem, e mesmo os painelistas podendo consultar especialistas das mais diversas áreas a fim de proferir alguma decisão, raramente o fazem.

Ademais, é nítido a superioridade das relações comerciais, em detrimento das relações sociais e ambientais, o que demonstra a preocupação da Organização apenas com o crescimento econômico, aumento das transações entre países, livre comércio, aumento da produção, sem contudo, preocupar-se com o desenvolvimento do lugar, com as condições do trabalhador e a preservação do meio ambiente, neste sentido,

A agricultura, um setor do comércio de bens até então excluído do sistema, foi incorporada, mas não liberalizada. Foram criadas regras específicas, menos rigorosas do que as aplicáveis ao comércio de manufaturas. As condições efetivas de acesso a mercados mudaram pouco nos principais mercados desenvolvidos. No que diz respeito a subsídios domésticos, a Rodada Uruguai não teve impacto maior sobre as políticas das principais potências comerciais (MESQUITA, 2013, p.89).

Segundo Mesquita (2013), a política comercial oferece possibilidades de mudanças na distribuição dos recursos dentro de cada país, muitos não aceitam e apresentam resistências devido a perda de autonomia, e a tendência de querer seguir com a proteção ao mercado doméstico, porém, para o autor, as vantagens são concentradas pois os benefícios são distribuídos de forma difusa, “persiste, em muitos países, a ideia de que o mercado doméstico é um patrimônio dos produtores” (Ibid. p.10) e complementa que,

A criação da Organização Mundial do Comércio – OMC, em 1995, constitui um marco nesse processo. Apesar de todas as vicissitudes por que tem passado a economia mundial e da persistência de um considerável ceticismo em relação às vantagens de um sistema liberal para o comércio internacional, a OMC consolidou-se como a administradora do conjunto fundamental de regras para o comércio internacional: o sistema de comércio multilateral (MESQUITA, 2013, p.10).

Na visão dos organismos internacionais (FMI, OMC, BIRD) o crescimento econômico dos países são diretamente proporcionais às suas aberturas comerciais, e mesmo diante de toda a descrença no sistema liberal, ou neoliberal, e de toda a dúvida a

respeito da perda de autonomia dos países, a balança comercial positiva tem atraído países a se engajarem cada vez mais no comércio mundial.

Entretanto, a balança comercial positiva não atinge a todos os países de forma homogênea, sabe-se que o lucro das empresas segue o rumo dos seus países de origem, além de os países mais pobres não poderem contar com a honestidade e palavra das empresas que ali se fixam, podendo deixar para trás toda a estrutura que fora organizada para sua instalação, e os empregos, que eram as vantagens recebidas pelos países subdesenvolvidos, seguem junto com a mobilidade empresarial.

Outra questão está ligada a ideologia empresarial, voltada para a competitividade e busca exagerada pelo acúmulo de capital, assim como também a busca pelo crescimento econômico dos países, sem, porém, fazer alterações no Desenvolvimento Humano, sem investimentos em melhoria para a população. Desse modo, para quem serve o crescimento econômico de um país? Para quem serve as normas e regulamentos trazidos de fora para dentro que gera esse crescimento?

Há uma multiplicidade de regulamentos que determinam as características como forma, cores, funções, dimensões, resistência, entre outros, dos produtos. Essas regras aumentam os custos de produção, e embora sejam munidas de um discurso sobre segurança e acompanhadas de justificativas técnicas, muitas vezes, são normas que apenas inviabilizam o comércio de produtos importados, para beneficiar o produto doméstico.

Contudo, para Mesquita (2013) os regulamentos não devem ter por objetivo criar obstáculos ao mercado internacional, devem sim levar em consideração a proteção ao homem, animais e natureza, com base científica, técnicas apropriadas, de maneira a não discriminar os países subdesenvolvidos, e, na medida do possível, os países devem adotar padrões internacionais de produção, e mais,

É natural que os países que se encontram na fronteira do progresso técnico produzam maior quantidade de regulamentos técnicos e, por conseguinte, exerçam maior influência na determinação dos padrões internacionais aprovados em organizações como a ISO, o *Codex Alimentarius*, a UIT, a IEC. Por outro lado, a forte presunção de que os padrões devem basear-se em critérios científicos constituem uma defesa importante para os países em desenvolvimento contra medidas discriminatórias (MESQUITA, 2013, p.52).

Sendo assim, os países que na maioria das vezes ditam as regras, são os desenvolvidos, cabendo aos países subdesenvolvidos segui-las. Embora ainda exista a saída de recorrer, seja através da solução de controvérsias, ou se assegurando na regra de

que os padrões têm que se basear em critérios científicos, não simplesmente em normas criadas.

Além dos regulamentos que, muitas vezes, são usados para a proteção do mercado interno, existem também os subsídios, que junto às tarifas e quotas são bases da política comercial. Os subsídios são utilizados para diminuir os preços dos produtos internos e, conseqüentemente, elevam os preços dos produtos importados, esse protecionismo ao mercado interno altera a relação de concorrência entre os países.

Os subsídios, segundo Carvalho e Silva (2006), enquanto instrumento de política comercial, são uma forma de encorajar a exportação ou desencorajar a importação, feita pelos governos dos países, com pagamentos diretos ou indiretos. É um imposto negativo que favorece quem está exportando o produto, com pagamentos em dinheiro, ou redução das taxas de juros em financiamentos, empréstimos, etc. Desse modo, aumenta a competitividade de determinado produto no mercado mundial, todavia, subsídios em produtos para a exportação é denominado *dumping*, e este prejudica também o país que pratica, pois, para o exportador a melhoria é garantida com a certeza da venda, mas a produção interna, sem investimentos, torna-se obsoleta (MAIA, 2008).

A busca por novos mercados no pós-guerra levou os países a fazerem acordos, de proibição de subsídios para a exportação de produtos industrializados, porém, para a exportação de produtos primários continuaram a ser tolerados. Entretanto, mesmo com esses acordos, não há como afirmar que a proteção foi extinta, pois não é tão fácil a identificação de uma medida que constitui um subsídio e calcular o capital investido (o cálculo é indispensável para um país recorrer nos Direitos compensatórios), dentre os subsídios pode-se citar,

Transferências de recursos do Governo para uma empresa, especialmente se vinculadas ao volume de produção; o fornecimento de bens ou serviços – como energia elétrica – abaixo do custo de produção; a redução ou isenção de impostos diretos ou indiretos; o compromisso de compra de determinado volume de produção pelo Governo; a concessão de empréstimos em condições mais favoráveis do que a empresa obteria no mercado; a construção de infraestrutura; operações no mercado de capitais em condições favorecidas; o fornecimento de serviços abaixo do custo para os empregados das empresas (MESQUITA, 2013, p. 55).

Se a redução do imposto for generalizada em um país e todas as empresas se beneficiarem, não altera as condições concorrenciais, a especificidade é que qualifica um subsídio, pois se a redução do imposto for direcionada a apenas um setor é que pode dizer

que existe um subsídio, por somente uma empresa se beneficiar e haver alterações na competitividade.

A OMC exige a inspeção pré-embarque, que visa transparência e apresenta métodos de valoração aduaneira, todavia, com o GATT, eram permitidos subsídios à exportação (desde que não fosse utilizado mais do que uma parcela equitativa do comércio mundial), contudo, os painéis do GATT que examinaram disputa sobre os subsídios a exportação tenderam a atribuir o ônus da prova aos países reclamantes, e a tarefa de expor como ocorreria a distribuição de mercado, sem subsídios, era, praticamente, impossível. Desse modo, antes da OMC, a disputa comercial era ainda mais desleal, pois, além de permitir os subsídios para exportar, as regras que limitavam estes eram difíceis de serem alcançadas pelos países que se sentiam lesados.

Neste sentido, o acordo que antecedeu a formação da OMC, a Rodada Uruguai, substituiu conceitos subjetivos, como exemplo a parcela equitativa, por critérios quantitativos absolutos como “o montante monetário de subsídios e o volume exportado com subsídios de cada grupo de produtos, declarados na lista de compromissos de cada Membro”¹² (MESQUITA, 2013, p.68), porém, segue ainda, a tarefa difícil de identificar uma medida de subsídio.

Os rigores sobre os produtos domésticos são menores em relação aos produtos importados, o que favorece o protecionismo. Países em desenvolvimento reclamam do excesso de normas e que elas prejudicam suas exportações, por outro lado, a necessidade de comprovações científicas para estabelecer as normas, são consideradas pelos países como uma invasão, pois estes se consideram capazes de definir o que é seguro para o homem e a natureza de seus lugares, sem intervenção de fora.

Maia (2008) assegura que as tarifas alfandegárias e barreiras para produtos importados, eram uma forma de os países subdesenvolvidos se protegerem pois não apresentavam tecnologia suficiente para concorrerem com países desenvolvidos, entretanto, o autor afirma que essa é uma prática atual dos países ricos, estes têm criado diversas barreiras que prejudicam os países subdesenvolvidos, desse modo tem-se,

uma vasta gama de medidas sanitárias e fitossanitárias aplicadas aos produtos importados, como a exigência de proveniência de áreas livres de moléstias e pragas, inspeção de estabelecimentos de produção, testes de carregamentos importados, procedimentos de tratamento ou de

¹² Tanto o montante dos subsídios como o volume das exportações subsidiadas foram objeto de compromissos de redução de 36% e 21%, respectivamente, para países desenvolvidos, e 24% e 14%, respectivamente, para países em desenvolvimento (MESQUITA, 2013, p. 68).

processamento de produtos agrícolas, estabelecimento de níveis máximos de resíduos de pesticidas, aditivos ou resíduos. Embora os mesmos requisitos devam aplicar-se, em princípio, à produção doméstica, na prática as exigências impostas aos produtos importados podem ir além do necessário e serem utilizadas para proteger os produtores domésticos da concorrência externa. Com a redução de tarifas e subsídios à agricultura, aumenta a tentação de recorrer a restrições baseadas em regulamentos sanitários e fitossanitários, que oferecem a vantagem adicional da complexidade técnica e de um certo grau de subjetividade, o que dificulta sua contestação. (MESQUITA, 2013, p.71).

As regras internacionais não são uma imposição para os países, estes podem apresentar suas próprias, mas se estas se apresentarem mais restritivas que as internacionais, terão que comprovar cientificamente o porquê das normas tão rigorosas, caso comprovem que suas medidas são realmente necessárias para a segurança da população, o reclamante que se sentir lesado com aquelas regras, deverá demonstrar que a proteção pode ser obtida de outras maneiras.

Na agricultura foi estabelecida uma série de regras sobre subsídios, exportação e acesso a mercados, mas em grande parte dos países de maior poder aquisitivo os subsídios foram mantidos, mesmo sem a existência de problemas que levem à agressão da saúde humana ou devastação da vegetação, desse modo, alterando o comércio mundial e, conseqüentemente, tornando desleal a concorrência entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos neste setor.

Mesmo com algumas regalias, muitos países, como os da União Europeia e os EUA, buscam impor ainda mais suas exigências no mercado mundial através da OMC, e se posicionam contra o consenso que deve ser estabelecido entre os países, como uma forma de “participação” de todos, e são a favor de um sistema de voto ponderado, posto que, devido a grande participação no comércio mundial, estes teriam o poder do veto. Contudo, mesmo havendo o consenso, o poder de veto segue mesmo com os países mais poderosos, pois um país com baixo poder econômico não consegue sozinho impor mudanças.

O GATT não operava com o consenso, este foi se adequando às transações comerciais com o passar do tempo, e a principal motivação para o mesmo, era obter adesão dos países a um conjunto de regras. Essas se tornam cada vez mais influenciáveis dentro de um país, estabelecem normas desde a educação até a qualidade dos alimentos. Acabam sendo impostas, pois, tentar buscar por votação os que aceitam e os que não aceitam determinadas regras, seria inviável.

Mesquita (2013) complementa que a OMC não dispõe de recursos para oferecer mudanças na política econômica, nem meios para impor decisão pela força, como as instituições financeiras, no primeiro caso, e a ONU, no segundo, no entanto, o grau de comprometimento dos membros da organização é bastante alto, o que faz com que vários países queiram tornar-se membro, e os que fazem parte não cogitam deixá-la.

Os acordos de livre comércio trazem em si regras estabelecidas entre os países participantes, que não são as normas acordadas com a OMC, são, portanto, uma espécie de ameaça ao comércio Multilateral, embora “convivam” juntos desde sempre, estes (os acordos de livre comércio) tem se expandido muito, e podem apresentar uma relevância ainda maior futuramente, caso a OMC não se adapte as novas mudanças do comércio mundial.

Com o GATT os países de economia mais frágil eram meros auxiliares, acordos feitos entre Estados Unidos e União Europeia eram suficientes, com as mudanças feitas para o funcionamento da OMC, em especial na Rodada Uruguai, os países passaram a operar em conjunto, os subdesenvolvidos puderam ao menos reivindicar algumas tomadas de decisões, embora não tenham o poder de vetá-las.

Contudo, a igualdade jurídica de todos os membros da sociedade internacional, é uma grande ilusão, os países de maior poder econômico, são também os de maior poderio em relação às decisões, à criação das Leis e das normas estabelecidas, ademais,

Entre os inúmeros meios de ostentação de poder, mostra-se o poderio econômico o mais eficaz na imposição de interesses de um Estado frente aos demais entes da comunidade internacional, vez que atinge diretamente o modo de produção da sociedade, seu próprio meio de subsistência. Tais desigualdades, entretanto, não se mostram capazes de fundamentar em bases tirânicas as relações internacionais, vez que a criação de um clima de confiança e estabilidade mostra-se essencial ao desenvolvimento das relações internacionais em seus mais variados aspectos, notadamente o econômico (LOPES, 2002 p. 85 – 86).

Por isso, vez ou outra, países mais poderosos tentam, e muitas vezes conseguem, embargar a venda de produtos dos países menos poderosos, ou protegem seus produtos deixando com valores muito elevados os produtos importados, contudo, a intervenção de organizações internacionais nem sempre são favoráveis àqueles, devido à necessidade de manter um clima estável e seguro.

Segundo Lohbauer (2011), no ano de 2005 o Departamento de Comércio dos Estados Unidos (USDOC) iniciou uma espécie de perseguição ao suco brasileiro,

aplicando medidas muito duras e altamente questionáveis. Neste ano quatro indústrias e uma associação de produtores da Flórida pediram a investigação de *dumping* ao USDOC: A. Duda & Sons (Citrus Belle); Citrus World, Inc.; Peace River Citrus Products, Inc. (que depois se retirou como peticionária); Southern Garden Citrus Processing Co. e Florida Citrus Mutual, esta última a principal associação de produtores da Flórida.

O departamento (USDOC) enviou um questionário¹³ para empresas brasileiras Sucocítrico Cutrale, Citrosuco - Grupo Fischer, Louis Dreyfus Commodities, Cargill Citrus e Montecitrus, e a Citrovida (que por responder outro processo não participou desse questionário), os dados analisados diziam respeito a custos de produção do suco de laranja no Brasil, as vendas no mercado interno no Brasil e vendas no mercado americano do suco de laranja produzido no Brasil.¹⁴

A partir de agosto de 2005 as margens *antidumping* passaram a ser exigidas em todas as exportações para os EUA. Foram feitas reuniões administrativas do processo em 2007 e em 2008, e as margens finais de ambos os anos deram baixas, mas o que preocupava as empresas de suco do Brasil era a metodologia do USDOC denominada *zeroing* (é uma metodologia norte-americana que calcula tarifas *antidumping* contra produtos estrangeiros¹⁵. Contudo,

Apesar das margens serem baixas, as empresas previram grandes dificuldades adiante, pois os preços do suco de laranja, que tinham alcançado valores recordes no período 2005 a 2007 em função da quebra da safra da Flórida provocada por sucessivos furacões em 2005 e 2006, estavam em forte queda. Esta redução de preços do suco e, principalmente, a sua forte oscilação tornavam imprevisíveis os cálculos de margem de *dumping*, tanto pela aplicação do “*zeroing*”

¹³ Os questionários enviados foram respondidos somente por duas empresas, Sucocítrico Cutrale e Citrosuco - Grupo Fischer. Em agosto de 2005, após analisar as respostas, o USDOC informou ter encontrado margens de *dumping* de 24% a 60% nas vendas realizadas no período de outubro de 2003 a setembro de 2004. Posteriormente estes percentuais por empresa foram revisados, ficando em 19% para a Sucocítrico Cutrale e 14% para a Citrosuco - Grupo Fischer. A Montecitrus não respondeu o questionário, e o USDOC usou as informações fornecidas pelos peticionários, o que manteve sua margem em 60%. A Montecitrus decidiu abandonar o mercado norte-americano, o que também foi feito pela Louis Dreyfus Commodities assim que foram determinadas as margens, em agosto de 2005 (LOHBAUER, 2011, p. 06).

¹⁴ Para determinar *dumping*, segundo as regras da OMC, foram feitas duas análises:

(1) Comparação para verificar se as vendas no mercado interno no Brasil foram a preços superiores aos custos de produção. O valor do custo de produção é o do período anual, portanto um critério diferente do preço médio das vendas, que é mensal.

(2) O preço médio mensal apurado no item anterior (que é o preço de venda no mercado interno brasileiro) é então acrescido dos custos de transporte rodoviário e portuário entre a fábrica no Brasil e o distribuidor do produto nos Estados Unidos, chegando-se ao que é denominado Valor Normal ou Valor Justo (*Normal Value* ou *Fair Value*). O Valor Normal é, finalmente, comparado com o preço médio de venda mensal no mercado americano excluindo-se os impostos. Nesta comparação, se os preços médios das vendas no mercado americano estiverem abaixo do Valor Normal, há a caracterização da prática de *dumping*. (LOHBAUER, 2011, p. 06).

quanto pela periodicidade com que são comparados preços de venda e custos de produção. Atualmente, já em sua quinta revisão administrativa, as taxas calculadas pelo USDOC oscilam entre zero e 8%. No entanto, não tivesse sido aplicado o “zeroing”, as taxas de *dumping* simplesmente não existiriam. Tendo em vista algumas decisões da OMC condenando a prática da metodologia do “zeroing” pelo USDOC, as empresas procuraram então o Ministério das Relações Exteriores, que após algumas considerações se dispôs a abrir consultas para um painel na OMC (LOHBAUER, 2011, p.07).

O Brasil contestou as medidas dos EUA no painel em 2009, contra o levantamento de medidas *antidumping* realizado nas revisões administrativas conduzidas pelo USDOC nos períodos de 2005-2007 e 2007-2008. A contestação incluiu principalmente o uso sistemático do *zeroing* em sucessivas investigações de *dumping* do suco brasileiro. E alega que a margem de *dumping* deve ser calculada considerando a totalidade dos resultados intermediários das comparações entre o valor normal e o preço do suco exportado. Descartar os resultados em que o valor de exportação do suco é maior do que o valor normal no mercado interno, e a proibição da compensação destes resultados com aqueles em que há preço de exportação abaixo do preço doméstico, faz com que o *zeroing* superdimensiona a margem de *dumping* ou mesmo identifique *dumping* onde ele não existe (LOHBAUER, 2011).

O conflito comercial começou em agosto de 2009 e terminou em junho de 2011. O painel da OMC examinou a legalidade das medidas *antidumping* adotadas pelos EUA em relação ao suco de laranja brasileiro e acatou os argumentos do Brasil.

Pode-se inferir que, manter uma organização que estabeleça regras que minimiza a atuação política dos Estados e envia regras de fora para dentro, modificando a cultura, o modo de produzir, impondo transformações em nome da livre circulação do capital é um desafio grandioso.

São muitos os desafios para a continuidade e expansão dessa Organização, assim como os acordos de livre comércio bilaterais, e as constantes mudanças no comércio mundial, existe também o desafio de convencer o produtor local a aceitar normas vindas de fora para tornar seus produtos mundiais e transformá-los em *commodities*. O Estado está convencido das benfeitorias desse ‘progresso’, como dito, ‘muitos países estão na fila para participar da OMC’, mas não por considerar a seriedade da Organização, muito menos levando em consideração os benefícios que a população do país terá com essa ‘cooperação’ mundial de países, mas pensando na competitividade que gera capital, que enriquece o dono das terras, das indústrias, das *commodities*.

Entretanto, mesmo que o pequeno produtor não esteja convencido de que o melhor é aceitar as regras impostas pelo capital, enriquecida de tecnologia, exigências fitossanitárias, o seu entorno o leva a fazê-lo, entrar na competitividade para tentar reproduzir-se socialmente, tentar manter-se na terra, endividar-se, perder a terra, migrar. E nesse mesmo contexto, tem-se a internacionalização da agricultura.

3.3 Internacionalização da agricultura e a citricultura em Sergipe

O capital alcança todos os continentes, mas não todos os lugares de forma igualitária. Com a mundialização do capital, este penetra pelos espaços mais improváveis a fim de conquistar maiores ganhos, contudo, o desenvolvimento do mesmo se dá de maneira desigual, e ao mesmo tempo combinado. As *commodities* se expandem, crescem também a tecnologia no campo, a industrialização, aumentam as normas a serem seguidas, e modificam a comercialização.

Contraditoriamente, o campesinato permanece no campo, mesmo com ausência de recursos e pequenos lotes, segue produzindo, porém, a renda da terra campesina é apropriada pelo capital, e este não precisa estar territorializado. Através de empréstimos concedidos pelo banco, o camponês tem sua produção, ou que sobraria dela, toda destinada ao pagamento de juros, assim,

No interior desse processo de mundialização e do neoliberalismo, a agricultura, que antes baseava-se na produção dos camponeses, sustentada por fortes subsídios agrícolas, na revolução verde, na agroquímica, no sistema de estoques governamentais, e tinha na FAO seu órgão mundial, passou a conhecer um profundo processo de mudança. Primeiro, foi a pregação neoliberal contra os subsídios, e consequentemente, contra a agricultura de base familiar camponesa. Segundo, o fim dos estoques governamentais e a substituição das políticas de soberania alimentar pela política de segurança alimentar, sacada da área da saúde pública e alçada para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. Terceiro, a substituição dos estoques governamentais pelos estoques das multinacionais e o mercado como único regulador. Quarto, a criação da Organização Mundial do Comércio - OMC, como órgão mundial de regulação e de decisões mundiais entre os países com contendas comerciais (OLIVEIRA, 2012, p.3).

Desse modo, com a abertura das fronteiras do Brasil para o capital internacional e a agricultura sendo regida pelas normas vindas de fora, houve mudanças estruturais no modo como baseava-se a produção agrícola no país, passando o mercado a ser regulador da produção. Assim, “a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou

a estruturar-se sobre três pilares: na produção de *commodities*, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais” (OLIVEIRA, 2012, p.3).

Logo iniciou várias modificações na produção e comercialização da agricultura e da pecuária, que passaram a produzir para o mercado mundial. O crescimento do mercado e da economia, tornaram-se mais importantes que o desenvolvimento humano e os alimentos, bem como, a população, passaram a último plano do Estado.

Na territorialização, os capitalistas são proprietários da terra, estão ligados no processo produtivo diretamente, tanto no campo, quanto industrial e do mesmo modo ocorre em grande parte do plantio de laranja no estado de São Paulo, as indústrias controlam a propriedade da terra, bem como a produção do suco e exportação. Essa territorialização do capital foi impulsionada pela intercessão entre o capital nacional e o estrangeiro. Esse entrelaçamento gerou grandes fusões que transformaram empresas antes nacionais nas maiores empresas mundiais. Sendo assim,

As empresas de capital aberto no campo brasileiro, estão juntando de forma articulada na aliança de classe com o capital mundial, o rentismo típico do capitalismo no Brasil, e, assim, estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra. Ou seja, passam a atuar no mercado de terras, no preparo da propriedade para produção, na produção em si e na comercialização. E mais, esses grupos interessados em terras brasileiras têm se associado a investidores e fundos, e alguns já abriram seu capital, outros estão se preparando para tal. Além do fato em si de que a negociação de terras passou a chamar a atenção do setor financeiro, a emissão de ações deu opções para os fundos, permitindo assim, que estrangeiros participem desse mercado, independentemente das ações do governo, quanto à eventuais restrições às aquisições de terras por estrangeiros (OLIVEIRA, 2012, p. 10).

As empresas estrangeiras passam a ter a propriedade privada da terra, e atuam desde a plantação até a comercialização da produção industrializada, essas empresas concentram terras, o que só faz crescer a desigualdade na estrutura fundiária do Brasil. Segundo Oliveira (2012, p.11) “a empresa BrasilAgro possui 174 mil hectares adquiridos por um fundo da Tarpon, pela argentina Cresud e por Elie Horn. Modelo de negócio parecido com a Tiba Agro, faz a conversão de terras e a produção em 50 mil hectares”. E assim seguem várias outras empresas, comprando grande parte do território nacional para a produção e comercialização das *commodities*.

A territorialização do capital no meio rural, fez com que muitos camponeses perdessem a condição de viver somente pela terra, levando às migrações campo-cidade. Nas cidades também não há emprego para todos, o que ocasiona muitas vezes no trabalho temporário dos boias frias, pessoas que moram nas cidades e que migram diariamente para o campo para trabalhar na colheita, esta relação de trabalho é muito comum na produção da laranja no estado de Sergipe.

Manter a classe trabalhadora ativa, não é objetivo do capital, pois, com os trabalhadores unidos e com segurança no trabalho, surgem sindicatos que reivindicam seus direitos e estes não aceitariam as relações trabalhistas precarizadas, como ocorre nos dias atuais. Sendo assim, é cada vez mais frequente o uso de contratos nas grandes empresas e diaristas no campo, pois, quando acaba o contrato, são postos para fora.

Com o capital adentrando o campo, quando não há a territorialização do mesmo, há a monopolização da produção. Na monopolização as empresas não são proprietárias de todos os laranjais, mas controlam toda a produção e circulação, como é o caso da laranja em Sergipe e Bahia, parte das terras são pertencentes aos camponeses, mas a produção é destinada às indústrias, que decidem os preços e de que forma será comercializada. E entre o produtor e o dono da indústria, tem o atravessador que serve de intercessor entre um e outro. Desse modo,

Qualquer que seja o mais-valor que o capital tenha extraído no processo direto de produção, o que se corporifica em mercadorias, o valor e o mais-valor contidos nas mercadorias tem primeiro de realizar-se no processo de circulação. A reposição dos valores adiantados na produção e particularmente o mais-valor encerrado nas mercadorias parecem que, além de se converterem em dinheiro na circulação, desta decorrem; aparência que duas circunstâncias confirmam: o lucro obtido com a venda depende do logro, astúcia, conhecimento técnico, habilidade e de mil fatores conjunturais no mercado; além disso, ao lado do tempo de trabalho surge outro elemento determinante: o tempo de circulação. (MARX, 1974, p. 950, apud PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 70).

Para Elias (2003) as novas tecnologias e a expansão do meio técnico científico-informacional possibilitaram a dispersão espacial da produção e redefiniu padrões de localização das indústrias, muitas destas foram para o campo. Desse modo, a circulação assume papel central, pois com a crescente especialização produtiva acarretou uma maior produção, aumentando, conseqüentemente, a densidade dos fluxos materiais e imateriais disponibilizados no território.

A circulação é compreendida como um processo essencial para a acumulação de capital, de modo que o produto só é considerado acabado quando está no mercado. Os preços são sensíveis ao transporte das mercadorias e o modo capitalista de produção procura formas mais baratas e rápidas de transportes, encurtando o espaço pelo tempo, para que o produto possa ser levado a mercados distantes, em grandes quantidades e em um curto espaço de tempo.

A circulação da laranja no estado não é feita diretamente pelos produtores, mas pelos atravessadores. Desse modo, ainda que o preço do produto esteja em alta no mercado, o produtor sempre recebe um valor abaixo do que receberia se houvesse a venda direta para a indústria de suco e, como assegura Santos (2008), quem menos tem poder de movimento, mais depressa vê desvalorizar-se seu produto e seu meio de trabalho.

Para Maluf (1992) o capital agrário, as “cooperativas empresariais”, as agroindústrias e o grande capital comercial (em especial as cadeias de supermercados) são as formas de manifestação do grande capital que detêm a hegemonia sobre a produção e a circulação dos produtos agrícolas.

O suco sergipano é destinado ao mercado internacional, tornando-se orientação estratégica do complexo agroindustrial. Setor privado e estatal guiaram seus empenhos para a expansão de vendas internacionais de suco concentrado. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, os Estados Unidos foram o maior demandante. Nos anos 1990, o comportamento do consumidor no mercado internacional se alterou e a Europa tornou-se principal demandante do produto (PAULILLO, 2000).

No que se refere à exportação de suco concentrado congelado de laranja, desde 2009, o mercado vinha apresentando uma evolução na comercialização, de US\$ 60,7 milhões em 2009, passando por US\$ 76,6 milhões em 2010, US\$ 122,4 milhões em 2011 até US\$ 149 milhões em 2012, com exceção de 2013 que apresentou o valor de US\$ 84,5 milhões (MDIC, 2014). O principal destino do suco sergipano é a Holanda, além de outros mercados como o da Irlanda, o Reino Unido, a Turquia, a Polônia, entre outros (EMBRAPA, 2007).

O impulso dado pelo Estado para a internacionalização da economia do estado pôde ser visto através das políticas de crédito rural para auxiliar no plantio, na irrigação, na compra dos insumos, bem como, inseticidas e agrotóxicos, contudo, na maioria das vezes, esse crédito acarreta em mais despesas para o trabalhador, pois como não há de fato um acompanhamento técnico que auxilie no plantio, tampouco a gestão do dinheiro,

o camponês muitas vezes não consegue o retorno esperado da produção, ficando endividado.

Segundo o secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, o estado de Sergipe articulou redes de varejo para apoiar a comercialização, desenvolveu *marketing* para aumentar o consumo da laranja, comprou a produção (PAA/CONAB), garantiu renda mínima na entressafra para os trabalhadores, concedeu assistência técnica e extensão rural, pesquisas agropecuárias, mudas subsidiadas para renovação dos pomares e suco de laranja na merenda escolar.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2007) reforça que, a maioria dos citricultores comercializam suas frutas via atravessadores (algumas são pequenas empresas beneficiadoras), seguidos da indústria de suco e da venda direta em mercados e feiras livres, tendência mantida até o ano de 2018. Desse modo, no estado de Sergipe é menos perceptível a territorialização do capital na citricultura e mais nítido a monopolização da circulação dos produtos, vista através de uma comercialização totalmente atrelada a intermediários ou agentes hegemônicos.

O aprisionamento ou a quase unilateralidade da comercialização, diminui a renda campesina, posto que a circulação favorece o acúmulo do capital, conseqüentemente, o engessamento da circulação no estado de Sergipe, leva a uma sujeição dos camponeses a todas as outras etapas do circuito produtivo. Neste contexto, a tecnologia pode entrar como meio de fortalecer o citricultor, aumentando a produtividade, e quiçá a relação produtor-indústria, sem a intervenção do atravessador, contudo, a tecnologia altamente concentradora tem levado ao enfraquecimento.

3.4 A técnica e a tecnologia na produção de citros

Originalmente o homem e a natureza conviviam harmonicamente, a natureza segue seus processos de transformações de forma, ora lenta, ora abrupta, independente da ação humana, enquanto o homem produz, e é produto desta. Nesta produção, que é o trabalho, a natureza é modificada para atender as necessidades da humanidade, desse modo, “não existe trabalho sem natureza, e natureza sem trabalho” (OLIVEIRA, 2007, p. 27).

Tanto o trabalho quanto a técnica, são mediadores entre o homem e a natureza, através destes, a humanidade pôde acelerar o processo que seria mais lento, caso esperasse

apenas as forças naturais, assim, estes surgem da necessidade do homem de transformar mais rapidamente o que a natureza não poderia fornecer no tempo pretendido.

A técnica envolve o saber fazer, o conhecimento para produzir, as diferentes aptidões, competências e habilidades, os manejos com ferramenta e com todos os utensílios utilizados como meios de produção e de transformação da natureza. É a ação humana usada de forma diferente em diferentes momentos históricos, ora sendo considerada avançada, ora retrógrada.

Santos (2006, p.16) afirma que a principal forma de relacionar o homem ao meio é através da técnica, e complementa que, “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

Santos (2006) critica diversos autores por não inserirem o espaço geográfico em suas análises, e aos geógrafos de terem herdado uma tendência a enxergar de maneira dual, a exemplo, o meio físico e o humano, a técnica e o espaço. Segundo o autor, é necessário fundir o meio técnico e o meio geográfico, pois só o “fenômeno técnico em sua total abrangência permite alcançar a noção de um espaço geográfico” (IBID. p. 21).

Para cada época distinta a técnica fora assimilada com especificidade, por isso, esta precisa ser analisada não por ela mesma, mas de acordo com o seu entorno, pois, diferentes lugares em diferentes tempos, se apropriaram de objetos técnicos de maneira distinta, e, sendo o espaço geográfico “híbrido”¹⁶, convive e assimila sistemas técnicos velhos e novos, e o modo como determinado espaço se apropria disto, é o que o tornará único, pois a técnica é universal.

Entender a técnica utilizada em cada época é entender a história da humanidade. A relação do homem com a natureza, o trabalho, os instrumentos e modo de regê-los são aprimorados, bem como, segundo Oliveira (2007) as próprias mãos do homem, que produz os instrumentos que dará forma aos materiais existentes na natureza, também são aperfeiçoadas ao longo da história, tornando cada vez mais os meios de produção capazes de transformar a natureza de forma mais acelerada.

O trabalho e a técnica, pré-sociedade capitalista, eram tidos como qualitativos, o valor do trabalho e a produção deste tinha apenas o valor do uso, o homem se reconhecia em seu trabalho, enxergava no resultado da produção o seu suor. A divisão das relações

¹⁶ (SANTOS, 2006, p.25).

era espontânea e igualitária, Oliveira (2007) diz que a mediação natureza-trabalho-técnica estavam sempre em consonância com os ritmos da natureza e afirma:

Enquanto o processo de trabalho é puramente individual, um único trabalhador exerce todas as funções que mais tarde se dissociam. Ao apropriar-se individualmente de objetos naturais para prover a sua vida, é ele quem controla a si mesmo; mais tarde, ficará sob o controle de outrem. O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem por em ação seus músculos sob o controle de seu cérebro. Fisiologicamente, cabeça e mão são partes de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e o das mãos. Mais tarde se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários. O produto deixa de ser resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles, na manipulação do objeto sobre o qual incide o trabalho (MARX, 2004, apud, OLIVEIRA, 2007, p. 41).

As atividades pré-capitalismo estavam todas atreladas à agricultura e, conseqüentemente, aos ciclos naturais, toda a produção existia para suprir as necessidades básicas do homem, uma espécie de economia natural, e para que o capitalismo surja, cresça e territorialize, é necessário por um fim a essa economia, contudo, mesmo o capitalismo sendo um modo de produção totalmente contrário a essa economia primitiva, este, segundo Oliveira (2007), só poderia nascer a partir das formas anteriores de organização como a escravidão, o feudalismo, comunismo primitivo, campesinato.

Embora o cerne do capitalismo seja a obtenção do lucro, e para este, é basilar o trabalho assalariado, e, portanto, o capital tende a querer destruir as relações não assalariadas, contraditoriamente, este (o capital) precisa manter as relações não capitalistas para se expandir, seja através da monopolização da produção, seja pela manutenção do exército de reserva no campo para períodos de colheita, seja para manter baixos os salários nas cidades.

Portanto, com o advento do capitalismo, a junção homem-natureza-trabalho-técnica é desfeita, o trabalho tem sua base alterada, e tanto o trabalho quanto a natureza e a técnica, passam a ter valor de troca, tudo passa a ser visto como mercadoria. “A dissociação do trabalho como auto-reprodução da vida pela subversão das condições objetivas de produção se apresenta pela forma assalariada do trabalho” (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

A classe dominante passa a controlar os instrumentos de trabalho (inclusive a terra), esta detém o capital, a matéria-prima, a técnica, para a classe de trabalhadores resta

apenas a força de trabalho, que precisa ser vendida para que possam reproduzirem-se socialmente. O trabalho passa a ser uma obrigação que sustenta o prazer do consumo, o homem não se enxerga no produto final do seu trabalho, pois seu fruto é de propriedade privada, tornando-o alienado, sendo assim,

A origem dessas transformações ocorre inicialmente na agricultura, no regime feudal, e continua com o mercantilismo, manufatura/cooperação e se estabelece na Revolução Industrial, momento em ocorre a separação do operário e seu instrumento, do homem e da natureza. Com a Revolução Industrial unem-se técnica e ciência (tecnologia) sustentadas na separação homem e natureza para acumulação do capital (OLIVEIRA, 2007, p. 39-40).

Com a Revolução Industrial a técnica é unida à ciência e tem-se a tecnologia, esta apoiada na separação do homem dos seus meios de produção e na valorização do capital, vem se aprimorando até os dias atuais, com o discurso de que melhorias na forma de trabalho, seja na indústria ou no campo, tendem a trazer benefícios para a humanidade, que com o aumento da produtividade a tendência é diminuir a fome (pela quantidade de alimentos produzidos), o desemprego (pela quantidade de novos empregos gerados pelas indústrias), ou seja, aumentar o nível de desenvolvimento com a tecnologia.

O aprimoramento da tecnologia leva a divisão do trabalho que é o cerne de toda a alienação. A princípio o homem compreende o todo do circuito produtivo, tem o trabalho como ação para modificar a natureza em prol de satisfazer suas necessidades, se vê no resultado da produção. Com a divisão do trabalho, o trabalhador passou a fazer uma etapa da produção de um bem, muitas vezes de forma repetitiva, como é o caso da produção em série (Fordismo), não tem mais a dimensão do todo e não trabalha para si, mas para o capital.

O capital detém os meios de produção, assim como o controle do trabalhador, desse modo, dita as regras sobre como e quando produzir, burlam leis trabalhistas, hierarquizam o trabalho condicionado pela tecnologia. E mesmo os que produzem em sua própria terra, são alienados no resultado de sua produção, pois vendem o que o capital determina, pelo preço também determinado.

O domínio do capital vem se intensificando ao longo do processo histórico, principalmente com as tecnologias que são associadas à modernização e as reestruturações produtivas. A modernização na agropecuária do Brasil, segundo Elias (2002) passou por três fases: a primeira com a mudança técnica em 1950, com o uso de

fertilizantes, agrotóxicos, tratores, colheitadeiras, entre outros; a segunda em 1960 com a industrialização da agricultura, a organização dos complexos agroindustriais (CAI's) e a organização do agronegócio; a terceira em meados de 1970, com inovações biotecnológicas que afetaram ainda mais a relação do homem com a natureza, diminuindo o tempo de maturação da produção, a produtividade por m², e modificações genéticas.

A modernização do campo brasileiro, que se intensificou entre os anos 1960 e 1980, teve forte impulso do Estado como “políticas de preços mínimos, créditos a juros baixos ou negativos para investimentos, subsídios para insumos modernos, redução e eliminação de impostos e da pesquisa técnica pelos institutos do Estado” (OLIVEIRA, 2007, p. 79).

O modelo econômico no Brasil, a partir da modernização, era pautado em produtos subsidiados pelo Estado para a exportação. Esse modelo direcionado para produtos exportados tinha os créditos concedidos pelo Estado, através do crédito rural estatal subsidiado (SNCR) e este era vinculado aos pareceres de órgãos internacionais como GATT, FMI, Banco Mundial, afirma Oliveira (2007).

O fortalecimento do crédito para a agricultura de mercado e sua expansão para as regiões nordeste e centro-oeste, se deu no Governo de Médici (1970 – 1973), posteriormente, no governo de Ernesto Geisel (1974 – 1979) houve uma intensificação dos créditos para o aumento do uso de insumos modernos com a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). A partir dessa década, no meio rural do Brasil, inicia de fato grandes mudanças, com participação expressiva no Produto Interno Bruto.

As mudanças ocorrem não somente no âmbito do meio rural, mas de forma expansiva para vários setores do país, com o intuito de aumentar cada vez mais a produtividade, em especial na ciência, que passa a ser influenciada pela Revolução Verde¹⁷ e pelos Complexos Agroindustriais (CAI's)¹⁸.

¹⁷ No Brasil, só é consolidado um conjunto de técnicas modernas para a prática da agricultura com a chamada Revolução Verde, na década de 1960, impulsionando a incorporação crescente de máquinas, tratores, equipamentos, fertilizantes, agrotóxicos ao processo produtivo, buscando maximizar a produtividade (LOCATEL, 2004, p. 134).

¹⁸ O processo de expansão do Complexo Agroindustrial foi viável devido a incentivos fiscais e outras facilidades via Estado, as mudanças que ocorreram na agricultura brasileira, deram origem a um novo padrão de produção agrícola. A agricultura passa a reestruturar-se a partir da inclusão imediata no circuito de produção industrial, seja como consumidora de insumos e máquinas, seja como produtora de matéria-prima para a transformação industrial. Contudo, a produção tradicional não foi substituída imediatamente por esse novo padrão agrícola, assim como o padrão de expansão horizontal através da fronteira agrícola não cessou (LOCATEL, 2004, p. 74).

Em mais da metade do século XX, a produção era regida pelo taylorismo/fordismo, baseados na linha de montagem, na padronização e a verticalização da produção. Todavia, esse modelo de produção entra em decadência no final dos anos 1960, levando ao processo de reestruturação produtiva do capital, que vem a constituir um novo regime de acumulação, denominado por Harvey (2002) de regime de acumulação flexível. Este busca superar na esfera jurídico-política a rigidez do compromisso fordista (KREMER, 2003).

O processo de reestruturação do capital é resultado do esgotamento do modelo taylorista/fordista, dado pela crise do Estado de bem-estar social, pela incapacidade de resultados diante da retração do consumo, do excesso de produção e queda da taxa de lucros. A reestruturação está relacionada às novas tecnologias, a biotecnologia, a microeletrônica, que promoveram/promovem intensas mudanças tanto no espaço geográfico, aumentando a produção de alimentos, por um lado, e a fome, por outro.

O aumento da fome está atrelado ao crescente desemprego estrutural, que se instalou com a crise do capital. O crescimento do trabalho morto (máquina) em detrimento do trabalho vivo (homem) vem trazendo consequências nefastas para o arranjo societal, como as mudanças no cenário do mundo do trabalho, cresce cada vez mais o número de desempregados, subempregados, empregos informais, tanto em países desenvolvidos, quanto subdesenvolvidos, porém, a fragilidade das economias dos mais pobres, os fazem sentir mais duramente as consequências da competição intercapitalista, e assim, afirma Antunes (2006, p. 24) que “direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção” e complementa,

Quanto mais se avança na competição intercapitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial em uma dada região ou conjunto de países, quanto mais se expandem os capitais financeiros dos países imperialistas, maior é a desmontagem e a desestruturação dos que estão subordinados ou mesmo excluídos desse processo (ANTUNES, 2007, p. 33).

No sistema toyotista as relações de trabalho tornaram-se mais frágeis. O trabalhador passa a ser chamado de colaborador e recebe por produtividade, sendo assim, faz-se necessário inovar. O individualismo cresce, enfraquece o sindicato e fortalece o medo do desemprego. As mudanças na produção aliadas à tecnologia abrem caminhos, tanto para exploração do trabalho, quanto para um maior controle sobre o mesmo por parte do capital (NASCIMENTO, 2011).

As mudanças que chegam ao campo brasileiro, sobretudo a partir de 1974 é resultado do declínio do modelo de substituição das importações, é nesse período que a indústria volta sua atenção para o mercado de exportações, tendo o respaldo das ações estatais com políticas voltadas para o aumento da produção, além da estrutura formada por grandes instituições e organizações de interesse dos próprios produtores capitalistas, o que constitui uma iniciativa dirigida por fatores externos, e não aos trabalhadores do campo.

É nessa conjuntura que é dada a largada do processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil, ainda que não intensamente. Como a produção industrial brasileira era voltada para suprir o mercado interno, tornou-se imprescindível melhorar os padrões de competitividade para adentrar no mercado externo. O impulso exportador advém, por um lado, pela necessidade de geração de divisas, para saldar compromissos da dívida externa brasileira e, por outro, em função da forte retração do mercado interno, motivado pela crise econômica que então se verificava.

O desenvolvimento da biogenética no campo, o registro de patentes, assim como, todos os demais insumos modernos introduzidos no meio rural, resultaram no aumento das desigualdades regionais e da distinção entre os tipos de produtores, cada vez maior. Neste sentido, as disparidades espaciais se intensificam com o aumento dos recursos tecnológicos e de políticas específicas destinadas para o setor. O acesso ao crédito rural para a implementação de mudanças e participação ativa no modelo de modernização do Brasil não é e nem foi para todos, o Estado assumiu um papel importante na expansão desse modelo e de ‘organização’ do espaço rural, ora possibilitando, ora dificultando o acesso ao crédito e ao financiamento.

A agricultura tornou-se subordinada ao capital, a tecnologia aplicada ao trabalho agrícola, principalmente para os produtos de exportação, consolidou um modelo que há tempos precisa ser superado no país: o da concentração da propriedade fundiária. Há mudança no campo, porém, estas não se deram de forma homogênea e grande parte do meio rural do Brasil não apresentou mudanças técnicas significativas.

Nesse sentido, os camponeses não foram todos contemplados com o crédito rural, nem com o uso das pesquisas que levam ao melhoramento das plantas trazendo o aumento da produção, o que impede que se tenha uma concorrência justa entre os produtores. As transformações ocorridas no meio rural garantiram o aumento da produção e da produtividade do setor agropecuário, ao passo em que acentuou os problemas sociais no campo e na cidade, através das migrações campo-cidade.

Nos municípios analisados, os camponeses não fazem uso da calagem para amenizar a acidez do solo, utilizam-se do trator para limpar a área e no máximo o esterco (adubo orgânico feito a partir do excremento animal), depois de plantadas as mudas (em sua maioria produzidas a céu aberto e não em estufas e geneticamente modificadas, como exigia o projeto de revitalização da citricultura) fazem uso de adubos (com uma quantidade menor que o necessário para o bom desenvolvimento da planta, devido ao preço do mesmo), e da pulverização com venenos (que não souberam informar o nome) para controlar as pragas como ortézia¹⁹, e principalmente a mosca negra²⁰ (Figura 01).

Figura 01 – Fotografia do pomar acometido pela mosca negra



Foto: ANDRADE, A. C. S. N. de. Pesquisa de campo, 2018

A tecnologia, que chegou ao estado de Sergipe com mais força no ano 2003 como tentativa de revitalizar a citricultura, através das mudas produzidas em viveiros de mudas

¹⁹ A cochonilha ortézia (*Orthezia praelonga*) é uma das pragas que mais podem provocar danos aos citros. Afeta todas as variedades de citros, café, plantas invasoras e cerca de 30 espécies ornamentais. Quando o foco inicial não é controlado, pode levar à erradicação de todo o talhão afetado (FUNDECITRUS, 2018).

²⁰ De origem asiática, a mosca negra (*Aleurocanthus woglumi*) causa danos diretos e indiretos aos citros e prejudica o desenvolvimento e a produção das plantas (FUNDECITRUS, 2018).

com estufas, que seriam, mais produtivas e resistentes a pragas, não seguiu o rumo esperado pelo governo do estado na época, que tentou impor de cima para baixo uma nova forma de produzir, exterminando as mudas produzidas a céu aberto e acabando com plantações inteiras.

Em campo, uma porcentagem elevada de camponeses afirmaram que as mudas teladas não são mais produtivas que as produzidas por eles mesmos e que saem das estufas sem doenças, mas que ao chegarem no campo adoecem igual as outras, “são muito pequenas e não compensa pagar R\$ 6,00 por elas, sendo que as outras ou eu produzo ou compro pela metade do preço” (Informação verbal²¹). Outro camponês no município de Lagarto afirmou:

Conheço muita gente que plantou tudo novo, igual mandou o governo, comprou muda cara, e os pés ficaram mais polpudos, cheios de galhos e folhas, mas não deu fruto não, teve que arrancar tudinho. Teve uns que até fez de novo o plantio, mas outros mudaram o tipo de cultura, a laranja tem muito custo pra perder tudo assim (Informação verbal²²).

Os resultados da reestruturação do capital podem ser notados tanto no urbano, quanto no rural, e ainda que em certas áreas a tecnologia seja menos expressiva, não passando do uso de tratores, ‘defensivos’ e adubos, pode-se ver as sequelas do capital (mundializado) através da monopolização sobre venda, como no caso de Sergipe que quem determina o preço são as indústrias de suco.

3.4.1 Mudanças nos rumos na produção de laranja

A produção da laranja tem início em Sergipe no século XVI, trazida pelos portugueses, mas só inicia a comercialização na segunda metade do século XIX, com uma produção voltada apenas para o mercado interno e o consumo *in natura* da fruta. A partir da década de 1960, com ênfase na de 1970, o país passa por um período de efervescência desenvolvimentista, que levaria a modernização e mudanças na organização espacial do campo.

Nesse período da história do Brasil, o discurso estatal estava totalmente atrelado a necessidade de modernizar. E a intervenção do Estado foi no sentido de investir para

²¹ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 5).

²² Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 6).

aumentar a produtividade, além de criar uma densa infraestrutura que facilitasse o escoamento da produção, no intuito de não mais concentrar a venda no mercado interno, e sim expandir para o exterior.

A modernização da citricultura acarretou em muitas mudanças no meio rural do centro-sul sergipano, a proliferação das tecnologias trouxe para este a expansão das relações capitalistas, acentuando as migrações, aumentando o número de trabalhadores assalariados, de diaristas e, conseqüentemente, crescendo as disparidades entre os produtores de maior e menor poder aquisitivo.

Segundo Oliveira (2007) no ano de 1975 havia uma nítida modernização no centro-sul de Sergipe, todos os citricultores usavam fertilizantes, ‘defensivos’ contra as pragas, mais da metade destes faziam uso de tratores e estavam vinculados ao sistema financeiro. Ainda segundo a autora, com a formação do Complexo Agroindustrial em Sergipe, entre os anos de 1978 e 1980 foram instaladas em Estância a Frutene (Indústria de Fruta do Nordeste S/A) e a frutos tropicais, respectivamente, que abre caminhos diferentes para a citricultura no estado, de matéria-prima passa a produto industrial em suco de laranja concentrado (SLCC). Com o a estruturação do CAI’s em Sergipe também houve a criação de indústrias de fertilizantes.

As indústrias são atraídas pela isenção fiscal, proximidade da matéria-prima, e mão-de-obra barata, além de toda a dinâmica moderna instalada que induz ao uso de produtos novos no mercado (fertilizantes e agrotóxicos) e faz com que grandes empresas sintam-se atraídas a territorializar-se, ou monopolizar a produção.

Para o plantio da laranja são necessárias algumas técnicas de produção que, na maioria das vezes, exige muito do produtor. A região centro-sul do estado, onde há a concentração do plantio da fruta, apresenta características climáticas com chuvas concentradas nos períodos de abril a setembro e uma estação seca de outubro a março. Segundo a EMBRAPA (2007), esse regime climático, associado à presença de camadas coesas na superfície do solo, resultam num grande desafio à produção, pois são necessárias algumas práticas de manejo específicas que atenuem os movimentos das águas e ar no solo, com reflexos também no aprofundamento do sistema radicular das plantas. As camadas superficiais, durante o período de escassez de chuvas, ficam extremamente duras, e influenciam diretamente na produtividade dos pomares e na qualidade dos frutos, bem como, a redução da vida útil das plantas.

Ainda para a EMBRAPA (2007), as técnicas que são indicadas para amenizar esses impactos no solo, não são utilizadas pela maioria dos produtores, que são: os porta-

enxertos adaptados às condições edafoclimáticas; a cobertura verde da linha de plantio durante a estação chuvosa, como estratégia para melhoria das características da zona de exploração radicular; a minimização de práticas de revolvimento do solo, a fim de evitar a perda de águas; e o uso de coberturas vegetais nas entrelinhas dos pomares. Alguns produtores vêm optando pelo uso de semeadura direta, ‘plantio direto’ de porta-enxertos, no local definitivo do pomar como forma de propiciar o melhor desenvolvimento radicular.

O tempo de espera até que o pomar esteja totalmente desenvolvido para dar frutos é longo (a muda demora dois anos pra ficar pronta, e somente três anos depois de plantada, iniciará a produção considerada lucrativa), as questões climáticas, os solos de tabuleiros costeiros, em geral solos arenosos e pobres em nutrientes e matéria orgânica, a escassez de técnicos que auxiliem o produtor e as técnicas caras de irrigação e melhoramento do solo, fazem com que muitos produtores, pequenos e médios façam o consorciamento entre a citricultura e culturas de ciclo curto, como o feijão, o milho, a mandioca, o fumo, dentre outros.

Essa prática que também vem sendo adotada por grandes produtores, tanto em Sergipe quanto na Bahia, a exemplo da indústria Tropfruit, localizada na cidade de Estância, que trabalhava com 100% de sua capacidade e, após a seca de 2012, teve uma queda na produção, passando a trabalhar com 30% de sua capacidade. A empresa passou a comprar frutos de outros países (maracujá do Peru, abacaxi da Tailândia) e plantar o milho consorciado à laranja (TROPFRUIT, 2016). Além das oscilações do preço no mercado, os produtores lidam com as questões climáticas e pouco apoio técnico, portanto, o consorciamento, tornou-se uma prática indispensável.

Há uma série de fatores que emperram, de certa forma, a produção no campo, em especial dos pequenos produtores, tais como:

- Baixa relação do número de técnicos/número de citricultores;
- Carência de pesquisas que englobem a realidade do pequeno produtor, os pacotes tecnológicos considerados ideais nem sempre o alcançam;
- Dificuldade dos recursos financeiros para a implantação das práticas agrícolas. É preciso viabilizar crédito suficiente e justo para esses credores, resolvendo-se de forma a não prejudicar as partes envolvidas, a exemplo, dos inadimplentes vítimas das oscilações do mercado;
- Falta de mercado justo e seguro;
- Falta de organização dos produtores em associações ou cooperativas: desmotivação por já ter sido enganado, monopólio de decisões, mau uso do dinheiro, intervencionismo político, falta de compromisso coletivo, prejudicando ações coletivas necessárias para enfrentar a

difícil relação com atravessadores de indústrias de esmagamento dos frutos (REZENDE, 2011, p. 14).

O estado de Sergipe encontra-se diante de uma realidade de escassez em relação ao acompanhamento técnico, o que dificulta a melhoria do plantio. Todos os entrevistados no trabalho de campo reclamaram sobre a ausência da orientação técnica, alguns afirmaram que, no máximo, recebiam receitas caseiras de como afastar as pragas, que não resolviam os problemas. Em nenhum dos casos a avaliação e melhoria da terra e dos pomares era feito de forma regular e englobando a realidade do produtor.

Tanto no período áureo dos subsídios estatais com o crédito para o plantio, quanto posteriormente, com a revitalização da citricultura, o apoio técnico e o crédito eram limitados a alguns citricultores, e isso acirrou ainda mais as disparidades no campo, ou seja, os que conseguiam o capital para investir no plantio continuaram no estado, os que não obtiveram, ou mudaram o tipo de cultura, ou migraram para o estado vizinho, contudo, a falta de acompanhamento dos citricultores que aqui permaneceram, os fizeram também buscar outras alternativas de sobrevivência, pois apenas o crédito não foi suficiente para manter os elevados níveis de produção.

A dívida junto aos bancos também é um dos motivos para que alguns citricultores não consigam refazer empréstimos, e outros não querem se envolver com os juros destes, pois afirmaram as oscilações dos preços da laranja e a incerteza sobre chuvas, fazia com que trabalhassem só para quitar a dívida.

A pouca atuação das cooperativas também é um entrave para a citricultura sergipana, alguns citricultores pagam a associação somente para que a venda da laranja seja feita através desta, mas a maioria²³ não é associado, estão descrentes quanto as boas intenções dos líderes dos cooperados, e seguem vendendo a produção para atravessadores.

Em 1971 foi criada a estação experimental de Boquim, a tecnologia empregada gera embriões e variedades de laranja pêra, baianinha e valência, a estação possibilitou a utilização de novos porta-enxertos, adubação química, controle sanitário dos pomares, e aliada à tecnologia dos viveiros com estufas teladas, aumentaria a produção dos pés de laranja. Contudo, as pesquisas desenvolvidas nesta não englobaram todos os citricultores, e os camponeses que não foram beneficiados com esta, mas conseguiram manter-se na terra, seguiram com a mesma técnica utilizada em tempos passados.

²³ 90% dos pesquisados não faziam parte de associações.

Os produtores sergipanos que não possuem capital, nem crédito para financiar sua produção, produzem em sequeiro (sem irrigação), e sem (ou pouco) adubo, pois o saco do adubo tem preço elevado, e caso ocorra alguma baixa no preço do fruto, não terão um grande prejuízo. Entretanto, não utilizando a quantidade ideal de adubo, a produção é menor, e os frutos com menor qualidade dificulta a venda, cai os preços, enquanto os produtores maiores que se utilizam de adubos e irrigação, têm o fruto em qualquer época do ano e vendem a preços mais elevados pela qualidade do produto.

Um aspecto importante da citricultura sergipana é a presença de viveiros selecionados (ambientes telados) específicos para a produção de mudas, que faz parte do programa de revitalização da citricultura, e segundo Oliveira (2007) as mudas de produção camponesas passaram a ser proibidas, os camponeses que insistisse na produção, poderiam ter seus pés de laranja destruídos pela Polícia Federal.

Embora o apoio estatal para a revitalização da citricultura estivesse também nos preços baixos das mudas, para o camponês adquirir as mudas e se desfazer de todos os pomares de laranja (para não proliferar pragas dos pomares velhos) ficaria dispendioso demais, como a laranja é uma cultura permanente, esperar dois ou três anos para começar a produção é muito tempo para quem não tem capital suficiente.

Recomenda-se o plantio de cultivares de diferentes épocas de maturação (precoce, de meia estação, tardia) com a finalidade de ampliar a faixa de colheita dos pomares, para que não passe um longo tempo sem a colheita ser feita, e esta aconteça o ano inteiro, a exemplo da laranja Lima e a Peneapple precoce, a Bahia e a Gadner de meia estação, e a tardia, como a Valência ou a Natal.

Os pomares sergipanos, segundo a EMBRAPA (2007), baseiam-se no uso da combinação de laranja pera e do limoeiro como porta-enxerto. Embora estas combinações tenham alcançado resultados significativos em termos produtivos, a concentração dos pomares sergipanos, são quase que exclusivamente em uma única variedade a copa de laranja, que demonstra uma vulnerabilidade considerável em termos sustentáveis, uma vez que a colheita é concentrada em determinadas épocas, o que resulta nos baixos preços em função da concentração da produção, refletindo em problemas econômicos na condução do pomar, além de não obter a renda durante todo o ano.

Há uma exigência pelos produtores de novas variedades de copas e porta-enxertos adaptados às condições edofoclimáticas da região. Algumas variedades copas são promissoras, surgindo como alternativas para a região, tais como as variedades de Laranjeira Doce, a Limeira Ácida Tahiti, Tangerineiras, Tangeleiro Piemonte. Para porta-

enxertos, vem sendo incluídos e disponibilizados comercialmente como novas opções à Tangerineira Sunki Tropical e os Citrandarins Índio, Riverside e Sandiego. A Estação Experimental de Umbaúba da Embrapa Tabuleiros Costeiros vem se destacando nos estudos de novas combinações copa e porta-enxerto de citros, com mais de 300 porta-enxertos sendo pesquisados (EMBRAPA, 2007). Todavia, como dito, as pesquisas não abrangem todos os citricultores, os mais pobres ficam sempre a margem dos grandes resultados desses experimentos.

Mesmo a citricultura brasileira apresentando um grande destaque mundial, há ainda uma preocupação técnica com as variedades dos frutos e a combinação deste com os porta-enxertos, relacionados tanto as questões climáticas, geológicas e geomorfológicas do terreno, que muitas vezes não são levados em consideração, mas que são essenciais para uma excelente produtividade, considerar também as peculiaridades do lugar, com genótipos variados e adaptados aos sistemas de produção que resultariam em pomares mais produtivos e frutas de melhor qualidade e segundo Pompeu (1991)

De uma maneira geral, os pomares apresentam baixa produtividade e deficiência de suprimento de frutas ao longo do ano devido à restrição de variedades cultivadas pelos produtores. A baixa diversidade genética dos pomares brasileiros se reflete principalmente nos problemas fitossanitários que ocorrem à medida que aumentam as áreas de cultivo refletindo diretamente no potencial produtivo e custo de produção. O emprego de um único porta-enxerto para todas as variedades copa não permite potencializar cada variedade, impedindo que a planta manifeste toda sua capacidade produtiva, além de se constituir em inconveniente problema no caso de moléstias endêmicas (POMPEU JUNIOR, 1991, p. 64).

Há também a necessidade da irrigação para que haja uma boa safra, pois, como visto em alguns depoimentos e textos sobre a laranja, um dos grandes empecilhos a uma boa produção da fruta é a escassez de água, em anos muito secos a produção cai muito, e associada aos diversos fatores, como: logística dos transportes, ausência de programas de incentivo à produção sem exclusão, falta de acompanhamento técnico, pomares velhos, estrutura de comercialização rígida, fazem com que a produção, conseqüentemente, fique fadada ao fracasso e às crises.

O número de produtores que se utilizam da irrigação ainda é muito pequeno e infelizmente a questão do determinismo climático e, principalmente, da falta d'água no nordeste, são usados como um impasse ao desenvolvimento de vários setores, os menos favorecidos economicamente são os que mais sentem, pois, além de lidar com todos os

problemas oriundos de cada produção, da territorialização e monopolização do capital, ainda dependem das chuvas, os mais capitalizados utilizam-se de irrigações e estufas.

Mesmo apresentando-se com certo destaque no cenário citrícola brasileiro, a produção de citros em Sergipe passa por períodos de dificuldades, atribuídos à saturação de mercado, períodos de seca, produtividade e longevidade dos pomares, que acabam por descapitalizar, principalmente, os pequenos produtores, que não tem poder de investimento em tecnologia de produção. A média de produtividade de citros na região está próxima das 14 toneladas por hectares (T/ha), contudo, encontram-se pomares, conduzidos por tecnologias adequadas e irrigação, produzindo entre 35 a 40 T/ha, com uma vida útil que varia de 12-20 anos (EMBRAPA, 2007).

Embora os estados Bahia e Sergipe sejam os principais produtores da região Nordeste, estes ainda têm um longo caminho a percorrer em termos de organização dos produtores, bem como, incluir o pequeno produtor camponês nos programas e políticas públicas de revitalização e principalmente, que não haja exclusão nos programas tecnológicos com a seleção dos mais fortes.

É notório o interesse do capital pelas *commodities*, por isso o país segue plantando monoculturas para exportar como a soja, a cana de açúcar, o café, a laranja, entre outros, e para seguir exportando é necessário ou concentrar terras, ou ditar as regras do que plantar, como plantar e o valor da produção. A terra é utilizada para aumentar os lucros capitalistas, que deixa de ser usada para alimentar parte da população que passa fome. O Brasil produz e exporta o que falta nos pratos da maioria dos trabalhadores brasileiros (OLIVEIRA, 2012).

Neste sentido, cabe alguns questionamentos, a tecnologia está a serviço do homem? Esta alivia o peso do trabalho com a ajuda da máquina? Diminui a fome com a produção centenas de vezes maior? Ou será que quanto mais tecnologia maior a exploração do homem? De forma sintética, pode-se responder a esses questionamentos afirmando que a tecnologia está a serviço do capital, aumentando o número de desempregados, o nível de exploração do trabalho, o não cumprimento de Leis trabalhistas (pela necessidade gritante de empregos) e acirrando as desigualdades sociais. Desse modo, no próximo capítulo, analisar-se-á o histórico da produção de laranja mundial, nacional e local, as evoluções tecnológicas e os reflexos no circuito de produção.

4 PERIODIZAÇÃO DA CITRICULTURA NO ESTADO DE SERGIPE

A laranja chegou ao Brasil por meio das grandes navegações no período da colonização portuguesa. A fruta tinha uma grande importância no combate ao escorbuto, doença que acometia os marinheiros que ficavam meses em alto mar. O clima e solo favoráveis do Brasil fizeram com que se desenvolvesse com boa qualidade, permanecendo por séculos como fruta produzida nos quintais. Contudo, a espacialização da citricultura tomou uma dimensão maior a partir da procura intensa no mercado pelo suco da laranja, no século XX. As frequentes geadas na Flórida impulsionaram a produção brasileira.

A produção que se encontrava apenas em pequenos lotes passou a tomar grandes proporções, o capital se territorializa no campo a partir da instalação de grandes pomares e das indústrias de suco, modificando a dinâmica espacial, com intervenções estatais, através de subsídios e o incentivo às novas tecnologias. Essas mudanças ocorridas levaram Sergipe ao auge da produção, chegando a ser o segundo maior produtor do país, e posteriormente, à decadência, levando em consideração a crise na citricultura que se arrasta desde 1990. Ainda assim, é preciso considerar que, mesmo diante da crise, a laranja continua sendo um produto de grande importância para o estado.

O presente capítulo é dividido em cinco subtítulos que discorrem a respeito da espacialização e territorialização da produção da laranja mundial, nacional e estadual, trazendo um breve histórico da mesma, a espacialização da citricultura, a territorialização das empresas de suco de laranja na Flórida, em São Paulo e em Sergipe. Além de procurar explicar o porquê da citricultura do estado viver uma crise permanente, bem como, a diminuição do consumo da laranja e a entrada de outros produtos no mercado.

4.1 Histórico da citricultura

A laranja é originária do continente asiático, espalhou-se pelo mundo passando por mutações que levaram ao desenvolvimento de muitas variedades da fruta, como a Pêra, a Bahia, a Baianinha, entre outros. Chegou a América trazida nas expedições de Cristóvão Colombo por volta de 1.500 e foi introduzida no Brasil nos primeiros anos de colonização. As terras férteis, o clima favorável, fez com que a planta de origem asiática desenvolvesse melhor em solos americanos. Os primeiros registros de plantios de laranjas e limões no Brasil foram feitos na Capitania de São Vicente.

As mudas que trouxeram para o Brasil vieram da Espanha com o intuito de abastecer a tripulação de vitamina C, antídoto contra o escorbuto (doença que causa hemorragia nas gengivas, inchaço, pus, feridas difíceis de cicatrizar e desestabilização dos dentes) que dizimava tripulações no período de colonização das Américas e é causada pela falta de vitamina C na dieta.

No início do século XIX, despertou o interesse de pesquisadores europeus pela flora brasileira e por isso existem muitos livros sobre a variedade de plantas em nosso interior datados dessa época, muitos relatam sobre a existência de laranjeiras selvagens, fato que levou alguns pesquisadores a acreditarem que essa era uma planta nativa, na realidade, segundo Associação Brasileira de Exportadores de Cítricos (ABECITRUS) (2018) a boa adaptação da laranja ao clima e ao solo brasileiros produziu uma variedade particular reconhecida internacionalmente: a laranja Bahia, Baiana ou de umbigo, que teria surgido por volta de 1800. Foi através da laranja de umbigo que a citricultura passou a ser um ramo peculiar para o Brasil e as mudas começam a se espalhar por muitas áreas do país.

Os técnicos em citricultura de Riverside, na Califórnia receberam três mudas de laranja Bahia no ano de 1873, possivelmente, a partir destas surgiram as mudas que, posteriormente, se espalharam pelos EUA e outras partes do mundo com o nome de Washington Navel. Há mais de um século, portanto, existe o intercâmbio citrícola entre Brasil e Estados Unidos e a laranja Bahia foi uma base fundamental (ABECITRUS, 2018).

Durante o século XIX, a produção de laranja no Brasil ainda era inexpressiva, o consumo interno e a fruta era plantada junto à outras culturas para alimentar as famílias basicamente e vender o excedente em feiras-livres. Esse período que antecedeu a evolução do mercado citrícola coincidiu com mudanças grandes no cenário político e econômico brasileiro. O Brasil declarou a sua independência, proclamou a república; na economia o açúcar entrou em decadência e o café ganhou destaque; no trabalho, saiu o escravo e entrou o imigrante. No início do século seguinte, a citricultura começou a ser encarada como opção agrícola, em São Paulo e como subsídio aos agricultores, o governo estadual distribuía mudas. Mais tarde, com a crise do café, a citricultura foi ganhando um espaço maior (ABECITRUS, 2018).

Ainda no século XIX começaram os experimentos para a melhoria nas variedades de laranja no continente europeu. Antes mesmo de iniciar o século XX, os Estados Unidos tomaram a frente das pesquisas para buscar melhorias técnicas e avançar no setor da

citricultura, os esforços estavam voltados para melhorar o sabor, árvores resistentes às doenças e também resistência às variações climáticas.

Neves (2010) diz que a partir da década de 1920 foi criado o primeiro núcleo citrícola nos arredores de Nova Iguaçu no Estado do Rio de Janeiro. Este abastecia as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de iniciar as exportações de laranjas para a Argentina, Inglaterra e alguns outros países europeus.

De acordo com a ABECITRUS (2018) ainda na década de 1920, a citricultura brasileira guiava-se pelos manuais estrangeiros, as informações aqui utilizadas eram trazidas dos Estados Unidos, entretanto, a realidade brasileira não condiz com a norte-americana, e uma transposição pura e simples dos padrões destes não funcionou, principalmente pela ausência de técnicos especializados que assessorassem os citricultores brasileiros.

A laranja seguiu os caminhos do café, que passava por uma diminuição da área plantada em decorrência da geada em 1918, da crise financeira mundial, da seca na década de 1920 e da infestação com nematoides²⁴. Os obstáculos passados pela cafeicultura, fizeram com que a laranja migrasse para a região do Vale do Paraíba no interior paulista na década de 1940, tornando-se uma opção para substituir o café, chegando posteriormente a Araraquara em 1950 e em Bebedouro ao final dessa década, ganhando cada vez mais espaço nas novas fronteiras ao Norte e Noroeste do Estado de São Paulo (NEVES, 2010).

De acordo com Neves (2010, p. 13) “desde a criação do núcleo citrícola em 1920 até 1940, quando teve início a Segunda Guerra Mundial, a produção de laranjas no Brasil havia crescido mais de dez vezes”. Entretanto, a expansão citrícola decaiu com o período de guerra, quando as exportações tiveram um *déficit* considerável e em decorrência dessa queda, muitos produtores e exportadores tentaram articular rapidamente a produção para o mercado interno.

Embora a laranja fosse um produto popular, os métodos de cultivo do fruto eram pouco conhecidos, não havia controle de quantidade produzida, nem área cultivada, nem produtividade. O Brasil começa a importar, junto as tecnologias, técnicos de outros países, e a desenvolver, com a ajuda das escolas e institutos que nasciam no país, procedimentos e normas próprias.

²⁴ Animais cujo algumas espécies parasitam plantas, causando danos e consideráveis perdas econômicas.

Desse modo, os esforços para o desenvolvimento de tecnologia não tardaram no Brasil, através dos órgãos governamentais ligados ao setor da citricultura pôde ter um avanço técnico que levou à consolidação da atividade, impulsionando a importância da laranja na economia do país. A expansão da *commodity* teve impulso com a derrocada da lavoura cafeeira em 1929, mas passou a fazer parte da pauta de produtos de exportação mesmo a partir da década de 1930, em 1932, o negócio da laranja havia tido tanto destaque que empresas de outros setores se voltavam para ele, e em 1939, se tornou um dos dez produtos exportados mais importantes do país (ABECITRUS, 2018).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Europa deixou de importar laranja do Brasil, junto a decadência do mercado consumidor no exterior, os pés de laranja ficaram abandonados e pragas e doenças se alojaram nos pomares. Além das doenças conhecidas pelos citricultores, propagou também uma nova doença, na época desconhecida pelos produtores com o nome de ‘tristeza’, doença de origem espanhola que provocava definhamento progressivo dos pomares, e chegou a destruir uma parcela elevada da plantação.

Para eliminar a doença vários pesquisadores se reuniram, mas a solução só foi encontrada em 1955, muitos pomares tiveram que ser dizimados e replantados, foi o primeiro grande destaque na ciência voltada para a citricultura, e a parceria entre cientistas e empreendedores acabaram pavimentando o caminho que levou ao crescimento da atividade no país (ABECITRUS, 2018).

Com o final da guerra a produção de laranja voltou a se recuperar, o mercado consumidor externo volta a todo vapor, os laranjais tomam grandes proporções na espacialização pelo interior paulista ganhando cada vez mais força e visibilidade, desse modo,

A recuperação das exportações de laranja ocorreu aos poucos durante o pós-guerra, porém era insuficiente para absorver toda a quantidade disponível a cada safra. Como o mercado interno era pouco desenvolvido, a ideia de industrialização do excedente ganhou adeptos. Em 1959, instalou-se a primeira fábrica de suco concentrado no Brasil e não demorou para que surgissem outras. Atualmente existem 1.178 máquinas extratoras instaladas no país, sendo que 1.061 estão localizadas no Estado de São Paulo, 72 estão no sul e 45 no nordeste (NEVES, 2010, p. 13).

Todavia, ainda na década de 1950, com o crescimento da laranja cada dia mais intenso e recuperação dos pomares devido a doença ‘tristeza’, se instalou em vários pés de laranja a bactéria *Xanthomonas axonopodis* conhecido como cancro cítrico, esta causava lesões nos frutos, folhas e ramos. O Ministério da Agricultura criou a Campanha

Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico, e em 1977 foi criado o Fundo Paulista de Defesa da Citricultura (FUNDECITRUS), o trabalho deste foi fundamental no caso do cancro cítrico.

São Paulo (Brasil) e Flórida (Estados Unidos) são as principais regiões produtoras da laranja do mundo. A produção, a comercialização, o consumo, bem como, catástrofes naturais que possam ocorrer nos laranjais de um reflete noutro, o impulso ao crescimento industrial do suco de laranja no Brasil foi tomado em decorrência, principalmente, da geada que atingiu a Flórida em 1962. O Brasil investiu nessa atividade no intuito de abocanhar o mercado do suco, sobretudo, em períodos de intensas variações climáticas nos EUA, e em meados de 1960 fez suas primeiras exportações do suco concentrado congelado, assim,

A consolidação da indústria brasileira ocorreu definitivamente após as geadas que voltaram a castigar a Flórida nos anos de 1977, 1981, 1982, 1983, 1985 e 1989, causando perdas na produção americana de laranja nas respectivas safras na ordem de 23, 30, 38, 52, 16 e 20 milhões de caixas, além de uma severa diminuição de conteúdo de suco na fruta em razão do congelamento das células e polpa da laranja. Houve também queda de produção nas safras subsequentes às das geadas em função da morte de milhares de árvores por causa da queda de temperatura. Com isso, as exportações de suco brasileiro se firmaram e a indústria nacional entrou numa fase de franca expansão (NEVES, 2010, p. 13).

Segundo a ABECITRUS (2011), embora as estatísticas oficiais registrem algumas exportações de suco de laranja em 1961 e 1962, a indústria brasileira de cítricos, voltada para a exportação nasceu em 1963, quando exportou mais de 5 mil toneladas de suco, arrecadando pouco mais de 2 milhões de dólares. Impulsionados pelo crescimento das exportações, apoio estatal, subsídios, crédito rural, na década de 1980, o Brasil tornou-se o maior produtor mundial e grande parte da sua produção é destinada à indústria do suco, estas estão concentradas no estado de São Paulo, que é responsável por 76,5% das laranjas que o Brasil produz.

Na década de 1990, uma das saídas encontradas pelos Estados Unidos para não serem prejudicados com as geadas foi plantar a laranja em outros países com menos intempéries climáticas. Comprar terras e/ou frutos de lugares que não passam por geadas ou secas prolongadas, fez com que os EUA suprissem um pouco mais das necessidades do consumo da laranja e o Brasil teve uma decadência nas vendas.

A produção de laranja no Brasil, mesmo tendo passado por altos e baixos no mercado, seja por conta de acontecimentos políticos, econômicos ou climáticos, é sem

dúvida, um caso de sucesso econômico no país, afinal, a laranja é um produto que, segundo a ABECITRUS (2011), atende cerca de 50% da demanda e 75% das transações internacionais, trazendo anualmente mais de US\$1 bilhão em divisas para o Brasil, no centro de uma cadeia produtiva que gera PIB equivalente a US\$5 bilhões.

A região do chamado cinturão citrícola paulista tornou-se de grande concentração de terras voltadas para a produção da laranja, de investimentos em mecanização e insumos, bem como, vários institutos de pesquisa que lidem com a melhoria dos pés de laranja, do aumento da produtividade, da qualidade das frutas e do combate e prevenção as pragas. Todo esse empenho, aliado ao capital agrário e todos os benefícios do Estado para com o agronegócio, fizeram do Brasil o maior produtor e exportador de suco de laranja do mundo.

A evolução tecnológica contribuiu muito para o aumento da produção, atualmente é possível um número maior de árvores por hectares. Há alguns anos em um hectare plantava-se 250 árvores, hoje ultrapassa 880 árvores por hectare; a irrigação também contribuiu para os bons resultados na lavoura, a necessidade hídrica varia de 900 a 1.200mm de água por ano. Com o aumento do número de árvores por hectare há melhoria no rendimento médio (Tabela 02).

Tabela 02 - Brasil: rendimento médio – quilograma por hectare (1970/2017)

Ano	Produção/ha	Variação em relação a 1970
1970	14.855,00	1970 = 100
1975	18.185,00	122,42
1980	17.186,00	115,69
1985	18.721,00	126,02
1995	16.505,00	111,11
2006	20.397,40	137,31
2010	23.340,00	157,12
2017	24.831,00	167,16

Fonte: IBGE: Censos agropecuários, 2006, 2017.

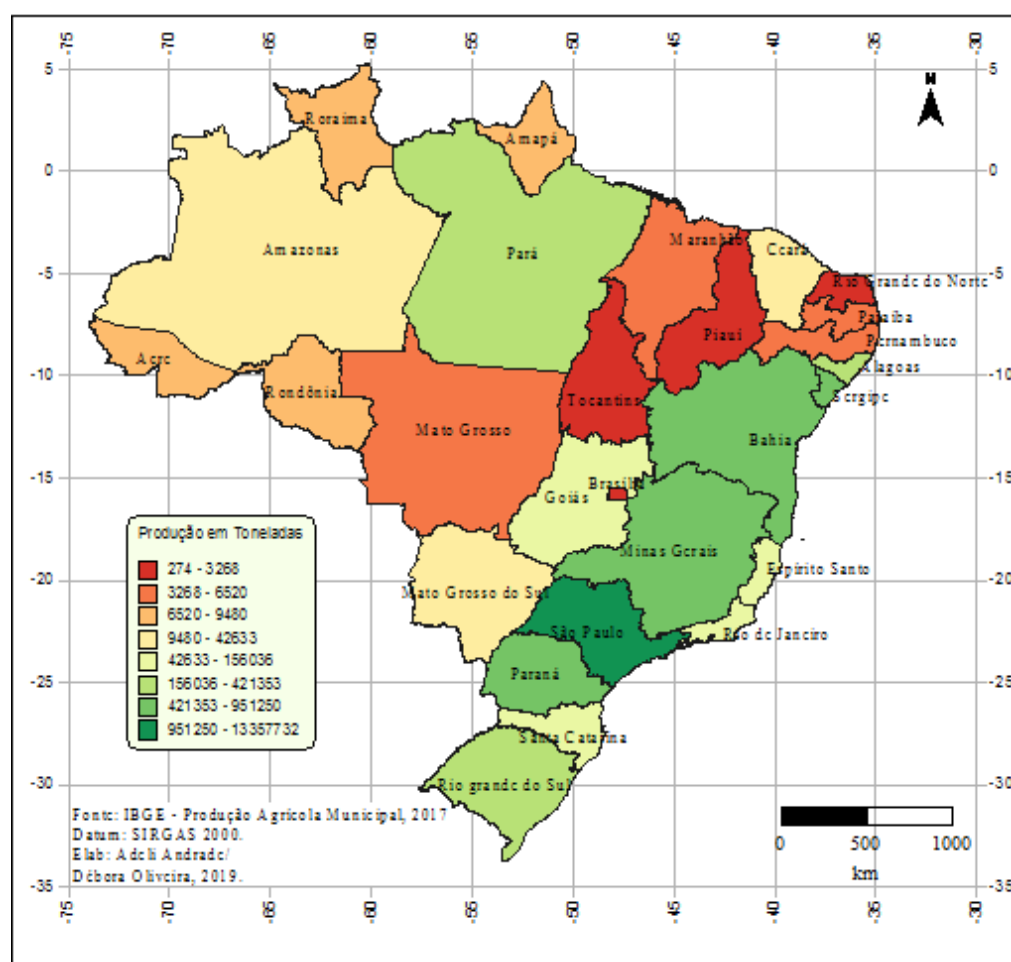
O rendimento médio por hectare teve um crescimento gradativo nos anos analisados, uns mais consideráveis, como é o visto entre 1970 e 1975, com um acréscimo de 22,42%, mas algumas quedas também. Pode-se notar que houve um aumento no rendimento em se tratando do todo, em 1970 era de 14.855 kg por ha e durante 44 anos houve aumento de 10.029 kg, passando para 24.884 kg, no ano de 2014, representado um incremento de 37,31%. No intervalo dos dois últimos censos se observa a mesma

tendência de aumento de produção por ha, representando um aumento de 67,16%, em relação ao ano de 1970.

O rendimento por hectare é decorrente dos investimentos feitos para as melhorias no plantio, na manutenção de um banco de germoplasma, para o melhoramento genético das mudas, fiscalização do controle fitossanitário, substituição e a diversificação das variedades, durante a renovação dos pomares, para o aumento da produtividade.

O cultivo da laranja está presente em todos os estados brasileiros, o país produz 17.459.908 toneladas de laranja. São Paulo detém 76,5% dessa produção, Sergipe com 2,4%, Bahia 3,8%, Minas Gerais 5,4%, Paraná 4,9%. Outros estados como Alagoas, Rio Grande do Sul, Pará, Amapá e Goiás também apresentaram expressividade no plantio (Mapa 2).

Mapa 2 – Brasil: produção de laranja (T) por estado, 2017



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2017.

É notória a soberania na plantação da laranja da Região Sudeste, São Paulo sempre esteve na liderança do plantio no país, e nos anos mais recentes, Minas Gerais desponta como grande produtor, o Paraná também é uma novidade na produção nos dados de 2017, os dados de anos passados, mas recentes, mostravam um outro desenho do país no plantio do citros, a Região Nordeste vem perdendo espaço, e Bahia e Sergipe caindo as colocações, que até recentemente, eram 2º e 3º lugares em produção, o que demonstra saída de capital, falta de apoio estatal, e crise.

Segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CITRUSBR) (2011), os Estados do Paraná, da Bahia, de Sergipe, do Rio Grande do Sul, do Pará, de Goiás e do Rio de Janeiro o mercado de fruta *in natura* absorve cerca de 77% da produção. Entretanto, dependendo do preço do suco, estes estados, assim como outros países com menor produção de suco, como África do Sul, China, Espanha, Grécia, Itália, Índia, México, Paquistão e Turquia entre outros, passam a processar mais laranja e juntos chegam a produzir 150 mil toneladas de suco concentrado a mais do que normalmente produzem. O aumento da oferta de suco proveniente destas regiões tende a pressionar os preços para baixo.

As maiores alterações no preço vêm das oscilações de produção, estoques e disponibilidade de suco do Brasil, Estados Unidos, e zona do Mediterrâneo, que juntos respondem por 96% da produção de suco de laranja mundial. O estado de São Paulo, apesar de ter metade da produção mundial, sofre influência desses outros países e regiões, cujas produções somadas são tão expressivas quanto a produção paulista, dificultando às empresas brasileiras estabelecerem preços mundiais (NEVES, 2010).

Segundo a EMBRAPA (2003), a citricultura brasileira apresenta números expressivos que traduzem a grande importância econômica e social que a atividade tem para a economia do país, alguns desses números são mostrados concisamente: a área plantada está ao redor de 1 milhão de hectares e a produção de frutas supera 17 milhões de toneladas, a maior no mundo há alguns anos. O país é o maior exportador de suco concentrado congelado de laranja cujo valor das exportações desse e de outros derivados tem gerado cerca de 1,5 bilhão de dólares anuais.

4.2 Origem e evolução da citricultura em Sergipe

A citricultura ora avança, ora retrai, ora alcança altos índices de produtividade, ora esses índices despencam. A ascensão ou a decadência de determinada cultura é

resultado da mobilidade do capital no campo, esse movimento caracteriza a incessante busca pelo lucro, o vaivém que transforma regiões críticas em prósperas, e prósperas em caóticas.

O plantio da laranja, antes cultivada apenas nos quintais e vendidas em feiras livres, se manteve em pequenos lotes durante a década de 1950, principalmente, pela falta de infraestruturas das estradas. Em 1960, quando iniciou a ampliação da malha rodoviária, facilitou o escoamento dos produtos, aumentando a produção e, conseqüentemente, expandindo a plantação de laranjas para atender mercados das regiões Nordeste e Norte do Brasil. Passou a ser vista pelo capital como um grande investimento, mas foi só na segunda metade do século XX, em especial nos anos 1980/90, que de fato se disseminou nos campos brasileiros, como importante atividade econômica.

Nos anos 1990, com a mudança do plantio nos EUA para regiões menos sujeitas a intempéries climáticas e maior tecnologia agregada aos pés de laranja, aumentou a produção neste país, o Brasil também seguiu expandindo a produção devido a todo o investimento das décadas anteriores e os pés de laranja estavam em idade de alta produção. Porém, a alta demanda não teve mercado consumidor suficiente, fazendo cair os preços, além dos entraves protecionistas na América do Norte, que fez cair as exportações, levando a redução de preço ser muito sentida pelo elo mais fraco da cadeia, o produtor de laranja.

Ao final da década de 1990 o Brasil foi impulsionado a buscar outras relações comerciais com outros países para seguir ampliando a expansão da atividade citrícola, hoje os maiores importadores de suco de laranja brasileiro são a União Europeia, os Estados Unidos e Ásia. “A abertura da política-econômica brasileira favorece a participação comercial dos produtos agrícolas para a exportação em vários mercados” (PEREIRA, 2002, p. 33).

Em Sergipe o plantio da laranja é iniciado por volta de 1920, no município de Boquim, em seguida segue o caminho para municípios vizinhos como Pedrinhas, Arauá, Riachão do Dantas. *A priori* era plantada em poucas quantidades e para o consumo da família. Por volta de 1960, com o crescente mercado interno e o estímulo às exportações e devido ao desenvolvimentismo pelo qual passava o Brasil, o Estado passa a subsidiar a produção da laranja que se expande ainda mais pelos municípios do centro-sul sergipano abrangendo áreas significativas de Lagarto, Salgado, Umbaúba, Itaporanga, Estância, Santa Luzia do Itanhý, Itabaianinha, Indiaroba, Cristinápolis e Tomar do Geru.

Sergipe desponta como grande produtor de citros que passa a ser um dos produtos mais importantes para sua balança comercial, além da importância enquanto gerador de trabalho e renda para os municípios do centro sul do estado. Durante as décadas de 1970 e 1980 era o segundo maior produtor do país, estando atrás apenas do estado de São Paulo.

A efervescência desenvolvimentista nestas décadas, o investimento em tecnologias, a alta especulação imobiliária, fizeram com que muitos produtores com menor poder aquisitivo migrassem para a Bahia em busca de terras mais baratas e menor competitividade, isso fez desse estado, principalmente do litoral norte baiano, uma continuidade da produção citricultora do estado de Sergipe.

A região Nordeste era responsável por em média 10% da produção de laranja do Brasil, portanto, era a segunda maior região produtora do país, com 121.498 hectares de área colhida, produzindo 1.858.781 milhão de toneladas de frutos, com rendimento médio de 15,3 toneladas/hectare segundo o IBGE (2014), contudo, os dados de 2017 apresentam produção de 1.266. 525 representando 7,2% o que denota decréscimo dessa região, e chama atenção para o crescimento da Região Sul, também com 7,2% da produção.

Sergipe é o quinto em produção de citros do país, a área colhida 6,0% com uma produção de aproximadamente 421.353 toneladas de frutos, sendo a maior quantidade de laranjas (IBGE, 2017). Desse modo,

A cultura do citros se destaca como um dos principais produtos agrícolas de Sergipe, ao redor de 3,0% do PIB, sendo o suco o principal produto exportado. A área contígua da região Norte da Bahia e o pólo citrícola do Sul de Sergipe, constituem possivelmente a maior área cultivada de toda a citricultura tropical do mundo. Dentre as propriedades citrícolas de Sergipe, mais de 80% possuem área inferior a 10 ha, e o vínculo de milhares de pessoas ligadas direta e indiretamente ao setor, dimensionando a importância socioeconômico do mesmo (EMBRAPA, 2015).

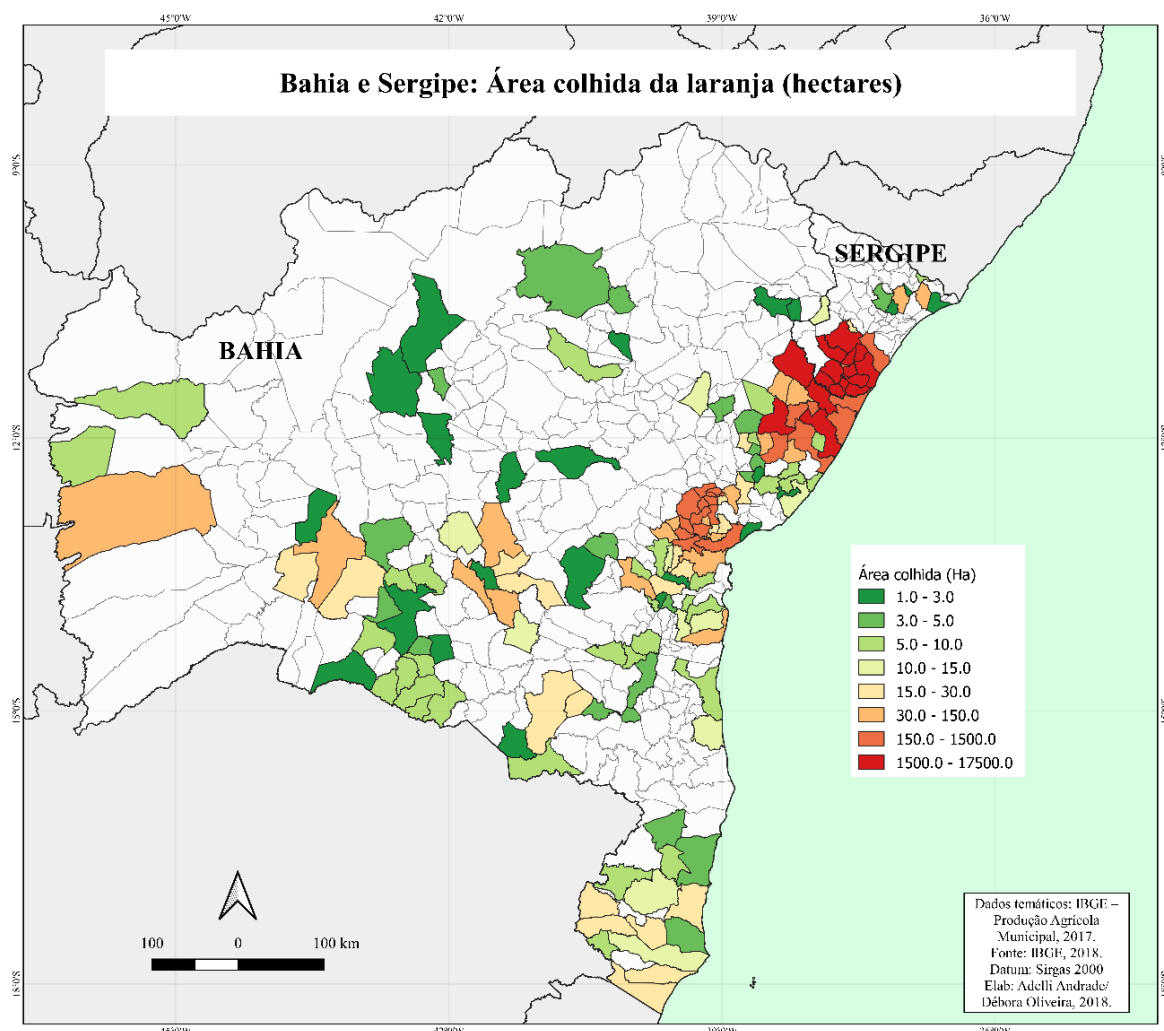
Na Bahia, a produção citrícola para o mercado iniciou a partir de 1970 impulsionados pela migração de sergipanos citricultores, ocasionada pela modernização da produção que se expandia pelo país, alguns produtores que não tiveram condições de se adequar a essa modernização entraram em crise e migraram. A partir disso, alguns municípios baianos, em especial o município de Rio Real, começam a exportar sua produção para Sergipe, ou seja, muitos dos municípios que diminuíram a produtividade no estado, começaram a comprar a produção vinda da Bahia e vender à indústria de congelamento de suco. A produção baiana de laranja é uma continuidade da sergipana,

em municípios como Itapicuru e Rio Real, o plantio é feito por sergipanos migrantes (Mapa 3).

No Mapa 3 pode-se perceber a continuidade na plantação da laranja do centro-sul sergipano ao litoral norte baiano, é perceptível que há área colhida de citros em muitos municípios dos dois estados, mas que a concentração está nas fronteiras destes.

Embora o estado de Sergipe seja um importante produtor de laranja no Brasil, possui baixa tecnologia em todas as etapas da produção, atrelada aos problemas fitossanitários, que refletem nos custos de produção, ao baixo nível tecnológico empregado nos pomares, a falta de investimento e a estreita base genética das plantas e esse conjunto de fatores torna difícil a competitividade.

MAPA 3 – Bahia e Sergipe: Área de Produção de Laranja (ha)



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2017.

Os desafios da citricultura sergipana são: a diversificação de variedades copas e porta-enxertos, o investimento do Estado em políticas para o citricultor como um todo, com acompanhamentos técnicos frequentes, e uma comercialização menos engessada e não terceirizada.

4.3 Territorialização das empresas de suco de laranja na Flórida, em São Paulo e em Sergipe

Os EUA assumiram a segunda posição na produção mundial de laranja na década de 1980 com 28% da produção e sempre manteve-se na primeira posição em relação ao consumo, dentre os principais motivos, está o grande investimento em propagandas que enaltecem o suco de laranja, da necessidade de vitamina C, e dos benefícios de tomar o café da manhã, isso acarretou em *marketing* para o suco brasileiro.

Nos Estados Unidos, dentre os problemas enfrentados pela citricultura está a dificuldade em encontrar mão de obra rural, mesmo com os incentivos do país, colocando limite na colheita por máquinas e aumentando a remuneração dos trabalhadores do campo (12 dólares por hora, mais moradia e benefícios, representando mais de 20 dólares por hora)²⁵ muitos preferem trabalhar no urbano por 7 dólares por hora (preço mínimo da Flórida).

O estado da Flórida teve sua primeira indústria em 1915, foi pioneiro no processamento do suco, o clima da região é favorável ao desenvolvimento do fruto, com muito sol em boa parte do ano, solos férteis e água abundante. Todavia, é também um estado muito atingido por geadas, tornados, furacões, ventos e chuvas de granizo, essas intempéries climáticas fizeram com que o estado perdesse muito de suas plantações, acarretando em prejuízos para a citricultura estadunidense e aumentando a intensidade comercial do Brasil. As principais indústrias norte americanas de suco são: A. Duda & Sons (Citrus Belle), Citrus World, Inc., Peace River Citrus Products, Inc, Southern Garden Citrus Processing Co.

O grande problema da perda da plantação da lavoura permanente é que o prejuízo não se concentra apenas no ano da perda, mas se prolonga para os anos seguintes, pois é necessário replantar várias mudas, senão todas, e para que um pé de laranja esteja produzindo a capacidade esperada de fruto para dar lucro, são necessários três anos. Segundo Neves (2010), o cinturão citrícola americano como tentativa de se proteger das

²⁵ Neto (2011) *apud* Geraldello (2015, p.91).

oscilações climáticas, migrou 180 km ao sul, na década de 1980, para terras mais quentes e mais distantes de geadas, os novos pomares são acompanhados de mais tecnologias que suprem o déficit hídrico da nova área e oferecem proteção térmica em caso de geada, todavia,

Apesar da migração, no início dos anos 2000 a produção foi prejudicada por furacões, como o Wilma, que, além da devastação, ajudou a espalhar o cancro cítrico nos pomares, e pela chegada de uma nova doença, o *greening*, que atingiu o sul da Flórida em 2005 e acarretou grande prejuízo (GERALDELLO, 2015, p.95).

O *greening*²⁶ afeta a produção não somente na Flórida, mas também em São Paulo, sendo que nos EUA são destinados milhões de dólares para investigações científicas de combate ao mesmo, contudo, se espalhou rapidamente nas plantações floridianas. As medidas tomadas no Brasil contra a doença foram/são mais eficazes, aplicação de nutrientes nas plantas sadias e erradicação dos pés doentes, porém essas medidas não foram aceitas pela maioria dos citricultores do estado da Flórida e por não haver ações coletivas de combate, as árvores infectadas contaminam as demais.

De acordo com Neves (2010) as árvores na Flórida não vêm sendo renovadas, os citricultores apresentam certa resistência para a renovação dos pomares e devido a vários fatores dentre eles valorização imobiliária e venda de terras próximas às cidades, vem diminuindo a produção do fruto, mas ainda assim, a competitividade com o Brasil é muito elevada devido a várias vantagens do estado da Flórida em relação ao nosso país, como a proximidade do consumidor americano (maior consumidor do suco de laranja), acesso ao crédito barato no mercado financeiro, ausência cambial de moeda, não incidência de impostos de importação na produção local, décadas de investimentos em *marketing* (convencendo o consumidor que o melhor suco é 100% da Flórida).

Mesmo com as vantagens que a produção floridiana tem sobre o Brasil, a liderança brasileira passou a ser considerada uma ameaça à produção norte americana, e procurando manter seu mercado, as empresas passaram a alegar que o produto brasileiro era importado a um valor menor que o que era vendido em seu mercado, causando prejuízos às indústrias estadunidenses e iniciaram medidas protecionistas como tentativa de embargar importações brasileiras, como as medidas *antidumping*. A premissa

²⁶ Greening é também chamado de Huanglongbing (HLB), é considerada a pior doença dos citros no mundo, uma muda infectada não consegue produzir, as plantas que estiverem totalmente contaminadas precisam ser erradicadas. Ocasionalmente desfolha, seca e morre ramos. Os frutos apresentam maturação irregular, redução do tamanho, deformação e queda intensa (FUNDECITRUS, 2009).

estadunidense passou a ser de culpar qualquer empresa brasileira de deslealdade no comércio, pois considerava a políticas do Brasil intervencionistas, e estas precisariam provar o contrário disso (GERALDELLO, 2015), em decorrência desses fatores, indústrias brasileiras iniciam migrações para o sul dos EUA²⁷.

No ano 2000 a citricultura da Flórida voltou a crescer, junto ao crescimento permanente da citricultura paulista e brasileira, passaram a ter problemas com o aumento da produção e diminuição do consumo, além do aumento dos custos de produção. Este cenário contribui, e muito, para explicar os entraves que acabaram surgindo entre Brasil e Estados Unidos no setor (LOHBAUER, 2011).

Para os produtores de suco estadunidense a melhor maneira de se proteger do perigo que o Brasil representava era tomando medidas protecionistas, entretanto, havia o problema do aumento do consumo por conta do *marketing*, e a Flórida não conseguia suprir a quantidade necessária, importando mais do Brasil, além de não ter condições de seguir a propaganda que dizia que o melhor suco era 100% Flórida, que não era, havia uma grande mistura com o suco brasileiro.

Para enfrentar a ameaça brasileira, além das medidas *antidumping*, e do *marketing* do suco 100% Flórida, os norte-americanos também criaram uma tarifa de importação para o FCOJ brasileiro, desse modo,

A tarifa existente desde o *Tariff Act* de 1930, à época no valor de 70.00 *cents per gallon*. A partir de 1948, com a rodada do GATT em Genebra, e principalmente após a conclusão da Rodada de Uruguai, a tarifa vem sendo reduzida de 35.00 *cents per gallon* (1948-1988) para 29.72 *cents per gallon* (2000-2011), valor este que se aproxima dos atuais US\$ 416 por tonelada incidentes sobre o suco concentrado. Se a tarifa atual fosse transformada em *ad valorem*, seria algo em torno de 25% sobre o valor de exportação, o que dá uma ideia da capacidade de proteção que tem o produto norte-americano (LOHBAUER, 2011, p.4).

A primeira indústria brasileira a se instalar na Flórida foi a Cargil, com a compra da Procter & Gamble Citrus Hill, em seguida a Coinbra–Frutesp compra a Winter Gardens Coop., depois, a Cutrale comprou duas fábricas da Minute Maid, da Coca-Cola, e, a Citrosuco adquiriu a fábrica da Alcoma. Em 2001 a Cargil e a Louis Deyfus

²⁷ Hart (2004) destaca também que o aumento na produção de laranjas nesse estado e no consumo de suco não congelado, a queda no consumo de suco congelado e as vantagens na exportação dos Estados Unidos para a Europa (o maior mercado do produto brasileiro) seriam outros fatores que impulsionaram a entrada das indústrias brasileiras na Flórida. (GERALDELLO, 2015, p. 96-97).

adquiriram uma planta adicional, as quatro empresas passaram a ter um total de oito fábricas. Em 2004, a Citrosuco e a Cutrale compraram o setor citrícola no Brasil da americana Cargil. Desse modo, de 2004 a 2012 existiam somente quatro processadoras de suco no Brasil: três brasileiras, a Suco Cítrico Cutrale Ltda., a Citrosuco Ltda. – Grupo Fisher e a Citrovita Ltda. – Grupo Votorantim; e uma de propriedade do grupo francês Louis Dreyfus Commodities, a Coinbra. Em 2012, houve a fusão entre a Citrosuco e a Citrovita, durante quase dez anos, das empresas que atuavam no Brasil, somente a Citrovita não possuía instalações na Flórida. Atualmente, com essa fusão, todas as empresas que atuam no Brasil, atuam também nos Estados Unidos (GERALDELLO, 2015).

A produção do suco de laranja cada vez mais se concentra nas mãos de poucos, muitas terras citrícolas pertencem às indústrias, tanto no Brasil quanto nos EUA. Com as fusões e com empresas brasileiras se instalando em solos americanos, um número menor de indústrias domina o mercado, a comercialização também é concentrada nas mãos de poucos. Engarrafadoras como a Pepsico, a Coca-Cola e a Citrus World engarrafam 60% do suco dos EUA, e assim o oligopólio do suco de laranja foi se formando no mercado internacional.

A primeira fábrica de suco não concentrado no Brasil foi montada durante a Segunda Guerra Mundial para evitar o desperdício e no intuito de atender o mercado interno, a empresa fracassou por falta de mercado consumidor. Na década de 1960, com as geadas da Flórida e a lacuna deixada pelos americanos no abastecimento do suco de laranja, o Brasil encontrou respaldo para o desenvolvimento da sua indústria, e nessa mesma década iniciou as primeiras exportações. A década de 1960 é conhecida como a fase da “*modernização conservadora*” da agricultura, as principais características deste período de 1965 a 1979 foram o crédito rural subsidiado, os incentivos às exportações e as isenções tributárias, sendo assim,

O aumento da produção superou a demanda interna da fruta e a alternativa da industrialização tornou-se oportunidade. Em 1963 o Brasil exportou 5,5 mil toneladas de suco de laranja concentrado congelado. Quinze anos depois, em 1978, exportou 335 mil toneladas. De um universo de 17 milhões de árvores em 1963 chegou a quase 100 milhões de árvores em 1978 (LOHBAUER, 2011, p.1).

Para a ABECITRUS (2018), em muitos aspectos a indústria de suco de laranja lembra as empreiteiras, pois são concentrados nas mãos de poucos, ambos mantêm uma

longa história de dependência em relação ao Estado. Na década de 1970, foi criada uma linha de crédito especial para incentivar a exportação de produtos semi-industrializados, o dinheiro público seria usado para estimular a venda de manteiga de cacau, café solúvel e suco de laranja ao invés de cacau, café e laranja, que são menos lucrativos. O governo da época financiava a produção e as vendas para o exterior, estabelecia cotas para os exportadores e definia os preços de exportação, a operação era comandada pela Cacex, a carteira de comércio exterior do Banco do Brasil. O projeto fracassou para a manteiga do cacau e para o café solúvel, mas deu certo para a laranja.

Na década seguinte, em 1980, mesmo com a crise financeira internacional, a produção de laranja seguiu expandindo, o dinamismo foi mantido pela crescente procura pelo suco brasileiro vinda de outros países, também por questões como clima, solo, avanços tecnológicos na citricultura. Enquanto a produção mundial de citros cresceu cerca de 60% no período de 1971 a 1989, a safra nacional teve um crescimento da ordem de 160%, fazendo com que o país assumisse a primeira posição no *ranking* mundial de produtores (ABECITRUS, 2018).

Segundo Mazzali (2000) a consolidação da indústria processadora, em 1970, marcou uma nova etapa no desenvolvimento da citricultura. De um lado, mudou a finalidade primordial da laranja, transformando-se em matéria-prima de um produto industrial o suco concentrado congelado, emergindo novos critérios técnicos de avaliação. De outro, as condições do mercado internacional dessa *commodity* passaram a delinear as perspectivas de desempenho da agroindústria.

A produção brasileira que exportava a fruta *in natura*, atrelada a procura europeia pela laranja, bem como, o grande número de consumidores norte americanos, foram propulsores desse mercado nas décadas de 1970 e 1980. O capital investido na indústria de sucos foi proveniente das mesmas empresas que exportavam os sucos *in natura*.

O Brasil, devido a essa grande produção de laranja, exerceu forte influência na formação do preço internacional, porém, as oscilações dos preços no mercado da *commodity*, tem uma relação direta com a produção nos Estados Unidos, que, além de ser o segundo maior produtor da laranja, é também um grande importador do suco brasileiro.

A euforia da década de 1980, resultado do crescimento médio do consumo mundial de 3,8% ao ano, impulsionou o plantio no estado de São Paulo, transformando a citricultura paulista em uma irresistível atração para investimentos industriais e agrícolas (MAZZALI, 2000).

Mas para lançar-se no mercado internacional, foram necessárias muitas manobras com a atuação em conjunto das duas empresas líderes, formada pela Citrusuco e a Cutrale, no intuito de intensificar os acordos de distribuição junto a grandes empresas internacionais. Foram necessários também, segundo Mazzali (2000), projetos para alcançar o mercado japonês e o Leste Europeu, que envolveram grandes investimentos em campanha publicitária, investimentos em terminais portuários para a comercialização do produto em Nagoya, assim como, a implantação em território russo, de uma unidade processadora de suco de maçã, destinada à exportação para os Estados Unidos e para a Europa, gerando divisas suficientemente rentáveis para custear o suco brasileiro.

Não são muitos os países que controlam o mercado internacional do suco de laranja. O Brasil se tornou um grande produtor em função do incentivo à produção, a logística utilizada no plantio, que proporcionou saber o tempo certo de maturação da fruta de cada pé (experimento realizado pela Cargill que implantou um programa de logística integrada por computador) ou até mesmo um sistema de ligação *online* com a maioria dos fornecedores para acompanhar o destino da laranja, o preço no mercado, as oscilações, enfim, o capital, aliado a tecnologia, e a grande produção de laranja (Tabela 03).

Tabela 03 - Área colhida, produção e rendimento de citros dos dez países mais produtores, 2003.

País	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento (t/ha)
Brasil	935.107	18.779.100	20,08
Estados Unidos	419.416	13.763.490	32,82
China	1.409.772	12.711.424	9,02
México	496.700	6.293.051	12,67
Espanha	303.800	6.175.400	20,33
Índia	264.500	4.580.000	17,32
Irã	222.587	3.703.000	16,64
Nigéria	730.000	3.250.000	4,45
Itália	174.132	3.249.144	18,66
Egito	143.231	2.527.276	17,64
Mundo	7.348.434	102.685.840	13,97

Fonte: FAO, 2003.

O rendimento de tonelada por hectare no Brasil é um dos maiores do mundo, com 20,08 t/ha, ficando em terceiro lugar, bem próximo do segundo que é a Espanha. Apresenta um rendimento de 20,33 t/ha, afastado dos Estados Unidos (32,82 t/ha). Porém, a área colhida no Brasil, bem como sua produção, é maior que a dos Estados Unidos. A maior área destinada a colheita no mundo é a da China (1.409.772ha), entretanto, o

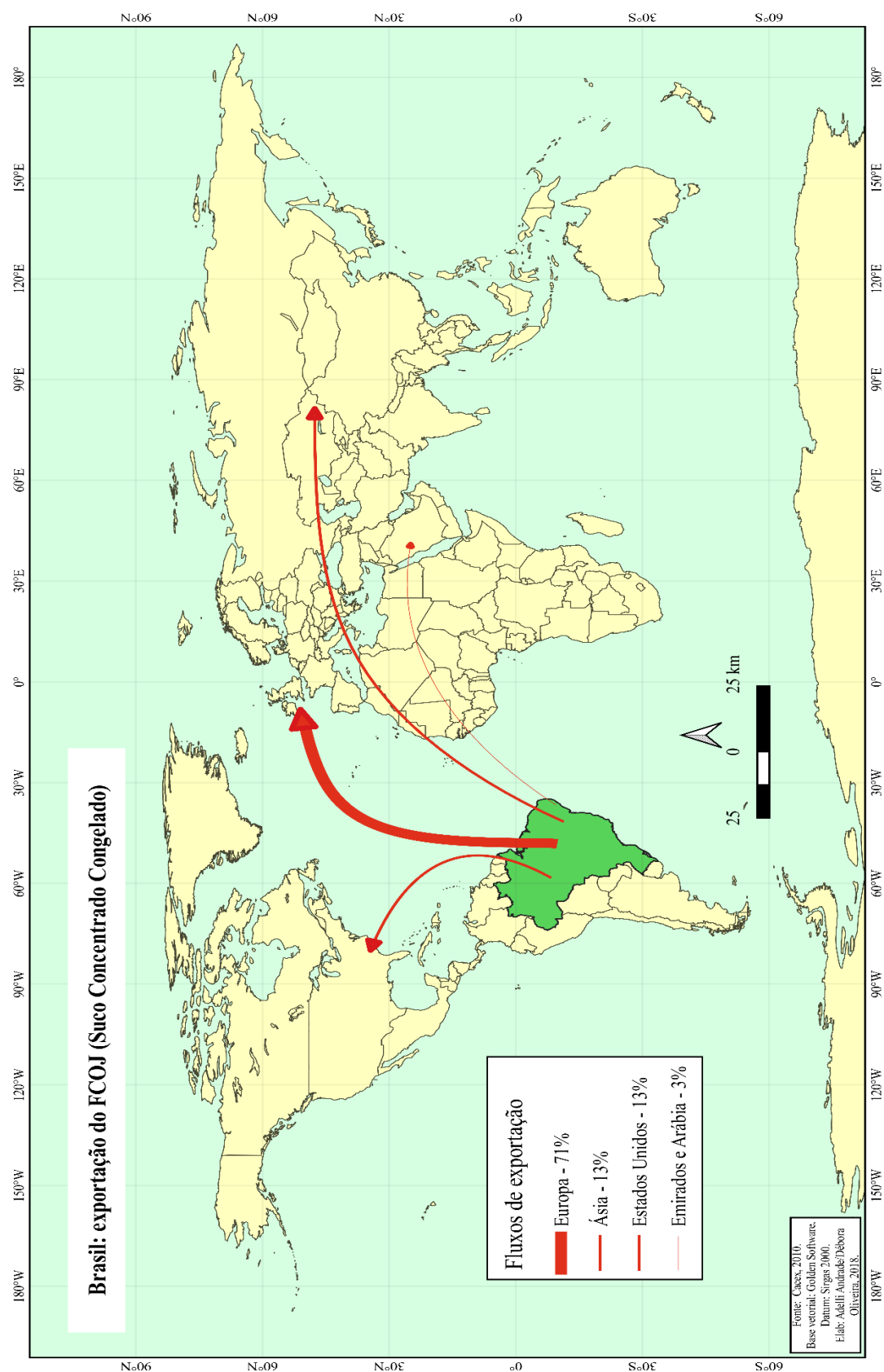
rendimento é relativamente baixo, apresenta a produção menor que a dos Estados Unidos, mesmo este tendo uma área colhida menor (419.416ha).

A análise da Tabela 03 denota a importância do plantio da laranja no mundo, tendo representantes de praticamente todos os continentes, com exceção da Oceania, porém, são poucos os países de cada continente com muita expressividade na produção. O Brasil e Estados Unidos lideram o *ranking* mundial da produção, possuindo um rendimento superior à média mundial, a produção brasileira é a maior entre os países produtores, o que justifica ser também o grande exportador da *commodity* em questão.

Quanto às exigências fitossanitárias, o Brasil precisou adequar-se aos padrões internacionais, principalmente em relação ao Suco de Laranja Concentrado e Congelado (SLCC) que não tem mercado interno. É necessário que o líquido também apresente partes sólidas, mantenha muito da vitamina C e, principalmente, usem defensivos agrícolas que sejam menos agressivos à saúde (em 2012 houve um prejuízo de mais de 50 milhões na produção da laranja, pois os EUA deixaram de importar). Os Estados Unidos fixaram para ser usado, no máximo, 10 partes por bilhão (ppb) do fungicida Carbendazim na laranja, e orientam a substituição do defensivo agrícola nos pomares do Brasil (COSTA, MAIA, SAMPAIO, 2012).

Os subsídios americanos prejudicam a capacidade exportadora do Brasil no mercado internacional do suco de laranja. A posição do nosso país em defender a liberalização do comércio agrícola é de extrema relevância para seu acesso aos mercados protegidos e a conquista de novos parceiros comerciais (COSTA; MAIA; SAMPAIO, 2012). O caráter protecionista dos Estados Unidos nos anos de 1990 fez com que o Brasil voltasse seus esforços para abastecer o mercado europeu, desse modo, a União Europeia passou a ser também grande importadora do suco concentrado congelado do Brasil (Mapa 4).

MAPA 4 – Brasil: exportação do FCOJ (Suco Concentrado Congelado)



Fonte: Cacex, 2010.

As exportações retratadas no Mapa 4, mostra que cerca de 71% do suco brasileiro tem como destino a Europa, o SLCC sergipano segue principalmente para os Países Baixos e de lá é envasado e distribuído para outros, 13% para os Estados Unidos, 13% Ásia e 3% Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita.

No Brasil, o Estado paga subsídios às exportações, ou não cobra imposto por alguns produtos que serão vendidos no mercado internacional, tal postura altera a produção, a renda e a economia do país, pois, tais medidas fazem com que o produtor brasileiro tenha uma grande expansão de sua produção e esse é um dos atrativos do comércio exterior e fragilidade da produção para o consumo interno.

Dessa forma, a população local deixa de consumir um produto de boa qualidade por um preço justo, pois os produzidos aqui são exportados, principalmente, pelo maior lucro em exportar. Os subsídios são bons apenas para quem o recebe, e não é uma ‘via de mão dupla’, os países que subsidiam seus produtos, inibem, de certa forma, a comercialização mundial, pois abrem uma concorrência desleal com os produtos importados. E por isso, o fim do subsídio agrícola é muito esperado por alguns grandes produtores.

Os subsídios para a agricultura quase sempre estão acompanhados de outras vantagens, como juros mais baixos que o do mercado, barreiras fiscais e sanitárias para os produtos similares vindo de outros países, redução de impostos, financiamentos para compra de adubos, de defensivos agrícolas, maquinários, entre outros. A ajuda monetária que os produtores agrícolas recebem do Estado com o objetivo de reduzir o preço final dos produtos permite maior competitividade no mercado internacional. Desse modo,

NA 10ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada no Quênia, os países-membros concordaram em eliminar os subsídios à exportação de produtos agrícolas. Nações menos desenvolvidas têm até o final de 2018 para eliminar os subsídios às exportações agrícolas (até 1º de janeiro de 2017 em relação às exportações de algodão), enquanto os países desenvolvidos concordaram em eliminar a maioria destes subsídios imediatamente. A decisão tomada pelos 162 países-membros da OMC é um marco de extrema importância para o comércio internacional. O seu diretor-geral, o embaixador Roberto Carvalho de Azevedo, saudou o acordo como o “resultado mais significativo da agricultura” em vinte anos de história da organização. Para todos os países em desenvolvimento que têm uma dependência maior de suas economias na atividade agropecuária, a decisão de eliminar os subsídios à exportação agrícola foi uma conquista histórica. Para o Brasil, em particular, que desponta como liderança mundial na produção sustentável de alimentos e energia de

base agrícola, foi uma vitória extraordinária, e de enorme impacto econômico e social (NASTARI, 2015, p.25).

Ainda para Nastari (2015) os subsídios para a exportação dão base para que os exportadores, principalmente de países desenvolvidos, elevem sua participação de mercado em vários produtos, colocando pressão sobre o nível de preços do mercado mundial e competindo de forma desleal com produtores locais em muitos países em desenvolvimento.

De acordo com o relatório da Embaixada do Brasil (2006), os Estados Unidos apresentam essa política de apoio à agricultura realizada por meio de subsídios concedidos aos agricultores (pagamentos domésticos; garantias de crédito às exportações e incentivos à produção doméstica) e de proteção ao mercado interno (barreiras tarifárias e não tarifárias, sanitárias e fitossanitárias) (COSTA, MAIA; SAMPAIO, 2012).

Desse modo, garantem a produção familiar e cumprem com as exigências de seu mercado interno. Assim, as laranjas adquirem um maior padrão de qualidade. Porém, a proteção ao mercado interno em muito prejudica as exportações brasileiras, pois além de ter um adicional no valor, em decorrência das tarifas alfandegárias, o protecionismo aos produtores incentiva a compra dos produtos locais estadunidenses, bem como, os acordos de livre comércio, a exemplo do México (competidor brasileiro nas exportações para os EUA) que se beneficia de tarifas especiais para entrada no mercado, devido ao NAFTA.

Devido a diversos fatores, em especial a especialização produtiva que atrai ainda mais investimentos a determinadas áreas, o estado de São Paulo é de longe o maior produtor citrícola do Brasil, com uma área colhida de cerca de 63,7% num universo de 402.996ha, o estado apresenta-se soberano e muito distante dos outros estados produtores. (Tabela 04).

Tabela 04 - Citricultura Regional: Área destinada à colheita e colhida, quantidade produzida, rendimento médio, valor da produção, 2017

	Área (ha)		Quantidade produzida	Rendimento Médio	Valor (R\$)
	Destinada à colheita	Colhida			
Brasil	637.961	631.686	17.459.908	27.640	8.551.100
São Paulo	404.749	402.996	13.357.732	33.146	6.203.828
Bahia	49.828	49.778	665.986	13.379	271.883
Minas Gerais	38.409	38.409	951.240	24.766	473.177
Sergipe	42.019	38.004	421.353	11.087	169.905
Paraná	24.037	24.035	871.236	36.249	600.506

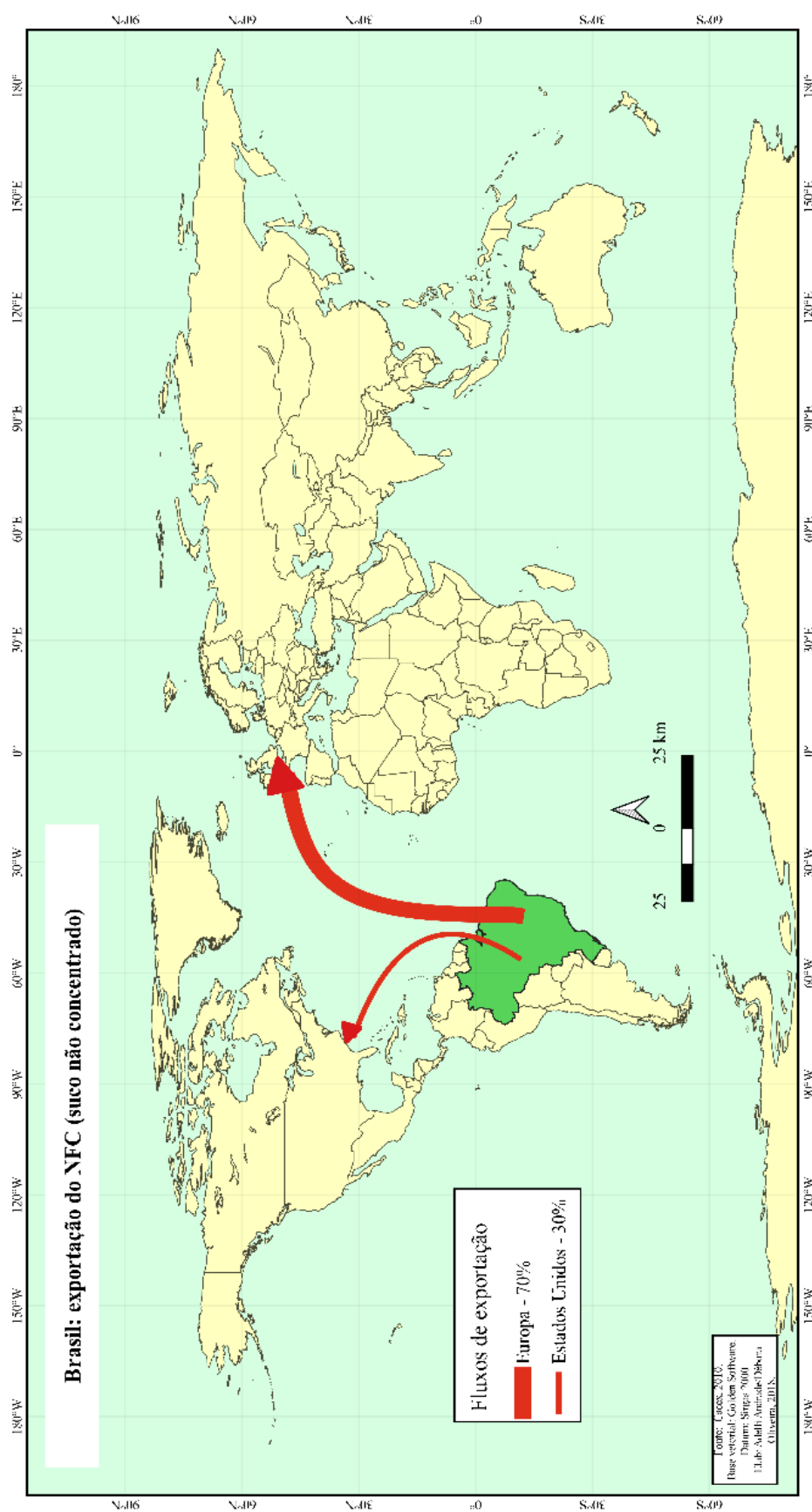
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2017.

Minas Gerais, Bahia e Sergipe apresentam-se muito próximos em relação a área destinada à colheita, tendo 6,0% Minas Gerais, 7,8% Bahia e 6,5% em Sergipe, ficando o Paraná com 3,7%. Contudo, o valor obtido pelo estado do Paraná (7,0%) é maior que o de Minas Gerais (5,5%), mais que o dobro do obtido pelo estado da Bahia (3,1%), e mais de três vezes superior ao de Sergipe (1,9%), dado que evidencia o pouco investimento, a baixa produção por hectare, que mesmo Sergipe apresentando quase o dobro da área destinada a colheita do Paraná, a produção, rendimento médio e valores obtidos deste último é muito superior àquele.

Ademais, não é por acaso que o país é o maior produtor e exportador mundial, o suco de laranja brasileiro é reconhecido internacionalmente por sua excelente qualidade, não somente no suco concentrado, mas também no pasteurizado, o tipo de suco produzido depende da procura e exigência do consumidor, principalmente, o consumidor de fora do país, pois 98% da produção do suco brasileiro é exportada. A partir dos anos 2000, em decorrência do sabor mais próximo ao da fruta espremida na hora, e da imagem de mais saudável que o *Not From Concentrate* - Suco de Laranja Pasteurizado (NFC) adquiriu e foi passada para os consumidores, fez com que estes preferissem àquele em detrimento do *Frozen Concentrated Orange Juice* - Suco de Laranja Concentrado Congelado (FCOJ ou SLCC). As primeiras produções do NFC iniciaram em 1999 no Brasil, em 2000 começaram as exportações, mas somente em 2002/03 o NFC passou a ser registrado pela Secex separadamente das exportações do FCOJ (NEVES, 2010).

Dessa forma, a produção do suco concentrado congelado foi dando cada vez mais espaço ao mais novo querido do mercado, o NFC, mesmo que para a produção deste seja necessário um investimento, por cada caixa, três vezes superior à produção do FCOJ. Segundo a CITRUSBR (2011) entre os anos de 2003 e 2009 foram investidos cerca de US\$900 milhões por parte das indústrias na produção, armazenamento e distribuição do NFC, e por meio desse investimento as exportações saltaram de 278.572 toneladas em 2003 para 939.442 toneladas em 2009, 13% do total de suco exportado pelo Brasil (Mapa 5).

MAPA 5 – Brasil: exportação do NFC (suco não concentrado)



Fonte: Secex, 2010.

O suco não concentrado é pronto para beber, não precisa da adição de água e ocupa seis vezes mais espaço que o concentrado, por isso encarece muito o frete, e consequentemente, o produto. O Brasil exporta 70% do NFC para a Europa e 30% para os Estados Unidos.

As quatro empresas, Citrosuco - Grupo Fischer, Citrovita - Grupo Votorantim, Sucocítrico Cutrale e Louis Dreyfus Commodities, são responsáveis por 90% das exportações do país, nestas foram investidos alta tecnologia para a exportação de suco a granel para EUA, União Europeia, Japão e Austrália. São 14 plantas industriais no país pertencentes a esses 4 grupos, demonstrando o monopólio e a territorialização do capital no circuito da produção de laranja (FUNDECITRUS, 2018).

A produção de laranja há um tempo vem entrando em declínio na Flórida e no sudeste e nordeste do Brasil, por vários motivos, seja por doenças, pomares velhos, necessidade de alto investimento de capital, diminuição do consumo, falta de mão de obra, desestímulo do produtor.

Contudo, mesmo diante dos percalços que a citricultura enfrenta, a laranja da região sudeste segue em ritmos crescentes e a safra de 2017/18 é a quarta maior safra registrada em 30 anos no cinturão citrícola paulista junto ao triângulo/sudoeste mineiro, 62% maior que a obtida em 2016/17, 25% acima da média dos últimos 10 anos, foram 398,35 milhões de caixas de 40,8kg, a alta produtividade foi devido a várias questões, dentre elas, chuvas abundantes em 2017 (1.373mm) que resultaram num maior peso do fruto (166g), melhoria nos pomares, que resultou na diminuição na queda da fruta do pé. Desse modo, mais laranjas foram colhidas, além de investimentos em fertilizantes e em tecnologia que detectam as causas da queda do fruto que podem ser: 7,45% por queda natural, como atividades mecanizadas ou condições climáticas adversas; 4,06% por *greening*; 2,70% por bicho furão ou mosca das frutas; 2,16% por pinta preta; 0,62% por leprose; 0,31% por cancro cítrico (FUNDECITRUS, 2018).

No estado de Sergipe a cultura de citros chega a 3,0% do PIB, sendo o suco, o principal produto exportado. Os pomares estão concentrados em aproximadamente 11.000 estabelecimentos agropecuários, a maioria de base familiar, localizados predominantemente no sul do estado. Dentre as propriedades citrícolas de Sergipe, mais de 80% possuem área inferior a 10 ha, e o vínculo de milhares de pessoas direta e indiretamente ao setor, dimensiona a importância socioeconômica do plantio da laranja para o estado (EMBRAPA, 2007) (Tabela 05).

Tabela 05 - Sergipe: Quantidade produzida, valor da produção e rendimento - 2016

Municípios	Quantidade produzida(T)	Valor da produção	Rendimento(kg/ha)
Araúá	37.410	14.964,00	10.000
Boquim	45.540	19.127,00	11.500
Cristinápolis	58.266	26.220,00	13.000
Estância	22.425	10.827,00	12.500
Indiaroba	22.040	10.756,00	10.000
Itabaianinha	57.200	22.880,00	11.000
Itaporanga	9.867	4.420,00	11.000
Lagarto	41.635	16.599,00	11.000
Pedrinhas	18.895	7.936,00	11.500
Riachão do Dantas	27.900	12.499,00	10.000
Salgado	49.791	22.107,00	10.500
Santa Luzia do Itanhy	25.848	10.339,00	12.000
Tomar do Geru	33.480	14.062,00	12.000
Umbaúba	35.520	15.984,00	12.000

Fonte: IBGE, 2016.

Os maiores produtores de laranja do estado são Cristinápolis, Itabaianinha, Salgado, Boquim e Lagarto, dentre estes, apenas Boquim tem indústria para o processamento do suco. O destaque na produção por hectare e também o grande produtor, e onde se obtém o maior valor da produção, é o município de Cristinápolis, com rendimento de 13.000kg/ha, que em pesquisa de campo constatou-se que os pomares de laranja desse município são, em sua maioria, do proprietário da indústria TropFruit. O segundo lugar na lista de produção é o município de Estância com 12.500kg/ha, que é o município onde se encontra as duas maiores fábricas de suco (TropFruit e Maratá), os menores rendimentos são em Indiaroba e Araúá, contudo, a diferença entre o maior e menor não é tão discrepante, são 3.000 kg/ha.

As indústrias em Sergipe, como dito, são a Maratá e TropFruit, localizadas no município de Estância, e a Sumos, localizada no município de Boquim. A Maratá lidera a produção dos sucos e a exportação. Estas se instalaram em cidades que apresentavam condições mínimas para seu funcionamento, como transporte adequado e experiência dos produtores. O município de Estância é cortado pela BR 101 que também é um fator de atração locacional, logo, para a plena circulação da produção foi/é necessário o fortalecimento do círculo de cooperação.

Na Tabela 06, apresenta-se os dados sobre a quantidade produzida da lavoura permanente no estado de Sergipe, no qual afirmam a importância da laranja para o setor primário do estado.

Tabela 06 - Sergipe: quantidade produzida da lavoura permanente em toneladas, 2009-2017

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2017
Lavoura							
Banana	55.935	57.236	47.735	42.142	37.494	35.301	26.574
Coco	279.203	253.621	239.373	242.852	240.855	239.211	234.332
Goiaba	4.461	4.446	6.036	7.176	7.991	7.946	8.480
Laranja	784.382	805.962	822.468	821.940	626.440	614.227	421.353
Limão	12.048	11.380	10.594	11.014	11.064	11.913	11.835
Manga	24.513	24.513	21.793	21.325	19.198	16.081	17.950
Mamão	14.568	17.202	17.544	15.592	15.592	12.003	2.412
Maracujá	44.486	45.956	45.035	35.977	32.289	30.784	5.571
Tangerina	8.895	6.586	6.508	6.545	6.538	6.467	4.932

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2017.

É possível perceber que em todos os anos apresentados, dentre as lavouras permanentes que mais produziu foi a laranja, numa quantidade muito superior à do coco, que vem em segundo lugar, e cerca de 16 vezes mais que o terceiro lugar na produção que é a manga. Houve um aumento, não muito considerável, entre os anos de 2009 a 2011 e em 2012 nota-se um pequeno decréscimo na quantidade produzida e seguiu uma decadência maior nos anos seguintes. Alguns relatos sobre a citricultura em Sergipe, destaca a seca do ano de 2012 a responsável pela queda na produção e fez com que vários citricultores (pequenos, grandes e médios) iniciassem a produção consorciada. Contudo, mesmo apresentando queda, a maior quantidade produzida continua sendo a laranja (Tabela 07).

Tabela 07 - Sergipe: área destinada à colheita – hectares, 2008 - 2017

Lavoura permanente	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2017
Banana	3.898	4.064	3.732	3.879	3.177	2.674	2.020
Coco	42.000	41.890	39.204	39.486	38.657	38.165	36.849
Goiaba	347	344	364	424	447	444	425
Laranja	53.001	54.733	56.542	57.290	56.878	52.346	42.019
Limão	940	891	850	917	913	1.015	897
Mamão	479	564	568	562	519	431	65
Manga	1.121	1.121	1.029	1.030	985	911	844
Maracujá	4.709	4.928	4.714	4.677	3.955	3.329	681
Tangerina	544	431	429	435	429	390	277

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2017.

Percebe-se que há uma área crescente de terras destinada à colheita da laranja, entre 2009 a 2017 e decresce nos anos seguintes. Como visto na Tabela 06, houve uma

queda da produção nesse período, em decorrência dos pomares de laranja velhos, dificuldade de apoio técnico, além de algumas áreas que eram destinadas ao plantio da laranja, que passaram a produzir outras culturas, diminuindo a produção.

A região Nordeste, em especial Sergipe, introduziu no meio rural o modelo econômico desenvolvimentista estabelecido pelo Estado e articulado pelo capital, a política de subsídios do Estado permite uma expansão da produção, como visto, mas engessada em seu poder regulador, e essa expansão baseada em créditos concedidos a alguns, não expande a produção de todos os citricultores, mas de uma minoria, crescendo a miséria e pobreza entre os ‘não escolhidos a participar do progresso do país’.

4.4 A Espacialidade da citricultura em Sergipe

Em Sergipe o cultivo voltou-se para o mercado externo, por um lado, o Estado modernizante associava a venda de frutas *in natura* ao atraso, por outro, grandes empresas de sucos visavam o aumento crescente do lucro. A ascensão da produção era respaldada pelo Estado através de programas para o acesso a terra, créditos agrícolas centrados no Pólo Nordeste, e a implantação das indústrias em solo sergipano se deu por incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), investimentos assegurados pelo Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), com tais apoios os prejuízos jamais chegariam aos empresários (PEREIRA, 2002).

Os subsídios do Estado, assistência técnica, pesquisa agropecuária, crédito rural, permitiram maiores rendimentos por hectare e o aumento dos lucros motivou os produtores a investir em novos plantios na citricultura sergipana (Tabela 8), “em 1970 a área com laranja era sete vezes maior que a existente em 1960” (CUENCA e SILVA, 2002, p. 04).

Tabela 08 – Sergipe: Área colhida e quantidade produzida de 1960 a 2017

Anos	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida
1960	814	54.374
1970	5.563	249.884
1980	23.257	2.396.029
1990	34.374	3.674.756
1995	40.291	3.389.915
1999	51.032	2.996.229
2012	56.369	821.940
2017	38.004	421.353

Fonte: IBGE, PAM, 2017.

É notória a expansão da área colhida nas décadas de 1980 e 1990, chegando em 1980 a uma área 29 vezes maior que a colhida em 1960, e com o passar dos anos, a área seguiu se expandindo, contudo, devido aos grandes percalços pelos quais passou e passa a citricultura sergipana, a quantidade produzida não seguiu a mesma ascensão, tendo o auge em 1980 e 1990 e decaindo nos anos posteriores, destaque para o ano de 2017, que reduziu em 18.365 de hectares de área colhida comparando a 2012, e a quantidade produzida foi metade comparando estes mesmos anos, resultado da falta de investimentos. Neste sentido,

Na década de 1970, continuou o processo expansivo da cultura no estado, atingindo percentuais de crescimento com médias anuais de 15% na área e 25% na produção, isto devido à introdução de novas variedades de laranja (pêra, baianinha e valência) e à substituição do limão Rugoso por novos porta-enxertos, técnicas que aliadas ao crédito facilitado e subsidiado, fizeram com que o rendimento dos pomares sergipanos evoluísse em mais de 129% entre 1970 e 1980. Na década de 1980, apesar do crescimento diminuir em intensidade, a cultura continuou expandindo-se. A área colhida no Estado aumentou em média 4% ao ano e a produção 2,5% por ano. Foi nessa década e até meados dos anos 90 que a cultura viveu seus melhores momentos, chegando aos 40.000 hectares, atrás apenas do Estado de São Paulo, no que se refere à produção nacional por estado (CUENCA e SILVA, 2002, p. 03).

Com todo o incentivo estatal, créditos rurais e altos preços da laranja, elevou também a especulação imobiliária e a cultura que era produzida apenas em pequenos pedaços de terra, teve o cenário modificado, os mais abastados compravam mais lotes de terras, enquanto os que não conseguiam se reproduzir, ou acompanhar os ditames do capital, migravam. Sobre tudo para os municípios da Bahia, em especial para Rio Real.

“As terras naturais, devolutas e necessárias à sua reprodução estavam à disposição do produtor em Rio Real” (PEREIRA, 2002, p. 72). A autora diz que os citricultores sergipanos ao chegarem no município de Rio Real se depararam com matas fechadas, terras virgens de difícil acesso, mas para eles era a esperança do recomeço, seguiriam plantando laranja para o mercado, com familiares e amigos que migraram juntos, e complementa:

A partir de 1970, a laranja tornou-se o principal produto agrícola de Rio Real, o deslocamento dos produtores migrantes sergipanos em direção a fronteira facilitou essa expansão. As terras devolutas e cobertas por tabuleiros estavam a disposição daqueles que manifestassem interesse em desmatar e começar a cultivar (PEREIRA, 2002, p. 99).

A mobilidade territorial do trabalho representava para o citricultor novas possibilidades de sustento familiar, e para o capital, possibilidade de expansão, de aumento na demanda da laranja, principalmente porque os municípios do litoral norte baiano formam um contínuo com os municípios do centro-sul Sergipano.

Em 1990, as migrações continuam intensas de Sergipe para a Bahia, por causa da crise, os pomares de laranja velhos, as doenças se espalhando e a falta de incentivo do Estado fez com que muitos que tinham permanecido também quisessem mudar, além de os municípios baianos se apresentarem para estes citricultores como um ambiente familiar, pois parentes e amigos moravam nestes há muitos anos, tornando mais fácil a (re)territorialização.

A mobilidade na década de 1990 representou o que o estado vivia e o que viria nos próximos anos. Sem alternativas, o citricultor viu na migração a fuga da crise, e muitos dos que permaneceram na terra buscaram outros meios como trabalhos em propriedades de terceiros, o trabalho não-agrícola, ou apenas sustentar-se com a aposentadoria e plantar para subsistência.

A crise da citricultura afetou pequenos e médios produtores, sendo que o elo mais frágil da cadeia sente primeiro os impactos desta. A venda da propriedade, as migrações, ou a mudança no tipo de plantio, levou a um recuo da produção em Sergipe, contudo, um dos fatores que favoreceu para que a produção não caísse ainda mais foi a compra de terras por parte das indústrias. “O grupo Maratá possui 3.000 hectares plantados com laranja em Rio Real e Jandaíra (na Bahia). A TropFruit destaca-se por seus grandes produtores serem seus sócios” (SANTOS, 2009, p. 63).

Os pequenos produtores seguem plantando, mas os pés de laranja não produzem o máximo de suas capacidades, até porque, os insumos necessários para produzir bons frutos são muito caros, e com o preço da laranja em baixa, muitas vezes não utiliza adubos e correções do solo.

Enquanto no início da década de 1990 os municípios de Boquim, Lagarto e Salgado participavam com 53% da produção, em 2000, os mesmos respondiam por apenas 30% da quantidade produzida no estado, os demais municípios localizados na região centro-sul (citricultura) foram responsáveis por 61% e apenas 9% do total foram produzidos pelos municípios sergipanos não pertencentes a essa região. Ainda na década de 2000 a produção da região dos tabuleiros costeiros aumentou, todavia, isso deve-se a uma diminuição da produção do total do estado, não a um aumento dessa região, os três municípios que em 1990 detinham os maiores percentuais na produção (Boquim, Lagarto e Salgado) apresentaram déficit nas quantidades produzidas de -56%, -41%, -54%, respectivamente, entre 1990 e 2000 (CUENCA e SILVA, 2002).

O fraco desempenho dos principais produtores de laranja, no período, pode ser atribuído a vários fatores, dentre eles: 1) A desativação de parte do parque industrial processador do fruto no principal pólo citricultor do estado 2) A alternância de anos de seca. 3) O baixo nível de organização dos produtores. 4) A persistência do domínio de industriários e atravessadores sobre os produtores. 5) O baixo preço pago pela indústria em decorrência: a) de uma única variedade de laranja a pêra b) a baixa qualidade do fruto c) Falta de acordo entre as fábricas e os produtores. 6) O aparecimento de problemas fitossanitários (CUENCA e SILVA, 2002, p.06).

A citricultura em Sergipe se desenvolveu e ficou concentrada no centro-sul do estado, contudo, Cuenca e Silva (2002) afirmam que entre 1990 e 2000, a produção seguiu também por outras direções, houve tentativa de expansão para os municípios de Areia Branca, Pacatuba, Japoatã, Japaratuba, Capela, Siriri, Indiaroba, Santana do São Francisco e Neópolis. Este último, entre 1990 e 2000 apresentou evolução na produção de 12.677% e mostrou, segundo os autores, como projetos de irrigação destinados à fruticultura sergipana podem mudar e melhorar o panorama do estado.

Os municípios supracitados, com menos representatividade na produção do estado, apresentaram evolução da produção acima de 100%. Contudo, a evolução da produção desses municípios, quando considerados os anos 1990 e 2000, “não superou a

queda de produção dos principais produtores (Boquim, Salgado e Lagarto), o que provocou redução na quantidade produzida de -9% nos Tabuleiros Costeiros sergipanos e de -13% no Estado” (CUENCA e SILVA, 2012, p.05).

Todavia, pela análise atual, tanto em campo, quanto nos dados do IBGE, houve queda na produção destes municípios (Tabela 9), “O platô poderia ser a esperança da citricultura, mas a repartição dos lotes foi feita com conchavos políticos, pessoas não ligadas a agricultura, que depois de um tempo largou pra lá” (Informação verbal²⁸).

Tabela 09 – Sergipe: Área colhida e quantidade produzida dos ‘novos’ municípios citricultores, 2010 e 2017.

Municípios	Área Colhida (ha)	Quantidade produzida (T)	Área Colhida (ha)	Quantidade produzida (T)
	2010		2017	
Areia Branca	300	3.000	-	-
Capela	220	3.300	40	600
Japarutuba	-	-	-	-
Santana do São Francisco	2	24	-	-
Indiaroba	2.960	44.400	2.150	2.365
Japoatã	50	1.035	42	815
Neópolis	51	1.275	104	2.041
Pacatuba	6	96	2	32
Siriri	6	60	3	30

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2010 e 2017.

Dentre os municípios apontados como os responsáveis pela expansão da citricultura, vê-se destaque de área colhida e da produção para Indiaroba, no ano de 2010 este município produziu 44.400 toneladas, houve uma considerável diminuição da produção dos pomares no decorrer dos anos seguintes, contudo, sem haver a mesma redução da área colhida e plantada. Outro município que chama atenção é Neópolis, que entre os anos analisados mais que dobrou a área colhida, sem contudo, dobrar a produção dos pomares. Comparando esses dois municípios citados é notório também que embora Indiaroba tenha uma quantidade de hectare plantados muito superior a Neópolis (em 2017), a produção de Indiaroba quase se iguala à de Neópolis, o que justifica a importância da água para o plantio da laranja.

²⁸ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da indústria (Entrevista 23).

No ano de 2010, Capela produziu 3.300 toneladas, decaindo muito nesses 7 anos (600 t), havendo também uma redução considerável de sua área colhida. Japoatã encontra-se hoje com uma produção mediana (815t), também caiu a produtividade, e os demais apresentam de baixa a inexistente. Desse modo, entende-se que o projeto de expansão para o norte do estado não resultou em boas colheitas.

Pode-se perceber o caminhar da laranja dentro do estado, o seu desenvolvimento a partir de subsídios, a espacialização na região centro-sul, e a relação de continuidade no estado vizinho com migrantes sergipanos, expandindo a área de plantio em função do mercado. A citricultura tentou seguir outras direções dentro do estado de Sergipe, porém sem o sucesso esperado, pois o estado permanece seguindo a mesma “cartilha” que desencadeou a crise.

4.5 Crise na citricultura sergipana

O estado de Sergipe participou ativamente com a laranja do desenvolvimentismo da década de 1970, com pacotes de modernização e financiamentos concedidos pelo Estado no intuito de fazer parte da política vigente do país. Nesse mesmo período, (OLIVEIRA, 2007, p. 92) foram criados “projetos de extração de recursos regionais para a produção de insumos básicos, polo petroquímico (BA), cloroquímico (BA, AL) e em Sergipe a produção de fertilizantes potássicos e nitrogenados”.

A política desenvolvimentista trouxe, para o estado de Sergipe, significativos ganhos de produção, principalmente a partir de 1980, pois além do crédito concedido ao citricultor, houve também melhorias nas estradas, implantação de infraestruturas variadas, assistência técnica, pesquisa agropecuária e extensão rural, nesse período houve ampliação do número de sócios nas cooperativas, e aumento na geração de empregos. Segundo a SEAGRI (2001) de 1970 a 1980 a renda citrícola cresceu mais de 129% e foram gerados 100.000 empregos com a atividade. Até então, o Estado era o financiador e controlador do crédito.

Entretanto, nos anos de 1980 e 1984, o Brasil passa por uma crise e retração na produção agrícola, o capital especulativo diminui o interesse pela terra, fato que faz aumentar o número de pequenas propriedades. Nesta década, o Estado passa diminuir a concessão de créditos para o meio rural, mesmo assim, a produtividade da laranja permanece em alta, reflexos ainda da década anterior e segundo Oliveira (2007) o sistema

agroindustrial vigente na época, estava viciado em baixos custos de produção, laranjas sem exigências de qualidade e preços altos da venda do produto.

Houve mudanças a partir da entrada da laranja no comércio internacional, a exportação do suco trouxe a monocultura de citros por tipos mais utilizados na indústria que são os tipos Valência, Natal e Bahia. O ingresso no mercado exportador acarretou em diversas outras mudanças, além do tipo de laranja plantada, como o aumento das exigências fitossanitárias, da qualidade do fruto, e do preço da produção, definida pela bolsa de valores e mercado de futuro, agora enquanto *commodity*.

Na década de 1990 a citricultura do estado apresenta sinais de crise e passa a ser sentido, de fato, a redução do crédito rural, além do envelhecimento dos pomares, da proliferação de pragas e doenças, baixa produtividade, competitividade com os Estados Unidos, bem como, endividamento do citricultor e redução do orçamento para a pesquisa de extensão.

É também na década de 1990 que as grandes corporações financeiras passaram a ser financiadoras do crédito, o Estado mínimo, a falta de subsídios deste, as mudanças nas regras da política econômica nacional no tocante ao crédito rural, com incidência de juros acima da inflação, a maximização das empresas, e as novas regras vindas de fora, transformaram ainda mais as relações trabalhistas no centro-sul sergipano.

Para Santana (2013) alguns dos elementos que definem a crise é a perda do poder de representação e aglutinação dos produtores de laranja, pois, na década de 1980 havia contratos padrões entre a indústria e os citricultores, na década de 1990 o contrato padronizado foi abolido, o que fez aumentar o poder de negociação industrial, e em muitos casos, as empresas passaram a descumprir os contratos firmados com produtores de laranja, pagando preços mais baixos que o que fora acordado, desse modo, os contratos foram sendo rompidos.

O rompimento dos contratos não cumpridos enfatizou ainda mais a fragilidade das organizações que representavam os citricultores e levou a perda de poderes de representação e aglutinação das associações, estas tinham como objetivo, principalmente para o citricultor, fazer acordos em relação aos preços, porém, a perda desse poder representativo, levou a dispersão de citricultores, pois estes tinham uma heterogeneidade de interesses, e resultou em uma maior decadência da citricultura. Todavia, a ABECITRUS seguiu com poder de representação e aglutinação, favorecendo empresas processadoras, aumentando ainda mais a desigualdade de representatividade e poderio entre indústrias e produtores de laranja (PAULILLO, ALMEIDA, SALOMÃO, 2002).

Outro ponto definidor da crise citrícola é o aumento da concentração fundiária, além das migrações e vendas forçadas de pequenos lotes de terras para os que conseguiram se manter enquanto citricultores, as indústrias passaram a produtoras de laranja também, comprando grandes fazendas e contratando trabalhadores para os períodos de colheita. Segundo Santos (2009) 30% da laranja para a produção da indústria Maratá vem das fazendas do próprio grupo. Lohbauer (2011) afirma que cerca de 35% dos pomares que fornecem laranja (na citricultura do Brasil e dos EUA) pertencem às próprias indústrias processadoras e possuem altos níveis de produção, mais um desestímulo ao citricultor, tanto brasileiro quanto estadunidense.

A concorrência do Mercado Mundial, os preços definidos pela indústria com grande insatisfação dos citricultores, os impactos de geadas ou de boa produção dos EUA na definição dos preços do suco de laranja do Brasil, a valorização interna da *commodity* em detrimento do consumo da fruta *in natura* dentro do país, são também elementos que levaram ao prolongamento da crise.

O auge da citricultura trouxe para o estado aumento do emprego, da tecnologia e *superávits* na balança comercial, Sergipe passou a ser o segundo maior exportador do país estando atrás apenas do estado de São Paulo. Todavia, também trouxe o desemprego, assim como, as migrações, mudanças de rumo que para o homem, significava possibilidade de reprodução social, meios de continuar vivendo da terra, e para o capital representava possibilidade de expansão da produção citrícola, como dito anteriormente.

Os produtores, tanto mais abastados, quanto os menos, tiveram que conviver com a redução da área de cultura de subsistência, típico de lugares onde implantam as *commodities*, pois o plantio que interessa é apenas aquele que é importante ao capital, que, conseqüentemente, altera a fertilidade do solo e degrada o meio ambiente, tanto pelo uso intensivo da terra com uma única cultura, quanto pelo uso de agrotóxicos. Contudo,

No início do século XXI os grandes desafios da citricultura em Sergipe envolvem desde a falta de diversificação da produção industrial (não somente congelar o produto, mas criar outras estratégias de vendas, como por exemplo, vende-lo em garrafas ou mesmo misturados com outros sucos em caixas), o controle sanitário (como a entrada de laranja contaminada de outros estados), a ausência de propagandas referente ao baixo uso de venenos se comparados a outras regiões, transporte inadequado (laranjas soltas ficam machucadas com o peso), baixa produtividade em função da qualidade da laranja, principalmente com níveis nutricionais insuficientes, pomares envelhecidos, ponto de maturação, colheita e pós-colheita inadequados, capacidade de crédito

esgotadas dos produtores, falta de organização dos produtores (SANTANA, 2013, p. 83).

Além dessas questões que precisam ser enfrentadas pela citricultura sergipana para superar a crise, a problemática não gira em torno das fronteiras físicas territoriais do estado apenas, alcança dimensões muito maiores, segundo Santana (2013) os desafios se situam no mercado exterior de *commodity*, como a queda nas cotações internacionais, redução dos preços das laranjas, resultado da revitalização e busca de auto suficiência da produção norte-americana, bem como, o controle fitossanitário e aumento nas tarifas alfandegárias do mercado europeu e estadunidense. Na década de 1990, ao mesmo tempo em que o crédito no Brasil era cessado pelo Estado, aumentavam os subsídios agrícolas nos países desenvolvidos.

A falta de recursos necessários para competir no mercado é um grande impasse à superação da crise e também impede de obter medidas mais radicais como as tomadas pelos industriários do estado de São Paulo para minimizar a concorrência, estes compram fábricas e adquirem terras nos Estados Unidos como meios de ultrapassar o protecionismo, outras estratégias buscadas pelas indústrias de São Paulo são a instalação de sistema de armazenagem e transporte de suco a granel, instalação de terminais e logística de distribuição no mercado europeu, e mesmo a fruta *in natura* tem enfrentado muita concorrência no estado, devido à produção de laranja de outros estados, além de outras frutas vinda de perímetros irrigados, e muitas vezes, o excedente de São Paulo é vendido no nordeste (SANTANA, 2013).

A EMBRAPA (2016) discorre a respeito dos problemas que levam à crise, relacionado ao produtor e a falta de assistência para a análise e correção do solo, bem como dos riscos do plantio de um único tipo de cultura, que engessa as possibilidades de contornar os obstáculos que porventura apareçam,

A produção de citros, em Sergipe, está concentrada na cultura da laranja, sendo essa comercializada por terceiros (intermediários), com pouca presença da produção de limão e tangerina. Os investimentos em tecnologias para condução dos pomares e manejo cultural são irrisórios, afetando a produtividade e a longevidade dos pomares. A ausência de análise de solo e calagem, o não reaproveitamento do resíduo da laranja, a pouca variedade genética dos pomares, a dependência de mudas de terceiros e o uso de uma única variedade de copa (laranja Pêra) são situações típicas dos sistemas de produção de laranja da região (EMBRAPA, 2016, p. 19).

Como tentativa de superar a crise, que se arrasta até os dias atuais, em 2003 o governo do Estado desenvolveu um programa de revitalização da citricultura, tinha como objetivo erradicar os pés de laranja velhos e criar mudas mais resistentes e mais produtivas em viveiros com ambientes telados, desse modo, através da tecnologia, o estado superaria a crise da década de 1990. As intervenções promovidas pelo governo do estado,

- 1 – Substituição dos viveiros antigos que produziam mudas antigas a céu aberto, por modernas estufas, feito através da aquisição de 67 estufas teladas e colocadas à disposição dos viveiristas;
- 2 – Eliminação gratuita dos pomares improdutivos;
- 3 – Fornecimento de todo o material genético de boa qualidade demandado pelos viveiristas;
- 4 – Comprometimento com a compra das mudas com preços previamente combinados;
- 5 – repasse das mudas por metade do preço ao produtor (SANTANA, (2013, p. 91).

Os principais órgãos envolvidos no programa: a Secretaria de Agricultura do Estado e Departamento de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (DEAGRO), pretendiam dinamizar a produção e recuperar empregos perdidos durante a década de 1990. Segundo Oliveira (2007, p. 144) o programa tinha por base: “Erradicação dos viveiros clandestinos, dos pomares envelhecidos, construção de viveiros telados, seleção de produtores de mudas, o cadastramento de produtores de laranja, produção de sementes para mudas de laranjas e a produção de borbulhas”.

No primeiro ponto dos objetivos do programa, os citricultores se depararam com a dificuldade de extinguir toda a plantação em suas terras, pois para retirar todos os pomares de laranja velhos e plantar novos, eles teriam que ter uma renda além da citricultura, pois as mudas recém-plantadas só dariam frutos alguns anos depois. Por isso, os que não conseguiram participar do programa por não ter outra renda, permaneceram com os pés de laranja velhos, conseqüentemente, baixa produção, qualidade e baixos preços junto a indústria.

Segundo entrevistados do município de Itabaianinha, não seria possível retirar metade dos pomares velhos e plantar novos, como medida de continuar colhendo os frutos e fazendo renda enquanto esperava os novos pés darem frutos, pois as pragas e doenças dos pomares antigos passariam para os novos e tomaria conta de toda a plantação, de nada adiantaria todo o esforço.

Indagados a respeito das mudas e a utilização das produzidas em viveiros telados ou a céu aberto, a maioria dos camponeses afirmou que utiliza as mudas produzidas a céu aberto, muitas vezes produzidas por eles mesmos,

Não vejo graça nessas mudas dos viveiros telados, são muito pequenas, dura menos tempo, e não achei maior produtividade não [...] plantei umas aí não tem cinco anos, já estão todas boas de trocar. As mudas feitas no chão, eles proibiram a gente fazer venda, mas eu mesmo numa reunião em Lagarto falei pra todos ouvirem que vou continuar produzindo as minhas, não vendo não, mas pra eu mesmo usar está bom. E tem gente que compra sim, vem até da Bahia, entra escondido (Informação verbal²⁹).

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) publicou que pomares de até 4 anos de idade produzem 51,7% de sua capacidade, de 4 a 8 anos produzem com 78,6% da capacidade, de 8 a 15 anos produzem com 88,7% e acima de 15 anos com 66,1%. Ou seja, os novos pomares para iniciar a produção, precisa de 3 anos após o plantio e produzem 51,7% da capacidade com até 4 anos, neste sentido, é necessário um grande investimento e alguns anos sem ter retorno, esperando o tempo de produção das plantas, para o camponês que vive do que a terra produz é totalmente inviável.

O programa não visava a melhoria para quem quisesse e pudesse participar, não era uma opção a ser feita, por exemplo, permanecer mudas feitas a céu aberto pelos menos abastados, e mudas teladas para os que pudessem pagar por estas, ao contrário, a única opção era comprar muda produzida em ambiente telado (estas são mais caras), e erradicar as mudas feitas ‘clandestinamente’.

Os camponeses que não fizessem parte do programa tinham a escolha de migrar, ou buscar outra cultura para o plantio, caso contrário, se resolvessem produzir suas mudas sem a tecnologia que o programa pregava, tinha sua produção destruída, queimada pelos Policiais Federais. A proibição da produção das mudas tem base na portaria número 34 de 20 de maio de 2002, Delegacia Federal da Agricultura do Estado de Sergipe, e só pode produzir muda telada através de registro da Secretaria de Estado da Agricultura.

Teve muita gente que perdeu todos os pés de laranja, chegava o pessoal com a polícia e acabava com tudo! Deixava sem nada, nada, tudo queimado e destruído. A gente faz as coisas ainda com medo, mas se for pra fazer tudo que querem, aí é que não dá nem pra comer [...] Teve

²⁹ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 1).

um parente meu que pediu empréstimo para fazer essas mudas teladas, não teve retorno, teve um prejuízo grande (Informação verbal³⁰).

Santos (2009) também afirma que nesse processo de revitalização da citricultura, capinas e tratores foram proibidos alegando que essas medidas ajudariam a preservar o solo e não afetar o meio, entretanto, o uso de produtos químicos para soluções imediatas eram liberados, pois não houve tentativas de melhoramento contra pestes, caso contrário, acabaria o comércio de pesticidas. Desse modo, “os órgãos de pesquisa e extensão em parceria com a indústria, destaque a Monsanto, passa a difundir pacotes tecnológicos para as propriedades produtoras de laranja” (SANTOS, 2009, p. 72).

O problema não é o preço, mesmo que esse venha caindo muito há um tempo, agora voltou a melhorar um pouco, até o verão a gente consegue passar bem com a laranja, o problema mesmo são as doenças. Primeiro veio a Ortézia, o pessoal da EMBRAPA deu palestra aí mostrando como controlar, e passou, a ortézia é como piolho, dá e passa, depois de um tempo volta, mas a tal da mosca negra, que a gente não sabe de onde veio, é que é o grande problema da plantação de laranja, porque gasta muito com pulverização. O dinheiro de investir em adubo, a gente gasta em veneno, e se o vizinho não cuidar da dele, já era! (Informação verbal³¹).

Segundo Santana (2013) alguns fatores que contribuíram para o não sucesso do programa de revitalização, está no fato de ter sido um plano de gabinete, elaborado sem levar em consideração quem está no ramo há tempos, como também o fato de ter priorizado a distribuição subsidiada de materiais, ao invés de investir em assistência técnica e em pesquisa no controle de pragas e doenças.

Sobre a assistência técnica há reclamação unânime entre os entrevistados. Segundo eles ninguém atende aos chamados, “Eu chamei mais de 10 vezes, nunca apareceram” (Informação verbal³²). Outro entrevistado complementa: “Parei com a laranja ano passado, tem um ano que espero o povo da EMBRAPA para arrancar os pés e nada, tão aí, juntando doença” (Informação verbal³³).

³⁰ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 2).

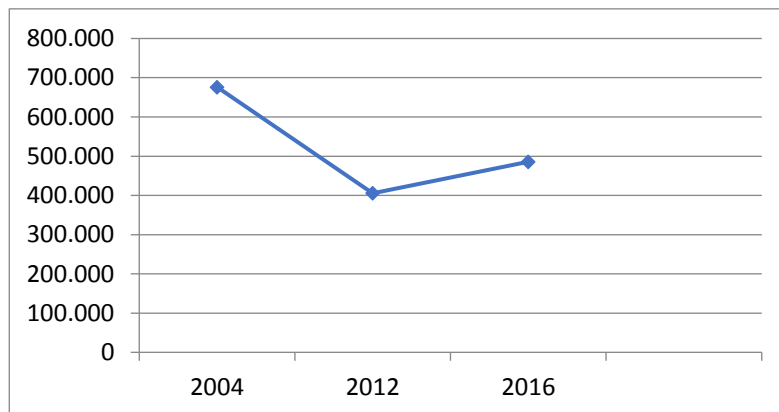
³¹ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 1).

³² Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 3).

³³ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 6).

Mesmo diante desse cenário, a citricultura segue sendo um cultivo muito importante para Sergipe, contribuindo com metade do PIB agrícola (Figura 02).

Figura 02 - Sergipe: Quantidade de laranja produzida em toneladas (T), 2004, 2012, 2016



Fonte: IBGE 2004, 2012, 2016.

A quantidade de laranja não aumentou, mesmo com o programa de revitalização e a tentativa de erradicar todos os pomares velhos, doentes, e a doação de mudas por parte da Secretaria de Agricultura do Estado. De acordo com a EMBRAPA (2016), o perfil econômico do citricultor teve total relevância no acesso ao programa de revitalização, este se mostrou mais acessível aos estabelecimentos maiores que 2,8 hectares. Os citricultores que possuíam renda baixa apresentaram dificuldades para manter as lavouras segundo exigências do programa e tentava manter boas práticas de manejo de forma aleatória.

Desse modo, entende-se que a dinâmica da renovação tecnológica é excludente e resulta em concentração de terras, alteração relações de trabalho, êxodo rural. Ou seja, imprimem uma nova visão técnica do trabalho, mais flexível e inseguro. A revitalização da citricultura implantada em 2003 teve como base o consumo de fertilizantes, do capital bancário e a exploração do trabalho camponês.

No estado de Sergipe há um notório desequilíbrio entre os elos do circuito, a produção *in natura* vem se fragilizando, quando comparada às outras etapas, principalmente na distribuição da renda gerada. A estrutura de mercado apresenta grau elevado de concentração de capitais, integração vertical e privilégio de informações, pressionando as margens de lucro do citricultor para baixo e lhe imputando todos os riscos de variações de preço na indústria (EMBRAPA, 2016).

A desarticulação dos participantes do circuito (produtores, compradores, industriais, gestores públicos), torna ainda mais difícil unir forças para superar a crise, se cada segmento assumisse suas responsabilidades e trabalhasse em conjunto em prol da verdadeira revitalização, traria melhores resultados. O governo investir em projetos que engaje a todos, um número maior de pesquisadores, assistência técnica que consiga abranger todos os citricultores, aumentar a defesa fitossanitária, aprimorar os conhecimentos do produtor com cursos de capacitação, ampliar esforços para a melhoria na qualidade e diversificação dos frutos, viabilizar um plano de *marketing*, para trazer um novo impulso à citricultura e ultrapassar a crise.

4.6 Diminuição do consumo da laranja e entrada de outros produtos no mercado

O aumento significativo da procura pelo suco de laranja na década de 1980, fez com que houvesse uma grande expansão do plantio do fruto, tanto nos EUA quanto no Brasil, contudo, os investimentos necessários para a produção de um bom suco são elevados, junto às importações, agregam ainda mais valor, o que torna uma bebida relativamente cara.

Atualmente, as pessoas em geral têm optado por uma vida mais saudável, alimentos saudáveis, exercícios e o consumo maior de água. As águas engarrafadas têm ganhado muito espaço no mercado, além disso, a quantidade de açúcar que tem no suco de embalagem Tetra Pak afasta o consumidor que pretende seguir as orientações nutricionais. No Brasil, o consumo da fruta *in natura* e do suco da fruta é muito maior que o consumo do suco de caixa.

Nos EUA o consumo do suco de embalagem Tetra Pak é muito mais elevado que em nosso país, devido a dinâmica do lugar, as pessoas sempre em movimentos acelerados, na correria diária, preferem consumir produtos prontos, enlatados, engarrafados, empacotados, todavia, mesmo neste país, a quantidade consumida de suco de laranja diminuiu, tanto devido a quantidade de pessoas que, cada vez menos, tomam café da manhã, quanto pela quantidade de novos sabores que adentram o mercado e com preços mais acessíveis.

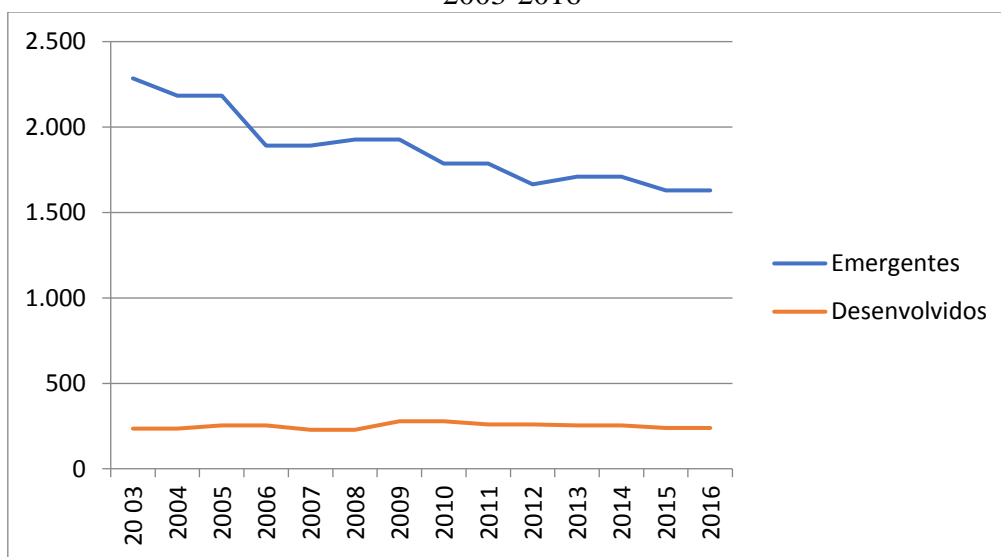
No período de 2012 e 2013 o suco teve sua maior queda no consumo nos EUA, mas vem declinando desde 1998, dentre as causas citadas acima, estão também as propagandas da vitamina C que não tem convencido a população, devido a quantidade de remédios contendo a vitamina, não sendo necessário o consumo do suco para ingeri-la.

Segundo Lohbauer (2011) na atual configuração do mercado para o suco de laranja, o Brasil enfrenta o desafio de ampliar seus mercados, mas não é uma tarefa tão fácil, pois, mesmo com a ampliação do mercado asiático, em especial o chinês, não existem grandes possibilidades de expansão, pelo fato do preço ser elevado para o consumo em países com baixa renda *per capita*. Quando o preço da tonelada aumenta muito, os engarrafadores cessam as importações, cientes da dificuldade de repasse para os varejistas, assim como também, o fato da tradição asiática em consumir bebidas quentes, chás e sucos de frutas frescas, e acrescenta,

Outros mercados como a Rússia ou os países do leste europeu são consumidores de néctares e refrescos, isto é, sucos recondicionados com água e açúcar e com porcentagem de suco de laranja menor do que 100%. Assim, a capacidade brasileira de expandir mercados mundo afora ainda é baixa. Em função da estagnação da exportação brasileira e da paulatina queda nos principais mercados consumidores de suco de laranja, é cada vez mais evidente a disputa pelos mercados entre empresas produtoras. E é compreensível o esforço que os produtores norte-americanos empregam para garantir a produção de laranja e suco de laranja dos Estados Unidos, já que o suco brasileiro sempre foi mais competitivo (LOHBAUER, 2011, p.04).

O consumo é mais significativo em países emergentes, porém, são nestes mesmos países que vêm entrando em declínio, segundo os dados apresentados na Figura 03, os países desenvolvidos mantiveram o consumo por tonelada, em 2003 consumiram 234 mil toneladas, e em 2016, 238 mil, apresentando ligeiro aumento, nos países emergentes caiu de 2.285 mil toneladas em 2003, para 1.629 mil toneladas em 2016.

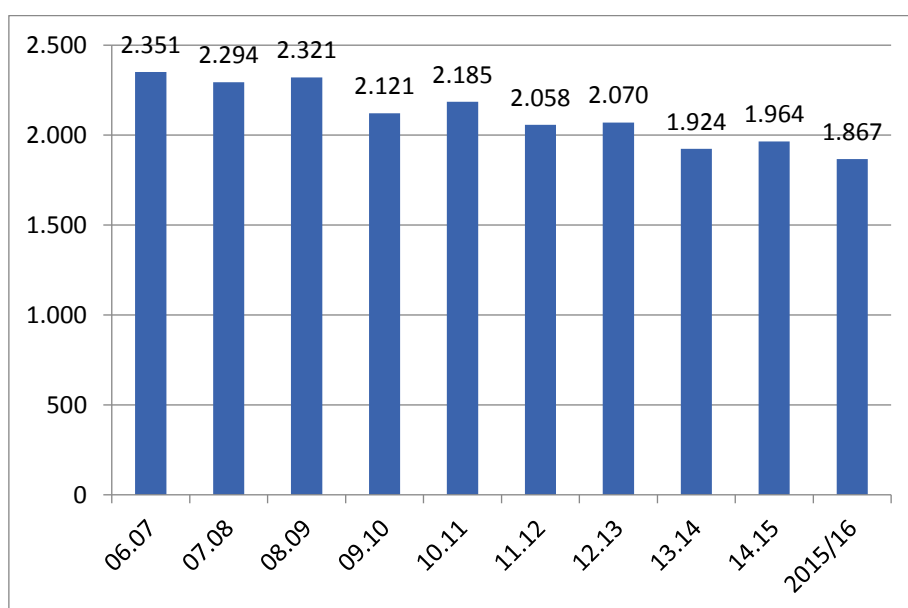
Figura 03 - Consumo de laranja em países emergentes e desenvolvidos (mil toneladas), 2003-2016



Fonte: USDA, 2016

Embora o suco de laranja seja uma das bebidas mais consumidas no mundo, a cada dia o número de consumidores diminui, sua queda tem sido de 1,6% ao ano, nos EUA caiu 25% entre 2000 e 2010, onde se consome 38% do suco mundial. O crescimento do consumo de água engarrafada e de outros sabores de frutas mais em conta, também fizeram cair o consumo da laranja, a exemplo da uva e da maçã, assim como, o crescimento do consumo de néctar e refrescos, que necessita de uma quantidade mínima do suco da fruta e tornam-se mais barato (Figura 04).

Figura 04 - Consumo Global de suco de laranja (toneladas por mil), 2007-2016



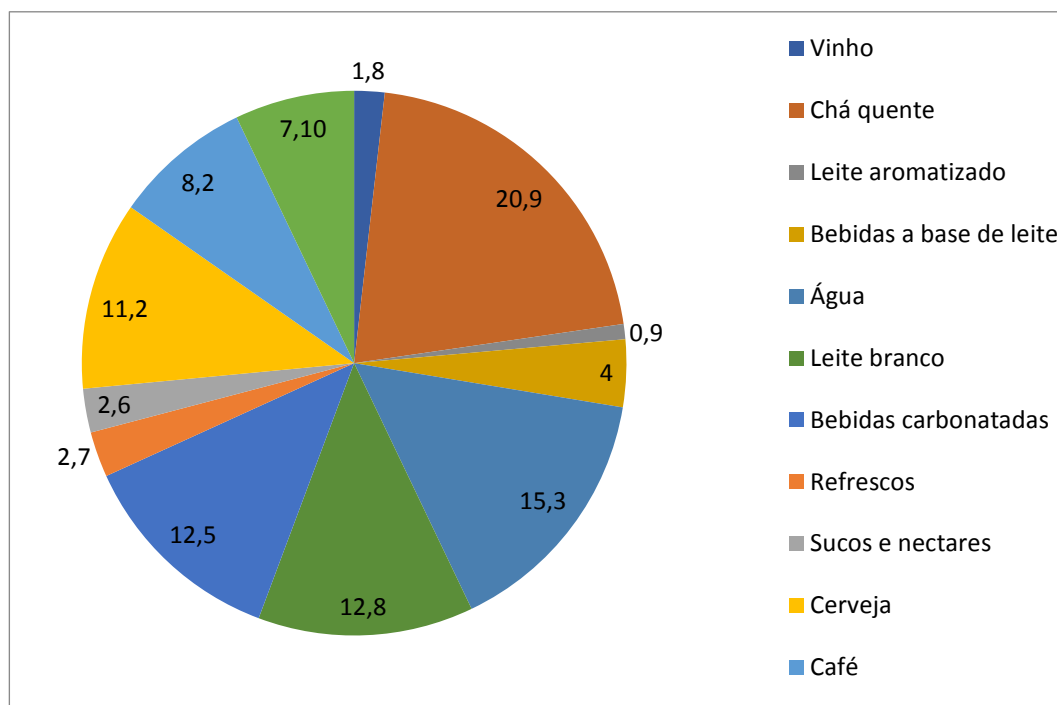
Fonte: USDA, 2016

Embora o consumo esteja decrescendo, e tenha oscilado nesses dez anos analisados, ainda não há motivos para o país abandonar a produção da laranja, mas há um alerta grande para que busquem meios de enfrentar os desafios. A diferença entre o ano de 2006 e 2016 são de 484 mil toneladas, é uma quantia considerável e que pode ser ajustada, a depender de como o circuito será conduzido, principalmente, que nessa condução, envolva, de verdade, os pequenos citricultores que ficam sempre à margem dos bons resultados, e sofrem os maiores impactos com os resultados ruins.

A Figura 05 apresenta as bebidas mais consumidas no mundo, o chá quente com 20,9% e a água com 15,3% lideram o ranking, no universo de 2,7% dos refrescos consumidos no mundo, 30% é de laranja, e nos 2,6% de sucos e néctares, 35% é de laranja,

ou seja, o mercado é bem diversificado, e altamente competitivo, para manter-se liderando e obtendo grandes lucros, o Brasil enfrentará vários desafios.

Figura 05 – Gráfico do mercado mundial de bebidas industrializadas, 2009



Fonte: Compass, 2009.

Em relação a diminuição do consumo da laranja, os camponeses entrevistados afirmaram que em períodos mais chuvosos a diversidade de frutas aumentam e consequentemente caem as vendas, sendo assim, “no campo é preciso sempre inventar, as vezes dá, as vezes não dá, o preço cai e volta a subir, não tem como se prender a um plantio só não” (Informação verbal³⁴).

Desse modo, a citricultura brasileira teve grande impulso com o respaldo do Estado (na década de 1980), ao transformar-se em *commodity* expandiu-se e espacializou-se por várias regiões do Brasil e alcançou o mercado internacional, territorializou empresas, tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos, contudo, enfrenta grandes desafios, como vencer doenças, pomares de laranja velhos e a diminuição do mercado consumidor, neste sentido, novos rumos faz-se necessário na materialidade do circuito produtivo da laranja.

³⁴ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 40).

5 A MATERIALIDADE DO CIRCUITO PRODUTIVO DA LARANJA EM SERGIPE

A produção não tem início apenas com o preparo da terra para o plantio, mesmo antes deste, os agentes hegemônicos e os círculos de cooperação preparam o circuito através de créditos concedidos pelo Estado ou por Instituições Financeiras, assim como, por meio da propaganda para produzir consumidores e Institutos de pesquisas voltados para a produção.

Anterior à plantação, o solo é preparado para receber a muda (que foi produzida pelos viveiristas ou pelo camponês), são utilizados insumos para correção do solo, assim como maquinário para o preparo da terra e para o plantio. Posterior ao plantio, tem-se o processo de irrigação e a colheita, que envolve, muitas vezes, além do trabalho familiar, o trabalho assalariado. Os produtores organizados em cooperativas, ou não, vendem sua produção: alguns em feiras livres, outros para o supermercado ou para a fábrica, esta última, passa também pela indústria processadora e engarrafadora. E por fim, chega ao comércio varejista e aos consumidores de suco.

Um circuito com uma complexa rede e muitos agentes envolvidos transforma o espaço através das novas técnicas e tecnologias, do modo de plantar, e, principalmente, do novo olhar sobre a produção. Um produto antes consumido apenas no mercado interno, passa a ser exportado para o mundo, normas passam a ser exigidas, preço determinado pela bolsa de valores, e para alcançar o objetivo da alta produtividade e competitividade, os agentes hegemônicos ampliam seu poder, pois agem como elos de união à produção mundializada.

Este capítulo analisa o circuito espacial produtivo da laranja em Sergipe, para tanto, são necessárias discussões sobre as mudanças no modo de produzir e os melhoramentos da terra com o uso de fertilizantes para correções, a preparação com tratores, as técnicas no plantio e o processo de modificação genética da laranja, além da mão-de-obra utilizada nas terras e na indústria, os círculos de cooperação e agentes hegemônicos, a assistência técnica e o crédito rural, a rede de circulação e o sistema de transporte, e ainda, a análise do papel da cooperativa como instrumentador da inserção do capital no campo, além do comércio e os circuitos complementares.

5.1 A produção de laranja

A técnica vem sendo modificada com o caminhar da sociedade, inclusive as mãos e o modo como essas lidam com os meios de produção evoluíram ao longo do processo histórico da humanidade. A laranja encontrou o habitat ideal nas Américas, em especial no Brasil, devido ao clima e solos favoráveis, contudo, para estar dentro das exigências de mercado, que procura por alta produtividade dos pomares, foi/é necessário acelerar o processo de transformação da técnica.

A melhoria no solo e nos pomares de laranja demonstraram em São Paulo, na região do cinturão citrícola, que não é necessário grandes porções de terra para ter grande produção, mas o melhoramento genético, acompanhamento técnico, e uso dos insumos necessários a manutenção dos pés e correção do solo, trazem resultados melhores esperados pelo mercado. Segundo a ABECITRUS (2018) depois de crescer, o parque citrícola da região sudeste encolheu para 700 mil hectares e 180 milhões de árvores no ano 2000. Mesmo com a redução de 12% na área plantada e de 11% no número de árvores, a produção cresceu 30%. Esse aumento significativo na produção é resultado de grandes investimentos em tecnologia industrial, pesquisas e logística.

Para uma boa produção da laranja, é necessário, além dos adubos, alguns tratamentos com o solo e com as plantas. O solo da região centro sul de Sergipe é considerado ácido, e dependendo do manejo inadequado, segundo a EMBRAPA (2016), pode causar redução da produção do fruto, em função da toxidez do Al^{+3} e dos baixos teores de Ca^{+2} e Mg^{+2} .

É de grande importância para os pomares, que aconteça a poda, seja essa de formação, de limpeza ou de rejuvenescimento fitorregulares, sendo estes de uso restrito e só empregado mediante recomendação técnica e conservação do solo, com menores possibilidades de compactação do mesmo, menos perdas do solo e água por erosão, manutenção da estrutura do solo, maior infiltração da água, disponibilidade de água para a planta, e cobertura do solo, o que diminui os efeitos das chuvas e enxurradas, reduz a temperatura do solo, incorpora matéria orgânica e nutrientes, subsolagem, para reduzir a compactação e o adensamento, e a mecanização do solo, o tráfego deve ser minimizado para não compactar (EMBRAPA, 2007).

Ainda segundo a EMBRAPA (2007) no plantio convencional são utilizados a aração, gradagem, abertura de covas, plantio das mudas cítricas e controle mecânico das ervas daninhas. Entretanto, para que haja maior produção, espera-se que seja realizado, um ano antes de plantar as mudas, uma subsolagem cruzada com plantação direta do

feijão-de-porco como cultura de espera para a melhora do solo. Realiza-se o plantio direto na palhada, abrindo-se apenas as covas para colocação das mudas. Com o melhor trato do solo, a redução do trânsito de máquinas e a integração de plantas com coberturas vegetais, a retenção de água no perfil do solo melhora em 71% em relação ao sistema convencional.

Para melhorar produção de plantas cítricas é importante dominar as técnicas de preparo do solo e plantio. A CITRUSBRA (2018) salienta a importância de entender que as taxas de fertilizantes dependem do solo e composição química das folhas, da variedade de citros, idade da planta e produção esperada e existem critérios que são utilizados para interpretações de análises químicas do solo e foliar. A análise química foliar tem sido usada especialmente para ajustar as taxas de recomendação de nitrogênio e micronutrientes. E assegura que é imprescindível corrigir a acidez do solo para que a planta encontre o equilíbrio nutricional necessário. Por sua vez, as raízes encontrarão condições propícias de desenvolvimento em solos não resistentes a sua penetração, com boa aeração e fertilidade.

Outro fator que contribui para aumentar a produção dos laranjais é a irrigação, pois o *déficit* hídrico do centro sul do estado ocorre no período de maior demanda hídrica dos pés de laranja. Desse modo, segundo Cintra (1997) mesmo com o grande potencial dos tabuleiros relacionado a topografia favorável, e a proximidade de centros consumidores, a má distribuição das chuvas associada aos horizontes coesos situados próximos a superfície e presentes em muitas classes de solo deste ecossistema, promove, com frequência, sérios problemas no suprimento de água para as plantas. No estado de Sergipe não é utilizado o sistema de irrigação (nem entre os entrevistados camponeses, nem nas fábricas), desse modo, as secas são muito mais sentidas nas plantações, esse é um dos fatores que podem contribuir para a diminuição na produção dos laranjais.

Neste contexto, no estado de Sergipe, a área plantada segue com um tamanho considerável (6,0% da área plantada do país), sem contudo, continuar a crescer na mesma proporção a produção (2,4%) (IBGE, 2017). Segundo a EMBRAPA (2016) 72% dos citricultores não fazem correção do solo e 76% não fazem a calagem, o que justifica a baixa produção que precisa da devida análise do solo, adubação e correção, que repercutem diretamente tanto na quantidade de frutos que produzirão quanto na longevidade destes.

Entre os principais tratos culturais dados ao plantio da laranja, vistos em campo, estão o cuidado com o mato crescente, por meio da gradagem e da limpeza da área com

enxadas e gadanhos, cultivos de outros plantios associados, principalmente na fase inicial da laranja, com a planta ainda jovem, estes servem também para diversificar a produção para o consumo interno, assim como, aumentar a renda vendendo nas feiras, é comum encontrar entre a plantação da laranja, a mandioca, o milho, o amendoim.

Dentre os entrevistados, nenhum dos camponeses de pequenas propriedades faziam a correção da acidez do solo com a calagem, alguns disseram saber da importância para aumentar a produção, mas que não tinham condições de investir tanto. As terras da Maratá e TropFruit fazem uso da correção do solo e os pomares são acompanhados por técnicos e agrônomos.

Segundo os produtores, é sabido que o uso da adubação no início do inverno (1kg) e no final do inverno (1 kg) aumenta a produtividade, contudo, o alto preço deste, junto aos outros custos, principalmente com o controle de pragas, os fazem não utilizar da maneira correta, desse modo, um camponês do município de Itabaianinha afirmou:

O preço da laranja não caiu tanto assim não, foi o custo que subiu. Adubo que era R\$ 50,00 aumentou para R\$ 115,00, são 10 sacos para fazer 2 toneladas de laranja, aí junta com a mosca negra que uma pulverização é R\$ 500,00, que muitas vezes uma só não dá conta, aí piora, fica mais caro. Vem mão-de-obra a R\$ 150,00. Esse custo alto que faz a gente querer sair da laranja (informação verbal³⁵).

Um entrevistado do município de Lagarto afirma “não uso o tanto de adubo que precisa pra aumentar de verdade a produção, porque é um risco de gastar mais que o que vou receber de volta” outro entrevistado do município de Umbaúba complementa “só coloco adubo quando tenho dinheiro de outra coisa, só da roça mesmo não dá não” (informação verbal³⁶).

No povoado Colônia Treze (município Lagarto) foi comum encontrar camponeses que usavam apenas o esterco e o trator na lida com a laranja “só bota adubo quando tem dinheiro, se gasta R\$ 4.000,00 numa safra, com adubo gasta R\$7.000,00, não tem condições” (informação verbal³⁷).

A produção dos pomares em geral foi considerada média pelos camponeses, muitos têm consciência que se houver cuidado maior com a terra, adicionar adubos suficientes e fazer a poda correta, terão mais frutos, mas as oscilações do preço no

³⁵ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 5).

³⁶ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 7).

³⁷ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 8).

mercado, a seca e, principalmente, a mosca negra, os deixam receosos quanto aos investimentos mais elevados. Sobre esses aspectos, um entrevistado afirmou:

Eu não invisto mais na minha plantação porque já estão velhos, o rendimento aqui é bem fraco, já estão com 30 anos. Mas se fosse pra arrancar tudo e colocar novos de novo, não sei se tinha essa coragem, não está valendo não. Com essa mosca negra, que não tem “remédio” que combata, investir muito pra depois perder tudo como tem acontecido por aí, não tem como, porque todo mundo da minha família é sustentado com o que a gente planta aqui, parte fica para nós, parte para vender, se tem muito prejuízo, não tem como sustentar a família [...] Essa mosca veio mesmo para acabar com tudo, 80% do pessoal aqui acabou o sítio de laranja (informação verbal³⁸).

Afirma o entrevistado do comércio agropecuário que os adubos mais usados pelos camponeses são a ureia no início do verão, e o 18x18³⁹ no início das chuvas, para plantas acima de seis anos, ou o 20x10x20⁴⁰, também no começo do período chuvoso, mas para pés de laranja mais novos. O preço desses adubos é em média R\$ 60,00 ou R\$ 70,00, contudo, afirmou o mesmo, que depois que fecharam a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN), estes estão caros demais, em torno de R\$ 110,00 e R\$ 120,00.

Levando em consideração que são quatro sacos de adubos por tarefa, e que são necessários, para uma boa produção, usar duas vezes ao ano, tem ficado insustentável para o pequeno produtor aumenta-la por meio das novas tecnologias, continuar com a plantação de laranja tem se tornado cada vez mais difícil.

Santana (2013) revela que em relação a assistência técnica, no estado de Sergipe, está restrita à transmissão de informações tecnológicas sobre fertilização, pragas, doenças e tratos culturais, e afirma que a pesquisa é estruturada de acordo com o que as instituições julgam melhor, e não são capazes de atender com abrangência e qualidade a todos os citricultores.

Neste sentido, nas entrevistas os camponeses se posicionaram de forma diferente em relação a assistência, variou de acordo com o município do entrevistado, em Itabaianinha, Umbaúba, Pedrinhas, Riachão, Arauá, disseram que nunca aparecem, “atendem muito bem no escritório, mas aqui não dão as caras, mesmo que morra

³⁸ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 8).

³⁹ Esses adubos vêm da indústria com as quantidades de nitrogênio, fósforo e potássio especificados, o quanto a terra necessitará dos mesmos é que deve ser analisada. No referido, são 18 percentuais de nitrogênio e 18 de fósforo. No 18x18 está subtendido o 00, que significa zero potássio.

⁴⁰ Percentuais de 20 de nitrogênio, 10 de fósforo, 20 de potássio.

chamando” (informação verbal⁴¹), os camponeses de Lagarto afirmaram que eles visitam sim, “não para acompanhar, mas para ensinar uma coisa ou outra, pouca coisa também. Pra dizer como tentar controlar a mosca sem o uso do veneno, por exemplo” (informação verbal⁴²).

Todavia, em nenhum dos municípios a assistência acompanha de perto os laranjais, no máximo, apresentam dicas de como fazer inseticidas caseiros para tentar controlar o maior problema da citricultura do estado de Sergipe atualmente, que é a mosca negra. Numa entrevista, o comerciante de produtos para a agropecuária, no município de Pedrinhas, afirmou:

Os produtores estão perdidos com essa mosca, usam muita coisa, caseira ou comprada em loja, mas não tem resultado não. Usam cal, urina de vaca com carrapato, e um veneno produzido pela Monsanto chamado Orthene, acreditam, por causa do nome, que é para combater a ortézia, mas não serve nem para a ortézia, nem para a mosca negra. Na embalagem vem dizendo que é para espantar insetos, mas na falta de um veneno que combata de fato, eles se pegam na esperança desses. Só que só fazem gastar, usam, controlam um tempo e volta tudo de novo. Estão perdidos, a produção caiu demais depois dessas doenças (informação verbal⁴³).

Entende-se, portanto, que para obter um rendimento satisfatório dos pomares, são necessários recuperação do solo, podas, insumos como fertilizantes, adubos, e também a irrigação. É imprescindível que a assistência técnica acompanhe o citricultor regularmente, que este permaneça inteirado das mudanças no modo de plantar, que saiba utilizar a tecnologia para o bem da plantação, e acima de tudo, que esta esteja a serviço de todos os citricultores e não de uma minoria.

5.2 A técnica e o processo de modificação genética da laranja

Um dos meios utilizados na revitalização da citricultura em Sergipe foi o processo de mudas criadas em viveiros telados. Através das sementes geneticamente modificadas, com o uso de fertilizante de liberação lenta (osmocote)⁴⁴, as mudas são produzidas com

⁴¹ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 38).

⁴² Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 1)

⁴³ Informação cedida por meio de entrevista ao negociante da loja de produtos rurais (Entrevista 15)

⁴⁴ Osmocote é um fertilizante de liberação lenta que utilizado junto ao substrato no período de semeadura, sustenta a planta por 12 meses.

baixo uso de agrotóxicos e outros produtos químicos, desse modo, obter-se-iam plantas mais resistentes a pragas, com maior produção e melhores frutos.

As etapas que as sementes passam até chegarem à fase de mudas, em ambientes telados, são: a semeadura, transplantio e enxertia. Na primeira, as sementes selecionadas (de limão cravo ou rugoso)⁴⁵ são postas em um tubo de ensaio junto ao substrato⁴⁶, ou a fibra de côco, e são colocadas em uma estrutura de ferro que as deixam elevadas a 30 cm do chão. São irrigadas diariamente e ficam por volta de 90 dias nos tubos, o caule desta planta é o chamado ‘cavalinho’ é a base para o enxerto, neste será introduzido a borbulha na próxima fase (transplantio) que inicia após a mudança do tubo para sacos plásticos, antes desta é necessário analisar se o cavalo é macho ou fêmea.

A identificação do macho ou híbrido e da fêmea é feita através da folha, o primeiro tem folhas mais estreitas que o outro. Todos os machos serão descartados, pois poderão ter resultado de pomares vistosos, porém não nascerão frutos, apenas as flores, segundo afirmou o trabalhador da estufa entrevistado.

Muitos produtores de mudas utilizam o substrato (Figura 06 à direita) junto ao osmocote para a obtenção do cavalinho. Alguns produtores estão mudando do substrato, que é um produto mais caro, para a fibra de côco (Figura 06 à esquerda), que segundo um dos entrevistados na estufa,

É muito complicado de ser usado, precisa encher um tubo de ensaio com a fibra, e com oito dias lavar tudo, tirar tudo, e colocar de novo, por causa do alto teor de sódio. Além da economia (só esse ano economizou R\$17.000,00), a planta cresce muito mais rápido. A gente coloca uma semente no substrato e oito dias depois coloca outra na fibra, com pouco tempo a que fez por último acompanha a que fez primeiro (informação verbal⁴⁷).

⁴⁵ Geralmente utilizam essas sementes em Sergipe, mas existem muitas outras como vucameriano, índia, entre outros.

⁴⁶ Substrato é um composto por uma mistura de casca de pinos queimada, adubo orgânico humificado, superfosfato, calcário e sulfato de zinco.

⁴⁷ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da estufa (Entrevista 10).

Figura 06 - Fotografia do Substrato e da fibra de côco



Foto: ANDRADE, A. C. S. N. de. Pesquisa de campo, 2018

No processo de transplântio, os pés de limão são migrados dos tubos para as sacolas plásticas, são utilizados mais adubos e substrato, ou a fibra de côco. Os sacos utilizados são de 3 ou 4 litros no intuito de obter uma quantidade maior de mudas no espaço do viveiro, no entanto, o ideal é de 5 litros, para que o sistema radicular possa ter mais espaço com mais galhos e maior produção. Nessa fase, passam mais 90 dias sendo observadas e cuidadas até que fiquem desenvolvidas e prontas para que ocorra a terceira etapa, a enxertia (Figura 07).

Figura 07 - Fotografia de pés de limão retirados do tubo de ensaio



Foto: ANDRADE, A. C. S. N. de. Pesquisa de campo, 2018

A enxertia é um processo de junção de plantas de uma mesma espécie, para multiplicação vegetativa, é uma importante ferramenta para aumentar a produção e distribuir ao longo do ano a oferta de frutos cítricos. A diversidade genética, afirmam os funcionários das estufas, também garante à planta a sobrevivência contra fatores bióticos e abióticos. Estas enxertadas dão frutos mais cedo, pois a copa não nasce na fase juvenil, como uma planta que cresça normalmente, sem o processo de enxertar.

Na produção da muda da laranja, se utiliza a técnica de enxertia por borbulha. Os instrumentos de trabalho utilizados no processo são: tesoura de poda, fita biodegradável e tesoura de enxertia. Contudo, como os trabalhadores que fazem o processo de enxertia ganham por produção, os mesmos compram uma faca pequena, cortam e amolam até ficar no molde de sua mão, desse modo, tem um melhor manejo. Para o início do processo é necessário escolher a planta para retirada da borbulha ou gema, a planta precisa estar saudável, livre das doenças comuns causadas por bactérias, vírus ou fungos (Figura 08).

Figura 08 - Fotografias das etapas do processo de enxertia



Foto: ANDRADE, A. C. S. N. de. Pesquisa de campo, 2018

Com o canivete limpo e bem afiado e com as mãos bem limpas, a gema e parte do lenho são retirados (a causa de insucesso muitas vezes é o manejo do canivete sujo e/ou não amolado, assim como as mãos suadas), no porta enxerto, com o canivete, faz uma abertura em formato de T invertido. A gema é introduzida até o limite do corte, e amarrada com a fita biodegradável, cerca de 17 dias retira esta.

Após 20 dias, decapitar o porta-enxerto 10 cm acima do ponto de enxertia, e mantê-lo livre de brotações laterais para evitar que o enxerto desenvolva ramos ou galhos. São também causas da falta de sucesso da produção das mudas, borbulhas desidratadas ou verdes, escassez ou excesso de chuvas, porta-enxerto incompatível, desfolhado ou desnutrido, a inexperiência do enxertador (SILVA e SOUZA, 2000).

Após a enxertia, são necessários de 120 a 150 dias para que a muda esteja pronta para o plantio, depois desse período é preciso plantar em até cinco meses, passado esse tempo não consegue bons resultados.

Os adubos utilizados ao longo do processo de produção de mudas são: sulfato de potássio (R\$ 60,00), sulfato de magnésio (R\$ 70,00) cloreto de potássio (R\$ 70,00), nitrato de cálcio (R\$ 50,00), MAP (R\$ 130,00), 18x18 (R\$ 75,00) esses adubos são misturados numa caixa de água de 3 mil litros (Figura 09) nesta apresenta um motor que quando ligado ajuda na mistura.

Figura 09 - Fotografia do material utilizado no preparo do fertilizante para mudas em estufa



Foto: ANDRADE, A. C. S. N. de. Pesquisa de campo, 2018

O gasto na produção das mudas teladas é elevado. Segundo o proprietário de uma das estufas, para produzir 3.000 mudas gasta em média R\$95.000,00 (Tabela10) e este espera do governo posições mais enérgicas em relação as mudas de céu aberto.

Tabela 10 - Gastos na produção de 3.000 mudas em viveiros telados, Sergipe, 2018

Produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Substrato + Osmocote	1	20.400,00	20.400,00
Sacolas	3.000	1,20	3.600,00
Enchimento	1	1.350,00	1.350,00
Soros	1	6.000,00	6.000,00
Plástico	1	160,00	160,00
Energia	12	140,00	1.680,00
Semente	1	750,00	750,00
Adubo de fértil	1	2.800,00	2.800,00
Trabalhadores fixos (2)	12	1908,00	22.896,00
Trabalhadores para enxertia (8)	8	562,50	4.500,00
Trabalhadores para a borbulha (8)	8	562,50	4.500,00
Trabalhador para o tombamento	1	600,00	600,00
Produção do cavaleiro	1	24.000,00	24.000,00
Total			93.236,00

Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2018

Com base nos valores obtidos através da entrevista com proprietário do viveiro, percebe-se que é necessário dispor de um capital elevado para a produção das mudas, por isso também, estas são vendidas por um valor elevado no mercado, em média R\$ 6,00. Na compra de 10.000 pés o valor somente das mudas são R\$ 60.000,00, assim, entende-se o porquê da dificuldade do camponês em adquirir dos viveiros telados. Por outro lado, os proprietários dos viveiros reclamam dos governantes do estado de Sergipe,

O governo não ajuda, não liga pra nada. O projeto de revitalização da citricultura iniciou no Governo de João Alves, eles pagavam metade e o comprador metade do preço, o que sobrava de mudas, pra não perder, eles doavam também, mas hoje não, hoje nem fiscalizar, fiscalizam... Nossas vendas caíram muito porque as mudas a céu aberto são metade do preço (informação verbal⁴⁸).

Cerca de 70% das vendas das mudas vão para o estado da Bahia e os proprietários dos viveiros tentam inovar com mudas para o plantio em sítios, com plantas ornamentais para jardins e usam da criatividade como plantas com três borbulhas diferentes em um mesmo cavalo, que produzirá diferentes frutos num mesmo pomar, como o limão siciliano, tangerina pokan, laranja lima.

Pode-se perceber que as doenças, bem como, a ausência de pesquisas voltadas para a terra e pomares e falta de acompanhamento técnico tem levado ao prolongamento

⁴⁸ Informação cedida por meio de entrevista ao proprietário da estufa (Entrevista 11).

da crise, que não concentra-se apenas nos pequenos produtores de laranja, mas também com os produtores de mudas. O projeto de revitalização não trouxe bons resultados para o pequeno produtor, nem para os ‘escolhidos’ para adquirir o crédito e investir em estufas, pois o Estado retirou-se do circuito da produção enquanto agente hegemônico e deu espaço para as empresas territorializar-se e ditar as regras.

5.3 A laranja na indústria

No estado existem três indústrias de suco: a Maratá e TropFruit em Estância, e a Sumo em Boquim. As duas primeiras possuem plantações de laranja próprias, mas que não suprem a quantidade necessária a produção, por isso, faz-se necessário a compra de laranja fora da propriedade. A Sumo, terceirizou a parte da produção de suco de laranja, e atualmente, ainda é a indústria que mais compra de camponeses, mesmo que por meio de atravessadores.

Em entrevista com o gerente da Maratá, este afirmou que a laranja comprada no estado é pouca, cerca de 80% é proveniente do estado da Bahia, em especial do município de Rio Real. Mencionou também sobre o potencial de crescimento da citricultura em Inhambupe, principalmente pela abundância em água subterrânea que fora descoberto e que o plantio com irrigação neste município baiano irá torna-lo um grande potencial citricultor.

Segundo o gerente, a laranja comprada pela indústria em Sergipe, não é proveniente dos camponeses, pois atualmente quem consegue sustentar a laranja em boas condições no estado, são os médios e grandes produtores e assegura que a falta de investimento do Estado é o grande vilão da citricultura sergipana, “os pequenos tentam de tudo, até óleo de comida passam nos pés de laranja a fim de conter a mosca, mas é preciso muito mais que um ‘remédio’ de conter a praga, é necessário mais apoio e assistência” (informação verbal⁴⁹).

A indústria Maratá produz em média 12.000 T de suco de laranja concentrado e congelado (SLCC) e exporta, principalmente para os Países Baixos no continente europeu, gastando em média 14 dias de transporte marítimo até o destino. O SLCC é transportado por via terrestre de Estância até Salvador, onde é embarcado pelo porto desta cidade.

⁴⁹ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da indústria (Entrevista 16)

O custo de produção é por volta de R\$ 320,00 por tonelada de fruta, se produzida em sequeiro, porém, caso a produção seja com irrigação aumenta para R\$ 450,00. O frete pago pela tonelada da fruta *in natura* vinda da Bahia é de R\$ 30,00 e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é no valor de R\$380,00. O entrevistado afirma que, “para nós seria mais viável comprar a laranja do próprio estado, porque não há cobrança de ICMS aqui dentro, mas precisamos comprar de fora e encarece” (informação verbal)⁵⁰.

Neste contexto, o investimento na citricultura do estado seria também importante para a indústria, ao passo que comprariam a laranja com preço mais acessível, sem o pagamento de frete a longa distância e sem o pagamento do ICMS. Além disso, outro entrevistado da indústria assegura que “caso a Bahia monte uma indústria de ponta, ou que a indústria próximo a Nova Soure funcione dentro da capacidade esperada pelo investimento que foi feito, a gente aqui de Sergipe tem que fechar as portas” (informação verbal⁵¹).

A outra indústria localizada em Estância, a TropFruit, foi fundada em 1988, também destina toda a sua produção a exportação, através do porto de Salvador. A indústria é instalada em 300.000 m², área construída de 18.000 m² e composta de 306 trabalhadores. Apresenta 14 extratoras para a produção de sucos cítricos, capacidade de produção de 300.000 toneladas ao ano, além da produção de abacaxi e maracujá, e mais,

A TropFruit adquire parte das laranjas processadas em pomares de um de seus sócios, cerca de 30% da capacidade da produção. Mas também de fornecedores cadastrados nas regiões produtoras de Sergipe e Bahia. As frutas são recebidas em caminhões a granel ou em caixas, as quais são devidamente analisadas dentro do mais rigoroso processo de determinação do grau de maturação e rendimentos para uma perfeita obtenção de sucos (TROPFRUIT, 2018).

A procura intensa do suco de laranja no mercado internacional fez com que o Estado aumentasse os investimentos na citricultura e especializasse no centro-sul de Sergipe. As indústrias, nas décadas de 1970 e início de 1980, monopolizavam a produção, que era composta, em sua maioria por camponeses pequenos e médios (LOPES, 2009).

Na década de 1990, quando inicia a crise na citricultura sergipana, o Estado havia reduzido sua participação enquanto agente hegemônico do processo e as empresas territorializam seu capital, investindo em compra de terras e grandes produções da laranja

⁵⁰ Informação cedida por meio de entrevista ao gerente da indústria (Entrevista 16)

⁵¹ Informação cedida por meio de entrevista ao gerente da indústria (Entrevista 17)

in natura, segundo entrevistados da indústria, estes possuem terras na Bahia e em Sergipe. Contudo, essas laranjas não são suficientes, necessitando à indústria comprar laranjas da Bahia, o que leva o industriário a ficar também insatisfeito com o Estado.

Um dos trabalhadores da indústria, questionado a respeito da melhoria, ou não, do plantio feito nas terras da indústria, respondeu sobre a falta de acompanhamento do plantio camponês por empresas que estão em constantes pesquisas na citricultura, “a exigência internacional com o pouco uso de agrotóxico associado a mosca negra e a tentativa de acabar com esta a qualquer custo por parte do pequeno produtor fez a laranja deles sair do padrão exigido” (informação verbal⁵²).

Entretanto, mesmo em constante crise, a Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRI) (2017) afirma que Sergipe ainda representa destaque nacional nas exportações do agronegócio e desponta no Nordeste brasileiro como segundo estado a apresentar esse crescimento. Segundo dados dos Ministérios da Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Agricultura e Pecuária (MAPA), o registro foi de 9,7%. A cultura que mais se destaca nesse *superávit* é a laranja, sendo Sergipe o quinto maior produtor do país.

É notória a diminuição da participação do campesinato na citricultura, muitos fizeram a erradicação dos pomares, outros apenas seguem colhendo as poucas laranjas, sem investir em insumos, esperando chegar o momento de fazer a extração também. No entanto, as indústrias têm crescido a área de seus plantios no estado e a compra de laranja da Bahia, o que justifica o *superávit* nas exportações do suco.

5.4 Os círculos de cooperação e os agentes hegemônicos

Para que haja a produção, distribuição, troca e consumo, nesse momento de crescente especialização produtiva dos lugares, em que a matéria prima, a indústria, a mão de obra e o mercado consumidor, possibilitados pelo desenvolvimento dos transportes, da comunicação, política de Estados e empresas, aumento do fluxo material e imaterial estão cada dia mais distanciados, é necessário, para o capitalismo, que os círculos de cooperação atuem no sentido de organizar a dinâmica do espaço fazendo com que tenha uma maior acumulação do capital.

⁵² Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da indústria (Entrevista 18).

Ao mesmo tempo em que as fases do processo do circuito produtivo estão espalhadas pelos continentes, estão também cada vez mais articuladas por normas, criação de leis e diversos padrões que são estabelecidos pelas empresas por meio de novas técnicas, tecnologias, informações, capitais, o que torna claro a importância dos fluxos imateriais para o circuito espacial de produção nos moldes atuais.

Compreender o circuito espacial de produção e os círculos de cooperação é apreender a unicidade do todo, a interdependência entre os lugares, bem como, o movimento existente. Não está apenas atrelado à produção em si, mas ao espaço geográfico, a acumulação de tempos históricos dos lugares, confronto de normas internas com regras externas e com a complexa relação Estado e empresas internacionais. Castillo e Frederico asseguram:

os círculos de cooperação no espaço, tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas, da produção (CASTILLO E FREDERICO, 2010, p.464 – 465).

Nos circuitos espaciais são constituídos vários círculos de cooperação com o objetivo de articular os espaços produtivos, estas cooperações podem ser, segundo Castillo e Frederico (2010) entre as empresas; entre empresas e poderes públicos locais, regionais e nacionais; entre empresas, associações e instituições etc. Contudo, é preciso analisar as particularidades dos círculos de cooperação estabelecidos e as respectivas escalas de poder dos diferentes agentes.

Assim como é de suma importância analisar a logística presente no circuito, através desta, permitir-se-á a compreensão do movimento, a articulação dos processos de todas as fases e todas as escalas pelas grandes empresas, como também, o entendimento de quais condições materiais perpassam os circuitos, como infraestrutura, técnica, tecnologia, além do tipo de regulação política, a identificação da hierarquia entre os lugares, enquanto uns produzem, outros possuem a gerência política da produção, pois, Castillo e Frederico afirmam:

Cada lugar abriga, ao mesmo tempo, diferentes etapas de diversos circuitos espaciais produtivos, permitindo: 1) confrontar a configuração territorial pretérita com os novos arranjos espaciais produtivos; 2) avaliar o papel das densidades normativas, inclusive as solidariedades institucionais e as relações de conflito e cooperação entre as diversas

escalas do poder público; 3) identificar a hierarquia entre os lugares e as diversas temporalidades coexistentes (CASTILLO E FREDERICO, 2010, p. 466).

Portanto, a logística diz muito sobre o circuito produtivo e é preciso analisá-la para compreender como estão articuladas as etapas do mesmo. Em relação aos produtos agrícolas, a logística envolve um número grande de agentes, faz-se necessário o uso de regras, planos, programas e leis para facilitar a circulação das mercadorias. No Brasil, os governos Federal e estaduais desenvolvem programas no sentido de organizar o escoamento da produção.

Em países como o Brasil, de grande extensão territorial, consequentemente, distanciamento da produção dos principais portos, são necessários investimentos maiores em circulação. As áreas de maiores produções do país são também as que recebem mais investimentos, tanto do setor público, como do setor privado, no sentido de encurtar esse distanciamento através de melhorias no transporte, na comunicação, no tipo de armazenagens da produção, do acesso a novas pesquisas, novas tecnologias e ao crédito.

Além disso, Castillo e Frederico (2010) afirmam que em função de uma maior eficiência e fluidez da produção foram criadas normas e leis, como a lei de Modernização dos Portos, a Lei Kandir que desonera a exportação de produtos primários, foram/são liberados ferrovias e hidrovias para atender a iniciativa privada, novas normas para acesso ao crédito, como a entrada de novos agentes no financiamento da produção, bem como, ao seguro agrícola, zoneamento de risco climático, parcerias entre agentes públicos e privados para a construção e pavimentação de rodovias.

A cada nova implantação de normas e técnicas, são necessários também novos círculos de cooperação com seus agentes, que envolvem o território nacional e todos os envolvidos no processo, como diversos Estados, empresas e instituições financeiras internacionais. Os agentes envolvidos se inserem de diferentes maneiras no circuito de produção, através da abertura de novas estradas, do beneficiamento dos frutos, do transporte, da concessão de créditos, aplicação financeira em bolsa de valores. Os que conseguem controlar a circulação dos produtos são os que possuem o maior poderio dentro daquela produção.

“A intermediação das relações estabelecidas entre os subespaços dispersos constitui-se passo fundamental para a concretização de práticas hegemônicas” (SILVA, 2014, p. 158). Nesse sentido, as grandes corporações são agentes privilegiados dessas intermediações e articulações, que tem como base a expansão dos sistemas de

telecomunicação e transporte, este último atrelado à circulação, que é um campo de ação estratégica do Estado e das grandes empresas, que viabiliza maior acumulação do capital.

Ao Estado, grande agente hegemônico do circuito espacial, cabe a criação e regulamentação de normas, que modificam as relações de trabalho existentes, em prol das grandes empresas, além de investimentos, repasses, financiamentos de pesquisas, assim como também estruturar a região para maior fluidez da produção, pois estas não estão interessadas em imobilizar parte do seu capital, o interesse é abocanhar os melhoramentos que provêm da infraestrutura física e social que os Estados nacionais constroem, financiados por toda a sociedade.

Desse modo, o dinheiro público contribui em grande medida para o aumento da taxa de lucro das grandes empresas, pois investe uma alta parcela de capital constante em lugar dos grupos privados, que usufrui da base material custeada pelo dinheiro público. Além das estradas para o escoamento da mercadoria é necessário que sejam desenvolvidas atividades comerciais, divulgação dos produtos e o armazenamento, que é ainda mais dificultoso em caso de alimentos perecíveis e requer mais subsídios estatais.

Dentre os círculos de cooperação para o circuito espacial da laranja pode-se citar empresas que lidam com pesquisa e melhorias do solo, assim como, para os pomares de laranja, tornando-os mais resistentes às pragas, e/ou mais produtivo, além da assistência técnica ao produtor, das pesquisas junto às universidades, do acesso à tecnologia da comunicação, que une as grandes distâncias do circuito espacial mundializado. As associações de produtores, assim como as cooperativas, são também elos cooperadores para a unicidade do circuito e bom andamento do mesmo.

Contudo, estes círculos de cooperação no estado de Sergipe estão cada dia mais enfraquecidos, as cooperativas com poucos associados e muitos desacreditados, as associações não funcionam como deveriam, alguns mantêm o pagamento, outros preferiram se desligar, não tem reuniões, nem melhorias.

A Universidade Federal de Sergipe (UFS) junto ao Instituto Federal de Sergipe (IFS), Ministério Público do Trabalho e Emprego (MPTE), SEAGRI e Fundacentro, produziram, em 2015, um relatório apresentado no Fórum sobre as condições de saúde dos ambientes de trabalho na citricultura de Sergipe, que diz respeito a preocupação com a saúde do citricultor devido ao uso dos agrotóxicos, o intuito deste foi apresentar à sociedade a problemática, alertar ao governo do estado para que possam tomar medidas para minimizar os problemas e ainda convencer o produtor que venenos não são o melhor caminho. Recentemente, em 2019, a universidade junto às autoridades de municípios

citricultores reuniu-se para estabelecer diretrizes para o fortalecimento da citricultura no estado, numa tentativa de revitalizar a citricultura.

Os círculos cooperam para o melhor entrelaçamento do circuito, estes podem ser internacionais, nacionais, regionais ou locais, como exemplo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), círculo de cooperação que tem relação com outros círculos e funciona como um elo de ligação entre os países através das normas que estabelece para facilitar os acordos entre estes. Organiza conferências, reuniões técnicas e consultorias de especialistas, trabalha em parceria com agências do Sistema da Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, Missão Europeia, Fundo Global para o Desenvolvimento (GEF), Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), entre outros. No Brasil, trabalha com a sociedade civil como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Universidades e outras organizações.

O Fundo de Defesa da Citricultura (FUNDECITRUS) também é um círculo de cooperação, entidade de monitoramento de pragas e doenças com pesquisas mundialmente conhecidas. Fundada por citricultores e indústrias em 1977, conseguiu ao longo de sua história estabelecer uma relação de cooperação entre a iniciativa privada e o poder público e tornou-se uma das instituições de pesquisa mais respeitadas do mundo. Trabalha no desenvolvimento de pesquisas com orçamento privado, mais eventuais verbas que obtenha do governo federal e mais parcerias com universidades e institutos de pesquisa no Brasil e no exterior (FUNDECITRUS, 2018).

E ainda, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que se destaca nas ações voltadas aos camponeses, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); compras institucionais, por meio de chamadas públicas, para distribuição de alimentos a grupos específicos; apoio a projetos que contribuam para o fortalecimento social e econômico de organizações produtivas rurais de base familiar; e o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) (CONAB, 2017).

Em meio aos principais órgãos que pesquisam e procuram viabilizar o fortalecimento da citricultura no Brasil e no estado de Sergipe está a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que também é um círculo de cooperação e busca um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, que supere as barreiras

de produção de alimentos. Em Sergipe, tem sede em Aracaju, onde funciona a área Técnico-Científica, pesquisas, laboratórios e salas de treinamento. Além de sua sede, conta com uma Unidade de Execução de Pesquisa e Desenvolvimento (UEP) em Rio Largo, Alagoas, campos experimentais nos municípios de Frei Paulo, Nossa Senhora das Dores, Itaporanga d'Ajuda e Umbaúba, em Sergipe, uma área experimental em Propriá, também em Sergipe e outra em Penedo, Alagoas.

Diante do atual cenário de baixa produtividade dos laranjais em Sergipe, e considerando a disponibilidade de novos cultivares oriundos de programas de melhoramento genético da Embrapa Mandioca e Fruticultura e de outras instituições, foi implantado em 2008, no campo experimental da Embrapa Tabuleiros Costeiros, no município de Umbaúba, uma área experimental para estudar a introdução e a adaptação de cultivares de citros às condições ambientais da região. Nesse sentido, o projeto visou avaliar o comportamento vegetativo e produtivo das cultivares copa, visando à identificação de cultivares com características agronômicas e comerciais superiores (EMBRAPA, 2013).

A Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) também faz parte da cooperação que viabiliza a produção citricultora, criada no ano de 1962 com a denominação de ANCAR-SE passando, posteriormente, a receber ao longo dos anos denominações outras: EMATER-SE, EMDAGRO, DEAGRO e atualmente EMDAGRO.

Na década de 1990 o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural foi desestruturado em todo o país e extinguiu algumas instituições estaduais prestadoras do serviço. Em abril de 2015, a EMDAGRO publicou um fórum em defesa da citricultura, na pauta de reivindicações deste estava:

a criação de uma Câmara setorial da citricultura no Estado; a continuidade do Programa de Produção e venda subsidiada de mudas de laranja com acompanhamento da assistência técnica; ampliação do apoio do governo do estado às organizações voltadas para a comercialização nos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); a continuidade ao Programa de Diversificação da Fruticultura; a Criação de um programa de capacitação e mão-de-obra; articulação junto às instituições financeira para viabilizar a liberação de crédito; apoio aos citricultores na renovação de dívidas junto aos agentes financeiros; isenção da agricultura familiar ao pagamento do ICMS; incentivo à produção orgânica e agroecológica; estruturação de unidades de produção de citros (estufa) para transformá-la em produção de hortaliças; incentivo à organização dos produtores, através da criação de uma Câmara Setorial da Citricultura; a reestruturação do atual do Centro de Treinamento Sarah Brandão em Boquim,

transformando-o em Centro Regional de Desenvolvimento da Fruticultura; dentre outras (EMDAGRO, 2015, p. 01).

Os órgãos de pesquisa no campo são colocados para o produtor, como atuantes no sentido de melhorias do plantio e da condição do produtor. No entanto, Santos (2009, p. 150) assegura que estes são “fundamentais na criação e difusão de verdadeiros pacotes tecnológicos”, muitas vezes são a via de acesso que as empresas necessitam para introduzir no campo os novos insumos do mercado, sejam estes benéficos ou não, à saúde do citricultor e/ou consumidor.

Outra empresa que atua no campo e que representa uma ponte entre os anseios dos camponeses e recursos do governo do estado é a Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe (PRONESE), tem como objetivo criar programas voltados à promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável, visando a inclusão pela renda. Por meio da PRONESE foram investidos do governo do estado R\$ 3,4 milhões no município de Salgado para os assentados em geral, principalmente que lidam com a laranja; são elaborados planos de créditos fundiários, faz a intermediação de aquisição de propriedades, assim como, mobilizam os camponeses para assinaturas de contrato com os bancos (PRONESE, 2015).

Para uma boa produção da laranja é necessário irrigação, em períodos de grande seca a produção cai drasticamente, por isso, empresas que lidem com a irrigação fazem parte do círculo de cooperação do circuito da citricultura, em Sergipe tem destaque a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO), é um órgão vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRI), e a maior empresa pública em irrigação e perfuração de poços no estado.

A COHIDRO fornece água para irrigação dos cultivos nos lotes e também assistência técnica rural, é responsável por seis perímetros irrigados, que produzem alimentos variados, tais como: batata-doce, quiabo, milho, cana-caiana, inhame, macaxeira, maracujá, goiaba, tomate, pimentão, alface, coentro, cebolinha, mudas de laranja, e outros. Os perímetros estão localizados nos municípios de Itabaiana, Canindé, Tobias Barreto, Lagarto e Malhador. O perímetro de Lagarto (perímetro irrigado do Rio Piauí) atua na produção das mudas de laranja em viveiros telados, que faz parte do projeto de revitalização da citricultura.

Dentre algumas das competências da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca (SEAGRI) estão capacitar mão-de-obra para o setor

primário, estimular o associativismo e a colonização, prestar serviços de assistência técnica e extensão rural, realizar pesquisa, gestão de políticas governamentais dirigidas ao desenvolvimento do agronegócio, desenvolver processos de irrigação e drenagem, apoiar o processo de Reforma Agrária, em articulação com o Governo Federal (SEAGRI, 2011).

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CODISE), é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia, SEDETEC. É a principal fomentadora e executora de políticas e programas para o desenvolvimento industrial, de recursos minerais, do comércio, de serviços, da ciência e tecnologia, assim como, apoia os planos de programas nas áreas de empreendimentos turísticos, de agronegócios e aquicultura do Estado de Sergipe.

Através da CODISE a empresa tem acesso a assistência técnica para alavancar recursos financeiros a baixo custo junto à rede bancária, incentivos fiscais, locacionais e infraestruturais. O investimento do Governo de Sergipe na produção de alimentos e bebidas, tem relação com a abrangência desses setores, como interligação destes a outros setores, como o agrícola, o de serviços e o de insumos, aditivos, fertilizantes, agrotóxicos, bens de capital e embalagens. Com o incentivo às indústrias que apostam nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, o estado de Sergipe abriga hoje uma gama de indústrias de qualidade internacional, como a Maratá (genuinamente sergipana), Duas Rodas, Tropfruit, Serigy, Mabel, Fabise, Ambev, Indaía, Natville, Betalac (Grupo Betânia), Arumã Embalagens (Grupo Crown), entre outras (CODISE, 2018).

Os institutos, organizações, secretarias, ministérios, fundações, sindicatos que na grande maioria das vezes estão associadas ao Estados (agente hegemônico), são círculos que cooperam para o melhor andamento dos circuitos de produção, funcionam como elos de ligação da produção-distribuição-troca-consumo que mundializou-se, além dos círculos de cooperação, os agentes hegemônicos participam do circuito de modo a unir também, através, principalmente, do Estado, e das grandes instituições, que liberam o crédito, criam leis e regras, e das políticas de funcionamento, entre outros.

5.4.1 O crédito rural

O sistema de crédito atua em parceria com o capital para a sua expansão. Santana (2016) afirma que os empréstimos são grandes aliados do desenvolvimento do

capitalismo, pois é incentivador do consumo, participando ativamente do processo de circulação da mercadoria. O crédito é necessário para o constante crescimento do modo de produção capitalista.

Nos créditos concedidos em diferentes áreas, não são utilizadas as mesmas taxas de juros, sendo assim, para finalidades diferentes as taxas de empréstimo variam, pois, o pagamento ao banco para a compra da casa própria, é diferente das taxas cobradas para a aquisição de insumos para terras, ou para uma grande indústria.

Em pesquisa de campo ao Banco do Brasil colheu-se os dados relativos aos créditos que são cobrados a partir das seguintes taxas: crédito rural 6% ao ano pelo Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (Pronamp)⁵³ e 7% ao ano (demais). Taxas Habitação: linha FGTS de 5% ao ano (Minha Casa Minha Vida) e de 7,7% ao ano (sem desconto). Linha Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) de 8,4% ao ano. Empresarial: para novas empresas, com tempo de faturamento menor que 12 meses, não existem linhas de crédito disponíveis, somente a partir de 1 ano, as taxas são de 0,83% ao mês, nominal de 10% ao ano.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1994 e significa, de certa forma, uma conquista para o homem do campo, que passou a ter um crédito específico, junto ao banco. Contudo, para conseguir esta linha de crédito é necessário ter a escritura da terra, está com o Imposto Territorial Rural (ITR) em dia, e fazer o recadastramento no INCRA e estas exigências bancárias têm sido as dificuldades encontradas pelos camponeses para adquirir o empréstimo. Até porque,

Há 200 milhões de hectares sobre os quais o cadastro do INCRA não possui qualquer informação. As terras cadastradas referem-se a somente 650 milhões de hectares. Assim, delineia-se um campo de lutas em torno do Programa de Cadastro de terras e regularização fundiária que vem sendo realizado, e da definição de categorias cadastrais que sejam capazes de reconhecer e legitimar tal diversidade de formas de apropriação (MARQUES, 2008, p. 61).

O Agroamigo⁵⁴, atende as famílias que se enquadrem no PRONAF, com exceção dos grupos A e A/C, possuem agentes de microcrédito que atendem os clientes na própria

⁵³ Para conseguir o financiamento é necessário que seja proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; Tenha, no mínimo, 80% de sua renda bruta anual originária da atividade agropecuária ou extrativa vegetal; e que possua renda bruta anual de até R\$ 2 milhões, considerando a soma das rendas provenientes da atividade agropecuária e demais rendas não agropecuárias.

⁵⁴ O Agroamigo é um Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste que concede empréstimos ao agricultor(a) familiar do Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

comunidade. Para a família se enquadrar nas exigências, é preciso ter renda anual de até R\$ 23.000,00 e o empréstimo concedido é de até R\$15.000,00.

O crédito rural ao longo dos anos apresentou várias roupagens com vários nomes de programas em Sergipe, sendo alguns estaduais e outros federais, tais como: Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (MODERAGRO), Programa de Incentivo à Irrigação e a Armazenagem (MODERINFRA), Programa para a Redução da Emissão dos Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC), Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de valor à produção agropecuária (PRODECOOP), Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), entre outros.

Esses programas de investimento disponibilizam recursos, cada qual com suas finalidades, seja para tratores, irrigação, melhorias das fábricas e dos pés de laranja, até infraestruturas de estradas, etc. Franco (2011) afirmou que a citricultura ganhou um espaço inédito no plano safra 2011/2012, ao tratar de uma linha que financia a estocagem do suco de laranja. Todavia, mesma autora, dois anos depois, diz que muitos donos de laranjais no estado de São Paulo estavam pedindo linha de crédito ao Governo Federal para sair da citricultura e investir em outras culturas, tais como o trigo.

Segundo a FAESP (2013), uma das medidas de apoio à citricultura é o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP I) que é um crédito de custeio. Neste, os produtores de laranja solicitam a elaboração de projeto técnico para obtenção de financiamento de custeio junto ao Banco do Brasil. Trata-se do Projeto Custeio Emergencial para a Citricultura Paulista, aprovado pela Deliberação CO-8/12 e cujo prazo de solicitação foi prorrogado pela Deliberação CO-23/12. O teto de financiamento é de até cem mil, por tomador, com juros de 3% ao ano e prazo de pagamento em até 60 meses, inclusa carência de até 12 meses. O cronograma de reembolso é realizado em parcelas anuais, após o período de carência, de acordo com a capacidade de pagamento estabelecida no projeto técnico. Essa linha conta com aporte de recursos disponíveis de R\$ 15.000.000.

O FEAP II (prorrogação de dívidas), diz que o prazo para solicitação de prorrogação de dívidas dos citricultores junto ao FEAP, em razão das dificuldades de comercialização da safra 2011/12, estendeu-se até 28 de fevereiro de 2013. A prorrogação

foi concedida pelo prazo de até um ano após o vencimento da última parcela prevista no cronograma de reembolso, para as operações em situação de adimplência em 31 de dezembro de 2011, vencidas e vincendas entre 1º de março de 2012 e 28 de fevereiro de 2013, com os mesmos encargos financeiros pactuados no contrato original. A medida aprovada pela Deliberação CO-9/12 dispensa o banco da análise caso a caso para comprovação da incapacidade de pagamento do produtor (FAESP, 2013).

Comprovada a incapacidade de pagamento do produtor por dificuldades de comercialização, o pagamento do custeio de laranja poderá ser em até cinco parcelas anuais. As parcelas de operações de investimento ou de custeio, prorrogado em anos anteriores, poderão ser pagas um ano após o vencimento da última parcela prevista no contrato atual.

As culturas permanentes necessitam de um capital inicial maior, em decorrência da grande espera para começar a dar frutos, contudo, essas também conferem maiores rendas. As oscilações nos preços da laranja, do clima, das longas secas no Brasil, geadas na Flórida, bem como, a falta de acompanhamento técnico, de pomares de laranja velhos, terra de tabuleiros pouco férteis e das doenças como o cranco cítrico, ortézia e mosca negra, fazem com que, muitas vezes, o citricultor busque apoio financeiro.

No estado de Sergipe, segundo Pinto (1996) a laranja era direcionada ao mercado *in natura* e desde a década de 1980 passou a ser destinada, em sua maior parte, para a indústria, com um percentual bastante significativo, de 6,7 % em 1980, para 65% em 1985, no que se refere ao total produzido no estado. Esse crescimento está atrelado à participação no valor do crédito rural total, com o qual a citricultura em Sergipe foi bastante beneficiada, e em 1989, foi a principal recebedora de crédito, chegando a aproximadamente 58% do total de crédito e dos quais 63% foram destinados à agricultura (MATOS, 1994).

No entanto, mesmo o montante de recursos direcionados para o financiamento rural tendo crescido de forma ordenada no Brasil, inclusive com crédito específico para a citricultura, não é um percentual elevado de produtores que utilizam do mesmo. De acordo com Ferreira e Barbosa (2015), a maioria dos citricultores do estado de Sergipe não haviam feito empréstimo algum e, tampouco, participavam dos programas de governo, o que evidencia que o crédito rural não atinge todos os camponeses. Existem vários motivos que levam a essa falta de acesso ao crédito, ainda que:

Nas últimas duas décadas, apesar da disponibilidade de recursos por meio de acordos com as instituições financeiras entre elas: Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Estado de Sergipe (BANESE), muitos citricultores, por não acreditarem mais no setor ou por estarem bastante endividados não procuravam as instituições financeiras. Isso foi agravado também com o aumento da burocracia no refinamento de dívidas. Muitos produtores também não quiseram colocar em risco seus recursos financeiros (especialmente a terra) diante da incerteza dos resultados vivenciados pela crise da citricultura e também esperados pelo programa de revitalização (SANTANA, 2013, p. 105).

A produção de laranja do estado vem enfrentando dificuldades para manter os patamares de produção alcançados nas décadas de 1980/90. Apesar de ser um importante produtor, o estado apresenta considerado *déficit* tecnológico em todas as etapas da produção, da colheita, do beneficiamento e transporte. Fatores que interferem na vantagem competitiva da comercialização, na efetivação de um mercado justo e seguro, assim como, na organização dos produtores. Não obstante, a citricultura sergipana tem como base esse mesmo citricultor, que veste e alimenta milhares de pessoas e que busca a superação das limitações produtivas existentes na produção da laranja.

Muitos camponeses declararam em entrevista que fizeram empréstimos há um tempo, mas não renovaram, pelo fato de acreditarem não valer a pena, “o negócio no campo é desincerto, a gente pensa uma coisa, dá outra, e depois fica aí devendo, gosto não” (informação verbal⁵⁵), outros que fazem empréstimos com frequência “gosto de empréstimo sim, acaba um começo outro” (informação verbal⁵⁶). A maioria não sabe informar o nome do crédito, mas os que souberam responder, disseram que pegavam o Agroamigo:

Peguei o Agroamigo, que era no tempo que peguei, para pegar R\$ 10.000,00 e pagar R\$ 7.000,00, mas quando a moça foi renovar a DAP⁵⁷, colocou a DAP V, que o dinheiro é alto, os juros muito alto, aí não quis mais não. Dever muito dinheiro é coisa ruim. E aquele monte de dinheiro ali na frente, vai rápido também, quando você menos espera está só a dívida” (informação verbal⁵⁸).

⁵⁵ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 36).

⁵⁶ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 7).

⁵⁷ A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é uma comprovação de enquadramento do agricultor como pequeno produtor. É indispensável para acesso a políticas públicas como o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos, Merenda Escolar e Habitação Rural, além de ser um documento que comprova o trabalho agrícola e facilita no processo de aposentadoria.

⁵⁸ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 8).

As linhas de crédito concedidas aos produtores do campo trazem em si relações contraditórias. A maioria destas é destinada a grandes fazendeiros, sendo, desse modo, o Pronaf, de certa forma, foi uma conquista para os camponeses, pois este é destinado aos pequenos produtores, contudo, a burocracia, principalmente em torno do credenciamento das terras ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tornou o empréstimo ainda mais distante da realidade campesina, por outro lado, quando se consegue realiza-lo, a falta de acompanhamento técnico, e de um direcionamento sobre os gastos, os fazem permanecer apenas com mais dívidas.

5.4.2 As Cooperativas

Quando idealizadas, as cooperativas tinham como objetivo o bem comum, com distribuição de bens, lucros, vantagens e desvantagens de forma igualitária. Todos os envolvidos seriam beneficiados, e desse modo, conseguiriam ultrapassar as dificuldades do mercado, a precarização no trabalho e o problema da circulação via atravessadores, seria uma junção entre os principais envolvidos (os produtores) que objetivavam benefícios de forma geral.

As cooperativas passaram a ter maior relevância a partir da implantação das colônias de imigrantes no Sul do país, afirmam Rosa, Onofre e Avelar (2014). A lacuna deixada pelo Estado em relação a infraestrutura, organização e fortalecimento das comunidades rurais, algumas vezes foram preenchidas por cooperativas, estas servindo de mediadoras entre os agricultores, tanto naturais do Brasil quanto os recém-chegados de outros países, principalmente no sul do país com as colônias de imigrantes, dando apoio para o acesso ao crédito, à terra, além de colaborarem com a criação de assistência técnica e médico hospitalar.

Neste sentido, as cooperativas, que são círculos de cooperação, foram criadas com o propósito de ajuda mútua entre os produtores, para que juntos pudessem obter ganhos para a comunidade e de forma organizada enfrentarem os percalços que porventura surgissem. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foi criada para atuar em prol das cooperativas do Brasil e atuam junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assim como, com entidades internacionais. Segundo o Sistema OCB, desde sua fundação, a organização tenta ouvir a voz de todos os associados para que decidam juntos os caminhos do cooperativismo. Em 1988 foi criado o Serviço Nacional de

Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) que é responsável pelo ensino, formação profissional, organização e promoção social dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras.

Segundo o sistema OCB, com a promulgação da Lei 5.764/1971 ficou definido que o governo pouco poderia intervir nas cooperativas, contudo, o cooperativismo seria fiscalizado pelo INCRA e pelo Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC). A partir dessa regulamentação, a OCB pôde organizar as unidades estaduais e as cooperativas passaram a se enquadrar em um modelo empresarial, possibilitando sua expansão econômica.

Em 1987 definem-se as bases para a formação da Frente Parlamentar do Cooperativismo (FRESCOOP) que assinala um novo tempo para o cooperativismo. Esta é um grupo político, independente de sigla partidária, reunido para defender os interesses das cooperativas e tem como missão atender de forma personalizada o cooperativismo, trabalhando no aperfeiçoamento e na implementação de uma legislação que promova o seu desenvolvimento (ESTATUTO FRESCOOP, 2011)⁵⁹ a OCB complementa:

Foi a partir do cooperativismo agropecuário que a mudança começou a surgir, o ramo agropecuário sofria com os planos econômicos do governo que buscavam a liberação da economia e a redução da intervenção do Estado na agricultura. O endividamento dos produtores e das cooperativas levaram a OCB e as lideranças cooperativistas do Brasil a buscar uma saída. Era preciso tornar o cooperativismo competitivo em uma economia de mercado (SISTEMA OCB, s/d⁶⁰).

O papel da cooperativa é receber, comercializar, armazenar e industrializar a produção dos cooperados e se expande, pelo menos no discurso, pelas questões sociais, educacionais e de saúde da população, além de também haver o cooperativismo de

⁵⁹ Composta por senadores da República e deputados federais, tem por finalidade: I - Apoiar e defender os ideais do Sistema Cooperativista Brasileiro, representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), pelas Organizações das Cooperativas Estaduais (OCE's), pelas entidades sindicais de primeiro, segundo e terceiro graus (sindicato, federação e confederação) e pelas confederações, federações ou centrais de cooperativas e cooperativas singulares; II - Promover a integração harmoniosa entre o Congresso Nacional e o Sistema Cooperativista, capaz de estabelecer um ambiente legislativo favorável ao desenvolvimento da Doutrina Cooperativista; III - Acompanhar o processo legislativo no Congresso Nacional, em especial quanto aos aspectos de interesse do Sistema Cooperativista; IV - Subsidiar, com informações fidedignas e oportunas, as iniciativas legislativas de interesse do Sistema Cooperativista; V - Atender as demandas políticas do Sistema Cooperativista Brasileiro; VI - Acompanhar os assuntos de interesse no Executivo e no Judiciário, visando apoiar, politicamente, as posições do Sistema; VII - Estimular e apoiar a formação de frentes parlamentares nos legislativos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inspiradas nas ideias do Sistema Cooperativista Brasileiro; VIII - Difundir, em especial, junto aos cooperativados, a importância do apoio político para a consecução dos objetivos do Sistema junto aos órgãos governamentais (ESTATUTO FRESCOOP, 2011).

⁶⁰ No site da OCB não informou o ano que o texto foi escrito.

crédito, que segundo a OCB, não existem acionistas ou clientes, mas todos são donos do negócio, e dessa forma estimula-se o empreendedorismo, assim como, ensina a poupar e gastar de forma consciente.

Um exemplo de cooperativas no estado de Sergipe, em especial ligado à citricultura é a Cooperativa da Colônia Treze (COOPERTREZE), apresenta-se com importância regional e assegura Santos (1999) que desde a sua formação, em 1962 até 1980, houve uma grande expansão de seu quadro social⁶¹. Nesses anos iniciais vivenciou uma política colonizadora que facilitava o acesso à propriedade para o trabalhador sem terra, ou com pouca terra, além de estruturar o mercado consumidor para a indústria moderna.

Tanto a COOPERTREZE, criada na cidade de Lagarto, quanto a COPAME da cidade de Estância tentaram contornar a crise na citricultura do estado e os prejuízos que se avolumavam em decorrência tanto dos problemas internos, quanto dos reflexos do protecionismo do mercado externo, reduzindo assim o preço da laranja. Além das cooperativas, surgiram várias associações comunitárias, outras regionais como a Associação dos Citricultores da Região Centro Sul de Sergipe (ACESU) que obteve ascensão rápida, mas logo deixou de atuar e a Associação dos Citricultores de Sergipe (ASCISE) com sede em Boquim, que se encontra praticamente paralisada (SANTANA, 2013), e complementa:

Tais instituições não suportaram a difícil quebra de braço com os atravessadores, e por isso os produtores nunca conseguiram verticalizar o processo produtivo para se inserirem nos canais de comercialização dos mercados regionais com o objetivo de agregar valor a sua produção (SANTANA, 2013, p. 85).

A cooperativa, ou as associações comunitárias rurais, têm como pontos positivos o apoio ao trabalhador rural, oferecendo bases para sair da miserabilidade e esperança de continuar no campo e viver da terra, além de, e principalmente, o aprendizado da luta pelos direitos, da busca pelo bem comum, assim como, exercitar o poder de liderança de cada um, posto que todos os cooperados participam (ou deveriam participar) de forma ativa para atender aos interesses da comunidade. Desse modo, Santos afirma que,

⁶¹ Logo no início dos anos 1980, começa-se a registrar um decréscimo do número de associados na cooperativa. A redução no número de associados a partir de 1982 coincidiu com um período de retração da economia nacional. Inflação e juros altos, dificuldade de acesso ao crédito e desestímulo às atividades agrárias (SANTOS, 1999, p. 46).

As associações e cooperativas podem ao criar uma identidade coletiva, ressurgir como campos de força, o que não implica numa homogeneização de valores e perspectivas. Esses espaços de interação possibilitam o debate, a pluralidade de ideias e pessoas e a identidade grupal. Associações e cooperativas exercem, paradoxalmente, esse poder. Tanto elas podem constituir um campo de força em favor dos interesses do trabalhador, como um ambiente de sua alienação. Para entendê-las, é preciso enxergar como elas elaboram e exprimem seus interesses coletivos, o modo como se integram no processo político e na correlação de forças sociais (SANTOS, 1999, p. 37).

Ademais, a cooperativa representa, por um lado, a possibilidade de permanência do homem no campo e sua reprodução social, e por outro lado, os interesses do capital e sua reprodução ampliada, reforçando as contradições existentes no campo brasileiro, ao tempo em que parece querer expulsar o camponês (e expulsa), parece querer mantê-lo no campo (e mantém).

A partir de 1980, a Cooperativa da Colônia Treze começou a entrar em decadência, sem suporte econômico e político, embora, por várias vezes tenham tentado (os cooperados) reerguer a cooperativa, posto que, a união de todos os camponeses traz vantagens para os mesmos. A exemplo a aquisição de insumos com preços mais baixos e boas formas de pagamentos, o uso coletivo de tratores, colheitadeiras, caminhões, a construção de praças, postos telefônicos, campos de futebol, são benefícios que melhoram a vida na comunidade.

No entanto, “as redes que organizam a cooperativa, não estão bem articuladas. O descrédito da comunidade junto à inadimplência e ao atrelamento a políticos colaboraram para que não tenha um funcionamento adequado” (SANTOS, 1999, p. 27). Além da problemática citada, houve também a questão da diminuição do crédito rural, que começa a decair na década de 1980, e de certa forma, a autonomia do camponês é abalada, e este passou a participar cada vez menos, politicamente, das decisões em comunidade.

Através dessas alianças é que o espaço rural passou a ser transformado segundo “interesses da cidade”, seja por forças nacionais ou estrangeiras, mas sempre alheias aos camponeses e suas aspirações. Seja no contexto da dependência do crédito, que os trabalhadores rurais da citricultura sentiram no processo de modernização, ou nos preços de mercado imposto ao pequeno produtor, ou pela territorialização e/ou monopolização do capital, o fato é que as cooperativas atuaram como mediadoras da inserção do capital no campo, e esta trouxe muito mais dependência que liberdade.

Nessa conjuntura, Santos (1999) afirma que foram criados atores sociais diversos, como trabalhadores temporários, boias-frias, trabalhadores assalariados, catadores de laranja (em sua maioria crianças e mulheres), como também, reflete no avanço da concentração da riqueza entre poucos, intensificando a crise na região, pois, para a autora, o esquema de crédito subsidiado foi seletivo e privilegiou o médio e o grande produtor, e no final da década de 1970 afetou ainda mais a pequena produção, pois com esta dominada por insumos e máquinas, o pequeno produtor não apresentava autonomia, nem pela produção, nem para a produção.

As cooperativas e associações foram conduzidas sob um viés totalmente contrário ao proposto inicialmente, que seria um movimento voltado a resolução dos problemas sociais da comunidade, e fora transformada em mais um instrumento de inserção do capital no campo, contribuindo para territorialização e monopolização do capital, intensificando a acumulação do mesmo.

Atualmente, “a cooperativa é parte integrante do processo produtivo, que é regido pelo modo de produção Capitalista” (ROSA, ONOFRE, AVELAR, 2014, p. 8), e é inegável que a introdução do capital no campo trouxe para este, o aumento da produção, contribuiu para a expansão da indústria, do comércio, aumento de lucros. Pelo lado econômico, houve um crescimento grande nas cifras em se tratando de produção e circulação⁶².

Todavia, o capital adentrando totalmente o cerne da vida em comunidade inserindo suas normas, suas formas padronizadas de produção e tratando o camponês como iguais em competitividade de mercado, tem-se, desse modo, o domínio do mercado na sua vida social e em “seu comportamento em comunidade cooperativa, conseqüentemente, os agricultores têm que obedecer aos padrões impostos pelo poder” (ROSA, ONOFRE, AVELAR, 2014, p. 10).

E nessa obediência aos padrões, o camponês perde sua autonomia, seus interesses passam a ser, forçadamente, os interesses do capital. Mergulhados nesse modo de

⁶² A exemplo a COAMO, que se insere no palco de desenvolvimento do modelo do capitalismo e sua apropriação do cooperativismo. Essa cooperativa ocupou o 33º lugar entre as exportadoras brasileiras em 2013. Foram embarcadas ao exterior 2,56 milhões de toneladas de produtos agrícolas industrializados e *in natura*, o equivalente a US\$ 1,21 bilhão. A COAMO estruturou-se como uma mega empresa capitalista distanciando-se do dogma do cooperativismo. Como empresa capitalista o seu principal objetivo é obter lucro em seus empreendimentos, proporcionando uma boa remuneração para a produção de seus associados. A hegemonização da Coamo no campo e na cidade explica a tríade capital/trabalho/cooperativismo de entendimento do próprio movimento do capitalismo e da intensificação do capital no campo, assim como, do movimento do cooperativismo e sua inserção no capitalismo. (COAMO, 2014, apud, ROSA, ONOFRE, AVELAR, 2014, p.6).

produção e apartados dos seus meios de produzir, as cooperativas seriam as saídas encontradas para conseguir o apoio técnico e tecnológico que provejam os novos rumos que tomarão suas produções e na tentativa de seguir e acompanhar as imposições mercadológicas, acabam se endividando.

Contudo, cerca de 90% dos entrevistados no centro sul sergipano, não fazem parte nem de cooperativas, nem de associações, dizem não valer a pena. “A associação que tem aqui é só para pagar mesmo, não ver resultado de nada, eu mesmo deixei de pagar” (informação verbal⁶³). “Aqui não tem nada de cooperativa não, a gente só faz parte do sindicato mesmo, que é para aposentadoria” (informação verbal⁶⁴).

Os camponeses do povoado Colônia Treze, localizado no município de Lagarto, fazem parte da COOPERTREZE mas confessam que “a cooperativa morreu faz tempo, antes tinha muitos benefícios, hoje não tem nenhum” (informação verbal⁶⁵). Diante da conjuntura apresentada pelo campo, é notório que as cooperativas e associações tinham mais força no período áureo da laranja, quando havia uma grande concentração de capital, seja da grande produtividade dos citricultores, seja dos capitais investidos pelo Estado para impulsionar a citricultura enquanto *commodity*. Neste caso, percebe-se que o intuito maior dos líderes das cooperativas não tinha por base o bem estar coletivo, se assim fosse, hoje, com a crise, esta estaria mais ativa que antes, e demonstra que as cooperativas em Sergipe, serviram apenas como instrumento para adentrar o capital no campo, em pouco contribuiu para a liberdade campesina diante de um coletivo forte e coeso.

5.5 As redes de circulação

A circulação faz parte do circuito espacial da produção e precisa ser analisada, é necessário pensar na logística do movimento da mercadoria para que seja abstraído o máximo do que esta representa para o capital, que é sua maior acumulação. Nessa fase, busca-se o encurtamento do espaço-tempo, para que o produto possa chegar ao destino (mercado, feiras) de forma mais rápida e barata para o capitalista.

O tipo de transporte utilizado depende também do tipo de produto. A matéria-prima é transportada de maneira menos sofisticada que a produção industrializada, e

⁶³ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 9).

⁶⁴ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 31).

⁶⁵ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 5).

dependendo do destino da matéria-prima, a segurança e o transporte, é ainda menos sofisticado, a exemplo as laranjas *in natura* que serão consumidas nas feiras, ou nos supermercados, ou as laranjas que irão para as fábricas, variando a situação, é exigido uma fruta de mais qualidade.

No Brasil, o escoamento das mercadorias é feito, predominantemente, por meio de rodovias, ainda que os custos dessas sejam mais elevados e encareçam os produtos. Os caminhões levam menos carga que os trens, e o gasto com diesel, gasolina e seus derivados para manutenção das estradas (asfaltos), além das suas péssimas condições e pagamento de pedágios, tornam ainda mais caro para o consumidor.

Com a laranja *in natura*, o transporte é feito por caminhões, seja para feiras, supermercados ou beneficiadoras, quando em lugares mais distante, ou mesmo por meio de carroças, quando a distância é menor. No estado de Sergipe é o atravessador que transporta a laranja até a indústria e que resolve junto à mesma a questão do preço da mercadoria, algumas vezes não repassando o valor para o citricultor, como disse um camponês do município de Arauá:

Plantava laranja mas deixei por dois motivos, o primeiro foi a doença que pegou minha plantação, e pra recuperar é preciso muito dinheiro e muita dor de cabeça, segundo, que eu esperava demais pelo homem do caminhão para fazer o pagamento, as vezes vinha só com metade, não dava pra continuar sustentando a família daquele jeito, quando me aposentei, parei com a laranja, e continuei a plantar só para comer mesmo, a mandioca, o milho, a horta (informação verbal⁶⁶).

Outro entrevistado que cessou com o plantio da laranja pelos mesmos motivos do anterior, complementa,

Além de não usar a irrigação e as chuvas serem poucas, tinha também a mosca preta, que destruí meu plantio, também tinha a questão do atravessador que não me pagavam e com isso eu desgostei. Foi aí que mudei de comprador, mas ele começou a me comprar pela metade do preço, escolhia as mais graúdas para o comércio na feira, e as miúdas para a fábrica. Ele ganhava o dobro. Daí eu vi que já que eu não tinha um transporte pra mim mesmo transportar, não dava pra continuar zelando do meu sítio com o que sobrava do dinheiro, foi aí que eu acabei com o sítio. Não deu pra continuar (informação verbal⁶⁷).

⁶⁶ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 23).

⁶⁷ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 20).

Recai os prejuízos sobre o elo mais fraco do circuito, que deveria ser o mais forte, posto que sem a matéria-prima não tem o suco. As oscilações do preço no mercado, a redução do consumo do suco, a superprodução e escassez da mesma, as doenças, e ainda ficam a mercê da falta de compromisso de alguns atravessadores, que não pagam o valor devido da mercadoria. Neste sentido, um entrevistado da Colônia Treze destaca:

O Atravessador ganha muito mais que a gente que produz. Já vem ganhando metade da nossa produção, começa vindo pegar as laranjas, com pouco tempo aparece com um carro novo, nós não conseguimos comprar nem um pneu de um carro com o que sobra, imagine um carro novo (informação verbal⁶⁸ 8).

Em relação ao transporte da laranja constatou-se três tipos, mas com um só fim, alguns produtores colhem os citros, seja junto a família, ou contratando mão de obra, e o atravessador freta o caminhão para levar a produção, pagando pela tonelada da laranja, que varia de acordo com a demanda no mercado. Outros citricultores apenas plantam e cuidam dos pomares, o atravessador contrata a mão-de-obra para a colheita e o transporte. E ainda, em lugares mais próximos de beneficiadoras, os próprios camponeses levam a laranja em carroças para pesar e vender, em todos os casos, grande parte da fruta é encaminhada para a indústria.

O transporte do suco de laranja na indústria pode ser feito a granel por meio de caminhões tanques ou em tambores de 200 litros, até os terminais portuários. As carretas foram desenvolvidas para esta finalidade, e apresentam um rigoroso controle de temperatura para evitar a contaminação do produto. Os tambores são transportados em caminhões frigorificados, pois os mesmos não possuem sistemas de refrigeração, o transporte por meio deste na via marítima, deve ser feito em navios com porões refrigerados. O custo destes chega a US\$ 20 a tonelada, e é acrescentado ao valor do produto, pois o mesmo precisa ser descartado ao final da exportação, não compensa retornar com os tambores vazios (OLIVEIRA, *et.al*, 2009). Os mesmos autores afirmam:

O transporte em tambores apresenta a desvantagem dos custos elevados pela baixa eficiência no transporte e na transferência intermodal. Mas, possui a vantagem competitiva no baixo investimento em custos fixos, e pode monitorar com maior qualidade e precisão o produto, e sair na

⁶⁸ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 8).

frente em relação a mercados mais exigentes como o do Japão (IBID. 2009, p. 05).

Nos terminais portuários o suco é armazenado em tanques frigoríficos para aguardar a autorização de embarque. Do estoque segue para os navios tanques, e passa através de tubos interligados entre o terminal e o cais, são utilizados dutos (sucodutos) especiais com isolamento térmica, para o bombeamento direto do suco congelado, ao chegar aos navios, é armazenado em tanques especiais, *tank farm*, onde é mantido em baixas temperaturas (OLIVEIRA, *et.al*, 2009).

Desse modo, a logística da circulação do suco se estrutura como um sistema multimodal, iniciando-se pelo transporte rodoviário da indústria de processamento até o porto, transportado em seguida por dutos, ou por meio dos tambores, do terminal portuário para o navio, e por fim, segue neste para o país importador. Assegura Lohbauer:

As quatro empresas, Citrosuco - Grupo Fischer, Citrovita - Grupo Votorantim, Sucocítrico Cutrale e Louis Dreyfus Commodities, são reponsáveis por 90% das exportações do país, investiram e desenvolveram um sofisticado sistema logístico de exportação de suco a granel. De suas fábricas caminhões tanque transportam suco de laranja concentrado congelado (*Frozen Concentrate Orange Juice* – FCOJ) e suco refrigerado (*Not From Concentrate* – NFC) para tanques de estocagem (*tank farms*) no porto de Santos, onde permanecem até serem bombeados para navios de transporte a granel. São dezenas de milhares de toneladas de suco de laranja transportadas por via marítima aos principais mercados consumidores. São os países desenvolvidos com alta renda per capita e hábitos de consumo favoráveis a sucos de frutas que consomem o suco exportado pelo Brasil. Nos Estados Unidos, União Europeia, Japão e Austrália, terminais portuários administrados pelas empresas brasileiras recebem o suco importado. Para outros mercados ainda menores como China, Coreia do Sul e Emirados Árabes, por exemplo, a exportação é feita em tambores (LOHBAUER, 2011, p.3).

O porto de Santos é o maior exportador do suco de laranja do país, as principais indústrias encontram-se no Sudeste, próximo a esse terminal portuário, contudo, o porto de Salvador também é uma via importante de escoamento da produção e transporta o suco produzido nos estados de Sergipe e Bahia.

Para tanto, sabe-se que para a instalação de usinas, indústrias e fábricas, são necessários uma gama de tipologias e topologias para facilitar a produção, escoamento, circulação e comercialização. As fábricas de suco de Sergipe ficam localizadas no município de Estância, onde encontram-se 2 unidades muito próximo a capital Aracaju, facilitando desse modo o escoamento da produção, e no município de Boquim, onde

encontra-se mais uma unidade que fica no centro sul do estado, região de maior concentração da plantação da laranja.

Na região citrícola, há algumas áreas de boas estradas, a exemplo de Estância que é cortada pela BR 101, Salgado, seguido de Lagarto que atendem outras indústrias no município e que necessita de um melhor escoamento. Os municípios de Itabaianinha, Umbaúba, Pedrinhas, Riachão do Dantas, tem estradas em condições ruins, cheias de buracos e perigosas, o que demonstra preocupação apenas com a indústria, não com a produção da matéria prima.

Entende-se que é através da circulação que a mercadoria agrega mais valor, desse modo, o citricultor do estado de Sergipe participa como coadjuvante do processo do circuito espacial da laranja. E, dando continuidade ao movimento do circuito, e do capital, tem-se a comercialização.

5.6 A comercialização

As laranjas podem ser comercializadas de diferentes formas, a granel, em caixas, ou até mesmo, embaladas, assim como atendem aos mercados varejista e ao atacadista, o que vai determinar o tipo de comercialização é quem está por traz desta, se o próprio produtor, ou o atravessador, se o consumidor final ou redes de supermercados e indústrias.

O segmento de varejo é uma questão problemática no mercado citricultor, pois sua concentração nas mãos de poucos, leva ao aumento do poder de pressão das redes de supermercados para que o preço diminua. Na Alemanha, os cinco maiores varejistas controlam 80% das vendas de bebidas não alcoólicas. A forte concentração no varejo, acabou consolidando os segmentos dos envasadores e das marcas, que são compradores diretos do suco de laranja exportado, sendo que 35 destes compram 80% da produção anual de todo o mundo, sendo o restante adquirido por outros 565 (NEVES, 2010).

Desse modo, o lucro varejista é o maior de toda a produção do suco de laranja. O produtor, peça fundamental do circuito produtivo, é quem menos recebe por este, ganham um valor baixo pelas caixas de laranja, e algumas vezes, nem esse valor lhes são repassados pelos atravessadores, os mesmos recebem menos que o proprietário da indústria, que transformarão a laranja em suco, e os envasadores, que fazem parte do final do circuito, antes de chegar aos supermercados, são os que apresentam maior poder de barganha, principalmente, devido ao monopólio destes.

Uma das formas de comercializar a laranja no varejo pelo próprio produtor é através das feiras-livres, estas desempenham um papel importante na consolidação econômica do camponês. E embora em cidades grandes tenham perdido muito espaço para supermercados e Centrais de Abastecimentos (CEASAS), nos municípios menores, como é o caso dos estudados nesta tese, apresentam uma grande expressividade.

Ainda que os mercados das cidades pequenas apresentem produtos de hortifrúti durante toda a semana, as feiras-livres atraem por suas peculiaridades, pelos produtos frescos, pela relação estabelecida entre feirantes e consumidores, o ajuste no preço, o ‘agrado’ concedido por uma compra grande. Nas feiras circulam alimentos, pessoas, culturas e capital.

As feiras têm grande importância para a movimentação da economia das cidades. O valor recebido pelas mercadorias vendidas pelos feirantes, que são, em sua maioria, os próprios camponeses, é gasto dentro do município, comprando bens de consumo e insumos para a produção, beneficiando os comerciantes locais, fazendo circular o capital, e movimentar vários circuitos econômicos.

Dentre os feirantes entrevistados na região centro sul de Sergipe, todos vendiam o que colhiam da terra, seja a farinha produzida pela mandioca, o milho, o amendoim, mas em nenhum dos casos comercializam a laranja em feiras livres, estas sempre são vendidas ou para a indústria, por meio do atravessador, ou para o que chamam de ‘comércio’, que são os supermercados, e a venda é feita também por meio do intermediário, que alguns camponeses gostam da comodidade de tê-lo “pra gente é melhor porque vende e fica sossegado” (informação verbal⁶⁹).

O atravessador, como explicou um entrevistado “é um mal necessário”, pois diante da venda incerta na indústria ou em supermercados, e com produtos perecíveis, não dá para aguardar e esperar melhores preços, “as vezes é melhor ganhar só o que investiu que ter prejuízo” (informação verbal⁷⁰).

Um dos feirantes entrevistados também foi plantador de laranja, os pomares ainda estavam no sítio aguardando a EMBRAPA para fazer a retirada, segundo ele, há muitos meses, e confessou a tristeza em ter que acabar com o laranjal; “eu gosto de lidar com a laranja, só que com essa mosca a gente gasta mais que o que entra” (informação verbal⁷¹). E complementa:

⁶⁹ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 1).

⁷⁰ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 25).

⁷¹ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 24).

Hoje sustento minha família aqui, e uma filha que faz fisioterapia em Aracaju, com o que vendo na feira. Aqui planto milho orgânico, macaxeira, amendoim, minha mulher faz o bolo de milho, de macaxeira, canjica, faz café, usa leite daqui mesmo, a gente cria vaca, que alimenta sem ser com o bagaço da laranja é com o silo do milho, então o leite não pega gosto ruim, a gente faz questão de não usar nada de veneno. E graças a Deus nossa banca é a mais procurada da feira, quando a gente não vai o povo fica todo procurando agoniado, e é disso que tem sido nossa renda, e não temos do que reclamar não. Minha filha quis ir estudar, mas por mim ela tinha continuado aqui, esses trabalhos pra ficar trancado o dia todo e ganhar o salário mínimo, melhor ficar na roça fazendo o que gosta e com liberdade (informação verbal).

Segundo os entrevistados, a venda para o comércio, que são os supermercados e CEASAS, é mais lucrativo porque pagam um preço maior para a fruta, mas precisam ser bonitas, sem amassados, a exigência é maior, a indústria leva tudo que tiver, então há garantia na venda, mesmo que a preços mais baixos, deixam o produtor mais tranquilo e dizem valer mais a pena, “para não esquentar muito a cabeça” (informação verbal⁷²).

O entrevistado 7 afirma que a laranja da beneficiadora que ele vende vai todo para a indústria, o preço é definido pela mesma, pois, esta tem sua própria produção, que é muito elevada, e por isso “tem o poder de dizer o valor, porque a produção deles é tanta que se quisesse nem comprava o nosso, e pra não ficar sem vender, a gente vende no preço que pedirem” (informação verbal⁷³). Os citricultores asseguram que a produção do estado não entrou em decadência maior devido a plantação de dois grandes proprietários de terras e laranjais:

José Augusto da Maratá, e Elizeu da TropFruit, que tem grandes terras aqui e na Bahia, tem dinheiro pra adubar, pulverizar, e tem pés de laranja que perde a conta, tem como competir não, só pagar o preço que eles dizem que é pra ser. Entra e sai caminhões cheios dessas terras aí. O atravessador leva nossas laranja pra lá, mas no dia que ele não quer que entre mais, barra e pronto (informação verbal⁷⁴).

Assim, percebe-se que o camponês encontra obstáculos na circulação da laranja, tanto com a questão do intermediário, quanto com a questão da subsunção da sua produção ao capitalista dono da indústria, que estabelecem o valor do produto, “o preço é ruim, mas é o que tem, tem que vender, né!” (informação verbal⁷⁵).

⁷² Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 2).

⁷³ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 7).

⁷⁴ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 2).

⁷⁵ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 5).

A pesquisa da Citrusbr (2010) diz que cerca de 65% da laranja fornecida para a indústria no Brasil é destinada para a produção do suco, o abastecimento vem de pouco mais de 5% dos produtores, o que demonstra uma grande concentração no fornecimento da fruta, a indústria é proprietária de aproximadamente 35% dos pomares.

Sendo assim, são retirados, ou diminuídos do circuito produtivo, muitos produtores, o que faz aumentar os lucros dos proprietários de indústrias e o número de citricultores que precisam tomar outros rumos para reproduzir-se socialmente, seja no campo mesmo, ou migrando para as cidades.

5.7 Os Circuitos Complementares

Um circuito espacial necessita das bases vindas de vários outros complementares para que se realize de forma satisfatória. São necessários para a produção da laranja, por exemplo, fábricas de defensivos, corretivos do solo, fertilizantes, máquinas (tratores, colheitadeiras), sistemas de irrigação, produção de mudas, beneficiadoras, selos de certificações.

O circuito da laranja pode ser dividido em antes, durante e depois das fazendas. Segundo a CITRUSBR (2018) no primeiro momento, que envolve todos os insumos para a produção agrícola, são movimentados US\$ 819 milhões. Durante o período propriamente da fazenda, com o plantio e a colheita, o trabalho do produtor gera mais US\$ 2 bilhões, obtidos com a venda no mercado varejista para as *packing houses*, ou para a indústria processadora de sucos. A comercialização *in natura* no mercado interno gera US\$1,8 bilhões, enquanto as exportações US\$ 73 milhões. A indústria de sucos movimenta US\$2,2 bilhões e complementa:

O valor gasto com insumos industriais são 327,9 milhões de dólares, grande parte alocada em gastos com energia, que incluem fontes limpas como o bagaço de cana. A maioria dos sucos cítricos produzidos industrialmente, quase 97%, é exportada para depois ser engarrafada. Uma pequena parcela é comprada por engarrafadores no Brasil e vendida no mercado interno, ainda muito reduzido para o suco de laranja industrializado. Além dos sucos, são subprodutos do processo industrial óleos, essências e outros componentes das frutas cítricas, que também podem ser exportados (CITRUSBR, 2018).

Nos municípios analisados, pode-se perceber que o principal problema que assola a citricultura atualmente são os gastos para manter a produtividade. Desse modo, cresce junto à necessidade de aumentar a produção a venda de fertilizantes e adubos, e

principalmente, a comercialização de defensivos para o controle de doenças, em especial a mosca negra.

Martins (2018) em trabalho de campo junto aos citricultores da Microrregião de Jales-SP, discorre sobre o descontentamento destes com os técnicos que chegam aos seus sítios para venderem o veneno, se limitam ao fato de fazer uma venda elevada, ainda que não haja necessidade de tamanha compra, nem acompanhamento no uso dos mesmos. Desse modo, percebe-se a busca pela ampliação do consumo para expandir também o circuito produtivo dos agrotóxicos.

Alguns camponeses do município de Lagarto afirmaram que a EMDAGRO orienta para usar pouco veneno, e ensina a utilizar o mel de fumo, mas que não dura uma semana o controle da doença, tudo volta. Embora, com os defensivos mais agressivos, estes também não sejam extintos, mas controlados por um tempo superior.

Dentre os agrotóxicos mais usados para o controle da mosca e para a ortézia é o Orthene 750 BR, um inseticida e acaricida sistêmico do grupo químico organofosforado, indicado para aplicação foliar no controle de pragas da parte aérea das culturas indicadas, para a laranja e age contra a Cochonilha-pardinha, Cochonilha-da-raiz, Cochonilha-de-placa, Bicho-furão.

Produzido no estado de São Paulo pelo formulador Arysta Lifescience no Brasil Indústria Química e Agropecuária, o mal-uso do inseticida pode causar sérios danos à saúde e este é considerado muito perigoso ao meio ambiente, por isso, a embalagem deve ser devolvida, ao invés de descartada no meio ambiente. Este é muito utilizado pelos camponeses no combate a mosca negra, embora, em sua formulação e bula, não indique que seja eficaz para esse tipo de praga.

Contudo, mesmo o produto apresentando preço elevado, este é o único, até então, que controla, segundo os entrevistados, por cerca de até três meses o plantio livre da praga. Desse modo, entende-se que, o circuito produtivo deste inseticida continua a crescer, mesmo este não resolvendo o problema dos laranjais, nos revela um dos entrevistados “ruim com o veneno, pior sem ele, que acaba toda a plantação. Caro é, mas se resolvesse nosso problema todo o preço ia valer, só que a gente gasta e com pouco tempo volta, aí sim, torna muito caro” (informação verbal⁷⁶).

A respeito dos agrotóxicos, muitos camponeses não sabiam, ou ficaram receosos, de responder. Alguns não souberam os nomes dos ‘venenos’ que usavam, outros

⁷⁶ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 37).

afirmaram não usar, e por isso estavam também em vias de finalizar com o plantio da laranja.

Contudo, em relação ao uso de adubos e fertilizantes foram variados tipos, e dentre os mais utilizados são da marca Heringer, que possui 15 unidades de produção espalhadas pelas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, nesta última estão localizadas nos estados da Bahia e Sergipe (Rosário do Catete).

A empresa Heringer conta com fertilizantes básicos e fórmulas NPK e especiais que são específicos a cada tipo de problema e aumentam a produção, segundo a companhia, a comercialização e distribuição são todas devidamente registrados no MAPA, além de oferecer aos seus clientes diversos serviços, tais como programas de incentivo a análise de solo, palestras técnicas para o produtor, suporte pré e pós venda, além de orientação técnica e especializada, contudo, não acontece de tal forma, segundo os entrevistados do campo.

O Substrato usado na produção de mudas teladas é produzido pela Base Soluções em substratos, localizada no estado de São Paulo, é uma empresa agrícola que nasceu da parceria de profissionais experientes no ramo, com objetivo de atender a necessidade do mercado profissional.

A Sais Nordeste Indústria e Comércio Ltda., com sede matriz na cidade de Feira de Santana, estado da Bahia, implantada estrategicamente em uma cidade com uma população de 600 mil habitantes, onde predomina o Comércio, Agricultura e Pecuária, sendo o maior entroncamento rodoviário do país, facilitando o escoamento da produção para todos os estados da Federação. Fabricam uma produção diária de 120 Toneladas, o que os coloca em posição de destaque no mercado brasileiro.

Além de mobilizar várias indústrias de fertilizantes e agrotóxicos, a cultura da laranja também é responsável por consumir a produção de tratores, pois, dentre todos os camponeses entrevistados, faziam uso desta máquina, embora, cerca de 90% destes não eram proprietários, mas alugavam e pagavam por hora. Há também o uso de enxadas e instrumento de poda dos pés de laranja.

O circuito espacial da laranja, impulsiona tanto mercados produtores dos insumos, quanto o comércio para vendê-los, desse modo, em todas as sedes dos municípios analisados, é comum encontrar casas comerciais de agropecuária, vendendo os insumos para a laranja. Ademais, também faz-se outros tipos de comercialização a partir da colheita do fruto, seja em feiras, no comércio de beira de estrada ou de outros subprodutos feitos a partir da laranja.

5.8 Os subprodutos da laranja

Dentre os principais subprodutos do processamento industrial de suco está o bagaço, que é utilizado na alimentação animal, sobretudo, de ruminantes por possuir alto teor energético. Este pode ser consumido fresco, ensilado ou desidratado. O bagaço fresco tem muita água e encarece o transporte, se armazenado a céu aberto perde os nutrientes, atrai moscas e polui o meio ambiente, para evitar tais danos, é necessário conservar em silos.

O processo de ensilagem é muito utilizado para conservar produtos aquosos, Lima (2001, p. 15) afirma que baseia-se na “fermentação natural, sob condições anaeróbicas, transformando carboidratos solúveis em ácido láctico. Na polpa fresca, o procedimento leva a perdas do extrato não nitrogenado, em decorrência da formação de gases”.

A desidratação do bagaço possui um alto custo, tanto dos equipamentos necessários, quanto pelo consumo de energia elétrica, motivo que acaba desestimulando os donos de indústrias. Contudo, este apresenta menor dificuldade em relação ao armazenamento e aos danos ao meio, pois depois de desidratado, o bagaço pode ser armazenado ao longo do ano, e fornecido aos animais (LIMA, 2011).

A polpa da laranja, que são os gomos que sobram do processo de extração do suco, pode ser adicionada de novo ao mesmo atribuindo-lhes mais sabor, a essência também é matéria-prima para a indústria e confere o melhor gosto da fruta quando somada ao suco novamente. Deste pode ser feito licor, vinagre e vinho de laranja.

Da casca são retirados óleos essenciais, utilizados na produção de perfumes (que também podem ser extraídos das flores para sua produção), sabonetes, de bebidas, cosméticos e produtos químicos. Além disso pode ser utilizada para fabricação de bolos, balas, geleias, compotas, doces cristalizados, através da pectina que é um produto menos comum, proveniente da casca. D-Limoneno ou Terpeno Cítrico, o principal componente do óleo da casca da laranja é utilizado nas indústrias de plásticos como matéria-prima para a fabricação de resinas sintéticas e adesivos (CITRUSBR, 2018).

Ainda, a prensagem do bagaço de laranja produz um líquido cuja fermentação resulta em álcool. Das sementes são extraídos óleos comestíveis, da casca e do bagaço dos frutos, as indústrias elaboram os peletizados que são usados como ração para bovinos e como matéria-prima na confecção de iscas tóxicas para formigas (CITRUSBR, 2018).

O subproduto da laranja mais utilizado pelos camponeses entrevistados é a casca da laranja para o gado, mas não é todo bovino que deve consumir, segundo os mesmos há alterações no sabor do leite, então vacas leiteiras não consomem, apenas o gado para o corte.

Na indústria Maratá o único subproduto retirado da casca da laranja é também para a ração animal, segundo o entrevistado, é a mais barata forma de não desperdiçar o que sobra, e considerando que é muito consumida no estado todo pelos animais, eles unem o útil ao agradável. Comenta também que a fábrica tem aparelhagem para a transformação em cosméticos, contudo, a produção é elevada e o gasto de energia é grandioso.

Diante de toda a transformação do espaço pelo capital, da ascensão e crise da citricultura no estado, levando em consideração, os agentes hegemônicos, os círculos de cooperação, e todo o processo que contribui direta e indiretamente para o funcionamento do circuito espacial de produção da laranja, é imprescindível compreender o camponês inserido neste, e como o mesmo, luta pela permanência na terra e reprodução social.

6 REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPESSINA NO CIRCUITO CITRICULTOR

A citricultura sergipana teve seu período de ascensão nas décadas de 1970 e 1980, com o apoio do Estado, que viu a possibilidade de transformar o fruto em uma *commodity*, sendo esta um meio de ampliar a reprodução do capital. Contudo, muitos camponeses ficaram à margem, e devido a especulação imobiliária e ao alto custo de produção de citros, migraram para a Bahia, ampliando a espacialização citricultora num contínuo espacial entre este estado e Sergipe.

Na década de 1990, o comércio da laranja começa a entrar em crise, fazendo com que o governo do estado apelasse para uma revitalização nos laranjais, pois àquela estava associada, principalmente, a pomares velhos e doentes. Contudo, nesse processo de revitalizar os pomares, mais uma vez os citricultores menos abastados não foram inseridos. No início do programa de revitalização as mudas eram doadas, mas era preciso fazer a retirada de todos os pomares velhos e o camponês sem capital de giro, não podiam esperar os pomares entrarem em produção novamente, não (re)plantaram a laranja, muitos sendo prejudicados com plantações inteiras destruídas pela Polícia Federal, por não estarem dentro dos padrões, o que resultou, mais uma vez, em migrações.

Contudo, sabe-se que o camponês com posse da terra e meios de nela trabalhar, retira da mesma o seu alimento e de sua família e o excedente pode ser vendido para adquirir outros produtos. A migração e separação da terra, o torna, muitas vezes, refém do modo de produção capitalista. Na cidade, ter uma casa é mais caro devido a especulação imobiliária, e é preciso comprar a alimentação, pois o básico que a terra oferecia lhes foi retirado. Neste sentido, na maioria das vezes, as migrações são cruéis com os camponeses, que transformam-se em andarilhos, desempregados, subempregados.

Neste capítulo, analisar-se-á a reprodução social camponesa diante do atual quadro de crise na citricultura sergipana, para tanto, fez-se necessário a divisão em tópicos que discorram a respeito da estrutura fundiária, da sujeição do trabalho ao capital, as estratégias de reprodução social diante das crises e da terra como condição de vida camponesa.

6.1 Estrutura Fundiária: um impasse à livre produção do camponês

A divisão de terras no Brasil feita através de capitâneas hereditárias e, também,

das sesmarias, nas quais os aliados da Coroa Portuguesa eram os beneficiados, ficando os pobres do campo à margem desta, deixa explícito que a história do meio rural do país sempre esteve voltada para os mais abastados, que resultou na concentração de terras nas mãos de uma minoria, escolhida por questões econômicas e políticas, restando à uma parte considerável da população trabalhar nas fazendas.

A Lei de Terras de 1850 marca algumas transformações no campo e inaugura um regime fundiário que irá modificar a forma de exploração desta, pois passou a ter valor de troca. Dando continuidade a concentração da propriedade privada da terra, possibilitando a sujeição da renda agrícola ao capital, estas têm sido uma das problemáticas do campo.

Serra (2003) assegura que o sistema de latifúndios no Brasil sofreu grandes golpes nos últimos cem anos, a exemplo a extinção da escravidão (1888), a primeira superprodução cafeeira no início do século XX e a crise geral (1929-33), entretanto, continua sendo um país de alta concentração fundiária, com predominância do latifúndio por exploração, isto é, imóvel improdutivo voltado à especulação imobiliária. Desenvolveu-se no campo a classe da burguesia rural, nas cidades, a burguesia industrial, ambas abrem caminhos à crescente penetração do capital na agricultura e a consequente concentração de terras.

De acordo com Soares (1976), os minifúndios são pequenas propriedades, com extensões insuficientes para o sustento familiar com o trabalho unicamente nele. Há nestas porções de terras um excedente de mão-de-obra, e a discrepância entre pequena extensão territorial e muitos braços para o trabalho, faz com que o camponês busque o trabalho fora de sua propriedade, além da falta de crédito e técnicas que aumentem a produção. O minifúndio, com frequência, forma um binômio com o latifúndio, podendo situar-se longe, perto ou dentro deste. Quando se situa fora, sua função é reduzir os custos da mão-de-obra através do trabalho temporário.

Pode-se considerar também, a relação entre os minifúndios e as fazendas comerciais modernas, nesta, camponeses migram longas distâncias em busca de uma melhor remuneração. A exemplo, nordestinos que migram para as fazendas do Sul e Sudeste do Brasil para trabalhar, principalmente no plantio da cana-de-açúcar, do café, da laranja, entre outros.

As relações entre latifúndios e minifúndios seriam diferentes, se o primeiro estivesse cercado por propriedades familiares de extensão territorial razoável ao plantio, com assistência técnica, e não por porções de terras muito pequenas. Percebe-se que a

exploração camponesa é fundamental para a manutenção do sistema fundiário (SOARES, 1976).

Neste sentido, entende-se que é necessário para os fazendeiros que, encravados entre os latifúndios, existam os minifúndios, pois desta maneira mantém a mão-de-obra próxima em períodos de safra, uma vez que a pouca terra é toda utilizada para o plantio pelo camponês, e mesmo produzindo de forma intensa, algumas vezes, estes não conseguem o sustento familiar. Sem apoio financeiro, sem assistência e tecnologia para produzir mais em pouca terra, sobra braços para o trabalho.

E esta ‘sobra de trabalho’ não reflete apenas no campo, mas estende-se às cidades, pois com a falta de perspectiva muitos migram para a zona urbana, acarretando no inchaço das mesmas e o consequente aumento dos subempregos, empregos informais e desempregos. Portanto, diminuir o índice de desemprego no Brasil, não está atrelado apenas ao crescimento econômico, investimento no setor industrial e comercial, mas também na repartição menos desigual de terras. Desse modo, cidade e campo estão totalmente relacionados, se complementam, e a desestrutura das relações em um, reflete noutro.

O desemprego, tanto urbano quanto rural, quase sempre recai na discussão do desenvolvimento tecnológico, da substituição da força de trabalho pela máquina, ou na urbanização desenfreada. As soluções apontadas são, em sua maioria, no sentido do crescimento econômico, quase sempre associados ao urbano e à industrialização, entretanto, o número de subempregados e desempregados também está atrelado a má distribuição de terras, pois se houvesse melhor distribuição e condições de nestas viver, as migrações não seriam intensas, consequentemente, o inchaço das cidades também não seria tão preocupante. Neste sentido, um professor de biologia entrevistado que vive no campo afirma:

Nasci e me criei aqui no campo, mas preciso ir para a cidade por causa do emprego. Tenho ajudado meu avô, mas o campo não tem dado o suficiente. Temos um pequeno pedaço de terra (10 ha), as vezes o que dá para o mês é só para subsistência mesmo. Caso a laranja voltasse a ser como era antes, que esse terreiro enchia de frutos, eu permanecia. Na verdade, eu ficaria por aqui se encontrasse uma escola no município perto, para voltar todo dia, ou se melhorasse a produção, não me importaria de não trabalhar na área que sou formado não. Mas, infelizmente, não tenho visto muita saída (Informação verbal⁷⁷).

⁷⁷ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 36).

Diante da ausência de uma fiscalização que obrigue o latifundiário a utilizar, de forma produtiva, toda a terra e que imponha limites à extensão territorial que pode ser adquiridas pelos indivíduos, resulta em um sistema conivente com o excedente de mão-de-obra e com a desigualdade nas repartições de terras. Um Estado voltado aos interesses particulares.

Prado Júnior (1968) assegura que, a estrutura agrária do Brasil manteve-se praticamente intacta durante todo o processo histórico de formação desse país. A abolição e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, não afetou a natureza estrutural da exploração. Em alguns casos ocorreu o contrário, esta ampliou-se. É o que se deu, por exemplo, com a lavoura canavieira no Nordeste, que os antigos engenhos foram sendo progressivamente absorvidos pela usina.

Segundo Filippi (2005) um dos fatores que estão associados a concentração de terras no Brasil é o contínuo alargamento das fronteiras agrícolas das regiões Norte e Centro-Oeste, proporcionado pela modernização no campo, pois a escala de produção desses novos estabelecimentos rurais requer grandes superfícies produtivas.

Neste sentido, entende-se que a concentração de terras está enraizada historicamente no meio rural brasileiro. À classe campesina falta quase tudo, principalmente, o acesso à terra. Os que a possuem, muitas vezes, acaba tendo que vendê-la, fato que leva às migrações. Deve-se ressaltar que tais alternativas não solucionam o problema do camponês, nem amenizam sua pobreza, fazendo com que o mesmo, em muitos casos, passe a morar nas periferias das grandes cidades, e continuam servindo de mão-de-obra barata para o latifundiário (boias-frias).

Desse modo, a Reforma Agrária vem sendo discutida há muito pelos estudiosos que analisam o meio rural. O Brasil carrega o título de um dos países de maiores concentrações de terras do mundo - o país dos latifúndios - Segundo o INCRA (2016) 131.394 propriedades de grande porte estão com 29% das terras do país, e 3.806.651 minifúndios com 6% dos hectares, todavia, a Reforma Agrária de fato, não avança do campo das discussões, pois o discurso de divisão de terras no país perde totalmente suas forças ao se confrontar com o campo político e econômico.

A distribuição de terras de forma mais igualitária e condições de nestas viver, controlaria a fome, o desemprego e a injusta distribuição de renda, portanto, diminuiria o

índice de indigência e miserabilidade, tanto no campo quanto na cidade. Soares (1976) diz que alguns estudiosos conservadores se posicionam contra a reforma das estruturas agrárias na América Latina, por estas, historicamente, apresentarem um decréscimo acentuado na produtividade, posto que o campesinato não está totalmente atrelado às exportações de *commodities*.

Contudo, não há como obter bons resultados em uma Reforma Agrária sem modificações estruturais, que pode ter como consequência, ou não, um decréscimo na produção, principalmente de *commodities*. Analisá-la enfatizando somente a economia e os rendimentos desta, em detrimento do social, é considerar a qualidade de vida inferior a disponibilidade de bens materiais.

Realizar uma Reforma Agrária de fato, de modo a modificar toda a estrutura desigual de distribuição de terras, atinge muitos interesses políticos, desse modo, torna-se muito difícil que esta aconteça fora de um contexto revolucionário, até porque, sem modificações estruturais e em meio a um Estado voltado aos interesses dos mais abastados, esta torna-se apenas mais um apêndice dos governos.

Todavia, enfatizar apenas que a Reforma Agrária não aumenta a produção (e se isso de fato ocorrer) é também não levar em consideração todos os benefícios que esta traria aos camponeses (assim como aos cidadãos como um todo) como a elevação da qualidade de vida, diminuição da taxa de mortalidade por insuficiência alimentar, bem como diminuição dos desempregos.

Analisar a questão agrária e agrícola⁷⁸ do país levando em consideração somente a produtividade, não permite uma visão total da realidade, pois não há como precisar a contribuição de forma separada do trabalho, da terra e do capital, até porque, é muito óbvio que grandes porções de terra com maior número de trabalhadores apresentam produtividade mais elevada, ainda que não seja toda a sua terra utilizada.

Entretanto, o discurso criado em torno do agronegócio no Brasil, traz consigo a ideia de que o caminho é a industrialização no meio rural, pois trará como consequência o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), das exportações e, conseqüentemente, geração de riqueza. Todavia, para a produção desta, torna-se cada vez mais desleal a concorrência entre camponeses e agroindustriários.

No Brasil há necessidade de Reforma Agrária eficiente que não oscile a cada troca

⁷⁸ Agrícola refere-se à produção, às técnicas, aos agentes envolvidos na exportação e importação de produtos produzidos no meio rural. Agrário diz respeito à terra de cultivo, que está relacionado a questões políticas de Reforma agrária, Estrutura Fundiária, luta pela terra.

de governo. Houve algumas tentativas de contornar a situação, porém não resolveu o problema, e o latifúndio permaneceu sempre com tendência a evoluir, portanto, Martins afirma:

As tensões produzidas pela estrutura fundiária, pela chamada “injusta distribuição da terra”, já não podem ser resolvidas por uma reforma, uma vez que não há como reformar a exploração capitalista, que já está completamente embutida na propriedade fundiária [...] Uma reforma distributivista é uma proposta inexequível historicamente, como qualquer proposta de reforma das contradições do capital, sem atingir o capital e a contradição que expressa: a produção social e a apropriação privada da riqueza (MARTINS, 1995, p. 177).

Contudo, segundo Oliveira (2011, p. 482), “o traço essencial da estrutura fundiária brasileira é o caráter concentrador da propriedade da terra e, contraditoriamente, o crescimento do número de pequenas propriedades”, contrariando a tese de fim do campesinato, crescem o número de latifúndios, assim como aumentam e permanecem os minifúndios, ainda que espremidos em pequenos lotes (Tabela 11).

Considerando-se a definição do INCRA de que um minifúndio corresponde a uma área inferior a 1 (um) módulo fiscal (MF)⁷⁹, pequena propriedade área entre 1 (um) e 4 (quatro) MF, a média propriedade superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) MF, e a grande superior a 15 (quinze) módulos fiscais, é notório o número expressivo de minifúndios no Brasil com área inferior a 1MF, são 2.567.015 espremidos em 21.907.675,09ha num país que, contraditoriamente, apresenta dimensões continentais, e em contrapartida, são 390 estabelecimentos com áreas maiores que 400 MF e até 600MF que tomam conta de uma área de 11.522.307,62ha.

A concentração desses pequenos lotes está no Nordeste, este apresenta 26,82% dos estabelecimentos com menos de 0,5 módulo fiscal, encontrando-se em maioria no estado da Bahia (57,3%), estes camponeses, muitas vezes necessitam praticar a agricultura de beira de estrada, ou até trabalhar fora de suas terras, pela sobra de ‘braços’ para o trabalho agrícola. Chama-se atenção para Minas Gerais que tem 434.176 estabelecimentos menores de 0,5MF, o Ceará também apresenta um número elevado de

⁷⁹ O Módulo fiscal é medido em hectares fixados pelo INCRA para cada município, levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares (EMBRAPA, 2016).

minifúndios menores que 1MF, são 129.511.

Tabela 11 - Brasil: Número de estabelecimentos por Módulo Fiscal com titularidade particular, 2016

Região /UF	< 0 a 0,5 1	< 5 a >	De 1 a 2	< 2 a 3	< 3 a 4	< 4 a 5	< 5 a 6	< 6 a 10	< 10 a 15	< 15 a 20	<20 a 100	<100 a 400	<40 0 a 600
N	102.969	84.169	134.006	16.714	22.196	5.823	4.524	11.678	6.452	3.227	14.244	739	182
RO	30	7	13	2	2	1	0	6	3	3	46	49	72
AC	11.113	12.618	2.004	246	89	90	52	158	130	92	310	60	13
AM	32.689	19.622	7.291	2.902	1.309	929	428	1.363	613	446	1.458	65	20
RR	2	1	4	3	1	4	1	2	2	3	23	36	35
PA	42.038	34.894	39.140	5.768	3.705	1.759	1.512	4.218	2.570	1.261	9.341	408	41
AP	1.198	3.166	4.130	605	252	103	160	327	98	56	157	7	0
TO	15.899	13.861	14.421	7.188	5.057	2.937	2.371	5.604	3.036	1.366	2.909	114	1
NE	688.596	183.925	121.680	49.796	29.732	14.161	9.863	23.172	10.880	5.059	9.656	756	40
MA	41.393	38.696	26.284	14.007	8.124	3.154	2.394	5.158	2.527	1.058	2.343	178	6
PI	15	4	9	3	6	12	11	32	40	49	150	42	8
CE	129.511	32.485	24.183	8.866	4.369	2.563	1.607	2.989	1.156	410	511	20	0
RN	23	7	2	2	1	3	6	15	24	18	101	11	1
PB	89.374	16.924	10.138	3.709	2.155	1.163	787	1.715	801	288	482	37	3
PE	5	8	10	14	10	11	14	55	57	46	201	18	0
AL	33.383	5.923	3.725	1.454	805	609	394	956	528	234	542	38	1
SE	19	8	8	12	9	6	14	27	23	25	45	7	1
BA	394.873	89.870	57.321	21.729	14.253	6.640	4.636	12.225	5.724	2.931	5.281	405	20
SE	487.671	197.364	156.797	66.110	36.322	20.280	13.743	28.225	12.853	5.203	7.804	421	30
MG	434.176	165.772	129.132	55.587	31.264	17.858	12.247	25.486	11.691	4.765	7.107	364	14
ES	53.320	31.535	27.625	10.497	5.049	2.515	1.496	2.724	1.150	428	597	28	7
RJ	6	2	2	1	0	1	0	3	3	0	23	14	5
SP	169	55	38	25	9	6	0	12	9	10	77	15	4
S	141.315	102.407	73.777	21.537	8.825	4.092	2.381	4.658	2.324	1.211	2.538	192	17
PR	244	71	48	19	14	8	10	20	34	39	169	35	6
SC	140.716	102.187	73.636	21.489	8.802	4.065	2.366	4.595	2.238	1.133	2.179	141	8
RS	355	149	93	29	9	19	5	43	52	39	190	16	3
CO	120.602	84.049	75.739	39.369	25.174	18.001	12.405	31.709	19.736	10.505	26.964	2.349	129
MS	26.011	14.399	10.024	5.374	3.787	2.765	2.242	6.412	4.582	2.714	7.678	865	47
MT	43.386	27.671	22.458	11.695	7.241	6.236	3.863	9.994	6.519	3.660	11.223	1.041	53
GO	46.561	39.775	41.951	21.700	13.710	8.718	6.083	14.832	8.360	3.971	7.624	371	9
DF	4.644	2.204	1.306	600	436	282	217	471	275	160	439	72	20
BR	2.567.015	1.239.636	913.443	329.495	182.430	101.327	67.169	153.276	81.357	38.394	86.468	6.042	390

Fonte: CNCR, 2016.

As regiões Centro-Oeste e Norte, aparecem com o menor número de estabelecimentos com menos de 0,5MF, representado por 4,6% e 4,0% respectivamente, em contrapartida, 38,5% e 14,3% dos estabelecimentos são entre 400 a 600MF ou mais, devido, em grande medida, as grandes fazendas destinadas ao plantio de *commodities* tendo como consequência a concentração de terras. O Brasil tem 131.294 estabelecimentos considerados grandes propriedades, com módulos que variam entre mais de 20 e 600, ocupando uma área de 219.432.658ha.

Neste sentido, o camponês precisa aproveitar todo o seu pedaço de terra para conseguir manter-se e em contrapartida, o latifundiário não compactua do mesmo modo de lidar com a terra, para este, muitas vezes, a terra não é totalmente destinada à produção, sendo utilizada também para a apropriação da renda da terra. O estado de Sergipe apresenta um grande número de estabelecimentos com menos de 10ha (Tabela 12).

Tabela 12 – Estrutura Fundiária de Sergipe – 2010

Grupos de área total	Estabelecimentos (%)	Área estabelecimentos (%)
Menos de 10	78,4	10,2
10 a menos de 100	18,4	32,8
100 a menos de 1000	3,1	45,4
1000 a menos de 10.000	0,1	11,6
10.000 e mais	-	-

Fonte: Secretaria de Estado da agricultura e do desenvolvimento do estado de Sergipe, 2010.

Com a análise dos dados da Tabela 12, nota-se a grande expressividade do número de estabelecimentos com menos de 10 hectares, contudo, os 78,4% de estabelecimentos ocupam apenas 10,2% da área de terras, são 78,4% espremidos em pequenos lotes, que esgotam ao máximo suas terras para conseguir se manter na mesma. São pequenos agricultores que precisam complementar a renda. Pode-se perceber também, que com uma área bem próxima ao dos pequenos pedaços de terra (11,6%) tem-se apenas 0,1% dos estabelecimentos (com 1.000 a menos de 10.000 hectares), ou seja, 78,4% apertados num mesmo espaço ocupado por apenas 0,1% de estabelecimentos. A maior área 45,4% pertence a 3,1% dos estabelecimentos agropecuários, que varia de 100 a menos de 1.000 hectares.

Os minifúndios, junto a falta de investimentos, limitam a produção, são áreas minúsculas que não permitem ao camponês o sustento familiar, ainda que com um trabalho intenso na terra, estes precisam buscar trabalho noutras terras como diarista, muitas vezes, fora do estado, como em período de safra no Sudeste do país, ou, em qualquer uma outra atividade que complemente a renda familiar.

Neste mesmo sentido, tornar possível uma citricultura predominantemente em minifúndios é um desafio grande para os pequenos produtores dos estados da Bahia e Sergipe. A maioria das propriedades são menores que 10 ha e o trabalho familiar exaustivo nesses pequenos pedaços de terra, garantem a reprodução social de milhares de famílias.

Essa realidade se aplica em boa parte da região Nordeste, caracterizada por pequenas propriedades, em que o trabalho é realizado pelos membros da família e que, por seu tamanho tão pequeno, muitas vezes, é necessário buscar trabalho em terra de terceiros ou trabalho não-agrícola, para conseguir sustentar a família e manter-se na terra. Além do pequeno pedaço de terra, que interfere na produção familiar e os fazem buscar outros meios de reprodução social, tem também a falta de recursos, de acompanhamento técnico e de meios que possibilitem a melhoria do solo, dos pomares, e das frutas.

No estado de Sergipe, há diferentes tipos de produtores de laranja (pequenos, médios e grandes proprietários, arrendatários, assentados, parceiros, ocupantes). Desde a década de 1990, os médios proprietários vêm perdendo espaço e a base da produção citrícola vem sendo os proprietários de pequenos lotes de terra que sobrevivem a duras penas, ou os donos das indústrias. Os pequenos produtores não conseguem avançar e vencer a crise devido, principalmente, a falta de políticas públicas que de fato abranja todos os trabalhadores do campo, que tenham crédito, assistência técnica acompanhada com assiduidade e com isso os produtores tenham meios de saldar as dívidas sem que precisem vender a terra e migrar, além de superar a comercialização engessada, feita somente através de intermediários.

Diante do exposto, a solução para os camponeses citricultores do estado, seria não só a Reforma Agrária, pois apenas a extensão territorial não resolveria a questão agrária do estado, nem do país como um todo. A extensão influi, porém, a mão-de-obra, o capital empregado e o tipo de pagamento concedido também são necessários à definição da estrutura fundiária. E, “a apropriação capitalista da terra permite que o trabalho que nela se dá, se torne subordinado ao capital” (MARTINS, 1995, p. 162).

Contudo, mesmo o tamanho da propriedade não sendo o único impasse para o camponês, representa um entrave para a reprodução do mesmo, pois, ainda que àquele esgote a terra com o trabalho, não consegue o sustento familiar, também, pela ausência de tecnologia que produza mais em menos espaço, desse modo, sobra braços para trabalhar e bocas para alimentar.

6.2 A sujeição do trabalho ao capital

O capital busca se assenhorar de todas as relações de trabalho, estejam estas no meio urbano ou rural, e procura mantê-las subordinadas às suas regras, para desse modo, ampliar seu alcance e níveis de acumulação e lucro. Assim, ao longo dos séculos estas relações foram modificadas, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Diante do desemprego estrutural, o trabalhador perde a noção de que o patrão é quem depende da sua força de trabalho e internaliza o contrário. As filas cada vez maiores de desempregados os fazem aceitar qualquer ocupação. Os baixos salários e a insegurança instaurada, transformam os trabalhadores em sujeitos subordinados aos ditames capitalistas.

Na atual fase do capitalismo, o discurso da qualificação é utilizado como forma de justificar a redução do número das vagas, seja nas fábricas, lojas, ou agroindústrias, e ao mesmo tempo, a desqualificação do trabalhador, ou a ausência de escolaridade, servem de justificativa para seguir com baixos salários. Desse modo,

No novo padrão de acumulação, na inserção do processo da mundialização e financeirização da economia, o trabalho deixa de ser fixo para ser móvel ficando disponível ao tempo cíclico curto da produção, distribuição e circulação do capital, que, na maioria das vezes, representa-se alienígena ao processo de tecnificação da economia. À contramão do modelo modernizante da organização da produção e do trabalho, a reprodução ampliada do capital é garantida por formas de desqualificação do trabalho e do trabalhador (CONCEIÇÃO, 2007, p. 95).

No vaivém do capital, o trabalhador necessita frequentemente se adaptar a novos espaços e ocupações, posto que muitas vezes precisam sair do seu lugar de origem em busca de reprodução social. É comum encontrar famílias separadas e espalhadas pelas diversas regiões do país. Nas décadas de 1960/1970 as migrações em busca de trabalho eram definitivas, principalmente, seguindo a rota Nordeste - Sudeste, no ano 2000, passaram a ser temporárias, e em períodos de alta temporada nas grandes cidades há migrações intensas para conseguir um contrato de poucos meses, ou também em períodos de safra, em se tratando das migrações para a zona rural. Sendo assim, percebe-se que o movimento intenso do capital, mobiliza parcelas das populações, sejam estas urbanas ou rurais.

A dificuldade em manter-se no campo é maior que na cidade. No estado de Sergipe, as migrações para as regiões metropolitanas ainda ocorrem, mas em menor quantidade em se tratando de população urbana, entretanto, no meio rural é bem considerável. Um camponês entrevistado afirma: “tenho seis filhos, dois estão em Cristinápolis, três em São Paulo, e um voltou agora porque não arrumou serviço, e tem um pequeno ainda que mora comigo em casa” (Informação verbal⁸⁰).

Outro camponês do município de Arauá complementa sobre a dificuldade de encontrar trabalho, bem como, a rigidez da comercialização em Sergipe, feita basicamente por meio de atravessadores:

Tem dificuldade de conseguir trabalho em todo lugar, na cidade grande, pequena, na roça, mas cidade grande ainda é um pouco mais fácil

⁸⁰ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 8).

porque tem muita loja, fábrica, tem o que fazer. Por aqui já deu muito, hoje em dia é difícil. Viver só da roça é uma dificuldade grande, as vezes dá, as vezes não. Quando recebe o dinheiro do atravessador parece que tem até muito, quando vê, não sobra é nada. As vezes nem pra comprar comida (Informação verbal⁸¹).

Uma das causas que impedem uma venda mais favorável ao camponês é a estrutura da comercialização no estado. Sergipe apresenta poucas alternativas de escolha para a venda do produto, o que resulta, quase sempre, em “preços muito abaixo dos custos de produção gastos com a lavoura, face a assimetria de informações e poder de pressão que tem em relação aos intermediários e à indústria de suco concentrado localizado no estado” (LOPES, 2009, p. 32).

Diferente do que acontece na citricultura paulista, em que os produtores têm alternativas como venda direta, venda via contrato padrão, via contratos especiais e a construção da indústria em outro extremo (LOPES, 2009). A maioria dos citricultores no estado de Sergipe vendem suas produções para atravessadores, isso faz cair os preços dos produtos, que são baixos. Segundo a EMBRAPA (2016, p. 18) “90% dos produtores comercializam por meio de atravessador ou intermediário”. Quando a safra não é boa (pouca produção), os atravessadores cobram um alto valor às indústrias pela produção (lei da oferta e procura), contudo, quando há uma alta produção, os próprios atravessadores não compram toda a laranja dos camponeses, fazendo com que seu preço não caia junto às indústrias e os mesmos tenham que arcar com os prejuízos. Assim:

Essa situação evidencia um ponto sensível da cadeia citrícola, com os produtores rurais estando atrelados aos atravessadores, o que diminui os ganhos reais do produtor. Isso denota a necessidade de uma articulação em redes associativas, cooperativas e outras que possibilitem o amparo dos produtores em termos de remuneração adequada (EMBRAPA, 2016).

Neste contexto, um dos entrevistados da indústria de suco Maratá, e também produtor, denota grande insatisfação com a cultura da falta de crença dos sergipanos, e nordestinos em geral, nas cooperativas e associações. Segundo o mesmo, no município que produz, tentou liderar um grupo de camponeses para o plantio da acerola, fruta que tem tido grande destaque em decorrência da alta concentração de vitamina C. Contudo, devido a falta de confiança dos camponeses, não conseguiu levar adiante, e afirma que,

⁸¹ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 19).

No sul do país há uma maior união no campo, juntos sempre temos maiores possibilidades de conseguir pesquisas voltadas para determinada plantação, para não sair por aí como fazem com a laranja, que tentaram de tudo para controlar a mosca negra, até óleo de comida, e não tiveram sucesso. Com cooperativas, pode conseguir um número maior de compradores, uma fábrica para mais perto da matéria-prima, há maior possibilidade de prosperar. A acerola mesmo, está entrando no mercado com força, não para o suco, mas para a retirada da vitamina C para outros subprodutos, em Boquim tem crescido muito o plantio, mas o povo não tem visão empreendedora, não confia no outro, segue cada um como quer (Informação verbal⁸²).

Em campo percebeu-se que em nenhum dos municípios as cooperativas e associações cumpriam seu papel. Muitos camponeses sequer participavam, outros eram associados, mas não viam grandes benefícios. Muito se falou a respeito de lideranças de movimentos que estavam interessados apenas em seguir carreira política, em levar vantagem, e por se sentirem lesados, a maioria dos camponeses deixaram de ser cooperados.

Todavia, se esquivam das cooperativas e das possíveis jogadas políticas, e se deparam com os intermediários, ou atravessadores, o que torna a comercialização pouco rentável. Posto que todo o ônus que recai sobre o circuito, afeta com mais força a base da produção, e é inversamente proporcional, em se tratando de lucro.

Neste sentido, quem trabalha no final do circuito tem maior poder de barganha, o produtor da laranja é o elo mais frágil, desse modo, os produtores têm menos poder que os atravessadores, estes menos que donos de indústrias, que determinam o preço da laranja, industriários estão abaixo dos envasadores, e estes, dos varejistas.

Ademais, em Sergipe o camponês não possui crédito suficiente para arcar com os entraves que muitas vezes aparecem na agricultura, como as pragas, os pés de laranja velhos e, muito menos, investir no melhoramento dos solos ou estufas. Alguns que tentam conseguir crédito junto ao banco, acabam tendo dificuldade para saldar suas dívidas.

Contudo, embora a tecnologia tenha adentrado com certa intensidade a citricultura, principalmente dos que possuem capital para investir nesta, ainda não foi criada uma máquina que retire o fruto de forma adequada, sem que a planta fique danificada. No Brasil, segundo a ABECITRUS (2018) a colheita é feita 100%

⁸² Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da indústria (Entrevista 16).

manualmente, até porque as laranjas do mesmo pomar não amadurecem no mesmo período, e é preciso um trabalhador para ter tal percepção.

Portanto, para a produção de laranja são necessários muitos braços, principalmente no plantio das mudas e colheita da fruta. No centro sul sergipano as respostas variam em relação à contratação de pessoas, muitos afirmaram que com a produtividade baixa dos pomares, a mão-de-obra familiar é suficiente para a colheita. Outros alegaram que com a exigência de carteira assinada muita gente deixou de contratar e uma quantidade grande de pessoas mudou-se para o Paraná, por terem perdido seus empregos. Afirmam um entrevistado,

Há uns anos era tanto dinheiro que todo mundo tinha por aqui, parava caminhões lotados de laranja, esses bares viviam cheios de gente, as ruas movimentadas, todo mundo com dinheiro. Não tinha dia não, era domingo, meio de semana, os caminhões eram todos lotados vindos das roças, de inverno a verão. Ganhavam em média 600-800 reais por semana, mas, além das doenças, veio o governo, inventou umas fiscalizações aí, com muda, com jeito de plantar e com trabalhador, tinha que ter carteira assinada, aí foi ficando caro demais, o povo começou a arrancar a laranja para plantar milho, que usa só a máquina, não precisa de muito trabalhador. Agora tá sobrando trabalhador aí, uma parte foi para o Paraná, e quem ficou tá com a cara pra cima. A renda era grande com a laranja, agora acabou (Informação verbal⁸³).

Pode-se perceber que a contratação de diaristas é intensa nessa região do estado, contratam o tratorista em praticamente todas as propriedades para ‘limpar’ a área e pagam em média R\$ 80,00 a hora. Em entrevista a um colhedor de laranja, declarou que recebe entre R\$50,00 e R\$ 60,00 a diária, ou a R\$1,30/R\$1,50 a caixa. No período de colheita são contratados nos laranjais, mas ao longo do ano fazem capinagem, trabalham de ajudantes de pedreiros “não pode é ficar sem trabalhar” (Informação verbal⁸⁴).

Entre os trabalhadores do campo nenhum dos entrevistados apresentou carteira assinada. É notório o quanto não assimilam que esta é uma benfeitoria para quem trabalha, e todo o tempo acusam o governo de maltratar diariamente os proprietários dos sítios, e também os diaristas, que deixam de trabalhar. Neste sentido,

O governo só faz perseguir todo mundo, é tanta gente querendo trabalhar e sem ter como, sem conseguir colocar um prato de comida em casa. E tanta gente precisando de trabalhador e sem ter como também. O jeito é vender parte da terra, eu vendi uma parte, porque só dou conta de poucas tarefas, meus filhos não querem saber de trabalhar

⁸³ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 2).

⁸⁴ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 19).

na roça, aí pronto, fiquei com minhas mãos amarradas (Informação verbal⁸⁵).

No viveiro de mudas teladas, tem dois empregados com carteira assinada, mas ao longo do ano contratam mão-de-obra, vindos a maioria de Boquim, por isso, afirmou o entrevistado, que além do pagamento, também são oferecidas duas refeições para estes, são contratados 8 homens, principalmente nos meses de dezembro e janeiro. Recebem R\$120,00 o milheiro (0,12 centavos a muda).

Na indústria, além do trabalhador fixo com carteira assinada, existem vários outros que são contratados em períodos de colheita, o entrevistado não soube precisar quantos, pois varia de acordo com as chuvas, se intensas demais ou escassas, a produção cai muito, conseqüentemente, o número de contratados também. Quanto aos trabalhadores fixos e com carteira assinada, esses também estão perdendo seus empregos, segundo o entrevistado 25, no mês de agosto (2018), 70 pessoas perderam seus empregos, “com essa lei que a indústria pode terceirizar 100%, os trabalhadores aqui começaram a sentir na pele, e a tendência é piorar” (Informação verbal⁸⁶). E, ainda afirma:

O grande problema da citricultura no estado é a falta de investimento. O governo saiu de cena, não investe mais em pesquisas, nem em melhorias para o plantio, quis modificar alguma coisa com as mudas teladas, mas a falta de acompanhamento dos pés, de ensinamento de como melhor lidar com a plantação, e mais investimentos financeiros, fez com que o produtor caísse muito. Hoje nós da Maratá temos nossa própria plantação, mas o que precisamos comprar de fora, compramos da Bahia (cerca de 75%), do pequeno produtor aqui quase não compra não. Quando se ouve falar em crescimento da laranja em Sergipe, plantações grandes e belíssimas em Cristinápolis, por exemplo, é porque o dono da indústria que tem terras e planta, como em Cristinápolis mesmo é tudo de Elizeu dono da TropFruit. A falta de investimento levou os pequenos a não conseguirem concorrer com os grandes. Hoje quem planta laranja que tem um pouco mais de lucro é de médio produtor a grande, o que é uma pena, pois já empregou mais de 100.000 pessoas no centro-sul sergipano (Informação verbal⁸⁷).

Para tanto, a sujeição do trabalho ao capital é inevitável, levando em consideração o sociometabolismo deste, que alcança tudo e todos. Seja pelo olhar do camponês de sentir-se livre e autônomo, ao não estarem envolvidos em associações de cunho político, e poderem plantar laranja, milho ou capim, seja pela visão empreendedora do capitalista

⁸⁵ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 2).

⁸⁶ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 25).

⁸⁷ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 25).

de que as cooperativas são necessárias para aumentar o lucro, o fato é que todo o trabalho, e produção no campo, está aprisionada ao capital de alguma forma.

6.3 Estratégias de reprodução social

Estar inserido no capitalismo não significa estar em consonância com este. O modo de produção capitalista alcança e faz uso de produções não-capitalistas para extrair e ampliar o mais valor, cria e recria suas relações com o campesinato de forma contraditória, ora inserindo-o no modo de produção, ora excluindo-o.

“Tem tempos que sobra mais, tem tempos que dá pra usar um pouco mais de adubo, e tem tempos que falta” (Informação verbal⁸⁸ 26). O fato do lucro não ser a principal meta a ser atingida pelo camponês, favorece ao capital, pois este permanece no campo, ainda que tenha prejuízo nas safras, servindo de mão-de-obra para grandes fazendas em período de colheita, ou ajudando a manter baixo o valor da cesta básica nas cidades.

O desenvolvimento, territorialização e/ou monopolização do capital no campo, mudou a relação do homem com o meio rural, principalmente em decorrência da pobreza crescente que a concentração de terras, os minifúndios, a concorrência desleal e a falta de investimento do Estado, trouxeram para o campo.

Muitas são as estratégias utilizadas pelo homem para permanecer no campo, como a produção de farinha no município de Lagarto (KOLMING, 2005), a produção de castanha de caju em Itabaiana (NASCIMENTO, 2011), o bordado, feito muitas vezes por homens, em Tobias Barreto.

Diante disso, o trabalho acessório, que representa o trabalho fora da propriedade, seja este agrícola ou não-agrícola foi uma das estratégias de reprodução social do camponês para permanecer na terra e não migrar. A falta de condições de trabalhar em sua própria terra, devido a diversos fatores sejam estes, braços de sobra para pouca terra, falta de chuvas, ausência de condições para iniciar um plantio, os fazem buscar outros meios.

O trabalho acessório diz respeito ao artesão, ao comerciante, à produção de doces, bolos, compotas para vender na feira, diarista em fazendas vizinhas, são as saídas encontradas para manter o equilíbrio econômico familiar, que se encontra em desequilíbrio por não conseguir suprir a renda da família somente com o trabalho na terra.

⁸⁸ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 26).

Sobre esse aspecto, um entrevistado afirma “não trabalho na minha terra, o dinheiro pouco não tem como investir em plantio pra mim, só no de comer em casa mesmo, mas eu prefiro o trabalho na roça que é mais tranquilo” (Informação verbal⁸⁹).

É unânime a reclamação pelo preço dos adubos e venenos no controle as pragas, isso faz com que alguns camponeses busquem pelo trabalho fora da propriedade. “Tanto camponeses parcelários, posseiros ou agregados quanto proletários, vivem um incessante ir e vir, ser, não ser e vir a ser, numa busca interminável por melhores condições de vida, ou simplesmente, sobrevivência” (NASCIMENTO, 2011, p. 103), e neste caminhar, o camponês permite-se encontrar com vários de si em um, para vencer a crise, a fome, a seca, a falta de subsídios do Estado.

Antunes (1999) assegura que o desenho societal da classe trabalhadora no campo do Brasil é refeito constantemente por camponeses, proletários, subproletários e assalariados, pois estes extrapolam os rígidos limites entre o que é ser num dia, numa safra, numa temporada, sendo este, cortador de cana, colhedor de algodão, servente de pedreiro, metalúrgico, e em outros tempos ou temporadas, ser ocupante de terra, segurança, motorista, catador de papel, camelô. Desse modo,

Uma importante característica a ser destacada a partir dos acontecimentos dos séculos XX e XXI é que as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida. Em alguns lugares, há comunidades de camponeses que hoje vivem principalmente do turismo. Há lugares onde as comunidades camponesas ganham a vida com novos métodos de produção e, em outros, os camponeses ganham a vida por meio da combinação do trabalho camponês e do trabalho não-camponês (SHANIN, 2008, p. 24-25).

O camponês transforma-se, dependendo da época do ano, nas mais variadas profissões, ajudante de pedreiro, mecânico, feirante, vigilante, babá, empregada doméstica, cozinheira, lavadeira, bordadeira, cabeleireiro, barbeiro, faxineiro. Neste sentido:

Aqui mesmo na terra só eu e meu marido, a gente cuida da poda e da limpa dos pés, o atravessador que traz quem vai colher e o caminhão para abastecer, então o trabalho não é muito. Só a gente mesmo dá conta. Planta umas coisas poucas aí como mandioca, batata doce, mas

⁸⁹ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 3).

é para nós mesmos. Os filhos têm dois que trabalha na roça mesmo, faz diária quando chamam, um que trabalha no mercadinho do povoado, e dois netos, um corta cabelo aqui mesmo e o outro só estuda (Informação verbal⁹⁰).

O entrevistado 10 complementa,

Tenho cinco filhos, sou aposentado, minha mulher também, aqui comigo tenho três filhos, dois trabalha na roça comigo, uma tem problemas de cabeça e não faz nada, os outros dois, tem uma que é babá na cidade e um em São Paulo, o que sustenta a casa mesmo é a aposentadoria nossa (Informação verbal⁹¹).

É comum deparar-se com famílias que necessitam complementar a renda com trabalho fora da propriedade, contudo, tais acontecimentos não trazem em suas entrelinhas o anúncio do fim do rural e do agrícola, pelo contrário, deixam explícitas as saídas encontradas pelo campesinato para resistir e continuar na terra, as vezes trabalhando em sua propriedade, outras nas terras do vizinho, noutros tempos em trabalho não-agrícola, e até nas migrações, demonstram força e resiliência para contornar as crises. Neste sentido, um entrevistado afirma:

Já morei em tanto lugar, dos 13 aos 26 passei por tudo que foi canto, passei um tempo em São Paulo, no Paraná, aqui perto mesmo em Riachão do Dantas, fui até para o norte, mas de tudo, eu prefiro morar aqui, daqui só pro cemitério (Informação verbal⁹²).

As migrações, embora, algumas vezes, apartem famílias para sempre, podem ser também consideradas estratégias de reprodução social e permanência no campo, posto que existem diferentes tipos. As permanentes ocorrem quando migram e não voltam mais, e é muito comum encontrar sergipanos, nordestinos de uma forma geral, que tenham entes queridos que vivem no Sudeste, em especial, São Paulo. Assim como as temporárias, que em períodos de safra, seja da laranja, da cana de açúcar, do café, vários nordestinos migram em busca de trabalho e depois retornam aos seus lares, além das migrações pendulares, que ocorrem diariamente.

⁹⁰ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 20).

⁹¹ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 10).

⁹² Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 1).

Conceição (2007) afirma que a preferência dos lugares para a migração dos jovens ainda é o estado de São Paulo (43,7%), tanto pela citricultura, decorrente da experiência neste cultivo e o fato de não exigir mão de obra qualificada, além da oferta de outros trabalhos contínua neste estado, mesmo que precarizado e explorado. A autora diz que se observa também a procura por outros estados que não eram comuns até o início da década de 1990, como os estados de Mato Grosso (18,5%), Minas Gerais (17,5%), Rio de Janeiro (11,7%), Tocantins (3,8%), contudo, tem-se demonstrado também acentuada incidência migratória para as cidades internas do próprio estado de Sergipe.

A dificuldade de conseguir extrair da terra o necessário para sobreviver, obriga o camponês a migrar seja para o trabalho assalariado ou semi-assalariado. Para o capital não importa onde o camponês queira permanecer, desde que tenha disponibilidade de migrar, servindo para ampliar seus lucros, seja na cidade ou no campo. “Na situação de itinerantes tornam-se andarilhos, indo onde tem trabalho e retornando para o campo quando acaba” (CONCEIÇÃO, 2007, p. 95). Em relação ao itinerante,

Vivem em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante é viver tais contradições como duplicidade, é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser, ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca (MARTINS, 1986, p. 45).

Sendo assim, o camponês não é estático, não tem suas raízes fincadas na terra, embora, permanecer nesta seja seu pensamento primeiro. Seu histórico é de ocupação, determinação, força, resiliência e resistência e fazem do seu cotidiano uma verdadeira luta pela sobrevivência.

Neste contexto, o Estado, por meios de programas com o PRONAF, e alguns de caráter compensatórios como Bolsa Família, de certo modo, ajudou a manter o homem no campo, pois o nível de miserabilidade caiu, em decorrência, principalmente, do segundo. Entretanto, o Estado apresenta-se como financiador dos meios de produção do camponês, todavia, além de não suprir as necessidades campesinas, o ausente de suas obrigações, gerando mais dependência, e não trazendo ações emancipatórias para a solução da pobreza no campo.

Diante da necessidade de se buscar meios que possibilitem o sustento da família, o trabalho realizado a partir do trabalho não-agrícola, apresenta-se como estratégia de permanência no campo, bem como uma maneira de contornar a pobreza que assola o meio rural em muitas regiões do país, no entanto, essas estratégias fazem com que o mesmo tenha sua força de trabalho explorada diretamente pelo capital (Tabela 13).

Tabela 13 - Centro sul de Sergipe – Tipos de trabalho no campo

Ocupação	Número
Trabalho Agrícola	45
Feirante	6
Mercearia	2
Boleiras	3
Assalariados do comércio	6
Cabeleireiro	1
Babá	2
Ajudante de Pedreiro	6
Mecânico	1
Desempregado	7
Migrantes	13

Fonte: Trabalho de campo, agosto 2018

É expressiva a quantidade de trabalho agrícola entre os camponeses no centro sul sergipano. No universo pesquisado, são 54,87%, há uma variedade grande no destino da produção, alguns são citricultores e vendem para os atravessadores, uns produzem farinha com a mandioca, outros vendem nas feiras-livres, e muitos destes plantam somente para o autoconsumo e tal façanha é possível devido a aposentadoria rural, dentre os 45 que trabalham na terra, 21 são aposentados.

O trabalho não-agrícola também é expressivo, levando em consideração apenas os que permaneceram no campo, estes fazem parte de 29,34% dos entrevistados. Alguns destes migram diariamente para a sede do município para trabalhar no comércio, outros têm em casa, o salão, a venda, a oficina. Os desempregados, ajudam, quando necessário, na lida com a terra, mas pelo pequeno pedaço da mesma, nem sempre é preciso, fazem “bicos” em terras de terceiros em tempos de safra, dentre estes, havia 2 diaristas de faxina domésticas em busca de trabalho.

Os migrantes permanentes (38%) estão concentrados na região sudeste do país, em especial, no Rio de Janeiro e São Paulo, segundo os entrevistados, não enviam

dinheiro para compor a renda da família, pois com a aposentadoria e o bolsa família, estes não precisam da ajuda vinda de fora, quanto precisavam antes.

Os migrantes temporários somam 62% dos entrevistados, muitos destes, deslocam-se diariamente para o trabalho com os mais variados meios, seja a pé, a cavalo, em ônibus muito velhos (à pé e sem proteção) e em caminhões pau de arara; não apresentam estabilidade empregatícia, na maioria das vezes, encontram ocupação em períodos de safra; ou deslocam-se durante certo período para outro estado e retornam quando não há mais necessidade da sua força de trabalho. Além disso,

Diante da necessidade de conseguir manter a família, o trabalho acessório é a possibilidade do “dinheiro extra” para ajudar nas despesas da família, ou a alternativa – às vezes única – suficientemente capaz de manter a família no campo, mesmo com toda exploração a que é submetido (SANTANA, 2011, p. 86).

Assim, muitos camponeses tornam-se reféns do mercado, devido a especialização produtiva e os consequentes preços baixos das mercadorias agrícolas. Outros tornam-se trabalhadores temporários, numa relação de semiescravidão, sem nenhum ou quase nenhum direito trabalhista. No entanto, a exploração da força de trabalho camponesa é ainda mais intensa, quando, ao mesmo tempo, o camponês trabalha na agricultura e busca o trabalho não-agrícola, como alternativa de complementar a renda familiar (NASCIMENTO, 2011).

O meio rural nordestino e, em especial, em Sergipe é marcado pela precariedade na educação, na saúde, além da escassez e exploração do trabalho. Em muitos lugares ainda há ausência de água encanada, saneamento básico, dentre outras condições que afetam a qualidade de vida camponesa, ainda muito atrelada a pobreza e a falta de condições de reproduzir-se socialmente, sobretudo, somente pela terra.

Embora o capital há muito dite as regras nos setores da economia, o camponês, ora parece segui-las e, frequentemente, deixem de plantar o que costumam para cultivar monocultura que abasteça o mercado, ora apresenta-se na contramão do capitalismo, com relações não capitalistas, o que demonstra que as várias ‘faces’ apresentadas por estes durante o ano, foram as saídas encontradas para enfrentar as crises e permanecerem no campo.

A dinâmica agrícola é intrínseca ao modo de vida no campesinato e, embora, muitas vezes, estes cultivem um único tipo de cultura para a indústria ou para o supermercado, quando a produção não é mais suficiente para o sustento familiar, se

adaptam a outras opções, seja iniciando um novo plantio, trabalhando em terra de terceiros ou até desenvolvendo um trabalho não-agrícola.

No trabalho de campo percebeu-se que todos os entrevistados camponeses plantam junto a laranja outras culturas, em especial o milho e a mandioca, ambos para o consumo interno. Há também o cultivo de amendoim, limão, batata doce, acerola, feijão e fumo, além da horta, e dentre estes, parte é para subsistência, outra parte vende nas feiras ou na porta de casa (Figura 10).

Figura 10 – Sergipe: Plantação consorciada de laranja com mandioca (1) e milho (2), 2018



Foto: ANDRADE, A. C. S. N. de. Pesquisa de campo, 2018

Contudo, cerca de 90% dos entrevistados, noutros tempos, tinham uma plantação de laranja muito maior que qualquer outro cultivo em suas terras, todavia, a maioria destes estão trocando a citricultura por milho e afirmam que esperarão algumas colheitas mais, para depois retirar os pomares que restaram. Neste sentido, um entrevistado afirma:

Comecei a plantar laranja com 7 anos de idade, prosperei, achei bom, mas está ficando ruim. Zé de Elias era produtor forte, hoje trocou a laranja por capim e criação de gado. Eu já plantei muito, hoje tenho 10 tarefas de laranja e 20 tarefas de milho, mas nem cuido mais da de laranja, vou tirar tudo. Tem a mosca, e tem o pessoal da Ilha (povoado

de Itabaianinha) que entra no meu sítio para roubar. Perdi a graça mesmo (Informação verbal⁹³).

Outro entrevistado do município de Arauá afirma,

Aqui era só laranja, quando vimos que não estava dando para sustentar nem os próprios pés de laranja, dividimos a terra para outras coisas, como a batata, a mandioca, o feijão. A gente está quase desistindo da laranja. Antes aqui enchia de laranja, era preciso contratar mão de obra, hoje eu sozinho dou conta (Informação verbal⁹⁴).

Na tabela 14 estão representados os dados da quantidade produzidas de lavouras temporárias e permanentes, nos 14 municípios produtores de laranja da região centro sul de Sergipe, ao longo de 43 anos. É notório a dinâmica agrícola nos municípios pela diversidade de tipos de culturas, o côco, a mandioca, a laranja e o milho que apareceram em evidência em todos os anos analisados. Destaque para o crescimento tímido do abacaxi e do milho, nas três últimas décadas do século passado e início deste e o grande salto no ano de 2017, em campo percebeu-se que vários produtores estão mudando a plantação da laranja para o milho. A mandioca oscilou um pouco a produção dentro do período analisado, mas sempre manteve-se em alta, essa é uma das culturas que mantém o homem no campo e símbolo da estratégia de reprodução.

Tabela 14 - Quantidade produzida em toneladas nos 14 municípios citricultores de Sergipe

Anos	1974	1984	1994	2004	2017
Abacaxi	975	2.100	2.532	3.252	20.306
Amendoim	390	550	827	667	529
Banana	218	1.189	1.572	14.345	7.085
Batata doce	3.073	2.372	4.420	2.296	682
Côco	20.498	21.040	29.403	35.391	154.281
Fava	187	86	191	204	-
Feijão	332	831	2.734	2.269	756
Fumo	5.950	5.711	5.096	1.950	191
Laranja	316	2.635.414	4.071.996	711.781	417.047
Limão	33.922	36.311	73.097	5.170	3.452
Mandioca	180.743	160.712	333.167	279.454	146.610
Milho	2.060	1.672	3.500	4.585	45.843

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2017

⁹³ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 8).

⁹⁴ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 14).

O côco apresenta-se com produção crescente e avançou no ano de 2017. A laranja cresceu muito na década de 1980, teve um aumento considerável em 1990 e vem em decadência desde a década passada. Com as oscilações na produção, ora um mais em evidência que o outro, pode-se perceber o quanto o homem do campo se adapta as mudanças para sobreviver e permanecer neste.

6.4 Vida campesina

Buscar o camponês das literaturas na nossa realidade é ilusório, assim como o proletário, o capitalista, o fazendeiro, e tantos outros atores sociais que compõem o espaço geográfico são únicos, e precisam ser vistos de perto, analisados com proximidade para que não haja riscos de deturpar a realidade e fazê-la encaixar no modelo predeterminado antes da ida ao campo.

O campesinato há muito vem sendo estudado e debatido por vários pesquisadores, e as dúvidas em torno da sua continuidade, ou desaparecimento, do pertencimento ou não ao modo de produção capitalista, perdura e ainda causa muitos embates e discussões entre os acadêmicos.

O debate sobre o camponês inicia-se no final do século XIX, neste são destacadas duas correntes, em uma diz que a modernização e industrialização do campo levaria a descampenização, tinha como teóricos basilares Kautsky (1980) e Lenin (1982), sendo que este último assegurou que o campesinato estaria em vias de desaparecimento com o desenvolvimento do capitalismo no campo, que com a separação da agricultura e da manufatura transformaria a primeira em indústria e seus produtos em mercadoria.

Na concepção de Kautsky (1980) com o passar do tempo, iria aumentar a necessidade de ter dinheiro, não apenas para a compra de coisas que não produziram, ou mesmo supérfluas, mas também de coisas básicas. “Ele não pode mais lavrar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro” (KAUTSKY, 1980, p. 31). Sendo assim, entende-se que, com a perda da autonomia, e consequente dependência do mercado, estariam fadados a desintegrar-se.

Na análise feita sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin assegura que o camponês médio irá desaparecer, o camponês pobre será transformado em proletário, e o rico em capitalista. Posteriormente, em bibliografias como “aos pobres do campo” o autor considera que houve erro acreditar que a agricultura capitalista da Rússia estava cristalizada (CONCEIÇÃO, 1991).

A outra corrente, tem como um dos principais autores Chayanov (1974), e é também a concepção aqui defendida, diz que o desenvolvimento do capitalismo no campo mantém relações capitalistas de produção e ao mesmo tempo, as não capitalistas – que são as relações camponesas. Analisam a economia familiar, enfatizando o modo de vida, valorizando a contribuição destes para a construção de uma sociedade igualitária. Esta corrente é retomada nas décadas de 1970/1980 tendo como grande estudioso Shanin (1980).

Tanto Lênin, quanto Kautsky, dentre outros autores, que acreditavam no fim do camponês, e em sua transformação em assalariados, diaristas, operários da construção civil, devido a situação de pobreza e ao consequente esvaziamento do campo, não contaram, àquela época, com a criatividade e resiliência campesina. De fato, concretizou-se a diminuição da população rural, o trabalho não camponês adentrou este meio, contudo, esses são “os recursos de sobrevivência do campesinato, que têm provado serem mais fortes que o que se poderia esperar” (SHANIN, 2008, p.25), estes meios que supostamente levariam à desintegração do camponês, contraditoriamente, levaram à sua permanência na terra enquanto tais.

Esse processo contraditório não está relacionado apenas ao trabalho não-agrícola ser uma estratégia para manter o campesinato, mas ao fato de o próprio modo capitalista de produção ter interesse em mantê-lo, mesmo que, contraditoriamente, o expulse também, desse modo, são utilizadas dessa relação com o homem do campo, o trabalho sem remunerá-lo, ou seja, dono da fazenda recebe uma parte do fruto do trabalho dos camponeses, sejam estes parceiros ou meeiros, converte-o em mercadoria, e ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim realizam a metamorfose da renda da terra ao capital através de relações não-capitalistas.

Dessa maneira, pode-se afirmar que apesar do desenvolvimento do capital no campo este mantém sem extinguir o camponês, e permite a existência de relações não capitalistas, pois a manutenção destas, é benéfico ao seu crescimento e monopólio.

No Brasil, os homens que vivem no campo são considerados como atrasados, os jecas, os não civilizados. A sabedoria trazida por gerações não é levada em consideração, e estes, para muitos, não passam de homens esperando a oportunidade de migrar e viver as muitas possibilidades que a cidade grande oferece.

E embora o êxodo rural ocorra há anos, com mais intensidade no Brasil, a partir da década de 1970, cada região apresenta seu histórico, sempre associado ao capital, para que as migrações ocorressem. A falta de terras ou de condições de viver nesta, a seca, a

pobreza rural, foram alguns dos motivos que impulsionaram a saída dos camponeses, e seguem impulsionando, assim como, a mecanização, poupadora de mão-de-obra, que se espalha pelo campo, em especial da região Centro Oeste. No Nordeste, as migrações se deram em especial pela pobreza que assolava o meio rural, muitos migravam para a região sudeste em busca da crescente economia industrial. Assim,

Desde o final dos anos 1970, tem-se verificado uma série de mudanças econômicas e institucionais vinculadas ao processo de liberalização dos mercados e de crescimento do domínio do capital financeiro em escala global, com impactos diversos sobre a produção agrícola. Verifica-se a reestruturação de cadeias produtivas do sistema agro-alimentar em nível global, sob a coordenação de cada vez mais poderosas corporações transnacionais envolvidas com a produção de insumos, processamento e comercialização da produção, e o estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho. (MARQUES, 2008, p. 53).

Vê-se que a tecnologia ao adentrar o campo, por meio do capitalismo, trouxe para este, modificações grandes, como o esvaziamento do campo, seja por meio da pobreza crescente, seja pelo desemprego por conta das máquinas e os que permaneceram no rural, tiveram que se adaptar e incorporar ao seu plantio os insumos, normas e regras impostas por organizações internacionais.

Diante das modificações ocorridas no cotidiano do camponês estes apresentaram variadas formas de lidar com as transformações. Muitos lutam em busca da sonhada Reforma Agrária, como é o caso das Ligas Camponesas, uma das mais importantes formas organizativas de trabalhadores rurais no Brasil, que tiveram como base inicial no engenho da Galiléia em Pernambuco e se alastrou por todo o país, bem como, movimentos sociais rurais brasileiros surgidos a partir da década de 1980, notadamente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), demonstrando a força e a integração desta classe que é a mais ativa do país (MOTTA, ESTEVES, 2006).

Shanin (2008) afirma que o camponês em alguns lugares se encontra longe do conflito direto, de lutas armadas, desse modo, não pode ser considerado uma classe, esse é o caso do centro sul sergipano, contudo, considera-se um modo de vida, que não está totalmente atrelado à economia de mercado, nem a estatal, faz parte da economia familiar, a qual os pesquisadores precisam analisar. Desse modo,

Os camponeses também têm apresentado uma surpreendente flexibilidade e capacidade de adaptação. A explicação para essa tão grande resiliência, segundo Shanin, está na natureza da economia

familiar, que não tem sido tão estudada quanto as economias estatal e de mercado, pois, em situações de crise, a lógica da economia camponesa é particularmente eficiente e tende a resolver os problemas de forma mais barata. (MARQUES, 2008, p. 52).

A economia familiar é um elemento importante para compreender quem é o camponês, muito mais que um molde homogêneo carregado de conceitos e preconceitos. Nesta se encaixa, por exemplo, a dona de casa que não recebe o salário e opta por educar os filhos, o camponês que planta para subsistência, os braços familiares que se ajudam e mantêm o alimento na mesa para todos sem precisar ir ao mercado. E é nessa produção em família que encontra o principal modo de vida camponês, dentre outros elementos sejam estes,

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevive às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar (SHANIN, 2008, p. 26).

Dentre os elementos mencionados na citação de Shanin, foi possível perceber de forma clara no meio rural analisado, a flexibilidade de adaptação através dos diversos desdobramentos feitos ao longo dos anos para superar a crise da citricultura, além de ser comum a ajuda mútua no processo de colheita entre os vizinhos, a multiplicidade de soluções encontradas para reproduzir-se socialmente, o trabalho em família e a criatividade, base da economia familiar, e ainda, acrescenta-se a esses elementos, a terra como condição de vida, pois a resposta negativa a respeito da possibilidade de sair do campo para morar na cidade foi unânime. Assim, um entrevistado afirma que:

Sou mais aqui 10 vezes que na cidade! Quando amanhece o dia, e a coisa não está boa, eu coloco meu chapéu na cabeça, e saio pensativo, ando esses campos, vou para o meio das plantas, com um tempo volto pra casa e sempre volto melhor. O campo traz tranquilidade, não quero a melhor casa da cidade em troca dessa minha! (Informação verbal⁹⁵).

Percebeu-se que, o apego a terra é o principal requisito para continuar no campo, a gratidão pela generosidade da terra que tudo dá. Observou-se que, não necessariamente, os camponeses sejam naturais onde vivem, muitos vieram de outros municípios, ou

⁹⁵ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 7).

estados, mas todos do meio rural. A tranquilidade também é mencionada pela maioria, além do trabalho, que preferem o trabalho agrícola ao não agrícola.

Embora com a entrada do capital no campo a autonomia do campesinato tenha, de certa forma, se perdido, posto que estes não plantam exclusivamente o que querem, mas o que o capital dita, a autonomia se mantém nos horários de trabalho, nos dias que querem descansar, na intensificação em algumas épocas e calma em outras, e em ser patrão deles mesmos. Sobre esse aspecto, um entrevistado relatou:

Fui chamado 2 vezes para trabalhar na Maratá, mas não fui não. Minha mãe, que preocupada com o pouco que tava entrando, mandou meus documentos sem eu saber, mas quando me chamaram eu disse logo: vou nada! Ali é escravidão, não tem liberdade, aqui trabalho no meu horário, no meu dia (Informação verbal⁹⁶).

Neste sentido, assegura Shanin (2008, p.38) que “essa é uma peculiaridade do trabalho camponês, é o trabalho de um homem que é dono do seu próprio trabalho e pode decidir como utilizá-lo”. Cumprir horários, começar a trabalhar às 8:00 horas, seguir regras impostas por patrão não fazem parte do que os camponeses querem e sonham para si, podem até, em algum momento, trabalhar no não-agrícola como estratégia para sobreviver, uma maneira criativa de manter-se camponês. Em entrevista um camponês afirmou que “Aqui na terra tem tudo, gosto de trabalhar aqui” (Informação verbal⁹⁷). Outro complementa, “não quero ir para a cidade, eu gosto da roça, gosto de plantar” (Informação verbal⁹⁸).

Escolheu-se, dentre os entrevistados, os mais velhos, numa média de idade entre 35 e 70 anos, pois além da relação com a terra que tentou-se entender, seria necessário compreender sobre o plantio e comercialização da laranja, contudo, em meio a entrevistas, sempre surgia um neto ou filho mais novo dos camponeses, e aproveitou-se para compreender o que os jovens esperavam do campo.

Assim, grande parte dos jovens que estiveram presentes na entrevista, afirmaram que preferem ir para a cidade, estes estudam nas escolas nas sedes dos municípios e a atratividade que o urbano oferece lhes chamam atenção, “Eu prefiro a cidade, aqui é parado demais”, afirma a neta de um dos camponeses.

⁹⁶ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 6).

⁹⁷ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 11).

⁹⁸ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 12).

Contudo, ao mesmo tempo que é possível verificar a expropriação e queda do peso relativo da população rural no conjunto da mundial, também o é a sua adaptação e transformação, com novas formas de luta e de organização da vida e da produção no campo (MARQUES, 2008).

Além da relação de amor que o camponês tem com a terra, que o impulsiona a lutar para ficar nesta, as melhorias ocorridas no campo do Brasil, como o programa ‘Luz para Todos’⁹⁹ também contribuíram para que a migração fosse a última saída.

Em todos os depoimentos a terra foi exaltada como a condição de vida, mesmo diante das transformações e das relações atuais de trabalho, sair desta não faz parte dos planos. Assim, com frequência ouvia-se afirmações como: “A terra não é só para mim, é para todo mundo. A terra é tudo pra gente, teve terra tem ouro” (Informação verbal¹⁰⁰). “Me criei na roça e só gosto mesmo daqui, era ruim sem energia, agora tem luz, está bom! Na terra tem amor demais!” (Informação verbal¹⁰¹).

A terra é trabalho e descanso, lazer e tranquilidade, família reunida, ligação com o sagrado, alimento, luta, desse modo, em todos os lugares a “organização camponesa se mantém, e apresenta posição ambígua no capitalismo: integrado e marginal, complementar e contraditório, dentro e fora ao mesmo tempo” (MARQUES, 2008, p. 69).

Os camponeses, embora modificados pelo tempo, devido a necessidade de reproduzirem-se, mantêm o modo de vida campesino, a relação com a terra, a maneira peculiar de contornar seus desafios em tempos de crise, e a garra para superar os obstáculos. São resilientes, fortes, não fogem da batalha, e têm muito a ensinar.

⁹⁹ Programa que combina subsídios do governo e ação de concessionárias privadas, é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, tem participação da Eletrobrás e de cooperativas, organizações sociais, agentes e as próprias comunidades. O atendimento prioritário abrange escolas rurais, áreas de pobreza extrema, quilombos, comunidades indígenas, assentamentos, populações ribeirinhas, pequenos agricultores, famílias em áreas próximas de reservas e aquelas afetadas por empreendimentos do setor elétrico (DRUMMOND, 2016).

¹⁰⁰ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 1).

¹⁰¹ Informação cedida por meio de entrevista ao trabalhador da produção rural da laranja (Entrevista 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada vez mais faz parte do cotidiano dos países a constante busca para acumular capital, aumentar produtividade, abranger diferentes países no circuito espacial produtivo, ampliar o mercado e a competitividade, a necessidade de produzir, consumir, expandir a circulação. Nesse jogo de interesses, os países, regiões e lugares imergem profundamente numa disputa para tornarem-se atrativos para o capital e terem destaque no comércio internacional.

No entanto, a atração de capital para determinado lugar, e/ou repulsão de um outro, determinado pela capacidade de gerar lucros do local escolhido é que explicita o vaivém do capital. Os processos de ascensão e crise de determinada área (ou tipo de produto), segundo Castillo e Frederico (2010), aumentam a desigualdade social e espacial, em decorrência da especialização produtiva desprovida do controle político que torna vulnerável o lugar e a região.

Neste sentido, a fragilidade dos lugares pode crescer a medida em que o circuito torna-se mundializado, pois tornam-se subalternos ao mercado internacional e tem suas regras, normas, preços de produção e economia regidas pelas leis do comércio mundial, a mercê das oscilações da bolsa de valores. Entretanto, as regiões criam-se e recriam-se para conseguir investimentos e caem nas amarras da subordinação da constantemente ampliação do capital.

A atuação das instituições internacionais e das grandes empresas fragilizam cada vez mais a soberania do Estado nacional, estabelecendo regras e até criando leis para facilitar o domínio em todos os territórios. O agronegócio no Brasil, dita as regras no campo, e controla o que será produzido.

Para tanto, no agronegócio, vê-se a transformação de um produto em *commodity*, assim como o aumento da produção e apela-se também para o discurso da ascensão da economia através do acúmulo de capital, mas esquece-se das desigualdades na distribuição de terras e de renda, que levam, devido a competitividade, a não homogeneização das benfeitorias, seja no campo ou na cidade.

Em meados do século XX, para atender as necessidades do agronegócio mundial, o Brasil desponta como promissor país para o plantio da laranja e a exportação do suco, devido ao aumento do consumo do suco de laranja nos Estados Unidos, associadas às constantes geadas na Flórida, que passou a produzir menos e não suprir a demanda interna americana.

O capital inicia seu processo de apropriação e uso do território para a citricultura no estado de Sergipe na década de 1960, com o apoio estatal, que prepara o espaço disponibilizando boa infraestrutura de estradas, inclusive para a implantação das indústrias de sucos.

A entrada do capital e a transformação da laranja em *commodity*, acarretou em elevação dos preços das terras, que junto à desigualdade na aquisição do crédito, conseqüentemente, ao uso de tecnologias, muitos camponeses foram obrigados a migrar para o litoral norte da Bahia, estratégia de sobrevivência para estes, e possibilidade de expansão da citricultura para o capital.

No estado de Sergipe, *a priori*, o capital monopoliza a produção, as indústrias compravam as frutas dos pequenos e médios camponeses, que nas décadas de 1970 e 1980 eram os principais produtores no estado, afirma Lopes (2009). No entanto, atualmente vê-se uma maior territorialização do capital, em que os proprietários das indústrias são também donos das terras e investem em técnicas e tecnologias para aumentar a produtividade, acirrando a concorrência com àqueles produtores, que necessitam encontrar saídas para permanecerem na terra.

Dentre estas saídas, o trabalho acessório (fora da propriedade) seja este agrícola ou não agrícola é o mais praticado pelo camponês. Na maioria das vezes, o homem trabalha tanto em sua terra com o plantio de milho, mandioca, côco, entre outros, como também na plantação de terceiros, e/ou fazendo ‘bicos’ como mecânico, cabeleireiro, costureira, feirante, vigilante.

Todavia, dentre os entrevistados, a resposta sobre aptidão a citricultura foi unânime, plantar laranja é o que sabem e o que gostam de fazer. Entretanto, é necessário um investimento grande na produção de citros. A lavoura permanente traz consigo certo risco, pois há dificuldade em fazer a troca da cultura e a produção de frutos começam cerca de dois ou três anos após serem plantados os pomares.

Além disso, as árvores velhas também não dão frutos numa quantidade satisfatória e fazer a extração de pomares antigos para plantação de novos, recai na necessidade de ter outras rendas para manter-se. Os pomares de laranja velhos são um dos principais problemas enfrentados na citricultura sergipana, mas não o maior. A baixa produção no estado está associada também, e principalmente, às doenças.

A ortézia e a mosca negra dizimam laranjais e tem preocupado muitos camponeses, que, inclusive, deixaram de plantar a laranja por conta dessas pragas. Os camponeses dos municípios visitados têm tentado controlar, mas nada que efetivamente

aniquile. As doenças, a falta de água, de assistência técnica, de pesquisas e de meios que possibilitem a melhoria do solo, dos pomares, das frutas, levam à baixa produção, retiram o camponês do mercado da laranja e aumentam a pobreza da região.

Desse modo, os camponeses não conseguem avançar e vencer a crise que se arrasta desde o início dos anos 1990. Devido, principalmente, a falta de políticas públicas que de fato abranja todos os trabalhadores do campo, que tenham crédito disponível, assistência técnica acompanhada, pesquisas voltadas para a melhoria da plantação, direcionamentos de como saldar as dívidas junto aos bancos sem que precisem vender a terra e migrar, assim como, superar a comercialização engessada, feita somente por meio de atravessadores.

A comercialização é outro ponto a ser superado no estado para que os camponeses possam se reerguer e terem uma vida digna dentro do que gostam de fazer. Sabe-se que por meio da circulação a mercadoria agrega mais valor, sendo assim, o pequeno produtor participa como coadjuvante do processo do circuito espacial da laranja, quando se trata do lucro, mesmo estes sendo os protagonistas, fornecedores da matéria-prima base de toda a produção.

Os baixos preços pagos pela indústria aos produtores, também é um dos problemas vivenciados neste meio, situação que piorou com a compra das terras pelos proprietários da indústria, pois estes têm grandes porções de terras bem cultivadas e com boa produção e são os que ditam as regras quanto ao preço da caixa da laranja, além disso, as oscilações na produção a depender do tempo (chuvoso ou seco) e o valor no mercado internacional, também irão influir.

É sabido que cada lugar apresenta uma particularidade e uma política pública que parta do geral, pode dar certo em determinada região e noutra não, é necessário compreender a realidade local para estabelecer as diretrizes, contudo, não é possível criar diversas políticas de acordo com cada realidade. Desse modo, conselhos de produtores, associações e cooperativas podem atuar no sentido das negociações, de dividir os possíveis riscos futuros, assim como, para definir preços.

As políticas são gerais, mas podem ser moldadas segundo as singularidades da região, através da participação de todos da comunidade, da exposição dos anseios, da luta coletiva em busca de um bem comum, entretanto, essas associações e cooperativas são desacreditadas pelos camponeses dos municípios estudados, em decorrência do que vivenciaram. Estes associam apenas a pessoas que querem entrar para a política, aproveitadores e não depositam credibilidade alguma nessas ações pelo coletivo.

Ademais, é necessário que o Estado disponibilize, junto aos bancos, além do crédito, com juros baixos, uma assistência acompanhada, este seria outro aspecto que tornaria uma política pública mais singularizada, pois teria algo voltado exclusivamente para cada estabelecimento, assim como também, criar mecanismos de formação para que os camponeses saibam como lidar com o recurso obtidos junto ao sistema de crédito.

Neste sentido, são necessárias pesquisas voltadas para a produção da laranja, com análises das terras e dos laranjais, para que através destas seja possível aumentar a produção, assim como, disponibilidade de água, correção do solo, adubos utilizados de maneira correta e comprados coletivamente, para baratear os custos, e, principalmente, combate às doenças, ou ainda, modificação genética dos pés para tornar-se mais resistente às pragas, e desse modo, não se utilizar de agrotóxicos, prejudiciais à vida de quem aplica e de quem consome.

Assim, dentre os agentes envolvidos no circuito da laranja estão o Estado, que participou de forma ativa durante as décadas de 1970 e 1980, contudo, posteriormente tornou-se mínimo, retornou em 2004 com o projeto de revitalização, o qual fora ainda mais excludente e seletivo que o que foi nas décadas anteriores, destruindo plantações de mudas a céu aberto. O atravessador, também representando o agente hegemônico, embora mantenha a circulação da produção engessada, tem sido a “saída” encontrada pelo camponês, pois este não vende uma produção pequena, posto que comercializa a soma do que os camponeses produzem, e por ter meios de transporte (caminhão), pode fazer negociação até em outros estados, caso a indústria hesite em comprar, e o camponês não conseguiria tal façanha, além de não dispor do transporte, nem do tempo, nem do conhecimento fora da sua região, e o produto perecível não pode esperar para uma venda futura, o que reforça a falta que faz uma cooperativa ativa.

Os círculos de cooperação agem no sentido de unir as fases do circuito que fora separada no espaço para facilitar a produção, dentre estes, pode-se citar as instituições do sistema bancário, que operam o crédito rural, que permite a integração das fases, desde a preparação da terra até a circulação e consumo, as empresas que analisam os tipos de solo, a produção dos frutos, como a EMBRAPA, e demais órgãos que atuam, ou deveriam atuar mais de perto da produção campesina como a SEAGRI, EMDAGRO, PRONESE, entre outros.

Os agentes hegemônicos e os círculos de cooperação devem estar em consonância com todo o circuito, a atenção voltada mais para uma das fases que leva ao descompasso deste. Ao analisar a citricultura sergipana, vê-se que não atuam o quanto deveriam, e esse

pode ser um dos motivos desse circuito produtivo ter perdido tanto espaço ao longo dos anos, levando em consideração também, que a falta de atuação destes, decorre da migração do capital, sempre em busca de regiões, ou culturas agrícolas, que apresentem maiores lucros, e o desarranjo em um reflete noutro.

A citricultura sergipana tem grandes desafios a enfrentar para conseguir ultrapassar a crise, que entre altos e baixos perdura por quase 20 anos. É preciso diversificar variedades de copas e porta-enxertos, ativar a participação do Estado com políticas para o citricultor como um todo, acompanhamentos técnicos frequentes, e uma comercialização menos engessada e não terceirizada, dentre estes desafios também está a recuperação da credibilidade do apoio coletivo das cooperativas, pois esta representa uma grande saída como tentativa de superar essa longa fase crítica.

Em suma, é inegável que a tecnologia excludente baseada unicamente na economia de mercado e na ampla concorrência, visando apenas o lucro, não atuou, nem atua, a serviço do homem do campo, mas como suporte a expansão do capital. Entretanto, é necessário, para manter-se vivendo com boas condições no campo e fazendo o que gosta (plantar a laranja), que o camponês também faça uso dessa tecnologia. É preciso que os avanços tecnológicos alcançados no mundo não sejam para uma minoria e que sirvam para aumentar a produção, diminuir a exploração de trabalho, e trazer a autonomia e a liberdade tão significativas ao modo de vida camponês.

Essa autonomia também precisa ser recuperada pelo Brasil, voltando a estabelecer as regras e leis dentro do território nacional, e que se cumpra segundo as necessidades dos cidadãos brasileiros e não das empresas internacionais, que o bem estar da população e os investimentos para o bom funcionamento dos circuitos espaciais de produção dos diversos setores, deem prioridade desde ao pequeno produtor da matéria-prima, às pequenas fábricas que produzem as embalagens, às indústrias de produção e exportação, que o Estado não priorize uns em detrimento de outros, que a técnica, a tecnologia e todo o caminhar da história sejam para o bem da humanidade e não o aumento da desigualdade.

8 REFERÊNCIAS

- ABECITRUS – Gestão no campo. **Revista on line**, 2018. Disponível em: <http://www.gestaonocampo.com.br/biblioteca/a-trajetoria-da-laranja-pelo-mundo/> Acesso em: 19 de abr. 2018.
- AMARAL FILHO, Jair. Incentivo fiscal como instrumento de desenvolvimento local ou regional. **Revista Desenhahia** nº 12 / mar. 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8281986-Instrumento-de-desenvolvimento-local-ou-regional-jair-do-amaral-filho-resumo.html> Acesso em: 15 de mar. 2018
- AMIN, Samir. **A questão agrária e o capitalismo**. 2ª edição: editora paz e terra. São Paulo, 1977.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo. Cortez Editora, 2001.
- ANTAS Júnior., Ricardo M. **Território e Regulação** – O espaço geográfico como fonte material e não formal do direito. São Paulo, Humanitas, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** – ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11 ed. São Paulo: Cortez; Campinas -SP, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- BAGGIO, Ulysses da Cunha. Diferenciação espacial e análise regional sob a condição capitalista na contemporaneidade. **Cadernos Metrópole**, núm. 20, julio-diciembre, 2008, pp. 37-56 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- BARBOSA, Aline Maria Rosa. **O Comportamento da Citricultura em Sergipe**: análise de uma suposta crise no setor. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFS, São Cristóvão – SE, 2012.
- BATHELT, Harald, TURI, Philip. **Local, global and virtual**: the importance of face-to-face contact in economic interaction and possibilities to go beyond. Canadá, 2011.
- BORÓN, Atílio. Os “novos Leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: **Pós – neoliberalismo II**: para que Estado para que democracia? Sader, Emir e Gentili, Pablo(orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BOTELHO, Raimundo Edson Pinto. **O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja no Maranhão no período técnico-científico-informacional**. 2010. 219. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRN - Rio Grande do Norte, 2010.
- CASTILLO, Ricardo e FREDERICO, Samuel. **Espaço geográfico, produção e movimento**: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. São Paulo. 2010.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia Internacional**. São Paulo. Saraiva: 2006.

CARVALHO, Hélio Wilson Lemos de; MARTINS, Carlos Roberto; SOARES FILHO, Walter dos Santos; PASSOS, Orlando Sampaio; GIRARDI, Eduardo Augusto; GESTEIRA, Abelmon da Silva. Comportamento Produtivo de cinco variedades comerciais de laranjas enxertadas em diferentes porta-enxertos de citros cultivados na região sul do estado de Sergipe. **Anais eletrônicos** do XXII congresso Brasileiro de Fruticultura – Bento Gonçalves – RS, 22 A 26 de outubro de 2012.

CENSO AGROPECUÁRIO – IBGE, disponível em www.ibge.gov.br Acesso em 04 de abr. 2019

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CINTRA, F. L. D. **Disponibilidade de água no solo para porta-enxertos de citros em ecossistema de Tabuleiro Costeiro**, 1997. Tese Doutorado em Física do Solo pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1997.

CITROSUCO, disponível em:

<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/12/cade-aprova-fusao-da-citrovita-e-citrosuco-criando-gigante-do-suco.html>. Acessado em 07/11/2017. Acesso em 15 de out. 2019.

CITRUSBR – Associação Nacional de Exportadores de Sucos Cítricos. Disponível em: <http://citrusbr.com/> Acesso em: 25 de fev. 2017.

CNI - Agência de notícias 29 de Julho de 2013 às 11:09 Disponível em:

<http://www.portaldaindustria.com.br/federacoes/fies/noticias/2013/07/1,19522/a-seca-prejudica-a-industria-de-sucos-em-sergipe.html>. Acesso em: 20 de abr. 2016

COAMO - Agroindustrial Cooperativa. Disponível em: <http://www.coamo.com.br>. Acesso: 20 de Jul. 2014.

CODISE- Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe, disponível em: http://www.codise.se.gov.br/?page_id=59 Acesso em 20 de jun. 2018

COHIDRO – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe. <http://cohidro.se.gov.br/> acesso em 13 de jun. 2018

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Questão camponesa: olhar sob o signo dialético**. Dissertação de mestrado. NPGeo/UFS. São Cristóvão, 1991.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens Andarilhos no curto ciclo do capital. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.1, n.1, p. 1-152, 2007 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br>. Acesso em 12 de nov. 2018.

CORREIO DO ESTADO, 2015. Disponível em: m.correiodoestado.com.br acesso em 17 de mar. 2015.

CUENCA Manuel Alberto Gutiérrez, SILVA, Luis Mário Santos da. **A citricultura nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe** - Sua evolução entre 1990 e 2000. Aracaju-SE, 2002.

DRUMMOND, Carlos. Entenda como funciona o Luz para todos. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/especiais/infraestrutura/entenda-como-funciona-o-luz-para-todos> Acesso em 10 de out. 2018.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – DESER SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR/ MDA. (Convênio MDA 112/2006). A Cadeia Produtiva da Laranja: Estudo Exploratório. Curitiba, maio de 2007. Disponível em: http://www.deser.org.br/publicacoes/13_Estudo%20explorat%F3rio%20da%20Laranja.pdf. Acesso em 12 de out. 2017

ELIAS, Denise. Integração Competitiva do semi-árido. *In*. SAMPAIO, José Levi Furtado; ELIAS, Denise (orgs.). **Modernidade excludente**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto – SP**. São Paulo: Edusp, 2003. (Coleção Campi; 21).

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária sistemas de produção. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/> acesso em: 20 de abr. 2016

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, PORTAL EMBRAPA. Disponível em: https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Citros/CitrosBahia_2ed/irrigacao.htm Acesso em 19 de jun. 2016

EMBRAPA - Panorama da citricultura Sergipana por meio de análise multivariada. INSS 1678-1961. Boletim de pesquisa e Desenvolvimento. Dezembro, 2016. Acesso em: 23 de fev. 2018

EMDAGRO - |Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe, disponível em <https://www.emdagro.se.gov.br/> acesso em 12 de nov. 2016.

ERTHAL, Rui. **A colonização Portuguesa no Brasil e a pequena propriedade (UFF)**, tese de doutorado "A dispersão dos imigrantes suíços e alemães da área colonial de Nova Friburgo – uma abordagem geográfica". Rio de Janeiro, UFRJ, 2000.

ESTATUTO FREENCOP – Portal do cooperativismo financeiro – Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/tag/frencoop/> Acesso em 22 de fev. 2017.

FAESP - Crédito rural: medidas de apoio à citricultura Data da publicação: 31/01/2013. Disponível em: <http://www.faespsenar.com.br/geral/noticias/detalhe/credito-rural-medidas-de-apoio-%C3%A0-citricultura/29694> Acessado em 29 de jun. 2016

FALCÓN, Maria Lúcia, org. Estudos dos Estados Brasileiros – Sergipe. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2014.

FARIZA, Ignacio. 1% da população mundial concentra metade de toda a riqueza do planeta. El país. Madri. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/13/economia/1444760736_267255.html Acesso em 04 de set. 2017.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/eduardo-ernesto-filippi/filippi-e-e-reforma-agraria-experiencias-internacionais-em-reordenamento-agrario-e-a-evolucao-da-questao-da-terra-no-brasil-1-ed-porto-alegre-editora-da-universidade-ufrgs-2005-v-1-143-p> Acesso em 13 de nov. 2017

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983

FOLLADOR, Renato. Entrevista concedida ao Bom dia PR. Paraná, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/bom-dia-pr/videos/v/especialista-em-previdencia-fala-sobre-os-fundos-de-pensao/4401546/> Acesso em: 14 de nov. 2017

FRANCO, Luciana. Crédito para a citricultura será de R\$ 300 milhões. Revista Globo Rural. 2011. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI242223-18077,00CREDITO+PARA+A+CITRICULTURA+SERA+DE+R+MILHOES.html>. Acesso em 01 de jul. 2016.

FUNDECITRUS – Fundi de defesa da citricultura – Disponível em: <https://www.fundecitrus.com.br/> Acesso em: 16 de nov. 2016.

GERALDELLO, CS. A citricultura estadunidense. In: **Medidas antidumping e política doméstica: o caso da citricultura estadunidense** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 85-120. ISBN 978-85-7983-665-7. Available from SciELO Books Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 13 de jul 2018.

GOLDENSTEIN, Léa, SEABRA, Manoel. Divisão Territorial do Trabalho e nova regionalização. **Revista do departamento de Geografia**, USP- São Paulo, 1980.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

HARVEY, David. **Limites do capital**. São Paulo, 2013.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 3ª Edição São Paulo: Loyola, 2014

HORVATH JUNIOR, Nelson. **Rodada Uruguai: do GATT à OMC**. Porto Alegre, 2010.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: www.ibge.gov.br
Acesso 22/11/2017

INCRA – Instituto Nacional de Colonização Reforma e Agrária, disponível em
<http://www.incra.gov.br/> acesso em 29 de mar. 2019.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Proposta editorial, 3ª edição, 1980.

KOLMING, Fernanda Virgínia. **Camponês: Um velho/novo sujeito nos tempos da globalização!** Dissertação de mestrado defendida no NPGEO/UFS, São Cristóvão, 2005.

KREMER, Antônio; FARIA, José Henrique; **Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação**; São Paulo, 2015.

LENCIONI, Sandra. **Da cidade e sua região à cidade – região**. São Paulo: Annablume, 2006.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Volume 1. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

LIMA, Carmen Lucia Castro. Debate sobre Indústrias Criativas: uma primeira aproximação para o estado da Bahia. **Anais eletrônicos do II Encontro de Economia Baiana – Set./2006**.

LIMA, Paulo Junior Paz de. **Possíveis doenças físicas e mentais relacionadas ao manuseio de agrotóxicos em atividades rurais, na região de Atibaia, SP/Brasil**. 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008

LIMA, José Olinó Almeida de Andrade. **A laranja e seus subprodutos na alimentação animal. Aracaju**. EMBRAPA, 2001.

LOCATEL, Celso Donizete. **Modernização da Agricultura, políticas públicas e Ruralidade: Mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis – SP**. Tese de doutorado. Presidente Prudente, 2004.

LOCATEL, Celso Donizete, LIMA, Fernanda Laize Silva de. Agronegócio e poder político: Políticas Agrícolas e o exercício do poder no Brasil. **Sociedade e Território – Natal**. Vol. 28, N. 2, p.57-81. Jun./Dez. de 2016.

LOCATEL, Celso Donizete, LIMA, Fernanda Laize Silva de. Territórios rurais e reestruturação produtiva do capital no Rio Grande do Norte. Edição Especial - **Revista Formação**, n.23, volume 1, 2016, p. 33 – 61

LOHBAUER, Christian. O Contencioso do Suco de Laranja entre Brasil e Estados Unidos na OMC Artigo publicado na **revista Política Externa**, vol. 20 n.2, “O Papel do Brasil na América do Sul: estratégias e percepções mútuas”, editora Paz e Terra, 2011.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **O gosto amargo da fruta**: crise na citricultura sergipana e (des) organização dos produtores. Sergipe, 2009.

LOPES, Silvia Regina Pontes. Uma análise crítica do sistema de composição de controvérsias da OMC frente a uma sociedade internacional supercomplexa. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília – DF, 2002. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/n7307.htm> Acesso em: 08 de nov. 2018

MAIA, Jayme e Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. São Paulo. Atlas, 2008.

MALUF, Renato Sérgio. Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil. **Revista de Economia Política**. Vol. 12, nº3 (47), julho – setembro/1992.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In. **Campesinato e Territórios em disputa**. Eliane Tomiase Paulino e João Edmilson Fabrini (Org.), 1ª edição, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

MARTINS, Widson Tainan Ros. **Monopolização do território pelo capital e resistência camponesa**: as contradições da citricultura na Microrregião Geográfica de Jales. Dissertação de mestrado: UFMS, Três Lagoas/MG, 2018.

MARX, K. **O Capital**. v. 1, 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, Cap XXIV

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 - esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MATOS, E. N. **A indústria de suco de laranja concentrado congelado**: Sergipe no contexto nacional. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do trabalho no cerrado do sudeste goiano. Tese de doutorado. UNESP/ Presidente Prudente-SP, 2004.

MESQUITA, Paulo Estivallet de. **A Organização Mundial do Comércio**. – Brasília : FUNAG, 2013. 105 p. - ISBN 978-85-7631-472-1

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

MENEZES, Bezerra. Exportações brasileiras de suco de laranja e subsídios americanos: uma análise empírica de estratégias comerciais (1991-2006). *In.*: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. vol.50 no.1 Brasília Jan./Mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000100005 acesso em 16 de out. 2018.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/AGES/citricultura.pdf. Acesso em: 30 de jun. 2016

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação no espaço**. Mimeografado. São Paulo, 1985.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. Editora Hucitec, São Paulo, 2000.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Ciência Geográfica**, n. 6, Bauru: AGB/Bauru, 1997.

MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro. Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida. 2006 Disponível em: [http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ligas%20Camponesas%20-%20história%20de%20uma%20luta%20\(des\)%20conhecida%20-%20MÁRCIA%20MOTTA%20E%20CARLOS%20LEANDRO%20Esteves%20-%202006.pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ligas%20Camponesas%20-%20história%20de%20uma%20luta%20(des)%20conhecida%20-%20MÁRCIA%20MOTTA%20E%20CARLOS%20LEANDRO%20Esteves%20-%202006.pdf) Acesso em: 04 de set. 2017.

NASCIMENTO, Adelli Carla Silva; MARQUES NETO, Raul; SANTANA, Gleise Campos Pinto. A precarização das relações de trabalho no município de Itabaiana/SE. Encontro de Geógrafos da América Latina, San Jose - Costa Rica, 2011

NASTARI, Plínio. O fim dos subsídios à exportação. **Revista Mercado e negócios**. 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/viewFile/63970/62006>. Acesso em: 07 de fev. 2017.

NEVES, Marcelo. Do pluralismo jurídico à miscelânea social: o problema da falta de identidade da(s) esfera(s) de juridicidade na modernidade periféricas e suas implicações na América Latina. **Revista do Direito em Debate**, Porto Alegre: UNIJUÍ. 1991.

NEVES, Marcos Favas, TROMBIN Vinícius Gustavo, MILAN, Patrícia, LOPES, Frederico Fonseca, CRESSONI, Francisco, KALAKI, Rafael. **O Retrato da Citricultura Brasileira**. 2010. Disponível em: http://www.citrusbr.com/download/biblioteca/Apresentacao_Marcos_Fava_evento_valor.pdf Acesso em 20 de out.2017.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Público e privado na formação social brasileira:** velhas, novas e novíssimas tensões. Trabalho, Educação e Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, v. 4, n. 1, p. 171-186, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/27065>. Acesso em: 12 de mar.2018.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_615590/lang--en/index.htm acesso em 21 de jul.2018

OLIVEIRA, Vanessa Dias. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital.** Dissertação de mestrado apresentada na universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

OLIVEIRA, Carolina M. R. de. BONA, Fernanda C. de Seixas, GOMES, Higor S. SANTOS, Lídy Maria B. dos. REAL, Márcia Valle. Exportação de suco de laranja: as vantagens do uso de contêineres frigoríficos para o transporte do produto – XXIX. **Anais eletrônicos** do Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Engenharia de Produção e o Desenvolvimento Sustentável: Integrando Tecnologia e Gestão. Salvador, BA, Brasil, 06 a 09 de outubro de 2009. Disponível em: http://abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_TN_STP_091_617_14009.pdf Acesso em: 29 de out.2018.

OLIVEIRA, A. U.. **A Questão da Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil** - um retorno aos dossiês. Agrária (São Paulo. Online), 2011. Disponível em: www.revistas.usp.br/agraria/article/download/702/711/0 Acesso em: 17 de out.2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. **Anais eletrônicos** do XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá- Colômbia. 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf> . Acesso em 12 de abr.2017.

OLIVEIRA, Larissa Gomes. Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/1996). **A importância da convenção arbitral e seus efeitos.** 2015. Disponível em: <https://laholiveira.jusbrasil.com.br/artigos/187524378/lei-de-arbitragem-lei-n-9307-1996-a-importancia-da-convencao-arbitral-e-seus-efeitos> Acesso em: 23 de jan.2018.

PAULINO, Eliane Tomiasi. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território:** A questão camponesa no capitalismo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULILLO, L. F., ALMEIDA, L. M., SALOMÃO, S. **Contradições do desenvolvimento agroindustrial citrícola brasileiro:** modernização e insegurança alimentar nas regiões produtivas. São Carlos – SP. Editora UFSCAR, 2002.

PAULLILO, L. F. **Redes de poder e territórios produtivos.** São Carlos: Ed. UFSCar, 2000.

PERPETUA, Guilherme Marini. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Revista pegada** – vol. 14 n.1, julho 2013. Disponível em:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/2138/2137>. Acesso em: 27 de fev.2017.

PEREIRA, Gardênia Alves. **Em busca de (re) construção de um novo espaço – citricultores sergipanos em Rio Real/BA**. Dissertação de Mestrado/UFS. São Cristóvão, 2002.

PEREZ, Olívia Cristina. SANTOS, Victor Hugo Almeida dos. Exportação de Suco de Laranja Brasileiro. **Revista de Administração da Fatec**, v. 9, n. 9, p. 101-109, ago./dez. 2014. Disponível em: <http://unifatea.com.br/seer3/index.php/RAF/article/view/702>. Acesso em: 02 jul. 2019.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro. Contraponto, 2005.

POMPEU JUNIOR, J. Porta-enxertos. In: RODRIGUES, O.; VIEGAS, F.; POMPEU JUNIOR, J.; AMARO, A. A. **Citricultura brasileira**. Campinas: Fundação Cargill, 1991.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo, Editora Brasiliense, 3ª edição, 1968.

PRONESE - Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe: Disponível em: <http://www.pronese.se.gov.br/modules/news/index.php?storytopic=1&start=10> acesso em 13 de jun.2018.

REZENDE, Joelito de Oliveira. Um olhar sobre a citricultura do estado da Bahia. **Revista Bahia Agrícola**, v.9, n.1, nov. 2011, ISSN 1414-2368. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/content/revista-bahia-agricola-v9-n1-nov-2011-issn-1414-2368>. Acesso em 23 de nov.2017.

ROSA, Naiane, ONOFRE; Gisele Ramos; AVELAR, João Marcos Borges. A Hegemonização as COAMO no campo e na cidade. **Anais eletrônicos do IX EPCT – Encontro de Produção Científica e Tecnológica Campo Mourão**, 27 a 31 de Outubro de 2014 ISSN 1981-6480. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_ix_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CET/03.pdf. Acesso em 23 de out. 2017.

SANTANA, Gleise Campos Pinto. **O camponês na lógica capitalista: dependência e estratégias de reprodução no município de Itabaiana – SE**. Dissertação de mestrado, PPGEU/UFS, São Cristóvão - SE, 2011.

SANTANA, Carlos Kleber Pereira de. **A dinâmica da citricultura sergipana e suas relações institucionais: Programa de revitalização e permanência da crise**. Dissertação de Mestrado (NUPEC-UFS). São Cristóvão 2013.

SANTANA, Gleise Campos Pinto. **O crédito consignado no quadro da aposentadoria rural no campo sergipano**. Tese de doutorado, PPGEU/UFS, São Cristóvão - SE, 2016.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS, Milton. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. **Ciência Geográfica.** AGB – Seção Bauru, 1997.

SANTOS, Milton. **Globalização e Política.** Palestra proferida em 14 de outubro de 1997, na Escola do Legislativo, dentro do curso de Formação Política - Ano II -Cad. Esc. Legisl. Belo Horizonte, 3(6): 9-23, jan/jun.1998

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, 2ª ed. – São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 4ª edição, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido:** Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, [2001] 2008.

SANTOS, Josefa de Lisboa. **Associativismo no Campo:** das relações em redes ao espaço da socialização política. Dissertação de mestrado, NPGeo/UFS, São Cristóvão – SE, 1999

SANTOS, Jânio Roberto Diniz. **A territorialização dos conflitos e contradições:** o capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos. Tese de doutorado – USP/SP. 2009.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Camila Dutra dos. A difusão do consumo produtivo na economia urbana de Mossoró (RN). **Revista Entre-Lugar**, Dourados, MS, ano 4, n.8, 2. semestre de 2013. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/4302>. Acesso em: 23 de out. 2017.

SEAGRI, Secretaria de Estado de Agricultura, disponível em <http://seagri.se.gov.br/> acessos em 17 de mar.2016, 24 de mai.2016, 17 de nov.2017

SERRA, Carlos Alberto Teixeira. Considerações acerca da evolução da propriedade da terra rural no Brasil. **Alceu** – v.4 – n. 7 – p. 231 a 248 – Jul./Dez. 2003.

SHANIN, Teodor. A definição do camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. **cadernos cebrap**, São Paulo, 1980.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. *In. Campesinato e Territórios em disputa*. Eliane Tomiase Paulino e João Edmilson Fabrini (Org.), 1ª edição, Editora Expressão Popular, São Paulo, 2008.

SILVEIRA, Alípio. **Introdução ao Direito e a justiça norte-americanos**. São Paulo: Imp. Oficial do Estado, 1962.

SILVA, Sebastião E. L. e SOUZA, Aparecida G. C. **Técnica de enxertia na produção de muda de laranja**. EMBRAPA. Nº 12 Dez.2000.

SILVA, Valmir Celeste. **Levantamento dos agrotóxicos usados por citricultores dos municípios de alto Paraná, Guairaçá e Paranaíba-Paraná, no período de 2008-2009**. Curitiba, 2011.

SILVA, Magda Valéria. Apontamentos teóricos – metodológicos para o conceito geográfico “circuito espacial de produção”: Estudos de caso em Goiás. Mitsubishi em Catalão e Complem em Morrinhos. **Publicado em Bol. Goia. Geogr.** Goiânia, v. 34, n. 1, p. 73-91, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/download/29316/16675> Acesso em 12 de out. 2017.

SISTEMA OCB – Disponível em: <http://www.somoscooperativismo.coop.br/> acessado em 27 de nov.2016.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. RJ. Berthand Brasil AS, 1988.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. **A questão Agrária na América Latina**. Rio de Janeiro, 1976.

SOARES, W. L.; PORTO, M. F. S. Uso de agrotóxicos e impactos econômicos sobre a saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, n. 2, p. 209-217, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102012000200002 Acesso em: 22 de fev.2017

SOBRAL, Fábio Maia. **Os Grundrisse de 1857-8 como manifesto social**. Tese de doutorado. UNICAMP/CAMPINAS – SP, 2008. Disponível em: www.vies.ufc.br/wa_files/Tese_20Doutorado_20Fabio_20Maia_20Sobral.pdf Acesso em: 21 de mar. 2018.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TROPFRUIT NORDESTE S/A. Disponível em <http://www.tropfruit.com.br/empresa.asp> Acesso em 15 de out.2017.

VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. 2ª edição: editora paz e terra. São Paulo, 1977.

APÊNDICE

Entrevista Camponês

A. DADOS PESSOAIS

1. Nome _____
2. IDADE: _____ 3. SEXO: () M () F
4. ESCOLARIDADE: _____
3. Onde nasceu? Qual o município de Origem? _____
4. Onde reside? () na propriedade () fora da propriedade _____
5. Qual a ocupação? _____
6. Trabalho principal _____
7. Trabalho secundário _____

B - COMPOSIÇÃO FAMILIAR

NOME	GRAU DE PARENTESCO	IDADE	ESTADO CIVIL	LOCAL DE TRABALHO				
				GRAU	AINDA	ESTUDA	PROPRIE.	FORA

C – PROPRIEDADE

- 1.) TAMANHO DA PROPRIEDADE: _____ (tarefas) _____ (ha)
- 2.) ONDE RESIDIA ANTES DE ADQUIRIR A TERRA: _____
- 2.) ORIGEM DA PROPRIEDADE: () COMPRA, () HERANÇA, () MATRIMÔNIO, () TROCA
- 3.) Com conseguiu comprar e permanecer na terra?

- 4.) DESMEMBRADA DE QUEM:

- (quando adquiriu _____ em que ano _____)
- 5.) JÁ VENDEU ALGUMA PARTE DA PROPRIEDADE: () SIM () NÃO
(motivo) _____ (para quem _____ área/local _____)
- 6.) JÁ DOOU ALGUMA PARTE DA PROPRIEDADE: () SIM () NÃO (em que ano _____)
(para quem: _____ área/local _____)
- 7.) AGREGOU (comprou) NOVAS ÁREAS À PROPRIEDADE ORIGINAL: () SIM () NÃO
(em que ano: _____ área/local _____ de quem adquiriu: _____)
- 8.) QUANTO ACHA QUE VALE SUA PROPRIEDADE HOJE: _____ (a tarefa _____)

D – PRODUÇÃO

1.) O QUE CULTIVA:

CULTIVO	ONDE CULTIVA			TAREFA CULTIVA (ÁREA EM HA)	QUANTIDADE (KG, SACA, CAIXA, UNIDADE, LITROS, OUTROS)	VALOR R\$	DESTINO	
	1	2	3				CONSUMO	VENDA

1 – NA PROPRIEDADE 2 – EM OUTRA PROPRIEDADE 3 – OUTRA PESSOA CULTIVA SUA TERRA.

SE PLANTA LARANJA COMO:

Vende _____ () própria () arrendada () comunitária () outro _____

Como pag _____

3.) ONDE VENDE A PRODUÇÃO:

4.) COMO LEVA A PRODUÇÃO AO LOCAL DE VENDA:

() ANDANDO () BICICLETA () CAMINHÃO () CARROÇA () CARRO DE ALUGUEL
() CARRO () MONTARIA () VENDE NO LUGAR DA PRODUÇÃO () ÔNIBUS OUTRO _____

5.) CULTIVA OUTRA TERRA ALÉM DA SUA PROPRIEDADE: () SIM () NÃO

(qual a relação de trabalho: () arrendamento, () meeiro, () outro _____)

6.) CEDE SUA PROPRIEDADE PARA OUTROS: () SIM () NÃO (que área _____)

(qual a relação de trabalho: () arrendamento, () meeiro, () outro _____)

7.) QUE EQUIPAMENTOS / IMPLEMENTOS (instrumentos) UTILIZA:

() ARADO E GRADEADO – () trator, () animal () IRRIGAÇÃO () PULVERIZAÇÃO ()
PLANTADEIRA MECÂNICA () ROÇADEIRA MECÂNICA
() COLHEITADEIRA MECÂNICA () DEBULHADEIRA MECÂNICA
() OUTRO _____ () ADUBAÇÃO tipo: _____ (MARCA)

8.) COMO E QUANDO ADQUIRIU OS EQUIPAMENTOS / IMPLEMENTOS (instrumentos)

9.) O QUE É FEITO PARA A CORREÇÃO DO SOLO?

10.) POSSUI:

() ENERGIA ELÉTRICA () ÁGUA DE FONTE () HORTA () POMAR () SILOS () ARMAZÉM
() GRANJA _____

E – RENDA

1.) TRABALHA FORA DA PROPRIEDADE : () SIM () NÃO

(onde) _____ motivo _____

2.) RENDA: FAMILIAR _____ DA TERRA _____ DO EMPREGO

_____ benefícios do governo _____ APOSENTADORIA _____

4.) POR QUE NÃO MORA NA CIDADE:

5.) GOSTARIA DE MORAR NA CIDADE: () SIM () NÃO (motivo _____)

F – RELAÇÕES DE TRABALHO

1.) UTILIZA CRÉDITO RURAL: () SIM () NÃO (qual modalidade _____ motivo _____)

2.) QUEM MAIS TRABALHA EM SUA PROPRIEDADE:

() APENAS A FAMÍLIA () TRABALHADORES PERMANENTES () TRABALHADORES TEMPORÁRIOS

3.) QUAIS OS TIPOS DE TRABALHADORES TEM NA PROPRIEDADE:

() MEIÉROS QUANTOS: _____

() ARRENDATÁRIOS QUANTOS: _____

() ASSALARIADOS QUANTOS: () permanentes _____ () temporários _____

4.) EM QUE FASE DO CULTIVO UTILIZA MÃO-DE-OBRA EXTRA-FAMILIAR:

() PREPARO DA TERRA () PLANTIO () NOS TRATOS CULTURAIS E BENEFICIAMENTO DO PRODUTÃO () NA COLHEITA

5.) COMO PAGA PELO TRABALHO EXTRA-FAMILIAR: () EM PRODUTO () EM DINHEIRO

() diariamente, () semanalmente, () quizenal, () mensal, () outro _____

6.) OS TRABALHADORES (permanentes/ temporários) POSSUEM CARTEIRA ASSINADA OU OUTRO VÍNCULO

EMPREGATÍCIO: () SIM () NÃO (qual _____)

G – CONDIÇÕES DA HABITAÇÃO:

1.) COBERTURA DE: _____

2.) PAREDES DE: _____

3.) PISO DE: _____

4.) POSSUI:

() REDE ELETRICA

() ÁGUA ENCANADA (origem da água _____)

() QUARTO - Nº _____ () cama () beliche () guarda-roupas

() SALA - () sofá () tv () radio () som () ferro elétrico

() COZINHA - () geladeira () fogão – () lenha / () gás () liquidificador () pia de cozinha

() BANHEIRO - Nº _____ () dentro da casa / () fora da casa () vaso sanitário () pia de banheiro () chuveiro – () elétrico/ () comum

() TELEFONE () fixo () celular () DISPENSA () VARANDA () GARAGEM

() ESGOTO () ligado a fossa biológica () jogada a céu aberto

() AUTOMÓVEL marca _____ modelo _____ ano _____ () OUTRO

5.) A CASA É: () NA SUA PROPRIEDADE () NA PROPRIEDADE DE OUTRA PESSOA

6.) SE EM PROPRIEDADE DE OUTRA PESSOA PAGA ALGUM TIPO DE ALUGUEL: () SIM

() NÃO (quanto _____ como _____)

H. PARA O PLANTIO DE LARANJA:

1.) O que é utilizado para preparar a terra para o plantio da laranja?

	Quanto custa em média?	Qual a frequência que faz?
Capinagem		
Calagem		
Tratores		
Outras correções do solo		

8. Para o plantio quais insumos são utilizados?

	Valor	Frequência
Fertilizantes		
Inseticidas		

9. Desde quando iniciou o plantio são utilizados esse tipo de preparo da terra e de planta? Ou houve alguma mudança com a exportação do suco?

10. Qual o tipo de laranja você planta? Sempre plantou esse tipo? Por que?

() Pera () Valência () Bahia () lima () peneapple precoce () gadner de meia estação () natal

() Lima Ácida Tahiti, ou Limão Tahiti

Qual porta enxerto utilizado?

() Limoeiro () Limoeiro rugoso () Limoeiro cravo

11. Qual o melhor tipo de laranja para vender em feira? E para a indústria de suco?

12. No familiar qual a função de cada um? Mulheres, crianças, jovens, homem?

Mulheres _____ Crianças _____
 Jovens _____ Homens _____

Qual o custo ao ano:

Mão de obra	
Defensivos e herbicidas	
Adubos	
Energia elétrica	
Gasto com veículos (próprios ou alugados)	
Manutenção e conservação dos pés	
Colheita	
Frete da fruta	

13. Utiliza mudas produzidas em estufas? Por que?

14. Recebe auxílio do governo do estado para a compra das mudas?

15. Fez algum empréstimo com bancos, financeiras? Qual?

16. Recebe alguma assistência técnica? Qual? Tem bons resultados?

17. A produtividade dos seus pés de laranja é satisfatória? A que atribui isso?

18. Quais as principais doenças que atingem os pés de laranja dessa região?

19. Para onde você vende sua produção? Quanto custa o saco? Qual a forma de pagamento?

20. Como é feito o transporte da laranja? O governo tem investido em boas estradas?

21. Faz parte de alguma associação e/ou de cooperativa? Por que? Quais os principais benefícios e malefícios?

22. Define junto a cooperativa os preços, o padrão de produção?

23. Tem água suficiente para o plantio? Faz uso de irrigação?

24. Qual a maior dificuldade da citricultura? O que o faz permanecer?

25. Como você define sua relação com a terra? Gostaria de permanecer aqui até quando?

Entrevista nas estufas

- 1- Observar e pesquisar sobre todo o processo de modificação genética:
Semeadura – Transplantio – enxertia

2 - Qual adubo utilizado? Quem produz? Quanto custa?

3 - Quantos tempo dura em média cada fase? (semeadura, transplantio, enxertia)

4 – Qual o custo da produção

5 - Contrata mão de obra? Em quais épocas?

6 - Para quem é vendido a maior parte da produção?

7 - Qual a produção esperada para um pé de laranja enxertado?

8 - Qual a principal diferença entre mudas teladas e mudas produzidas a céu aberto?

9 – De que forma o governo do estado auxilia na produção de mudas teladas?

10 – Qual o transporte utilizado para levar as mudas?

Entrevista para a indústria

- 1- De onde vem a laranja utilizada nesta indústria?

- 2- Qual o valor pago pela laranja?

- 3- Qual o melhor tipo de laranja para a produção de suco?

- 4- Quais as principais exigências da indústria no plantio que os citricultores tiveram que se adaptar?

- 5- A indústria também tem laranjais? Qual a produção aproximadamente?

- 6- Qual o tamanho da terra destinada ao plantio dos laranjais?

- 7- Como o suco é transportado até o porto?

- 8- Qual o principal porto para exportação?

- 9- Qual a capacidade do containers?

- 10- Quantos trabalhadores fazem parte da indústria?

- 11- Contratam mão-de-obra temporária em algum período? Qual?

- 12- Para onde o suco é vendido?

- 13- O Estado auxilia de algum modo a produção do suco?

- 14- Quais os equipamentos que são utilizados para a produção do suco?

- 15- É acompanhado por pesquisadores de forma frequente?

- 16- Que instituição faz a inspeção da produção? Qual o selo de certificação?

- 17- Qual o destino do bagaço?

- 18- Faz uso de máquinas colheitadeiras?

- 19- Qual em média a quantidade de suco produzida ao ano?

20- Qual município do estado abastece mais essa indústria?

21- Qual o custo ao ano

Mão de obra	
Defensivos e herbicidas	
Adubos	
Energia elétrica	
Gasto com veículos (próprios ou alugados)	
Manutenção e conservação dos pés	
Colheita	
Frete da fruta	

26. A indústria produz algum subproduto da laranja? Qual? (Cosméticos, bolos, ração animal)
